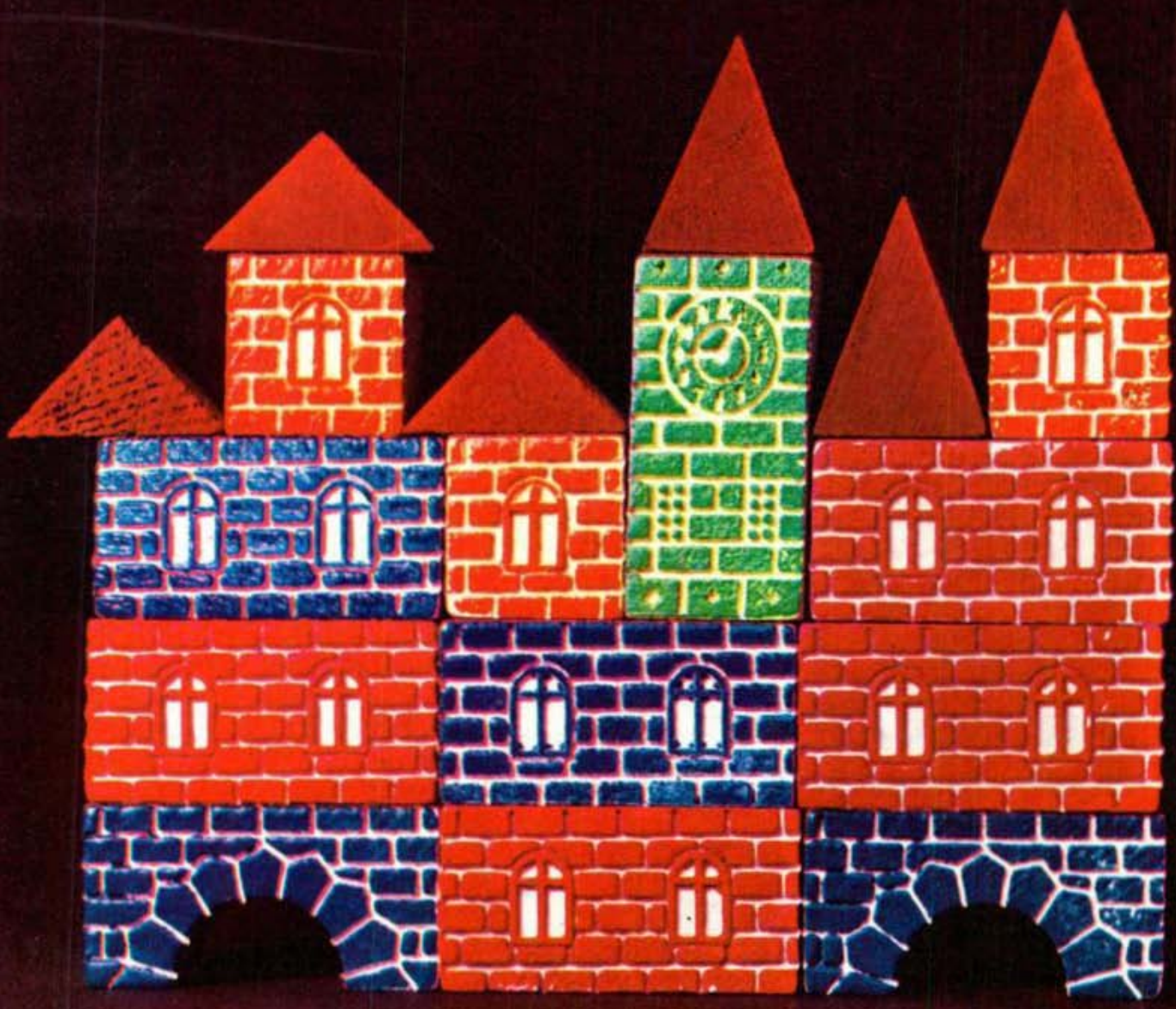
conjuntura econômica

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – VOL. 28 – MARÇO 1974 – Cr$ 8,00

EXEMPLAR DE ASSINANTES



SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL


abra
sua
janela
para o
mundo
seja assinante do
O CORREIO DA UNESCO
Uma janela aberta sobre o mundo

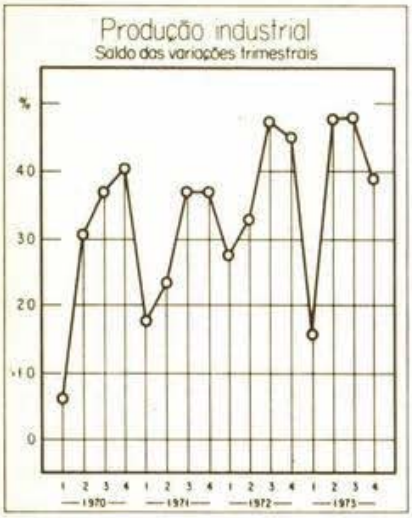
PRÓXIMA EDIÇÃO

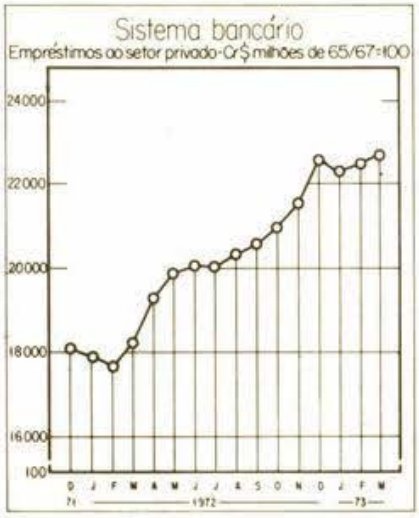
Abastecimento - Problemas e Perspectivas

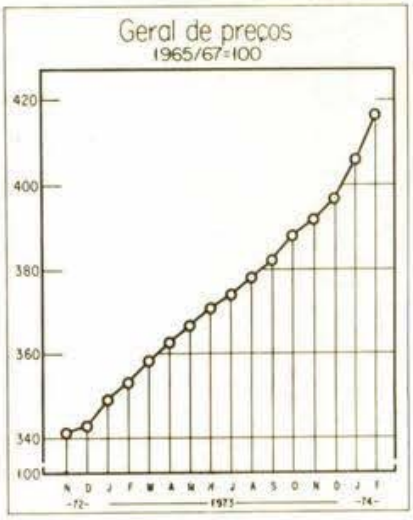
TEMAS ABORDADOS

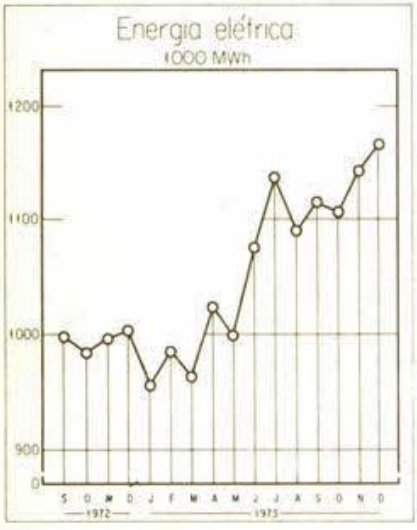
- Abastecimento: Introdução, Organização, Infra-estrutura, Produção.
- Armazenagem, Silagem e Frigorificação.
- Comercialização e Preços.
- Perspectivas, Planos, Programas e Projetos.
- Políticas de Abastecimento.
- Produção e Comercialização Agropecuárias.
- Indústria de Alimentos.
- Participação do Governo.
- Formação de Preços.
- Política de Preços Mínimos.
- SUNAB, COBAL, CIBRAZEM, CFP, GEMAB, CIP.
- Exportação e Mercado Interno.
- Modernização: Supermercados e Auto-serviços.
- Centrais de Abastecimento.
- Transportes e Escoamento de Safras.
- Informação de Mercados — Bolsas de Mercadorias.
- Urbanização, Poder Aquisitivo e Expansão da Demanda.

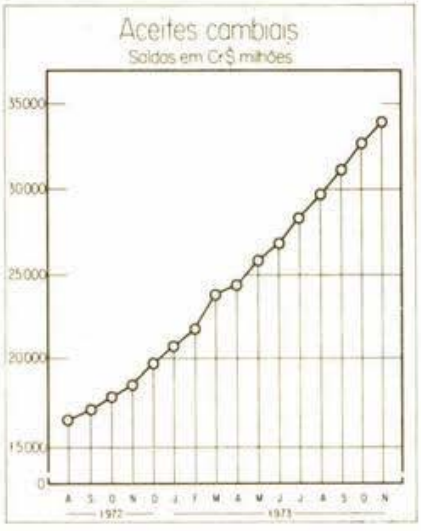
INDICADORES DE CONJUNTURA

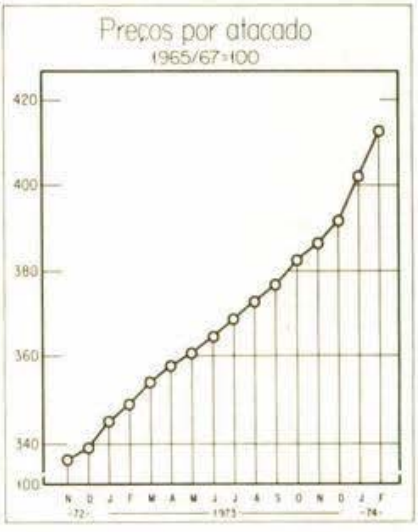


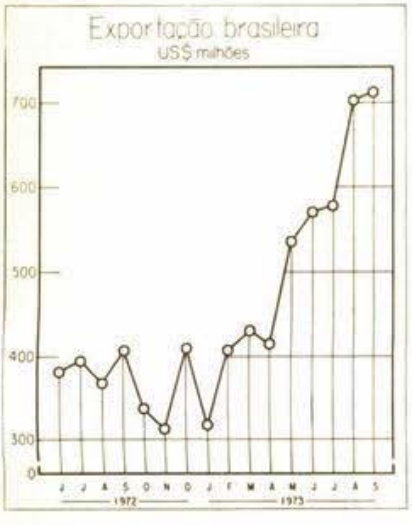


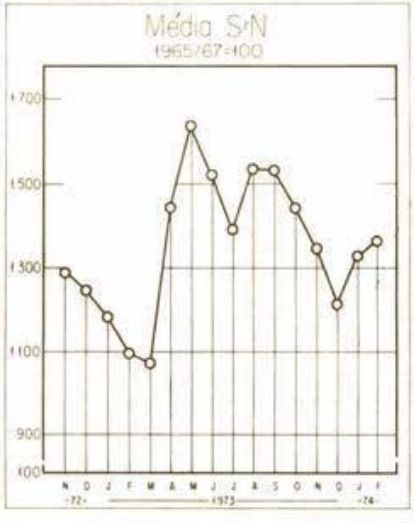


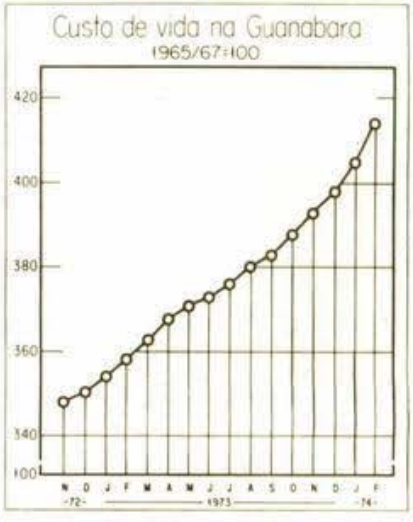












Produção Industrial — Saldo das respostas às Sondagens Conjunturais efetuadas pelo Centro de Estatística e Econometria. **Exportação** — fonte: CACEX e IBC. **Energia Elétrica** — Consumo Industrial da Região Rio-São Paulo-Light. **Empréstimos ao Setor Privado** — Bancos Comerciais mais Banco do Brasil. Deflator: índice geral de preços por atacado — Disponibilidade Interna — coluna 12 dos Índices Econômicos Nacionais. **Aceites Cambiais** — Com base em empréstimos por aceites cambiais de 55 financeiras que, em 30-6-69, representavam 59,7% do país — fonte: Banco Central, departamento econômico. **Média S-N** — fonte: Organização S-N Ltda. **Índices geral de preços** — Disponibilidade Interna — coluna 2 dos Índices Econômicos Nacionais. **Índice Geral de Preços por Atacado** — Disponibilidade Interna — coluna 12 dos Índices Econômicos Nacionais. **Custo de Vida na Guanabara** — Total, coluna 1.

ESCREVE O LEITOR

MERCADO DE CAPITAIS

"Ministrei no segundo semestre, na Faculdade de Direito de Guarulhos, um curso sobre Mercado de Capitais, aos meus alunos, na cadeira Economia Política, e V. S.ª podem muito bem apreciar o meu interesse pela publicação — edição especial — Mercado de capitais — excelente publicação da Fundação Getulio Vargas. Encontrei material, de primeira ordem, para exposição em aula, pesquisas por parte dos alunos, despertando a curiosidade sobre a importância do melhor conhecimento do Mercado de Capitais, para melhor desenvolvimento do nosso Brasil."

Décio Ferraz Alvim, Instituto de Difusão Cultural, S. Paulo .

— Agradecemos as manifestações de apreço.

INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA

"Constitui para nós, da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE, motivo de satisfação ver registrado, de forma ampla e nos seus aspectos mais expressivos, o X aniversário de nossa entidade. CONJUNTURA ECONÔMICA, desde o lançamento, marcou sua presença no meio editorial brasileiro, e alcançou renome internacional, transformando seus números, pela precisão dos dados e sobriedade nas observações e comentários, em verdadeiros repositórios de consultas e orientação. Acompanhando permanentemente sua circulação, pois é a porta-voz de uma das mais respeitadas instituições do País, a Fundação Getulio Vargas, proporcionando estatísticas, cifras e números sobre, principalmente, a área econômico-financeira, CONJUNTURA ECONÔMICA tem presença obrigatória em nossos meios de trabalho. Não poderíamos, portanto, deixar de fazer este registro, encaminhando a V. S.as nossos agradecimentos pelo tratamento dado ao setor, segundo em importância nas Américas, dando destaque à expressão da data, mediante precisa reportagem nesse prestigioso órgão da imprensa nacional."

Jarbas Teixeira de Carvalho, Secretário Executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE, São Paulo.

— Agradecemos as manifestações de apreço.



Você pode dar um... dois... tres passos ou só um de sete léguas

Você quer atingir diretamente o público de maior poder aquisitivo... Não marque passo... Nós oferecemos a você trezentas mil pessoas de dinheiro. O público da Revista Bolsa.

Gente selecionada e diversificada. Presente em todos os setores da atividade econômica.

Bolsa, considerada oficialmente pelo Ministério da Indústria e do Comércio como veículo de grande circulação, publica quaisquer comunicações legais das empresas a seus acionistas.

Segundo o IVC, Bolsa possui na Guanabara a maior distribuição entre as publicações de cunho econômico-financeiro: 46550 exemplares.

Com uma tiragem total de 60000 exemplares semanais, Bolsa é distribuída gratuitamente a todos os cadastrados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Anuncie em Bolsa.

Você estará dando um passo de sete... oito... nove léguas

bolsa Órgão Oficial da BVRJ

Publicidade: Vema Vendas e Representações
Rio: Av. Pres. Vargas, 633 - 2013/16 - Tel.: 221-9934
São Paulo: Rua Boavista, 254/417 - Tels.: 36-2149 e 33-106
Fortaleza: Rua Liberato Barroso, 307/511 - Tel.: 262974
Salvador: Rua 7 de Setembro, 29 - 5º andar - Tel.: 37148

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes; **vice-presidente:** Eugênio Gudin; **membros:** Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flôres, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco; **vice-presidente:** Alberto Pires Amarante; **membros:** Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Ary Frederico Tôrres, Asterio Dardeau Vieira, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Mário Paulo de Brito, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou.

Presidente
LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor-Executivo
ALIM PEDRO

SEDE: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal 21.120 — ZC-05 — Tel.: 266-1512 — Rio de Janeiro — GB

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
COMISSÃO DIRETORA

Presidente
Octávio Gouvêa de Bulhões

Membros
Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen.

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia
Mario Henrique Simonsen

Diretor de Estudos e Pesquisas
Julian M. Chacel

Diretor da Divisão de Contabilidade Social
Angelo Jorge de Souza

CHEFES DE CENTRO

Centro de Estudos Fiscais
Margaret Hanson Costa

Centro de Contas Nacionais
Ralph Miguel Zerkowski

Centro de Estudos Industriais
Alfredo Luiz Baumgarten Jr.

Diretor da Divisão de Estatística e Econometria
Janes Angelo de Souza

CHEFES DE CENTRO

Centro de Estudos Agrícolas
Sylvio Wanick Ribeiro

Centro de Estatística Econômica
Roberto Maia de Camargo Abib

Centro de Processamento de Dados
Moacyr Antonio Floravante

Assessor da Direção
Jorge Kingston

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Benedicto Silva

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Chefe: C. M. Junqueira Ayres

Coordenação editorial: Anamaria de Almeida Monteiro

Vendas e Publicidade: Albertino Ferro da Silva

Praia de Botafogo, 188 — Tel.: 266-1512 r. 110 e 246-5107
Caixa Postal 21.120 ZC-05.

Rio de Janeiro, GB. 20.000.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Tiragem desta edição 30 000 exemplares
Assinatura (1 ano) Cr$ 80,00
Número avulso ou atrasado
Número normal Cr$ 8,00
Número especial Cr$ 12,00

Composto e impresso por SEDEGRA Sociedade Editora e Gráfica Ltda., Rua Matipó, 115 — Rio de Janeiro — GB. Distribuidor exclusivo para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro — GB.

Conjuntura econômica ano I— n. 1— nov. 1947— Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1947—
v. ilustr. 28 cm. mensal

Diretores: Nov. 1947-março 1952. Richard Lewinsohn.
— Maio 1952-dez. 1968. José Garrido Tôrres.-Jan. 1969 — Sebastião Marcos Vital.—

1. Brasil — Economia — Periódicos. 2. Economia política — Brasil — Periódicos.

I. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Economia.

II. Lewinsohn, Richard, dir. III. Tôrres. José Garrido, dir. IV. Vital, Sebastião Marcos, dir.

CDD .330.5
CDU 33(05)

Revista mensal editada pela Fundação Getulio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia

Fundador: Richard Lewinsohn

EXPEDIENTE:

Conselho Editorial

Eugênio Gudin
Octávio Gouvêa de Bulhões
Mario Henrique Simonsen
Julian Magalhães Chacel
Isaac Kerstenetzky
Sebastião Marcos Vital
José Maria Gouveia Vieira

Redator-Chefe

Sebastião Marcos Vital

Coordenador Editorial

José Paulo dos Santos

Redação

Newton Luiz do Rêgo (Secretário)
Edison Cezar de Carvalho (Redator-chefe adjunto)
Maria Rita Pedrosa de Sousa
Maria Elizabeth Donadio e Fiorito (Revisão de originais)

Colaboram neste número:

Alberto Sozin Furuguem
Alfredo Luiz Baumgarten Jr.
Antonio da Costa Dantas Neto
Carlos Alberto de Andrade Pinto
Dércio Garcia Munhoz
Eden Gonçalves de Oliveira
Édison Cezar de Carvalho
Ernst Muhr
Ewerton Dias de Andrade
Geoffrey Langlands
Herbert Josef Friedmann
Ida Kós
Irvando Mendonça Pires
João Ricardo Serran
John Wall
José Maria Aragão
José Roberto Novaes Almeida
Luiz Claudio Resse da Silveira
Luiz Felipe Baêta Neves Flores
Luiz Gonçalves Filho
Marcio Antonio Pamplona Lassance Cunha
Maria Livia Mancebo Rodrigues
Maria Rita Pedrosa de Sousa
Paulo Cicero Lima Baptista
Raphael Leite Vieira Escobar
Rejane Gondin Janowitzer
Rubens Vaz da Costa
Satossi Abe
Sebastião Marcos Vital
Sonia Schlitter
Wanderley da Cruz
Wilson Garcia de Souza

Produção

João Emanoel Paes Andrade (Supervisor)
J. N. Medina (Programação visual)
Carlos Alberto Tavares Torres (Gráficos)
Ari de Araujo Viana
Cesar N. de Lima
(Revisão tipográfica)

Redação: Av. 13 de Maio, 23 — Sala 1224 telefone: 252-4601 — Rio de Janeiro

conjuntura econômica

VOL. 28 N.º 3 MARÇO DE 1974

SUMÁRIO

2 INDICADORES DE CONJUNTURA
3 ESCREVE O LEITOR
6 NOTA DO EDITOR

EVOLUÇAO DOS NEGÓCIOS

8 Para sua informação
16 Café — fim dos contratos especiais
19 Moeda e crédito — pressões de demanda
24 Mercado cambial — reajuste de 3,8% em dupla desvalorização
28 Mercado de ações — melhoria em janeiro e fevereiro
30 Mercado de empregos — em acomodação
32 Mercado segurador — bom desempenho
36 Emissões de capital — bons resultados
40 Insolvências — resultados finais de 1973

ESTUDOS ESPECIAIS

45 Banco Nacional da Habitação — sua atuação no campo de desenvolvimento urbano
62 Dez anos de BNH — uma visão crítica
65 O sistema brasileiro de poupança e empréstimo — SBPE
72 O Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP)
84 Projeto CURA — o Banco Nacional da Habitação e os investimentos em urbanização
90 Plano Nacional de Saneamento — PLANASA — aspectos básicos
96 Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente
108 Projeções hipotéticas para a população brasileira sob diferentes hipóteses de fertilidade
114 Fundos de pensão — experiência a considerar

A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO

120 A reforma monetária internacional e a crise do petróleo
123 Arábia Saudita — efeitos do petróleo
127 Euromoeda — expansão sem precedentes em 1973
130 Agenda internacional — fevereiro de 1974

PANORAMA CULTURAL

134 Sobre a ideologia do lazer

INDÚSTRIA

141 30.º Sondagem Conjuntural — resultados da indústria de transformação

ÍNDICES ECONÔMICOS

168 Índices econômicos nacionais e regionais

Este periódico está registrado na Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal sob o número 737-P.209/73.

Conj. econ.	Rio de Janeiro	v. 28	n. 3	p. 1-204	mar. 1974

NOTA DO EDITOR

A conjugação de elevada taxa de crescimento populacional com migração crescente campo — cidade, clima inflacionário, uma lei de inquilinato desencorajadora de aplicações imobiliárias e escassa oferta de recursos a longo prazo, levou o País a uma grave crise habitacional no início dos anos 60.

Embora difícil de quantificar o deficit existente — tal medida implicaria a escolha de um padrão de referência em termos de condições mínimas de conforto e higiene — a proliferação de favelas, mocambos e outras aglomerações habitacionais desordenadas davam expressiva demonstração da escassez de moradias.

Nesta conjuntura, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH) com a responsabilidade de se tornar órgão central, normativo e orientador do sistema financeiro habitacional. Os primeiros passos foram tímidos, mas no correr dos tempos, com a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o órgão passou a mostrar nova dimensão. Contudo, muitos pontos de sua política foram e continuam sendo debatidos, dada a grande tarefa econômico-social a ele destinada. Dois estudos especiais que abrem esta edição de CONJUNTURA ECONÔMICA dedicada ao sistema financeiro habitacional discutem e demonstram, a nível de pormenor, realizações, programas e problemas. *Banco Nacional da Habitação — sua atuação no campo de desenvolvimento urbano,* de Wanderley da Cruz, e *Dez anos de BNH — uma visão crítica,* de João Ricardo Batista Serran cobrem os assuntos em questão.

Além de contar, de início, com recursos orçamentários e depois com o FGTS, o SFH estruturou-se de modo a captar recursos diretamente junto ao público por meio de obrigações emitidas pelas diversas instituições componentes. Utilizou-se, de maneira muito feliz, a larga tradição das cadernetas de poupança das caixas econômicas para denominar os empréstimos com correção monetária. O resultado é que na atualidade a caderneta tornou-se popular, no sentido lato da palavra, havendo no sistema cerca de 4,8 milhões de contas. É fácil verificar a repercussão de tal fato sobre a educação das pessoas no sentido de poupar. Há,

contudo, segundo diversas opiniões, alguns pontos a serem considerados, no sentido de tornar mais estáveis tais depósitos, para que os mesmos não se possam transformar, de fato, em algo bastante próximo da definição de meios de pagamento. Antonio da Costa Dantas Neto, em *O sistema brasileiro de poupança e empréstimo — SBPE*, cobre estes e outros pontos, tais como a descrição de financiamento de entidades do sistema, alguns resultados em termos de captação de recursos, os planos de financiamento e tópicos afins.

Apesar dos resultados alentadores que o BNH conseguiu nos seus quase 10 anos de existência, muito falta ainda para se satisfazer às necessidades brasileiras em termos habitacionais. Isso porque cerca de 45% da população urbana situam-se na faixa de um a três salários mínimos, sendo-lhes difícil comprometer parte de sua renda num financiamento habitacional. De fato, os mais carentes de moradia são os de menor condição de comprometimento da renda mensal. Além do mais, a habitação é apenas um dos requisitos desta faixa de população, que também se ressente de educação, saúde e habilitação profissional. Este foi o diagnóstico-base para a formação do *Plano Nacional da Habitação Popular* (*PLANHAP*), analisado amplamente por José Maria Aragão.

De fato, parte do diagnóstico acima explicitado começou a ser formulado em 1967, quando o BNH foi incumbido, pelo Ministério do Interior, de proceder levantamento do problema de saneamento básico do País. Os resultados do trabalho deixaram à mostra que apenas reduzido número de municípios brasileiros resolvia a contento seus problemas de abastecimento de água e esgotos sanitários. Na maioria absoluta dos casos a situação tendia, a curto prazo, à saturação. Criou-se então o *Plano Nacional de Saneamento — PLANASA* com as finalidades de:
a) eliminação do deficit do setor de saneamento básico por meio de programação adequada que permita atingir o equilíbrio entre a demanda e a oferta desses serviços, no menor tempo, com um mínimo de custo;
b) manutenção em caráter permanente, do equilíbrio atingido entre a demanda e a oferta de bens e serviços no campo do saneamento básico;
c) atendimento de todas as cidades brasileiras, mesmo dos núcleos urbanos mais pobres;
d) instituição de uma política tarifária de acordo com as possibilidades dos consumidores e com a demanda de recursos e serviços de forma a se obter equilíbrio permanente entre receitas e despesas;
e) instituição de política de redução de custos operacionais em função de uma economia de escala com reflexos diretos no esquema tarifário; e
f) desenvolvimento de programas de pesquisas, treinamento e assistência técnica.
Irvando Mendonça Pires dá trato às diversas facetas do problema e indica tendências futuras.

Como se vê, o BNH modernizou-se e procurou, no correr dos seus 10 anos, adaptar-se às novas situações reclamadas pelo desenvolvimento nacional, deixando de ser um "construtor de residências" para se dedicar ao estudo dos diversos ângulos do problema urbano. Já se fala nas possibilidades concretas do financiamento, pelo BNH, dos sistemas de transporte de massa (metrô). O Banco tem-se dedicado, já com resultados concretos, ao Projeto CURA (Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada) com o fito de dotar áreas urbanas de infra-estrutura adequada em termos de abastecimento e esgotos, além de completá-la com outros aspectos urbanísticos ou reduzir (eliminar) a capacidade ociosa da infra-estrutura existente. Isso tudo sem contar, é claro, com a tentativa de eliminar ou minorar a especulação imobiliária nas zonas periféricas das grandes cidades. Márcio Antonio P. Lassance Cunha em *Projeto CURA — O Banco Nacional da Habitação e os investimentos em urbanização* dá tratamento ao tema.

É claro que intimamente ligado ao problema da migração campo — cidade e o crescimento extremamente rápido das metrópoles está o problema da poluição. Insere-se, por isso, nesta edição pronunciamento levado a efeito por Rubens Costa, junto à Comissão Parlamentar Especial para o Problema da Poluição do Meio Ambiente, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 13 de setembro de 1972. O tema é: *Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente.*

Como o problema habitacional, e a própria poluição, vistos num horizonte de longo prazo dependem do crescimento populacional, inclui-se nesta edição a matéria *Projeções hipotéticas para a população brasileira sob diferentes hipóteses de fertilidade,* de John Wall.

Finalmente, Paulo Cícero de Lima Baptista faz considerações sobre tema de grande interesse aos trabalhadores, empresas, mercado brasileiro de capitais em geral e ao sistema financeiro habitacional em particular: *Fundos de Pensão — experiência a considerar.*

Para sua informação

BENS DE CAPITAL SOB ENCOMENDA

A indústria de bens de capital sob encomenda, responsável pela produção de maquinaria pesada para usinas siderúrgicas, energia elétrica, petróleo, petroquímica, papel e celulose, mineração e cimento, transporte naval e ferroviário enfrenta alguns sérios problemas advindos da dependência tecnológica do exterior e do excesso de importação desses bens, apesar de a indústria nacional ainda operar com elevada taxa de ociosidade.

Em 1972, a **Tecnometal — Estudos e Projetos Industriais S.A.** realizou alentado estudo sobre as condições operacionais e a capacidade de suprimentos desse importante setor do nosso parque industrial. Seus limites e possibilidades foram ali estabelecidos, ficando, em decorrência, evidenciada a baixa participação do setor na expansão das indústrias nacionais de infra-estrutura.

Uma das causas determinantes do referido excesso de importações é a falta de recursos internos para a concessão de financiamento à altura dos concedidos pelos produtores internacionais. Todavia, essa dificuldade vem aos poucos sendo contornada, graças à criação do programa especial da FINAME.

Em novembro do ano passado, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) anunciou um plano de ação que deverá mudar radicalmente o panorama da indústria brasileira de máquinas pesadas. Para o próximo qüinqüênio o BNDE vai incluir recursos no valor de Cr$ 3 bilhões (cerca de US$ 500 milhões) para financiamentos a projetos do setor. Esses recursos correspondem a 50% do total dos investimentos previstos para que a indústria de bens de capital atinja produção compatível com as exigências do desenvolvimento nacional.

Além disso, para facilitar a comercialização daquela produção, será incluído um aumento de 100% nas dotações à FINAME. E quanto ao desenvolvimento tecnológico, o BNDE está mudando a ênfase do seu programa específico — o FUNTEC — no sentido de apoiar, de agora em diante, projetos que beneficiem diretamente a indústria nacional. Assim, o plano de ação do BNDE para o qüinqüênio vai reservar Cr$ 1,5 milhão para créditos do FUNTEC.

Por outro lado, a FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos S.A., vinculada ao Ministério do Planejamento, também se movimenta para tentar a difícil tarefa de incrementar a formação no setor de uma tecnologia própria.

Mesmo assim, a indústria pesada nacional ainda precisa vencer sérias barreiras para poder participar mais efetivamente do desenvolvimento dos setores de infra-estrutura, previsto para os próximos anos. A acelerada industrialização do País e a conseqüente elevação da demanda de equipamentos não foram motivos suficientes para induzir a indústria brasileira de bens de capital sob encomenda a investir no acréscimo da capacidade instalada.

Por isso, a partir dos dados fornecidos pelo mencionado estudo da **Tecnometal,** que caracterizava o setor no período 1966/1970, além de outras informações, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) formulou um plano de ação voltado para três objetivos imediatos: atingir níveis de produção a preços competitivos, promover a substituição de importações e incrementar exportações.

Realizou a ABDIB uma pesquisa própria para atualizar as estatísticas do setor, levantou o consumo específico de cada área de infra-estrutura e, projetando esses dados até 1980, estabeleceu a meta de atingir 80% da utilização da capacidade instalada do setor no final da década (tabela I).

Das oitenta (80) indústrias que produzem bens de capital sob encomenda no País, setenta (70) são filiadas à ABDIB, órgão fundado em 1955 para congregar o setor e defender

Tabela I — Estimativa do consumo aparente de bens de capital sob encomenda de 1971/1980 — US$ milhões

Anos	Capacidade instalada	Produção (P)	Exportação (EX)	Produção p/mercado interno	Importação	Consumo aparente (CA)	Utilização da capacidade instalada (%)	Participação nacional no consumo aparente (%)	Substituição de importações (4)-0,46.(6)
	(1)	(2)	(3)	(4) = (2) − (3)	(5)	(6) = (4) + (5)	(7) = (2) ÷ (1) .100	(8) = (4) ÷ (6) .100	(9)
1971	570	344	15	329	368	697	60	47	—
1972	590	396	18	378	440	818	67	46	—
1973	790	539	25	514	555	1 069	68	48	22
1974	900	624	30	594	644	1 238	69	48	25
1975	1 020	716	40	676	705	1 381	70	49	41
1976	1 420	1 023	60	963	761	1 724	72	56	170
1977	1 700	1 256	80	1 176	814	1 990	74	59	261
1978	1 930	1 470	100	1 370	863	2 233	76	61	343
1979	2 130	1 663	120	1 543	906	2 449	78	63	417
1980	2 340	1 870	150	1 720	942	2 662	80	65	496

Fonte: ABDIB.

interesses comuns. Tais empresas totalizando um ativo real de US$ 1,8 bilhão, empregavam, em dezembro de 1972, cerca de 110 mil pessoas, e produziam bens no valor equivalente a US$ 396 milhões.

Entre 1971 e 1972, a indústria de bens de capital sob encomenda aumentou a sua produção de US$ 344 milhões para US$ 396 milhões (+15,1%). O consumo aparente cersceu de US$ 697 milhões para US$ 818 milhões (+17,3%). E a capacidade ociosa do setor caiu de 40% para 33%, trazendo maior otimismo aos empresários, que já vêem o mercado de seus produtos assentar-se em bases mais sólidas, embora participem com somente 46% do consumo aparente do País.

Preconizando aumentar sua participação no consumo aparente total, acompanhar a taxa de crescimento do PIB (10,4% em 1972) e a do desenvolvimento industrial (13,9%), o programa da ABDIB, para o período de 1973/1980, prevê uma participação nacional de 65% nas necessidades de bens de capital sob encomenda do País no fim do período, ou seja, uma substituição de importações da ordem de US$ 1,77 bilhão até 1980; e a partir de então, de US$ 500 milhões por ano. Para tanto, a produção deverá, no início da próxima década, ser 4,7 vezes maior que a de 1972, alcançando US$ 1,87 bilhão, em 1980, e o aumento da capacidade instalada deverá atingir US$ 2,34 bilhões, implicando, tudo isso, investimentos de US$ 1,1 bilhão no período.

Paralelamente, pretende a ABDIB acelerar as exportações, valendo-se do estímulo oficial às atividades que envolvem elevado **know how**, mão-de-obra especializada, desenvolvimento de técnicos próprios e aumento da capacidade competitiva dos produtos no exterior.

Para a concretização destas metas o programa da ABDIB estabeleceu os pontos básicos a serem atacados e que exigem uma definição da política industrial do Governo no setor. Isto não só dará mais confiança ao empresariado para garantir os elevados investimentos previstos como será o suporte de uma indústria de base potente e competitiva, em termos internacionais. Desta forma, poder-se-á dar início à fase seguinte: conquista dos mercados externos, com garantia de sucesso.

Esta definição de política — diz a ABDIB — necessita considerar alguns fatores típicos da indústria de bens de capital: "1) o período específico do ciclo de produto do setor é prolongado, e as conseqüências de decisões tomadas agora só serão observadas a longo prazo; 2) a necessidade de ocupação constante de mão-de-obra é indispensável para se obter a qualidade desejada; 3) a indústria precisa atualizar-se constantemente, tanto no que se refere a equipamentos quanto à tecnologia; 4) as necessidades de ocupação de mão-de-obra e de atualização permanente são fatores não-dissociáveis do custo, o que dá à indústria nacional condições de competitividade em relação aos fabricantes estrangeiros; 5) para o cálculo de retorno dos investimentos é preciso avaliar a dimensão do mercado em função da política de desenvolvimento do País, assim como em função da política adotada em relação ao setor."

Não obstante ser ainda baixa a participação da produção interna nos suprimentos globais de bens de capital sob encomenda ao desenvolvimento industrial do País, grande progresso vem realizando o setor, nos últimos anos, com relação ao nível tecnológico e à qualidade e eficiência dos produtos.

A propósito, sabe-se que 15 empresas de engenharia de projetos e processos industriais (12 das quais associados da ABDIB)) operam no País, com **know how** próprio para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, oleodutos e refinarias de petróleo, transporte ferroviário e naval, papel e ce-

lulose, e **know how** importado para siderurgia, química, petroquímica, cimento, mineração e portos.

Corroborando com a tese de que a produção nacional vem ganhando terreno na concorrência com os produtos importados, os técnicos da ABDIB adiantam que isso se deve, em parte, à política de financiamento interno praticada à altura das necessidades dos compradores, principalmente com relação a prazos e juros competitivos com a oferta estrangeira, graças ao programa especial executado pela FINAME.

Se as previsões da ABDIB se concretizarem, a indústria pesada nacional verá sua capacidade de produção utilizada crescer de 60% em 1971 para 80% em 1980, e esta diminuição na capacidade ociosa deverá reduzir decisivamente os custos unitários da produção.

Tais prognósticos de desenvolvimento da indústria brasileira de bens de capital sob encomenda, exigindo investimentos da ordem de US$ 1,1 bilhão, podem-se traduzir em confiança e apoio do Governo às iniciativas do empresariado do setor.

As exportações deverão passar de aproximadamente US$ 25 milhões em 1973 para US$ 150 milhões em 1980, crescendo 500%. O volume de exportação em relação à produção deverá aumentar de 4,6% para 8,0% no mesmo período. As importações continuarão também aumentando, apesar da maior participação nacional, havendo substituições da importação da ordem de US$ 1 775 milhões no período 1973-80.

Os fabricantes nacionais de bens de capital sob encomenda, para a comercialização do programa de desenvolvimento do setor, traçado pela ABDIB, esperam do Governo a adoção de uma política industrial definida, consubstanciada, especificamente, em dois pontos principais: "uma definição clara da política de importações, para que o empresário possa confiar na amplitude do mercado brasileiro; e que as empresas estatais e de economia mista, que são as maiores compradoras de equipamentos, adotem uma política de compras mais adequada à disposição global brasileira para o incentivo ao produto nacional."

Por outro lado, a Assessoria Econômica do Ministério da Indústria e do Comércio, em princípios do ano passado, realizou uma estimativa da demanda de equipamentos, no período 1973-80, pelos seguintes setores industriais: **siderurgia, papel e celulose, energia elétrica, cimento, petroquímica** e **gasodutos.** É importante realçar que aquele trabalho dos técnicos do MIC somente pôde ser realizado de modo incompleto, à face da total carência de estudos que possibilitem dimensionamento, para dada capacidade de produção de uma unidade industrial, dos requisitos em máquinas e equipamentos a nível de seção de fabricação, pelo menos. Outra limitação apontada naquele trabalho provém da inexistência dos quadros de aplicações em equipamentos, decorrentes dos programas de inversão já formulados pelo setor público, e os em plena execução, como é o caso dos projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Todavia, a demanda de bens de capital, no período de 1973-80, estimada para aqueles mencionados setores industriais, sobe a US$ 4 bilhões (a preços de 1972), contando importações da ordem de US$ 2 bilhões (ver tabela II). Mais uma vez, cumpre ressaltar que estes valores estão bastante subestimados, em parte porque não foi possível estender a todo o período a previsão da demanda de equipamentos (principalmente nos programas de energia elétrica e siderurgia) e também porque há grandes lacunas nas informações obtidas com relação à maioria daqueles setores selecionados.

Na tabela II, construída com os dados da Assessoria Econômica do MIC, os recursos exigidos pelo setor siderúrgico são incompletos, baseados em dados do CONSIDER; as importações de equipamentos foram admitidas à base de 50% das necessidades totais, embora estejam vinculadas a esquemas de financiamento. Quanto ao setor de energia elétrica, trata-se de cálculo parcial, devido à ausência de informações básicas. Para a indústria de cimento, as estimativas para o biênio 1973-74 foram realizadas conforme a capacidade prevista pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, e para o restante do período adotou-se a hipótese de crescimento da demanda da ordem de 10% a.a. e capacidade de produção instalada igual a 1,15 da demanda. No setor petroquímico, foi aceita a hipótese de que 50% dos recursos destinados a equipamentos eram despendidos com bens de fabricação nacional. Os gasodutos incluem tubulações, estações e sistemas de comunicações, ficando as importações reservadas, exclusivamente, aos compressores.

Um ramo da produção de bens de capital sob encomenda que tem feito razoável progresso é o de caldeiraria. Acompanhando os padrões das refinarias da Petrobrás, deu seus primeiros passos em 1955, sob a orientação da ABDIB, contribuindo, em 1957, com 22% dos equipamentos destinados à ampliação da Refinaria Landulfo Alves, de Mataripe, BA. Em 1960, essa participação subiu para 55% na construção da Refinaria Duque de Caxias. Com a Fábrica de Borracha Sintética da Petroquisa (FABOR), em 1964-67, a indústria nacional conquistou seu maior índice — 82% — de participação. Mas em virtude da ausência de uma política de financiamento das vendas, capaz de permitir concorrência aos financiamentos externos, no qüinqüênio 1968-72, aquela participação desceu para 47% nas indústrias de petróleo e petroquímica. Admitem, ainda, os técnicos da ABDIB que — apesar dessa menor contribuição, nos últimos tempos, dos equipamentos de produção nacional — a indústria brasileira de caldeiraria poderia fornecer cerca de 85% do material para a mecânica de uma refinaria, e 60% a 85% para a de uma petroquímica.

A produção nacional de equipamentos para as indústrias petrolífe-

Tabela II — Necessidade de recursos para equipamentos, segundo tipo de indústria — em milhões de US$ de 1972

Setores industriais	Período de 1973-80	
	Total	Importações
Siderúrgico	730,3	365,1
Papel e celulose	822,6	411,3
Energia elétrica	974,1	493,3
Cimento	366,0	219,6
Petroquímico	849,0	424,0
Gasodutos	135,5	15,2
Todos os setores	3 877,5	1 928,5

ras, química e petroquímica deve ter girado em torno de US$ 110 milhões, em 1973, ano considerado, a este respeito, como um dos mais fracos. Contudo, afirmam os diretores da COBRASMA, "o setor está pronto para evoluir a galope até 1980".

Os investimentos do **Pólo Petroquímico da Bahia,** avaliados em US$ 900 milhões, somados a outros US$ 900 milhões de unidades químicas e petroquímicas em via de implantação em outras regiões do País, até o final da década, prometem bom período para a indústria nacional de bens de capital. As estimativas realizadas apontam, nestes projetos, uma participação dos equipamentos no montante global dos investimentos (US$ 1,8 bilhão) da ordem de 60%, ou seja, o equivalente a US$ 1,08 bilhão. Desta quantia, aproximadamente, 60%, ou US$ 648 milhões, serão destinados às compras ao mercado interno.

Quanto aos empreendimentos da Petrobrás, para os quais também são previstos investimentos de cerca de US$ 1,8 bilhão, até 1980, aceita-se, da mesma forma, que as aquisições de equipamentos subirão a US$ 1,08 bilhão (60%) para os projetos de refinarias, terminais e oleodutos. Os fabricantes nacionais deverão absorver 75% deste valor (US$ 810 milhões).

Informa-se, por outro lado, que até o final da década, a indústria nacional de fornos para petroquímica e refinarias deverá receber pedidos no valor de US$ 80 milhões. Esclarecem os técnicos que nos fornos para petroquímica, refinarias, cerca de 60% do custo correspondem à parte nacional: engenharia de detalhamento, mão-de-obra e matérias-primas. O restante é importado, materiais críticos (as ligas especiais), alguns queimadores e o **know how.**

Finalmente, os produtores de bens de capital sob encomenda acreditam que a Usina de Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai — considerado o maior projeto hidrelétrico do mundo — representa a última grande chance de o Brasil dominar o mercado internacional de equipamentos hidrelétricos. À medida que a indústria brasileira conseguir participar de Itaipu poderá consolidar uma posição internacional como fabricante desses materiais. O índice de nacionalização que, possivelmente, se conseguirá naquele projeto é da ordem de 65% (equipamentos fabricados no Brasil). Na parte mecânica os suprimentos nacionais poderiam alcançar 100%; mas, na parte eletreletrônica, alguns aparelhos teriam que ser importados. Até hoje, ninguém construiu uma usina do porte de Itaipu, com a qual a indústria nacional pode dar o **pulo.** Mundialmente, ainda não se fabricou uma turbina de 750 mil kw, como provavelmente será a de Itaipu. Os soviéticos produziram uma de 500 mil, que é a maior até então conhecida. E essa possível experiência vale a pena, pois exige novo projeto.

Tudo isso leva a crer que, nos próximos sete anos, a indústria nacional de equipamentos pesados recuperará o ritmo que caracterizou suas atividades no período 1965-70, ultrapassando os atuais índices de participação nos projetos industriais básicos — instalação e ampliação de unidades de petróleo, química, petroquímica, siderúrgica, de cimento, papel e celulose, energia elétrica etc. — a menos que se verifique retrocesso nos meios de financiamento e nas medidas governamentais de proteção contra a concorrência estrangeira.

TECNOLOGIA

Nos próximos sete anos o Brasil deverá investir cerca de US$ 30 bilhões em seu desenvolvimento industrial, para atingir as metas da produção previstas pelo Governo para 1980: 25 milhões de t de aço em lingotes; 30 000 MW; 30 milhões de t de cimento; 12 milhões de unidades automotoras; 200 000 m³ de petróleo/dia; US$ 1,9 bilhão de bens de capital e 800 000 t de alumínio, além de elevados níveis de produção nos setores químicos, petroquímico, papel e celulose, outros metais não-ferrosos etc. Ainda, em 1980, o produto interno bruto deverá alcançar o nível de US$ 120 bilhões. Para que essas grandes metas econômicas sejam atingidas, enorme esforço conjunto da iniciativa privada e dos órgãos governamentais deverá ser orientado no sentido da criação de uma tecnologia nacional. Uma perfeita avaliação das múltiplas implicações da transferência de tecnologia estrangeira no desenvolvimento industrial brasileiro, exame da política de estímulo à produção de tecnologia nacional e a orientação das empresas nacionais e multinacionais na aquisição, adequação, produção e venda de tecnologia, são problemas que necessitam ser equacionados convenientemente.

O Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) do Governo federal, elaborado para o biênio 1973-74, considerado um instrumento importante da indústria nacional para o alcance de suas metas, prevê um investimento de Cr$ 4,3 bilhões, dos quais Cr$ 1,6 bilhão na indústria de transformação e mais de Cr$ 400 milhões nos setores de infra-estrutura-energia, transporte e comunicações — para dar ao País condições de adquirir tecnologia própria e fundamental para o seu desenvolvimento.

O PBDCT tem dois objetivos fundamentais: financiar e promover a tecnologia, e engajar a empresa pública, a empresa privada, instituições governamentais de pesquisa e universidades nos seus propósitos, para conseguir a cooperação em projetos e empreendimentos relacionados com a área de tecnologia.

Apesar de o Plano de Desenvolvimento Tecnológico alterar radicalmente a situação dos investimentos em tecnologia e ciência, feitos nos anos anteriores (em 1968, o Governo gastou Cr$ 36 milhões nesse setor; em 1969, Cr$ 86 milhões; em 1970, Cr$ 150 milhões; em 1971, Cr$ 263 milhões; e, em 1972, Cr$ 525 milhões), sua execução não será suficiente para atender a todas as necessidades de **know how** da indústria brasileira.

Também há a preocupação de se chegar a um equilíbrio do "balanço de pagamento tecnológico" e, conseqüentemente, do balanço comercial, atualmente onerado em quase Cr$ 1 bilhão por ano, por causa da importação de **know how** implícito (que acompanha equipamentos importados) e explícito.

Sem dúvida, a contribuição da tecnologia estrangeira foi decisiva para o desenvolvimento do País. Ela deve continuar a ser importada, mas dentro de critérios de seletividade coerentes com as necessidades nacionais. Paralelamente, será necessária a adoção de uma sistemática de criação de estímulos à produção de tecnologia nacional, pela introdução gradativa de inovações na produtividade, nos produtos e na concepção de indústrias novas. Daí a importância da execução do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a concretização das metas de desenvolvimento do País, programadas para 1980.

TRATAMENTO TÉRMICO NA METALURGIA

Há alguns anos, a indústria metalúrgica do País vem demonstrando a tendência de entregar serviços de tratamento térmico a especialistas que disponham de grande capacidade de produção e aparelhagem apropriada para controle de qualidade. Certa disso, a BRASIMET - Comércio e Indústria S.A., de São Paulo, ampliou suas instalações de cementação, beneficiamento e carbonitritação, ampliações estas que concorrerão para um aumento de 26% da produção.

Para tanto, foram investidos cerca de Cr$ 4 milhões na compra de **know how** de licenciadores austríacos, alemães e americanos e na construção de novos equipamentos na própria BRASIMET que, além de oferecer tratamento térmico a terceiros, produz fornos industriais e geradores para metalurgia e siderurgia.

As ampliações realizadas estão permitindo um aumento de 350 t/mês na capacidade de beneficiamento, carbonitritação e cementação, com a utilização de fornos contínuos que possibilitam a introdução de gás endotérmico, propano e amoníaco, produzidos em geradores de 30 a 40 m³/h, e gás inerte produzido por gerador com capacidade de 40 m³/h. Com essa tecnologia é possível a realização de tratamento de carbonitritação e têmpora com resfriamento em óleo e água de peças de até 3 kg que, automaticamente, seguem para as máquinas de lavagem e saem prontas para o revenimento. O controle de produção é feito em laboratório altamente especializado.

Instalada no centro industrial de Jurubatuba, a BRASIMET faz o tratamento de cerca de 1 300 t mensais, e entrega, diariamente, entre 500 e 800 tipos diferentes de peças, com peso de 1 grama a 12 toneladas. Para o primeiro semestre deste ano, a empresa colocará em funcionamento uma nova linha de fornos destinada a recozimento isotérmico, recozimento de esferoidização e recozimento em geral com proteção de gás inerte.

ZINCAGEM CONTÍNUA

Em princípio do segundo semestre do ano passado, entrou em funcionamento na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a linha de zincagem contínua da empresa, com capacidade inicial de 150 000 t/ano. A respeito, informou o Presidente da CSN — "no combate à corrosão atmosférica, inimiga inseparável dos produtos siderúrgicos, a Usina de Volta Redonda passa a oferecer um novo produto ao mercado: chapa zincada em bobinas. Com ela pode-se fazer praticamente tudo: dobrar, perfilar, embutir, soldar e pintar, pois associa a elevada resistência do zinco à corrosão às imensas possibilidades mecânicas do aço, levando ao arquiteto e engenheiro soluções lógicas para problemas que vinham sendo resolvidos insatisfatoriamente. Sem maiores campos de aplicação estão na construção civil, nos transportes, nos eletrodomésticos e nos setores cujos produtos necessitam da resistência e rigidez do aço, devidamente protegidos contra a corrosão pelo revestimento de zinco, bem como os que exigem apurado sentido estético".

Na verdade, desde 1948, a CSN produz chapas zincadas ou galvanizados. Em 1972, a produção foi de 54 000 t, ou seja, apenas 1,3% do total de laminados consumidos, enquanto em outros países essa proporção atinge 4,5%. Essa produção, além de insuficiente — provocando constantes importações do produto — era, sob o ponto de vista tecnológico, obsoleta, sobrecarregando e encurtando a vida dos cubos.

Também, na mesma ocasião, entrou em operação a nova fábrica de oxigênio, de 250 t/dia, passando a usina de Volta Redonda a dispor de uma capacidade de produção instalada de 320 t/dia, que ainda será ampliada para 600 t/dia de oxigênio até 1975. Esses melhoramentos vão trazer expressivo aumento e melhoria da qualidade de produção da usina.

A chapa zincada é uma chapa fina de aço, geralmente de baixo teor de carbono, revestida em ambas as faces com uma camada de zinco, aplicada por imersão da chapa em banho do metal fundido, ou por eletrodeposição. A CSN está produzindo bobinas zincadas (BZ) e chapas zincadas (CZ) em duas linhas de zincagem semicontínuas também pelo processo de imersão. O processo contínuo, inaugurado em fins de julho do ano passado, permite produzir bobinas ou chapas com camada de zinco fortemente aderente, a ponto de suportar qualquer dobramento e mesmo estampagem profunda sem se destacar do aço-base. O revestimento pode ser diferencial (menor num lado) e permite tratamento para usos diversos, como pintura, cobertura com plástico e exposição ao tempo sem qualquer proteção.

TERMINAL MECANIZADO PARA SALINAS

Uma ilha artificial construída a 22 km do litoral do Rio Grande do Norte está sendo utilizada como terminal para o embarque mecanizado do sal produzido pelas salinas de Macau e Areia Branca. O projeto, que atende a uma aspiração antiga dos produtores locais, tem sua execução entregue a uma empresa de economia mista, a TERMISA — Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte S.A., à qual o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) concedeu, recentemente, um financiamento de Cr$ 50 milhões para conclusão das obras, utilizando recursos do Fundo de Reaparelhamento Econômico. Em 1971, a TERMISA já havia obtido do BNDE, à conta do mesmo fundo, crédito de Cr$ 26 milhões e aval para aquisição no exterior de equipamentos até o valor de US$ 2 milhões.

Para funcionamento do terminal, a referida ilha artificial estocará 90 a 100 mil t de sal em duas pilhas distintas: uma para sal bruto e outra para sal lavado. O projeto é formado por três unidades principais: a ilha



CONSULTE QUEM SABE. REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE.

Se você quer conhecer a economia do Nordeste, o BNB está por dentro.

Realizando frequentemente pesquisas, estudos, seminários, cursos, coloca todo esse conhecimento à sua disposição na Revista Econômica do Nordeste, publicada trimestralmente.

Trata-se de publicação de gabarito que preenche uma lacuna no setor econômico da Região.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE
Assinatura anual: Cr$ 20,00.
Números avulsos e atrasados: Cr$ 6,00.
Rua Senador Pompeu, nº 590. Caixa Postal nº 628.
60.000 Fortaleza CE

artificial, a 22 km da foz do Rio Mossoró, onde uma área de 17 972 m² poderá ser usada para a estocagem; uma estrutura metálica dentro da qual serão montadas as correias transportadoras que levarão o sal da ilha ao carregador de navios; e este, de comando autônomo (**shiploader**), isto é, um sistema mecânico, de estruturas metálicas, móvel num dos apoios e deslizantes sobre trilho curvo. Completa o conjunto uma frota de seis barcaças autopropulsadas de 250 Tdw, que transportarão o sal das salinas ao porto-ilha. O terminal movimentará 675 mil t de sal em 1974; 1 100 mil t em 1975; 1 300 mil t em 1976; e 1 500 mil t em 1977.

RESERVAS MUNDIAIS DE PETRÓLEO

As reservas mundiais de petróleo em 1971 elevaram-se aproximadamente 76 bilhões de toneladas métricas, informa o Anuário Estatístico da ONU. Mais de um terço dessas reservas estão na Arábia Saudita e no Kuwait que, juntamente com o Irã, a União Soviética, os Estados Unidos, o Iraque e a Líbia detêm mais de 75% das reservas mundiais:

Países	Reservas (milhões de t)
Arábia Saudita	18 737
Kuwait	10 370
Irã	8 265
União Soviética	8 203
Estados Unidos	5 144
Iraque	4 420
Líbia	3 695

Na América Latina, a maior reserva pertence à Venezuela, com 2,0 bilhões de toneladas. As reservas brasileiras, estimadas até então em 113 milhões de toneladas, eram inferiores às do Equador (801 milhões), México (397 milhões), Argentina (279 milhões) e Colômbia (230 milhões).



Atlântica-Boavista Seguros

Atlântica • Boavista • Boavista Vida e Acidentes • Ultramar • Farroupilha • Pátria

Grupo associado ao BRADESCO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
IMOBILIZADO			
Imóveis		84.852.113,19	
Móveis, Máquinas, Utensílios e Veículos	11.789.911,10		
MENOS:			
Depreciações de Bens Móveis e Veículos	7.651.054,74	4.138.856,36	
Outras Imobilizações		1.760.802,36	90.751.771,91
REALIZÁVEL			
Títulos Mobiliários		142.868.857,49	
Empréstimos Garantidos		2.688.644,96	
Bancos Depósitos a Prazo ou Vinculados		23.875.848,54	
Contas Correntes		141.860.975,22	
Depósitos Diversos		10.492.292,81	321.806.619,02
DISPONÍVEL			
Bancos - Depósitos Movimento			39.763.727,39
CONTAS PENDENTES			
Apólices Emitidas		73.016.167,88	
Outras Contas Pendentes		5.644.366,94	78.660.534,82
SOMA			530.982.653,14
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			707.159.562,39
TOTAL			1.238.142.215,53

PASSIVO

	Cr$	Cr$
NÃO EXIGÍVEL		
Capital	94.900.000,00	
Reserva p/Integridade do Capital	2.104.676,53	
Reserva p/Aumento do Capital	73.466.241,38	170.470.917,91
RESERVAS TÉCNICAS		102.865.027,83
CAPITAL E RESERVAS EM 31/12/73		273.335.945,74
EXIGÍVEL		
Empréstimos Garantidos	32.095.032,45	
Contas Correntes	105.957.762,75	
Contas de Regularização	11.609.895,74	149.662.690,94
CONTAS PENDENTES		
Prêmios e Emolumentos a Realizar	73.016.167,88	
Outras Contas Pendentes	4.796.921,83	
Lucros e Perdas	30.170.926,75	107.984.016,46
SOMA		530.982.653,14
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		707.159.562,39
TOTAL		1.238.142.215,53

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DÉBITO

	Cr$	Cr$
DESPESAS OPERACIONAIS		
Prêmios	184.329.236,27	
Comissões	75.256.463,27	
Sinistros	220.009.331,11	
Despesas Operacionais Diversas	83.797.173,38	
Reservas Técnicas (constituição)	101.312.156,52	644.704.360,55
DESPESAS PATRIMONIAIS		12.107.771,41
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		77.450.207,99
SOMA		734.262.339,95
EXCEDENTE:		
Provisão para Imposto de Renda	5.120.000,00	
Saldo a Disposição da Assembléia	30.170.926,75	35.290.926,75
TOTAL		769.553.266,70

CRÉDITO

	Cr$	Cr$
RECEITAS OPERACIONAIS		
Prêmios	488.601.720,66	
Comissões	28.116.005,73	
Sinistros	55.732.064,01	
Receitas Operacionais Diversas	75.730.392,22	
Reservas Técnicas (Reversão)	92.566.323,73	740.746.506,35
RECEITAS PATRIMONIAIS		27.682.081,87
RECEITAS ADMINISTRATIVAS E OUTRAS		1.124.678,48
TOTAL		769.553.266,70

CAPITAL E RESERVAS EM 31/12/1973 – Cr$ 273.335.945,74

Café – fim dos contratos especiais

A partir de 1968, a política conduzida pelo IBC para exportação de café caracterizou-se por crescente influência de contratos especiais firmados entre a autarquia e os compradores externos, na sua quase totalidade torradores europeus e norte-americanos.

Indo mais além que a prática de operações por intermédio de seus entrepostos no exterior — conhecidas como operações "casadas" — deu-se início, em 1968, a um sistema de vendas por prazo fixo de três anos, graças a bonificações previamente acordadas, dependentes da evolução dos preços de nossos concorrentes, africanos ou produtores de suaves.

Duas razões fundamentais levaram as autoridades cafeeiras a dar início ao sistema de contratos especiais. Primeiro, a perda continuada dos mercados externos por parte do café brasileiro que, inclusive, não conseguia preencher as cotas estipuladas pela Organização Internacional do Café, e, segundo, acumulação insuportável de estoques, que atingiu, em fins de 1967, cerca de 65 milhões de sacas.

Sabendo-se que a decisão final de comprar esse ou aquele tipo depende, em última análise, da estrutura relativa dos preços de cada café, o sistema que entrou em vigor se propunha a garantir ao torrador parte de suas compras de café brasileiro, por um período suficientemente longo, a um preço real que guardasse competitividade, independente das variações ocorridas nos demais cafés.

Em sua essência, os contratos especiais dividiam-se em duas partes; uma, pela qual o comprador pagava o preço normal de mercado para o café brasileiro; outra, bonificada, segundo a evolução do mercado.

Em janeiro de 1972 foram efetuados os últimos ajustes entre a autarquia e os torradores, fixando-se o prazo final, para a maioria deles, em dezembro de 1973. Estava assim montada a estratégia de vendas para o biênio 72-73, que procurou garantir volume adequado de vendas pelo compromisso de quantidades fixas por contrato, ao mesmo tempo que deixava livre para eventuais subidas o preço brasileiro pago pela parte normal dos contratos. Em última análise, buscava-se acentuar o processo de alta nas cotações do produto brasiliero.

O trimestre outubro/dezembro-73 provou a eficiência do mecanismo posto em prática, pois, ao mesmo tempo foram obtidos volumes extraordinários de embarques e receita recorde na história do café brasileiro. A tabela I mostra o fato.

Tabela I — Exportação brasileira de café — Sacas de 60 kg — US$ 1 000

Discriminação	Out./dez.		Dezembro	
	Volume	Valor	Volume	Valor
1968	4 614 177	193 884	1 511 180	62 769
1969	5 089 412	250 245	1 539 157	78 618
1970	4 025 145	198 703	2 000 400	137 524
1971	4 356 136	212 239	1 425 899	71 268
1972	4 110 832	256 330	1 370 960	79 904
1973*	5 512 019	385 407	2 581 829	188 108

* Volume embarcado; nov./dez.: dados provisórios.

Cumpre realçar que o mês de dezembro, último da validade dos contratos, permitiu que as exportações atingissem níveis bastante expressivos, movimentando todo o mercado exportador.

Com a aproximação do fim de dezembro, tornava-se imperiosa a decisão das autoridades cafeeiras sobre a política de preços externos a vigorar no ano entrante.

As cotações externas apresentavam-se completamente destorcidas, estando o café brasileiro situado em nível muito superior ao café colombiano. Daí não ser difícil entender que a exportação só se processou nos contingentes mencionados graças ao rebate imediato, de preços, conferido pelo mecanismo de ajustes embutido nos contratos.

A persistir a estrutura de preços, em centavos/libra, do dia 21 de dezembro — colombianos, 71,50; centrais, 65,00; Brasil, 75,00; robusta, 54,19, com média de 65,81 — não restaria ao Brasil outro caminho senão o da renegociação maciça de todos os contratos especiais.

Na véspera do Natal, a Diretoria do IBC expediu a Resolução n.º 812, que marcou a diretriz da comercialização para o ano de 1974. Anunciando definitivamente o fim dos contratos especiais, o IBC alterou, de modo drástico, a quota de contribuição. Tomando outra decisão sem precedente na história recente da comercialização de café, abriu, mediante quota por exportador, registros para declarações de venda até junho. Em outras palavras, o IBC, reduzindo a quota de contribuição e terminando com as bonificações, fazia desaparecer o preço nominal do café e trazia o mercado para seus níveis reais. Permitindo registros futuros com aumentos sucessivos mensais e ajustes simultâneos da quota de contribuição, indicava sua disposição de firmar o mercado externo durante os primeiros seis meses do ano. A tabela II demonstra as alterações procedidas.

Tabela II — Níveis de preços externos — janeiro/junho

Níveis em	Preço de registro (centavos de dólar por libra peso)	Quota de contribuição (dólares por saca)
21-12-73	63,00	31,45
Janeiro-74	63,00	21,50
Fevereiro-74	63,50	22,35
Março-74	64,00	23,35
Abril-74	65,00	24,85
Maio-74	66,50	26,55
Junho-74	68,00	28,50

Fonte: IBC.

O transcurso do mês de janeiro demonstrou que os objetivos perseguidos pela Resolução n.º 812 foram alcançados. Ao mesmo tempo em que o Brasil corrigia sua própria posição, todos os demais concorrentes reagiram no sentido de elevar suas cotações, permitindo que ao final do mês os diferenciais se aproximassem de seus níveis tradicionais. A tabela III e o gráfico I mostram o comportamento descrito.



SE O SEU ASSUNTO É ECONOMIA PROCURE CONHECER NOSSOS TÍTULOS

Editora da Fundação Getulio Vargas

Livrarias:

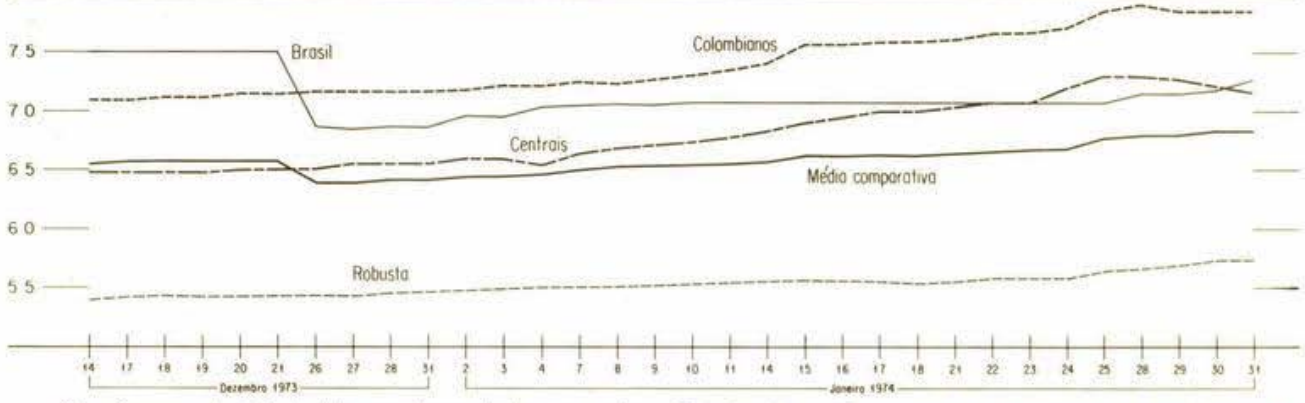
RIO DE JANEIRO
Livraria Carneiro Felipe
Praia de Botafogo, 188
C.P. 21120 Tel.: 266.1512 R. 110
Livraria Teixeira de Freitas
Av. Graça Aranha, 26 Lj.He C
Tels.: 222.4142 e 242.5378
SÃO PAULO
Livraria Faria Lima
Av. Nove de Julho, 2029
C.P. 5534 - Tel. 288.3893
BRASÍLIA
S.Q. 104 Bloco A loja 11
Tel.: 24.3008

Tabela III — Evolução dos preços indicativos

Discriminação	Colombianos	Centrais	Brasil	Robusta	Média
21-12-73	71,50	65,00	75,00	54,19	65,81
2-1-74	71,88	66,00	69,50	54,76	64,40
10-1-74	73,00	67,25	70,75	55,19	65,36
21-1-74	76,00	70,25	70,75	55,44	66,44
31-1-74	78,50 (+7,00)	71,75 (+6,75)	72,75 (−2,25)	57,38 (+3,19)	68,25 (+2,44)

Fonte: IBC.

I - Evolução dos preços indicativos — centavos de dólar por libra peso



Os números da tabela IV permitem ainda que seja medida a recuperação brasileira em termos de competitividade com as outras origens.

Tabela IV — Recuperação dos preços do café brasileiro

Discriminação	Centrais	Robusta
Aumento	6,75	3,19
Queda Brasil	2,25	2,25
Efeito final	+9.00	+6.44

Afastamento brasileiro em relação à média

Em	21-12-73	31-1-74
Preço Brasil	75,00	70,75
Média	65,81	68,44
Afastamento	+ 9.19	+ 2.31

A Resolução n.º 812 introduziu profunda modificação na sistemática de comercialização brasileira, indicando a disposição do Governo de manter, durante o ano de 1974, a firme tendência de alta manifestada desde janeiro de 1972.

Embora os preços reais se mantivessem em alta, em termos de preços médios, janeiro não refletiu essa política porque foram absorvidos os resíduos acumulados das bonificações de 1973. Os dados do IBC indicam que comparativamente ao ano anterior, tanto o volume quanto o valor foram normais.

Considerado, entretanto, o trimestre jan./mar. sobressai nitidamente que neste ano deverá ser repetido o acréscimo de receita observado no ano passado, estimado em 27%.

Mesmo antes de encerradas as vendas haviam sido negociadas para o trimestre jan./mar. de 1974, cerca de 4 521 mil sacas, que produziram receita de US$ 344 milhões.

Tabela V — Exportação brasileira de café — volume em sacas de 60 kg — valor em US$ 1 000

Anos	Janeiro		Jan./mar.	
	Volume	Valor	Volume	Valor
1973	1 500 001	93 495	4 462 084	271 355
1974*	1 502 540	87 073	4 521 000	354 000

* Dados estimados.

A tabela V relaciona os níveis atuais com os seus correspondentes do ano anterior.

Os dados preliminares do trimestre jan./mar. de 1974 permitem concluir que a meta de US$ 1,6 bilhão para o presente ano poderá, inclusive, ser superada.

No campo dos preços internos, o mês de janeiro repetiu a tendência altista que vem sendo observada. Para trazer o mercado doméstico dentro de níveis mais satisfatórios de sustentação, o IBC aprovou a Resolução n.º 813, que estabeleceu preços e condições de compra dos cafés da safra 73/74, despachados a partir de abril do corrente. Com ela foram majorados os níveis de suporte para compra do café, bem como os de financiamento do produto.

Os efeitos da Resolução n.º 813 não se fizeram esperar e o mercado interno reagindo de imediato permitiu a evolução dos preços visualizada na tabela VI.

Tabela VI — Evolução dos preços internos — Cr$ saca

Discriminação	São Paulo	Paraná
Outubro-73	305,00	295,50
Novembro-73	307,50	297,50
Dezembro-73	310,00	295,00
Janeiro-74	330,00	315,00

Fonte: IBC/SECON.

Moeda e crédito – pressões de demanda

A EXPANSÃO EM 73

Estimativas do Banco Central revelam terem os meios de pagamento mostrado expansão de 46,8% em 1973, taxa que traduz forte aceleração no ritmo da expansão monetária em relação a 1972. As emissões de papel-moeda alcançaram a cifra de Cr$ 6 100 milhões, ou seja, acréscimo de 46,4% sobre o saldo acumulado, vigorante ao final de 1972. Este, por seu turno, experimentara aumento de Cr$ 3 300 milhões — 33,8% — em relação ao saldo de dezembro de 1971.

As emissões realizadas em 1973 vieram, sem dúvida, representar importante foco de inflação no período, o que, juntamente com as pressões de custos oriundos de produtos importados, impossibilitou a consecução da meta inflacionária de 12%. É importante considerar, ainda, que a expansão monetária não costuma manifestar, de imediato, todo seu potencial inflacionário. Isto quer dizer que boa parte da aceleração dos preços em jan. e fev./74 deva ser debitada às emissões do período anterior. É certo então que durante o primeiro semestre do corrente ano a taxa de inflação irá refletir um ajustamento da economia à elevação dos meios de pagamento em 1973. Esse parece ser resultado inevitável de uma expansão monetária acentuada em uma economia funcionando a plena capacidade. O efeito da elevação da liquidez sobre a demanda agregada fez-se sentir fortemente desde o ano anterior, mas não há dúvida que o ajustamento final só se fará após alguns meses.

Sabe-se que um dos fatores mais importantes a pressionar as emissões de papel-moeda em 1973 foi o superavit no balanço de pagamentos externos do País. A entrada líquida de mais de US$ 2 bilhões fez com que o Banco Central desembolsasse grande soma de recursos em cruzeiros na conversão dessas divisas. Ao contrário do ocorrido em 1972, quando a colocação de títulos federais junto ao público através das operações de **open market** permitiu compensar a pressão monetária ligada ao setor cambial, em 1973, a manipulação desse instrumento de política monetária não pôde assegurar suficiente controle sobre a expansão dos meios de pagamento. Além disso, a própria expansão dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, a uma taxa superior a 50%, respondeu, de forma importante, pela aceleração da expansão monetária no ano que passou. Programas ligados ao setor rural, como o PROTERRA, e ao comércio exterior, como os créditos na forma de adiantamentos sobre contratos de câmbio a exportadores brasileiros, responderam, em boa parcela, pelo acentuado aumento das operações do Banco do Brasil.

A CRISE EM JANEIRO/FEVEREIRO-74

Para o corrente ano, estimativas preliminares indicam retração dos meios de pagamento, em janeiro, da ordem de 4%. Esta evolução corresponde a comportamento sazonal, característico de todo início de ano. A redução do nível de transações, em relação a dezembro explica, basicamente, essa menor demanda por moeda no sistema econômico. Nesse período é normal que as autoridades monetárias reduzam o saldo do papel-moeda emitido. Boa parcela das grandes emissões de final de ano retorna à caixa do Banco do Brasil, possibilitando sua esterilização e conseqüente amenização dos efeitos inflacionários daquelas emissões. Em janeiro houve, assim, recolhimento de cerca de Cr$ 1 100 milhões de papel-moeda, que somente serão recolocados em circulação, gradativamente, ao longo do exercício, à medida que o aumento das transações o exigir.

Apesar dessa evolução sazonal, aparentemente normal no início do corrente ano, a realidade é que se chegou a falar em crise de crédito ao final de janeiro e princípios de fevereiro. Na verdade, o escasseamento de reservas nos bancos comerciais tem-se tornado rotina no início de cada ano, pelo efeito conjugado de redução do meio circulante e da necessidade de ajustar os recolhimentos compulsórios aos depósitos de dezembro, geralmente muito elevados. No corrente ano, contudo, a dificuldade foi apontada também por representantes do setor empresarial não-financeiro. Tal fato parece estar associa-

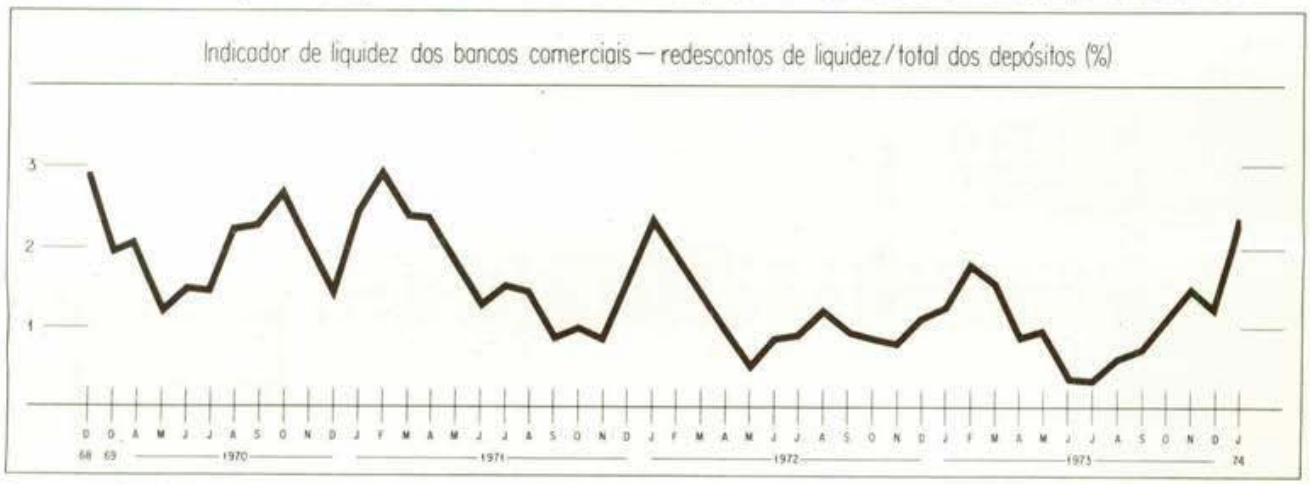


Tabela I — Indicadores monetários — Cr$ milhões correntes de final de período

Período	Papel-moeda			Depósitos			Redescontos ao sistema bancário	Meios de pagamento (I+II+III)
				Bancos comerciais		Banco do Brasil		
	Emitido	Em circulação	Em poder do público (I)	à vista (II)	a prazo[1]	à vista (III)		
1966	2 840	2 741	2 343	6 012	270	1 835	355	10 190
1967	3 598	3 453	2 944	9 275	502	2 299	439	14 518
1968	5 100	4 970	4 080	12 754	894	3 684	955	20 518
1969	6 400	6 218	5 390	16 717	839	5 129	1 455	27 236
1970	7 900	7 638	6 720	21 348	1 432	6 359	1 535	34 427
1971	9 750	9 498	8 555	28 027	3 253	8 156	2 284	45 098
1972	13 050	12 718	11 547	40 046	5 031	11 398	3 003	62 982
1973 — Jan.	12 350	11 982	10 771	37 764	6 354	11 580	3 182	60 115
Fev.	12 350	12 053	10 773	38 724	6 342	12 761	3 463	62 258
Mar.	12 550	12 282	11 240	40 252	6 374	12 914	3 845	64 405
Abr.	13 150	12 804	11 367	42 586	6 393	13 712	3 482	67 665
Mai.	13 350	13 219	11 894	44 128	6 590	14 781	3 531	70 803
Jun.	14 350	14 039	12 846	48 383	6 530	14 974	3 167	76 203
Jul.	14 950	14 401	12 945	47 378	6 503	15 674	3 193	75 997
Ago.	14 950	14 660	13 431	48 836	6 802	15 588	3 134	77 855
Set.[2]	15 450	15 103	13 623	50 024	6 900	16 600	3 027	80 247

[1] Exclui depósitos para investimentos ao Banco da Amazônia, a partir de março de 1969.

[2] Dados estimados.

Fonte: Banco Central do Brasil.

do à inexistência da válvula de escape no mercado de crédito, antes representado pelo recursos de origem externa. O ônus derivado da retenção de 40% do contravalor dos empréstimos externos em moeda parece ter impedido que a dificuldade interna de crédito pudesse ser contornada pelos fundos oriundos do mercado do eurodólar. Além disso, o aumento do dispêndio com importações, face ao aumento de preços de alguns produtos, principalmente o petróleo, deve ter provado redução no nível das reservas internacionais do País. Isso significa que as operações de câmbio das autoridades monetárias que funcionavam até outubro como principal determinante da expansão das reservas primárias dos bancos — o papel-moeda — passaram a atuar como elemento de contração da liquidez, à medida que o Banco Central tenha passado a vender, mais que comprar, divisas no mercado.

Diante disso, o sistema bancário que durante quase todo o ano anterior manteve saldo devedor nos redescontos de liquidez entre Cr$ 500 e Cr$ 600 milhões chegou a atingir, em janeiro/fevereiro, nível próximo a Cr$ 3 bilhões nesse tipo de operação. A saída encontrada pelos bancos para minorar os efeitos da perda de reservas, além dos redescontos, foi a diminuição de suas aplicações em títulos federais de curto prazo. A conjugação destas duas fontes de fundos permitiu que, mesmo na presença de forte redução nos depósitos à vista, os bancos comerciais pudessem expandir ligeiramente seus empréstimos, possivelmente para atender pelo menos os clientes mais importantes.

AS SOLUÇÕES

As autoridades monetárias, diante da conjuntura reinante, adotaram medidas destinadas a atenuar o momentâneo aperto de crédito. A principal delas veio com a Resolução n.º 279, de 7-2-74, que suspendeu a retenção de 40% sobre os empréstimos externos em moeda. Tal medida parece ter visado dois objetivos simultaneamente. Em primeiro lugar objetivou criar condições para que o País possa manter adequado nível de reservas internacionais face, principalmente, à perspectiva de elevado dispêndio com a importação de petróleo. Essa medida de precaução parece necessária, pois a própria liquidez do mercado do eurodólar, principal fonte de fundos externos em moeda, poderá reduzir-se em conseqüência dos esperados deficits na balança comercial da maioria dos países industrializados, diante do problema criado com a elevação dos preços do petróleo. Em segundo lugar, o levantamento da retenção dos 40% representou a devolução, ao setor empresarial, dessa alternativa de financiamento.

A outra medida de alívio tomada pelo Governo consistiu na ampliação das diversas faixas de redescontos. Nos primeiros dias de fevereiro, o Conselho Monetário Nacional anunciou as seguintes decisões: a) ampliação de Cr$ 880 milhões para Cr$ 1 400 milhões o volume de recursos disponíveis no Banco Central para atender ao refinanciamento de operações vinculadas à exportação de produtos manufaturados; b) ampliação de Cr$ 220 milhões para Cr$ 350 milhões o volume de recursos desti-

Tabela II — Sistema bancário — empréstimos ao setor privado — saldo em fim de período — Cr$ milhões

Períodos	Banco do Brasil	Bancos comerciais	Total
1966	2 482	4 895	7 377
1967	3 552	8 051	11 603
1968	5 913	13 031	18 944
1969	9 016	18 114	27 130
1970	12 178	24 287	36 465
1971	17 926	35 134	53 060
1972	24 979	51 283	76 262
1973 — Jan.	24 791	51 353	76 144
Fev.	25 516	52 906	78 422
Mar.	27 514	53 964	81 478
Abr.	28 586	56 421	82 007
Mai.	30 081	58 532	88 613
Jun.	32 598	61 657	94 255
Jul.	32 782	63 322	96 104
Ago.	33 528	65 159	98 687
Set.	34 499	66 879	101 378
Out.	35 572	69 798	105 370
Nov.*	36 142	71 344	107 486
Dez.*	38 069	73 874	111 943
1974 — Jan.*	37 955	73 900	111 855

* Estimados.

Fonte: Banco Central do Brasil.

nados pelo Banco Central para refinanciar operações bancárias ligadas à produção exportável de pequenas e médias empresas; c) antecipação do prazo de financiamento da comercialização agrícola com recursos oficiais, que deverá representar fluxo de recursos à disposição da rede bancária da ordem de Cr$ 1 bilhão; d) ampliação de Cr$ 2 200 milhões para Cr$ 3 500 milhões do limite **intra-teto** para os redescontos de liquidez que se destinem a atender problemas de insuficiência a curto prazo nas reservas bancárias.

Quanto aos redescontos ligados a manufaturados de exportação, o Banco Central continuou a exigir que os bancos comerciais cobrem juros máximos de 8% a.a., para que a operação possa ser refinanciada a 4% a.a. Na faixa destinada a pequenas e médias empresas vigora o mesmo critério para os juros e são contempladas operações com empresas cujos certificados de habilitação não ultrapassem a US$ 200 mil. Quanto à ampliação da faixa **intra-limite** para os redescontos de liquidez a vantagem foi no referente ao custo para os bancos, pois enquanto nessa faixa vigoram juros de 18% a.a., acima dela os juros passam a 24% a.a. Como muitos bancos estavam operando acima do **intra-limite**, a medida trouxe, de fato, certo desafogo ao sistema.

AS PERSPECTIVAS

O que parece importante levar em conta, diante do ocorrido no mercado bancário durante os primeiros dois meses do corrente ano, é que a situação então vigorante, de certo modo, coaduna-se com a orientação que será necessária adotar nos demais meses do período. Diante da pressão inflacionária oriunda da expansão dos meios de pagamento em 1973 e da presença de importantes majorações autônomas de custos, como a proporcionada pela alta dos preços do petróleo, não há dúvida de que o controle do processo inflacionário exigirá cuidados especiais nos meses que se seguem. Uma das armas que o Governo não poderá dispensar será, sem dúvida, a política monetária. Esforço deverá ser feito no sentido de se reduzir, ao longo do ano, o ritmo de expansão dos créditos bancários e dos meios de pagamento. Parece certo que o Governo não irá sacrificar o crescimento da economia pela execução de medidas drásticas de controle monetário, mas é muito provável, ou mesmo inevitável, que os instrumentos de política monetária sejam acionados no sentido de evitar escalada muito forte no nível dos preços. Em outras palavras, não é de se esperar, que através da política monetária, venha o Governo a conter o crescimento da demanda agregada a ponto de prejudicar a expansão das atividades econômicas, mas parece saudável que não se permita que o crescimento dessa demanda se faça a um ritmo que leve a uma aceleração da taxa de inflação. Isso certamente ocorreria caso se permitisse expansão monetária da magnitude da observada no ano anterior. Diante disso, a evolução dos dois primeiros meses parece ter sido importante para uma tomada de consciência tanto da parte do setor bancário quanto das empresas não-financeiras. O crédito em 1974 não poderá andar tão fácil como no ano anterior sob pena de o País defrontar-se com uma taxa de inflação acima do que seria desejável em função do próprio desenvolvimento a médio e longo prazos.

Tabela III — Redescontos aos bancos comerciais — saldos em Cr$ milhões de final de período

Período	Total	Liquidez[1]	Manufaturados	Comercialização agrícola	Café	Outros
1969	1 456	410	170	76	632	168
1970	1 535	351	322	64	640	158
1971	2 284	516	520	110	993	145
1972	3 003	488	984	140	1 194	197
1973 — Jan.	3 182	589	985	151	1 239	218
Fev.	3 463	832	997	171	1 241	222
Mar.	3 846	1 024	1 120	313	1 180	209
Abr.	3 483	470	1 188	495	1 139	191
Mai.	3 531	250	1 206	656	1 223	196
Jun.	3 167	110	1 254	747	837	219
Jul.	3 192	317	1 264	479	802	230
Ago.	3 134	188	1 328	521	860	237
Set.	3 339	236	1 342	437	1 094	230
Out.[2]	3 427	560	1 365	175	1 093	234
Nov.[2]	3 736	984	1 342	197	978	235
Dez.[2]	3 330	675	1 286	232	897	240
1974 — Jan.[2]	4 424	1 674	1 249	449	810	242

[1] Inclui os empréstimos de liquidez da Resolução n.º 168.
[2] Dados provisórios.

Fonte: Banco Central.

BANCO DO BRASIL S. A.

— (814 Agências no País e 14 no Exterior) —

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000/0001

Balancete de 31 de Janeiro de 1974 — Da Direção Geral e Agências no País

ATIVO

				Cr$
DISPONÍVEL				525.478.486,66
REALIZÁVEL				
Empréstimos				
Da Carteira de Crédito Geral				
À produção	11.809.821.789,07			
Ao comércio	3.318.404.867,38			
A atividades não especificadas	3.646.557.606,42			
Ao Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei 4.595/64	3.403.311.605,45			
A governos estaduais e municipais	61.789.713,80			
A autarquias	40.000.000,00			
A instituições financeiras	37.401.715,90	22.317.287.298,02		
Da Carteira de Crédito Rural				
À produção	18.286.128.713,17			
Ao comércio	1.668.404.314,88			
A entidades públicas	427.690,07	19.954.960.718,12		
Da Carteira de Comércio Exterior				
À produção	431.166.099,75			
Ao comércio	128.186.961,11			
Vinculados ao fundo de financiamento à exportação — FINEX	706.283.415,61	1.265.636.476,47		
Da Carteira de Câmbio				
À produção	530.890.925,56			
Ao comércio	706.949.229,28			
A atividades não especificadas	101.283.666,87	1.339.123.821,71	44.877.008.314,32	
Outros Créditos				
Banco Central, recolhimento compulsório	1.315.565.027,08			
Banco Central, outras contas	1.099.835.050,47			
Tesouro Nacional — reajustamento da dívida pecuária e outras responsabilidades da União	3.726.646.375,65			
Carteira de Comércio Exterior:				
De ordem e conta do Governo Federal:				
Compra e venda de produtos agrícolas	1.671.090.540,72			
Compensação — nossa remessa	2.617.807.260,61			
Compensação — a remeter	70.906.486,48			
Compensação — a devolver	19.157.087,25			
Cheques a receber, em trânsito	461.005.982,58			
Adiantamentos sobre cambiais e contratos de câmbio	1.642.044.951,12			
Créditos em liquidação	312.215.108,83			
Correspondentes no País	32.591.355,65			
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras	6.962.234.540,22			
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	21.084.825,34			
Outras contas vinculadas a câmbio	6.987.898.944,11			
Departamentos no País	2.068.436.194,98	32.401.922.694,69		
Outras contas	3.393.402.963,60			
Aplicações do programa de formação do PASEP		3.800.830.650,18	36.202.753.344,87	
Valores e bens				
Títulos à ordem do Banco Central	1.315.564.899,52			
Títulos federais	77.863.434,19			
Capital e reservas das Agências no exterior	192.904.493,62			
Agências no exterior, resultados à disposição da Direção Geral	133.138.322,61			
Outros valores em moedas estrangeiras	5.100.059,59			
Demais valores	288.253.013,40	2.312.824.222,93		
Bens		70.106.524,26	2.382.930.747,19	83.462.692.406,38
IMOBILIZADO				
Imóveis de uso			856.865.717,22	
Móveis e utensílios			257.234.729,93	
Almoxarifado			61.056.334,81	
Sistemas de comunicação, mecanização avançada e segurança			111.100.293,66	1.286.257.075,62
RESULTADO PENDENTE				402.272.721,14
CONTAS DE COMPENSAÇÃO				22.329.197.651,76
				108.005.898.341,56

Brasília, 15 de Fevereiro de 1974 — Oswaldo Roberto Colin — Presidente em exercício. José Rubens de Faria Cidade — Diretor Administrativo em exercício. Admon Ganem — Diretor do Pessoal. CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL — Oziel Rodrigues Carneiro — Diretor da 1.ª Região. Camillo Calazans de Magalhães — Diretor da 2.ª Região. Sérgio Andrade de Carvalho — Diretor da 3.ª Região. Mário Pacini — Diretor da 4.ª Região. Ângelo Amaury Stabile — Diretor da 5.ª Região. Walter Peracchi Barcellos — Diretor da 6.ª Região. Dinar

BANCO DO BRASIL S. A.

— (814 Agências no País e 14 no Exterior) —

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.° 00.000.000/0001

Balancete de 31 de Janeiro de 1974 — Da Direção Geral e Agências no País

P A S S I V O

					Cr$
NÃO EXIGÍVEL					
Capital				2.880.000.000,00	
Reservas e fundos					
Fundo de reserva legal			336.180.575,43		
Fundo de previsão			1.058.703.553,13		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios			1.044.421.594,47		
Fundo de reservas especiais			1.689.610.233,67		
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio			72.754.471,76		
Fundo de indenizações trabalhistas			52.907.397,47	4.254.577.825,93	7.134.577.825,93
EXIGÍVEL					
Depósitos					
À vista e a curto prazo					
Do público		10.061.045.473,70			
De domiciliados no exterior		1.993.764,29			
De instituições financeiras					
Bancos	2.059.680.682,85				
Outras instituições financeiras	1.015.717.777,28	3.075.398.460,13			
Do Tesouro Nacional:					
Operações anteriores à Lei 4.595/64	1.604.445.502,23				
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	1.369.543.504,66				
Outras contas	10.011.737.026,87	12.985.726.033,76			
De governos estaduais e municipais		792.245.572,39			
De autarquias:					
Banco Central, suprimentos especiais	1.405.397.581,98				
Outras autarquias	4.436.922.218,74	5.842.319.800,72			
De sociedades de economia mista		1.016.707.894,57			
De empresas públicas		535.469.976,79	34.310.906.976,35		
A médio prazo:					
Do público:					
Com correção monetária		848.427.733,76			
Outros depósitos		2.333.916,12	850.761.649,88	35.161.668.626,23	
Outras exigibilidades					
Compensação — sua remessa			1.579.322.029,86		
Cheques e documentos a liquidar			375.773.254,62		
Cobrança efetuada, em trânsito			1.510.481.560,36		
Ordens de pagamento			458.208.858,16		
Correspondentes no País			84.894.909,86		
Departamento e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras			62.546.782,41		
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional			4.023.416,99		
Outras contas vinculadas a câmbio			6.064.081.123,66		
Banco Central, conta de movimento			11.225.794.415,39		
Outras contas			1.491.130.351,72	22.856.256.703,03	
Obrigações (especiais)					
Recebimentos de impostos estaduais e municipais			190.307.563,11		
Recebimentos por conta do Tesouro Nacional			1.973.829.420,84		
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias federais			1.344.464.713,39		
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias estaduais			10.343,33		
Programa de formação do PASEP			3.746.961.263,80		
Caixa Econômica Federal recursos vinculados a operações PASEP			37.500.000,00		
Imposto sobre operações financeiras			1.623.186,23		
Depósitos obrigatórios — FGTS			264.569.300,62		
Caixa Econômica Federal — PIS			22.397.741,03		
Obrigações em moedas estrangeiras			962.646.784,52		
Obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais			4.438.100.464,95		
Outras contas			2.479.112.924,21	15.461.523.706,03	73.479.449.035,29
RESULTADO PENDENTE					5.062.673.828,58
CONTAS DE COMPENSAÇÃO					22.329.197.651,76
					108.005.898.341,56

Goyheneix Gigante — Diretor da 7.ª Região. CARTEIRA DE CÂMBIO — César Dantas Bacellar Sobrinho — Diretor. CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR — Benedicto Fonseca Moreira — Diretor. Delio Brito — Contador Geral em exercício — T. C. — C.R.C. — GB — n.º 23.837 — C.R.C. — DF — I. S. CONSELHO FISCAL — Carloman da Silva Oliveira. Clemente Mariani Bittencourt. João Jabour. José Mendes de Oliveira Castro. Odette de Castro Gouveia. Pedro Magalhães Corrêa.

Mercado cambial –

reajuste de 3,8% em dupla desvalorização

Quando, ainda não terminado o mês de janeiro, estabeleciam as autoridades monetárias nova cotação para o dólar norte-americano (Cr$ 6,30 para a compra, a partir de 31-1), podia-se pressentir que se restabeleceria, em 1974, em toda plenitude, a sistemática de ajustamentos cambiais de curto período, que caracterizou a política do setor até o ano de 1972. Mas, se esse primeiro indício não tivesse sido suficientemente convincente, o fato de, decorridos outros 20 dias, novo reajustamento cambial ter-se concretizado (com a fixação da taxa de compra de Cr$ 6 415, desde 20-2), certamente terá contribuído para se avaliar mais precisamente o significado das medidas.

Com o duplo reajustamento a desvalorização cambial desde 1.º de janeiro alcançou 3,8%, já que prevalecia anteriormente a cotação de Cr$ 6,18, fixada desde 14 de dezembro último, e que vigorou durante 48 dias. A taxa estabelecida em 31 de janeiro, alterada em 20 de fevereiro, esteve, por outro lado, em vigor durante apenas 20 dias, prazo dos menores observados desde 1968, pois tão-somente em 1970, em julho e novembro, foram registrados períodos inferiores (14 dias).

Tabela I — Variação da taxa de câmbio — Cr$/US$

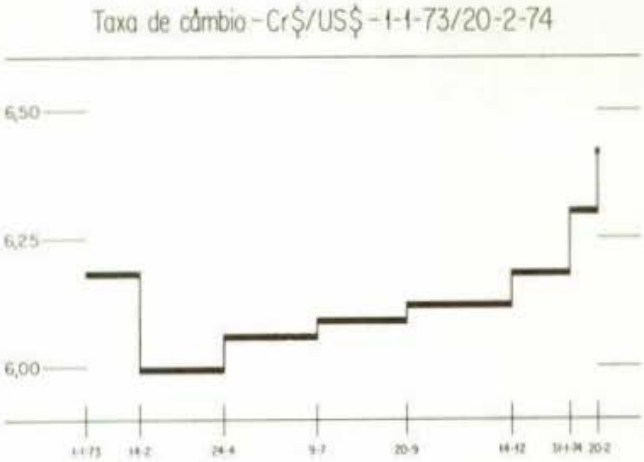
Data da vigência	Prazo em dias	Taxa de compra	Taxa de venda	Variação sobre a compra (%)	
				Anterior	Vigente em 1-1
1- 1-73	61*	6,180	6,215	—	—
14- 2-73	69	5,995	6,030	−3,00	−3,00
24- 4-73	76	6,060	6,100	1,08	−2,00
9- 7-73	73	6,090	6,130	0,50	−1,46
20- 9-73	85	6,120	6,160	0,49	−1,00
14-12-73	48	6,180	6,220	0,98	0
31- 1-74	20	6,300	6,340	1,94	1,94
20- 2-74		6,415	6,555	1,83	3,80

* Prazo contado desde 15-12-72, data de vigência da taxa de Cr$ 6,18.
Fonte: Gerência de Câmbio do Banco do Brasil.

A política de flexibilidade cambial, implantada desde agosto de 1968, foi seguida pelas autoridades monetárias sem quebra de continuidade até o final de 1972. Os problemas monetários internacionais que emergiram no segundo semestre de 1971, e com maior ênfase em princípios de 1973, levaram a que as autoridades reorientassem parcialmente a linha anterior, materializando uma inédita valorização cambial em fevereiro do último ano para, posteriormente, em abril, julho, setembro e dezembro, em sucessivas alterações, proceder-se a minidesvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano. Com o derradeiro reajustamento a taxa de compra veio situar-se, no final de dezembro, nos mesmos níveis que prevaleciam no início de 1973. A rigor, portanto, não se pode concluir no sentido de que a flexibilidade não tenha sido mantida. O que realmente se verificou foi uma interrupção na tendência de contínuas desvalorizações, fenômeno que se deveu, fundamentalmente, ao realinhamento monetário internacional, com a elevação da paridade-ouro do dólar.

A evolução da taxa de câmbio no ano anterior que, de modo geral, não alterou de forma profunda os critérios precedentes, colocou, todavia, indagações sobre as opções com que se defrontaria o País relativamente ao setor cambial no decorrer de 1974. E, nessa altura, novo dado se introduzia, qual seja a generalizada elevação nos preços internacionais, reforçando tendência já verificada em 1973, e agora por força da chamada crise do petróleo, detectada no último trimestre do ano. Também se questionava se, como fruto dos problemas enfrentados pela maioria dos países, a expansão comercial do Brasil não passaria a enfrentar dificuldades para manter a tendência registrada nos últimos anos. Tal poderia advir caso prevalecesse, paralelamente, maior rigidez da taxa de câmbio, num momento em que os custos internos também deveriam refletir níveis mais elevados, determinados pela conjuntura internacional.

Diante das incertezas geradas por quadro tão amplo, em que inúmeras variáveis eram consideradas, embora sem possibilidade de quantificação, é que se decidiram



as autoridades monetárias por um reajustamento cambial dos mais expressivos — 1,94%, a partir de 31 de janeiro. Este fato poderia ser interpretado como clara resposta do Governo de que a política cambial não se afastou das linhas que a vem orientando há praticamente seis anos. E, confirmando tal impressão, passados apenas 20 dias, nova desvalorização do cruzeiro era decidida, desta vez em 1,83%, perfazendo correção global de 3,8% sobre a taxa de câmbio vigente a 1.º de janeiro.

A tentativa de interpretação do real significado dos seguidos reajustamentos cambiais, de janeiro e fevereiro último, leva ainda à conclusão de que, diante das alternativas de: voltar-se a taxa de câmbio ao objetivo de amortecer as elevações nos preços das importações, atuando como mecanismo neutralizador do impacto sobre o nível de preços internos; ou manterem-se os níveis de receita real do exportador, visando a estímulos ao setor, num momento de incertezas quanto às perspectivas dos mercados externos, ter-se-ia optado pela última. Tal se afigura como medida correta já que, diante da imprevisibilidade quanto às repercussões finais da crise do petróleo nos preços internacionais, o instrumento cambial não teria condições de atuação mais efetiva como amortecedor daquilo que se convencionou designar como "inflação importada". As condições presentes, portanto, configuram situação diferente daquela observada em 1973. Àquela época, a rigidez cambial, aliada à flexibilidade das tarifas alfandegárias, permitiu que se alcançasse relativo êxito na tentativa de resguardar a economia brasileira dos reflexos da crise monetária internacional sobre o custo dos bens importados.

EMPRÉSTIMOS EM MOEDA — ELIMINAÇÃO DE RESTRIÇÕES

Ao encerrar-se o ano de 1973 o Brasil havia alcançado sólida posição em reservas internacionais, com total estimado em aproximadamente US$ 6,5 bilhões. Se essa situação fazia supor a manutenção das restrições introduzidas até o final de agosto daquele ano sobre o ingresso dos empréstimos em moeda — basicamente o prazo mínimo de 10 anos para permanência e a retenção de 40% sobre o contravalor em cruzeiros — as expectativas quanto aos dispêndios na importação de petróleo, em 1974, e as repercussões, que isso teria no balanço de pagamentos, colocavam alguns pontos de dúvida.

Quando, em sessão de 6 de fevereiro passado, o Conselho Monetário Nacional houve por bem liberar do depósito compulsório alguns empréstimos em moeda destinados a empreendimentos de natureza prioritária, na área de telecomunicações e siderurgia (contratados pela Cia. Telefônica Brasileira S.A., Telecomunicações de São Paulo S.A. e Aços Finos Piratini, no total de US$ 93 milhões), julgava-se que se iniciava nova linha de conduta, em que o ingresso de novos recursos se subordinaria a rígidos controles, dentro ainda de critérios de seletividade. Assim, a decisão quase que imediata do Conselho, em sessão de 7 de fevereiro, que originaria a Resolução n.º 279, da mesma data, do Banco Central, de suspender a exigência do depósito de 40%, pareceu surpreendente. E isso ainda mais porque, também na véspera, os problemas de liquidez enfrentados pelo sistema bancário — que seria uma das justificativas para eliminação das restrições sobre os empréstimos em moeda — encontravam solução. Isto, ao menos aparentemente, com a ampliação das faixas de "redesconto de liquidez" junto ao Banco Central, bem como dos limites das operações de refinanciamento da produção de manufaturas destinadas à exportação.

Considerando que as autoridades não liberaram os recolhimentos compulsórios relativos aos empréstimos já contratados, com o que se transfeririam recursos para o sistema bancário, diminuindo ou removendo a necessidade de novos empréstimos externos que visassem à melhoria dos níveis de liquidez interna, conclui-se que esse não foi o objetivo central do Governo. A análise dos dados e as informações disponíveis fazem supor portanto que a decisão das autoridades em liberar o ingresso de novos empréstimos ter-se-ia baseado em outros pontos. Dentre eles sobressai a impossibilidade de se projetar, no início do ano, o comportamento da balança comercial para os 12 meses de 1974, à espera de definições mais nítidas das economias dos países industrializados, e também em virtude das incertezas quanto à evolução futura da liquidez internacional.

Ter-se-ia, portanto, optado por maior liberalização dos ingressos nos primeiros meses do ano — como, aliás, aconteceu em 1973 — para, a partir de uma posição mais bem definida quanto ao intercâmbio comercial e às disponibilidades do mercado de euromoedas, dados que permitirão previsões sobre o nível futuro das reservas, adotar-se, ao final, uma linha de política a ser seguida com relação aos empréstimos em moeda. Aí então, possivelmente, o critério de seletividade, vislumbrado à ocasião das exceções permitidas pelo Conselho Monetário Nacional em 6 de fevereiro, poderia vir a ser definitivamente introduzido. Tal expectativa, em se confirmando, faria retornar às autoridades monetárias poder de controle mais efetivo sobre a destinação de créditos deferidos pelo sistema bancário em geral, talvez removendo a necessidade vez por outra sentida de se impor restrições mais amplas, que tendem a penalizar a todos os setores produtivos, dificultando a compatibilização entre os objetivos de contenção de focos inflacionários e estímulos à expansão da produção.

EXPORTAÇÕES SOB CONTROLE

Os estímulos decorrentes da procura internacional de inúmeros produtos de exportação do Brasil levaram, a partir de 1972, e principalmente em 1973, à implementação, pelas autoridades brasileiras, de diversas medidas de controle das vendas externas. Dentre os produtos alcançados pelas normas restritivas figuram a carne bovina, peles e couros, ferro gusa, madeiras, algodão, papel

e pasta para fabricação de papel, soja, farelo e óleo de soja. A orientação oficial visava assegurar prioritariamente o suprimento do mercado doméstico a preços adequados, evitando que a escassez determinada pela atração externa viessé a provocar elevação desmedida nos preços internos, num reconhecimento de que as influências internalizadas a partir de condições prevalecentes no mercado internacional nem sempre são saudáveis.

Para o ano de 1974, além das normas já estabelecidas com vigência que transcendia o ano anterior, outras medidas disciplinadoras das vendas externas foram institucionalizadas pelas autoridades. Assim, no Comunicado n.º 461, de 29-12-73, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, foi estabelecido um limite de 500 mil metros cúbicos para as exportações de madeira de pinho serrada durante o ano de 1974. Também para as exportações de soja, disciplinadas anteriormente pela Resolução n.º 280, de 11-2-73, do Banco Central, foi fixado um preço de Cr$ 51,00 por 60 quilos do produto a granel, para a quota a ser obrigatoriamente vendida à Cacex, na proporção de uma tonelada para cada três exportadas. Igualmente, para o farelo e torta de soja, que deverão ser transferidos à Cacex na proporção de uma tonelada para cada cinco exportadas, o preço foi alterado para Cr$ 900,00 por tonelada do produto a granel adquirido pela Carteira. Observe-se que foi mantido o esquema do ano anterior, estabelecido pela Resolução n.º 280, salvo quanto aos preços, que haviam sido fixados em fevereiro do ano passado em Cr$ 45,00/tonelada e Cr$ 800,00/tonelada, respectivamente para a soja em grãos e para o farelo de soja, para as vendas à Cacex.

Quanto à carne bovina, cujas exportações haviam sido contigenciadas em 30 mil toneladas para o Brasil central e 50 mil toneladas para o Rio Grande do Sul, para os anos de 1974, 1975 e 1976, na forma de decisão de 19-11-73, do Conselho Monetário Nacional, e Resolução n.º 271, da mesma data, do Banco Central, as quotas de contribuição foram refixadas, em janeiro último, em US$ 500/tonelada FOB para a carne congelada, resfriada ou fresca, e US$ 250/tonelada FOB para a carne industrializada, esta com redução de 50% sobre os níveis anteriores.

Ainda com relação ao controle das exportações, a Cacex, em Comunicado n.º 469, de 21-2-74, informa sobre as normas que regem a matéria, que agrupam os produtos segundo o grau de liberdade nas vendas externas: mercadorias de exportação proibida; mercadorias dispensadas da exigência de guia de exportação; e mercadorias sujeitas à expedição de guias de exportação, porque dependem de exame prévio da quantidade e/ou preços de venda.

Estão sendo aperfeiçoados mecanismos reguladores das transações externas do Brasil. A excelente evolução do comércio de mercadorias nos últimos anos, a qual a máquina administrativa tem conseguido acompanhar, ou mesmo dirigir, confirmam a observação. Contudo não se pode concluir que tudo esteja definitivamente ordenado. E isso não porque se possa fazer restrições aos órgãos diretamente envolvidos com os problemas de comércio, mas sim em razão da necessidade de se manter uma dinâmica que, aliás, de modo geral, não tem faltado. Um dos pontos que merece atenção é a disponibilidade tempestiva de informações sobre o desenvolvimento do comércio externo, pois que, ao estabelecer a Lei n.º 5 025, de 10-6-66, que criou o Conselho Nacional do Comércio Exterior, que "compete ao Banco do Brasil S.A., mediante sua Carteira de Comércio Exterior, elaborar, em cooperação com os órgãos do Ministério da Fazenda, as estatísticas do comércio exterior" (artigo 14, inciso VII), permitiu à legislação que sobrevivesse um fracionamento quanto aos órgãos incumbidos da publicação de dados do comércio externo, o que vem causando dificuldades ao acesso oportuno às informações sobre o comércio internacional, embora paradoxalmente coexista parcial duplicidade nos trabalhos publicados.

A questão da publicação de informações sobre o comércio é da maior importância, haja vista a necessidade atual de se examinar a certo nível de detalhe a estrutura das importações brasileiras, cujos dados são disponíveis apenas até o ano de 1971. Os números do balanço de pagamentos do Brasil, e as perspectivas previstas quanto ao comportamento das transações externas em 1974, recomendam exame mais profundo da pauta de importações, na tentativa de se avaliar o montante de itens de menor essencialidade, ou mesmo supérfluos, passíveis de mudança de tratamento fiscal, a fim de não serem sacrificadas importações essenciais à expansão da capacidade produtiva ou à manutenção da produção corrente. Registre-se, ao final, que a mais recente revisão dos níveis da barreira tarifária ocorreram em princípios de 1969, passados pois cinco anos, numa época em que as mudanças no grau de competitividade se materializam de forma dinâmica. E as alterações processadas em 1969, com elevação do imposto de importação de uma lista de produtos que tendiam a marginalizar a produção doméstica, não constituíram irracional busca de proteção a setores ineficientes, como eventualmente poderia suceder, mas antes decorreram da constatação de uma situação não compatível com os objetivos da política econômica, fenômeno observado a partir da análise detalhada da pauta de importações, e da rapidez com que cresciam alguns itens.

BOSCH MONTA ÔNIBUS-ESCOLA

A Robert Bosch do Brasil Ltda. porá em circulação, nas próximas semanas, sua Escola de Assistência Técnica Volante, montada em um ônibus dotado de equipamento completo de oficina, Diesel e elétrico. Seus dois instrutores especializados ministrarão cursos de duas semanas para bombisats e técnicos-eletricistas que trabalhem em cidades distantes das três escolas fixas mantidas pela empresa em Campinas, Recife e Porto Alegre. O ônibus dispõe de bancadas de teste, ferramentas especiais e moderno equipamento audiovisual, além da linha completa de aparelhos de teste Bosch e diversos produtos para demonstração.

A escola volante ministrará suas aulas junto a oficinas que trabalham com produtos de fabricação Bosch, mesmo que não pertençam à sua rede comercial, incluindo, portanto, unidades do Exército, escolas técnicas, concessionários da indústria terminal, frotistas, autarquias, ferrovias etc. O roteiro das primeiras viagens já está em elaboração e as oficinas interessadas poderão solicitar cursos gratuitos, escrevendo ao escritório regional Bosch mais próximo.

Interrompemos o que você está comendo para avisar que começou a luta contra a desnutrição.

A partir de agora, você vai saber muitas coisas sobre a luta que vem se travando contra um dos mais sérios problemas brasileiros.

A desnutrição.

Primeiro, você vai saber quem mais se interessa por por esta luta.

Guarde bem: INAN.

Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

Esse órgão já está presente em 11 unidades da Federação.

O INAN sabe que a luta vai ser árdua, pois vai atingir aquilo que provoca a desnutrição:

O analfabetismo.

A desqualificação profissional.

A baixa renda familiar.

A desinformação nutricional.

As baixas condições sanitárias e habitacionais.

A oferta inadequada de alimentos.

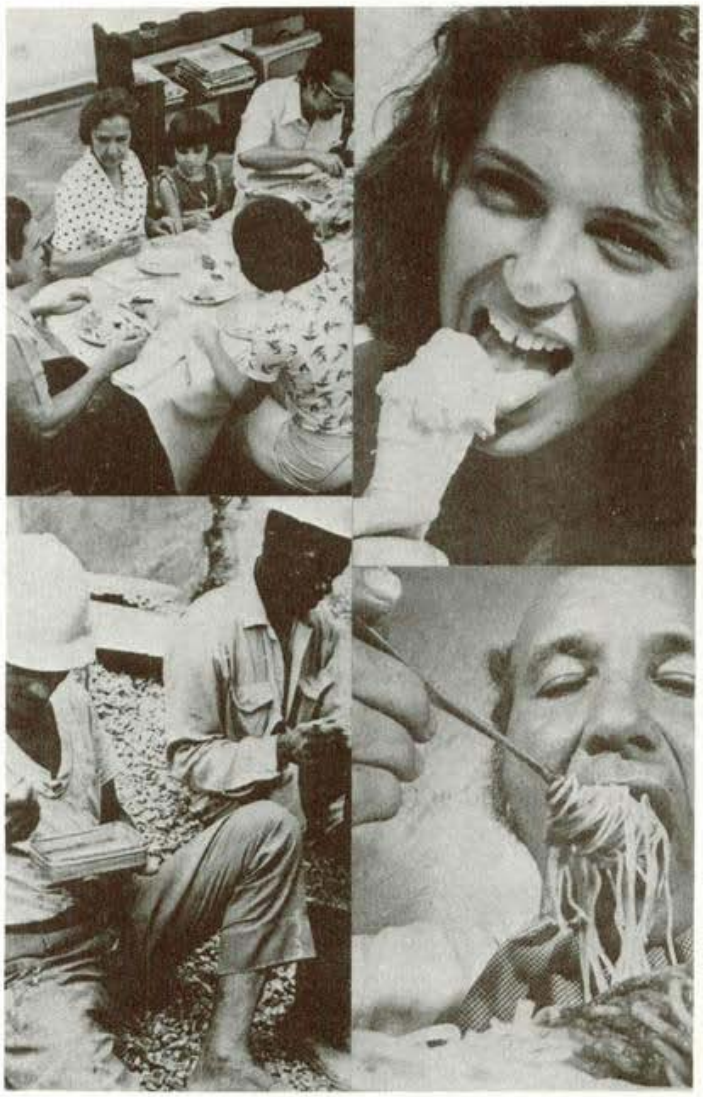
A desarticulação comunitária.

Mas o INAN sabe também que a vitória é fundamental para a realização de nossos objetivos de desenvolvimento.

A desnutrição é uma das responsáveis diretas pela baixa produtividade no trabalho, pela baixa rentabilidade dos investimentos aplicados no setor de saúde e educação.

Com o Projeto ACAL, um dos mais importantes em execução, o INAN começa a luta.

Até dezembro de 1974 2 milhões de pessoas serão beneficiadas por esse projeto.



Elas receberão 30% de suas necessidades em alimentos.

Mas o trabalho do INAN não se resume a fornecer alimentos.

Este fato é apenas um pormenor nos seus projetos.

Os beneficiados retribuirão através da participação pessoal em cursos de alfabetização, profissionalização e orientação nutricional, programas de vacinação, matrículas nas escolas de filhos até 14 anos, mutirões de interesse para a coletividade e outras atividades.

Enfim, não é um programa caritativo e paternalista.

O INAN já começou a realizar seus objetivos.

Só que ainda está faltando muita coisa.

Principalmente ajuda.

De você, empresário.

De você, funcionário.

De você, fazendeiro.

De você, estudante.

De você, professora, ensinando aos seus alunos e aos pais deles o valor de uma boa alimentação.

O INAN precisa de todos nesta luta.

É importante repetir:

Nenhum povo desnutrido pode contribuir plenamente para o seu desenvolvimento.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
INAN

Nutrição é desenvolvimento.

Mercado de ações –

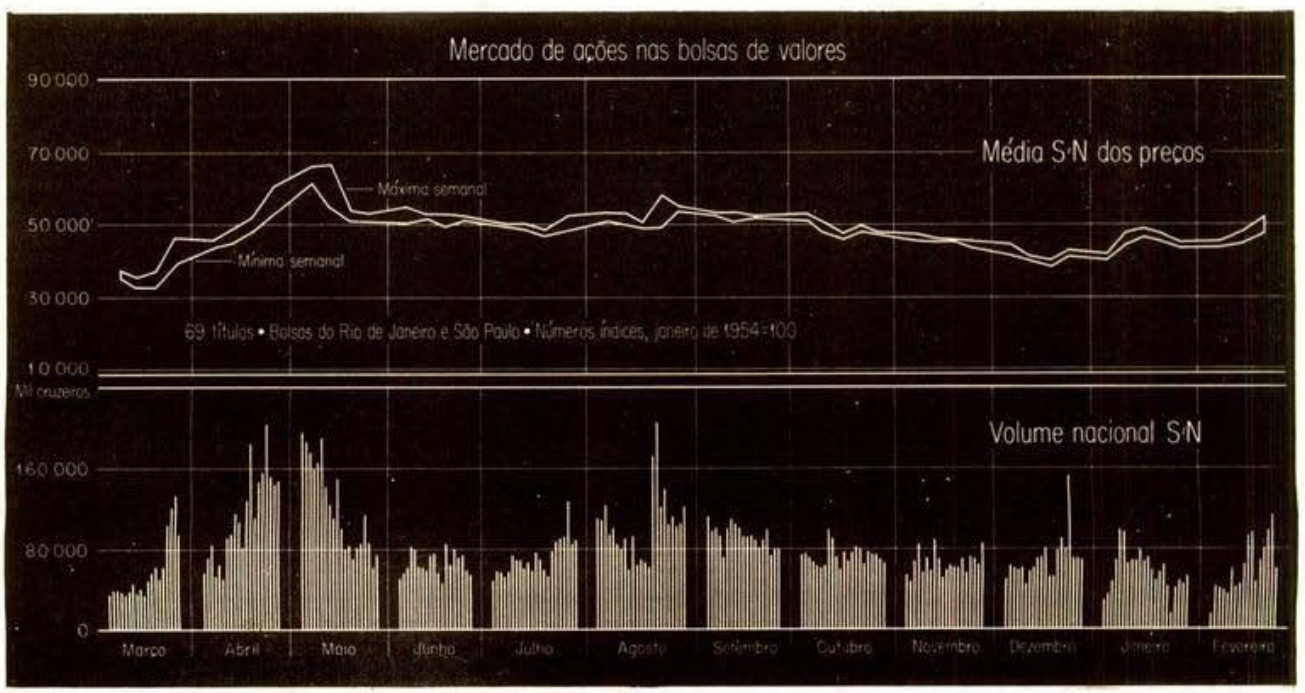
melhoria em janeiro e fevereiro

Nos primeiros dois meses de 1974, o mercado de ações demonstrou visíveis sinais de melhora. Em janeiro, a média SN subiu 8,2%, enquanto que em fevereiro registrou nova alta, de 12,6%. O volume médio diário foi de Cr$ 52,2 milhões em janeiro, e de Cr$ 59,6 milhões em fevereiro.

Após baixa bastante acentuada nos primeiros dois dias do ano, a média SN entrou novamente em alta, até atingir 48 471 pontos no dia 15: subiu 21,6% em apenas oito dias de negócios. Esta situação evidentemente não podia ser sustentada, e a média recuou a 44 937 no dia 31. É difícil apontar a causa da melhoria que ocorreu em janeiro. Falou-se bastante na perspectiva de se facilitar a entrada de recursos estrangeiros no mercado de ações e, sem dúvida, a suspensão, pela Bolsa de São Paulo, de operações com alguns "contratos de sustentação", que eram consideradas como modos de acobertar manipulações de preços, criou maior confiança no mercado como um todo.

Em fevereiro, o mercado apresentou-se mais firme que em janeiro. Após declínio de quatro dias no início do mês a média SN manteve-se em alta praticamente constante, encerrando com 50 593 pontos. Duas medidas para aliviar a falta de liquidez no mercado de dinheiro contribuíram indiretamente para a melhoria no mercado de ações: em 6-2-74 foi ampliada a faixa de redesconto nos bancos comerciais e no dia 8 liberou-se a retenção de 40% sobre empréstimos do exterior. Outro impulso foi dado pela publicação de entrevista de eminente técnico, na qual o mesmo se pronunciara favorável à entrada de capital estrangeiro no mercado de ações. Fator também de grande influência, foi a divulgação do nome do novo Ministro da Fazenda.

No entanto, acredita-se que a solução dos problemas atuais do mercado, causados principalmente pelo excesso de euforia em 1970-71, não se manifeste de imediato e que a confiança dos investidores somente será restabelecida após período relativamente longo de estabilidade nas cotações. Infelizmente, as altas abruptas que ocorreram no final de fevereiro, especialmente com os papéis da Companhia Docas de Santos, infundem o receio de que a recuperação iniciada em janeiro seja novamente de curto fôlego.





A partir de agora muita gente vai sentir um novo sabor de liberdade. A liberdade de ir e vir pela Ponte Rio-Niterói. A liberdade de transportar gente, produtos e progresso.

Estamos orgulhosos disso, pois participamos ativamente da construção dos viadutos e rampas de acesso desta maravilhosa vitória da engenharia e do bom senso.

Por estes caminhos ajudamos você a cruzar a Ponte Rio-Niterói

No fundo, mais uma obra FRANKI

Rio de Janeiro - São Paulo - Porto Alegre - Curitiba - Belo Horizonte - Brasília - Salvador - Recife - Vitória - Juiz de Fora.

Mercado de empregos

em acomodação



É incontestável a tendência do mercado de trabalho à acomodação, muito embora o nível de oferta — perto de 25% superior ao do correspondente período do ano findo — revele francamente o interesse das empresas pela mão-de-obra, manifestado, algures, com ligeira flutuação.

Contrariando a expectativa geral, fundada em premissas pessimistas — crise mundial de energia e eventual alteração da política econômico-financeira do futuro Governo — não houve a inevitável queda do interesse empresarial. Dir-se-ia até, numa conjectura meramente especulativa, que a ação dos mencionados fatores negativos teria apenas refreado maior disposição do empresariado no sentido da contratação de empregados. De modo geral, a acomodação obdece a periodicidade cíclica.

Sob os diferentes aspectos de sua manifestação — administrativo, técnico, de vendas ou de produção — o mercado de empregos tem apresentado notável tendência à acomodação: sua curva anual, após registrar significativa evolução, sofreu ligeiro declínio no fim do período.

De fato, o que está ocorrendo no setor *administrativo* é a implantação de serviços de organização, interna, depois da superelevada oferta do último trimestre de 1973.

Setor de menor flutuação e, portanto, menos suscetível à influência dos considerados fatores desfavoráveis, a *produção* oferece, por isso mesmo, maior disponibilidade de lugares, refletida, sem dúvida, no incremento do efetivo das empresas (em torno de 10% ao ano), o que parece corresponder ao aumento da produção física (da ordem de 15%), segundo estimativa que advém da experiência dos anos anteriores.

No tocante ao setor de vendas, diferentes motivos se arrolam de molde a justificar o baixo índice atingido: a) a atividade real de vendas não proporciona, a rigor, mercado de mão-de-obra às empresas, à maneira de permanente e integral (*full time*) prestação de serviços; b) o mercado de capitais, por sua movimentação baixista, situa-se em posição de prescindir da parcela flutuante de vendedores em tempo parcial; e c) finalmente a agravante da suspensão de incentivos fiscais contribuiu decisivamente para anuviar as perspectivas desse campo das atividades laboriosas.

Quanto ao setor *técnico*, embora não mais esteja em nível máximo, seu potencial continua elevado.

Conclusão: as empresas brasileiras contam com a iminente expansão das atividades econômicas e por isso ampliam seu potencial humano a fim de atender a médio e longo prazo às exigências decorrentes do desenvolvimento.

Banco da Amazônia S. A.

Av. Presidente Vargas, n.º 800 — BELÉM — PARÁ

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO — GEMEC — R. 71/1939

Cadastro Geral de Contribuintes - C.G.C. n.º 04902979

BALANCETE GERAL — EM 31 DE JANEIRO DE 1974

ATIVO

DISPONÍVEL			
Caixa	23.181.846,71		
Banco do Brasil S/A — C/Depósitos	97.847.334,73	136.026.060,79	
Títulos Federais de Curto Prazo	14.996.879,35		
REALIZÁVEL:			
Empréstimos:			
À Produção	1.178.833.110,58		
Ao Comércio	513.941.371,30		
À Atividades Não Especificadas	105.610.268,47		
À Entidades Públicas	18.460.481,79	1.816.845.232,14	
Outros Créditos:			
Banco Central — Recolhimentos	23.255.293,62		
Compensação — Nossa Remessa	22.126.118,72		
Compensação — A Remeter	630.249,86		
Compensação — A Devolver	949.697,09		
Cheques e Ordens a Receber	617.967,34		
Correspondentes no País	23.146.476,40		
Departamentos no País	96.984.159,93		
Outras Contas	66.942.059,15	234.652.022,11	
Valores e Bens:			
Títulos à Ordem do Banco Central	19.340.012,42		
Outros Valores	45.949.097,68	65.289.110,10	
Bens		7.669.116,89	2.260.481.542,03
IMOBILIZADO			
Imóveis de Uso, Reavaliação e Imóveis em Construção		65.055.012,45	
Móveis e Utensílios e Almoxarifado		18.122.766,64	
Sistema de Comunicação e Segurança		142.530,36	83.320.309,45
RESULTADO PENDENTE			16.483.887,07
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			2.158.490.809,90
TOTAL		Cr$	4.518.776.548,45

PASSIVO

NÃO EXIGÍVEL			
Capital:			
De Domiciliados no País		200.000.000,00	
Reservas e Fundos		139.590.014,01	339.590.014,01
EXIGÍVEL			
Depósitos:			
À vista e a curto Prazo			
Do Público	200.317.192,69		
De Entidades Públicas	167.810.970,66	368.128.163,35	
A Médio Prazo			
Do Público:			
A Prazo Fixo	469.714.342,72		
De Entidades Públicas	25.200.000,00	494.914.342,72	
Outras Exigibilidades:			
Compensação — Sua Remessa	21.271.654,59		
Cobrança Efetuada em Trânsito	1.788.250,86		
Ordens de Pagamento	187.154.761,29		
Correspondentes no País	9.069.540,60		
Outras Contas	102.764.164,77	322.048.372,11	
Obrigações (Especiais):			
Recebimentos de Imp. Estaduais e Municipais	16.714,70		
Recebimentos p/Conta do Tesouro Nacional	5.134.829,96		
Recebimento Por Conta de Inst. Previdenciárias Federais	3.876.080,90		
Caixa Econômica Federal - PIS -	100.213,40		
Redescontos e Empréstimos no Banco Central	146.432.775,89		
Depósitos Obrigatórios — FGTS	2.727.224,61		
Obrigações por Refinanciamentos e Repasses Oficiais	497.882.212,28		
Outras Contas	17.748.290,11	673.918.341,85	1.859.009.220,03
RESULTADO PENDENTE			161.686.504,51
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			2.158.490.809,90
TOTAL		Cr$	4.518.776.548,45

Belém (Pará), 15 de fevereiro de 1974. BANCO DA AMAZÔNIA S. A. — Presidente: JORGE BABOT MIRANDA. — Diretores: **Francisco Edson de Oliveira, Francisco de Jesus Penha, Francisco Tarcísio de Oliveira Lima, Marçal Marcelino da Silva Filho, Nilo Alberto Barroso.** — Chefe da Divisão de Contabilidade: **Bernardino Fernandes de Sá**, Técnico em Contabilidade, CRC — Pa. — Reg. n.º 1131.

CIRCULAR N.º 173, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1972, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

TAXAS MÁXIMAS COBRADAS POR ESTE BANCO, NO MÊS DE JANEIRO DE 1974

1. CRÉDITO GERAL			
I — A Particulares	27,6% a.a.		
II — Ao Comércio e a Indústria:			
a) — Com prazo até 60 dias	15,6% a.a.		
b) — Com prazo superior a 60 dias	16,8% a.a.		
III — À Comercialização da Produção Rural. — Notas Promissórias Rurais e Duplicatas Rurais	15,0% a.a.		
2. CRÉDITO INDUSTRIAL			
I — Até 60 dias	15,6% a.a.		
II — Superior a 60 dias e até 12 meses	16,8% a.a.		
III — Acima de 12 meses. Juros de 8% a.a. e mais Correção Monetária igual a das ORTN			
3. CRÉDITO RURAL			
I — Custeio Rural:			
a) — Prazo até 1 (hum) ano	13% ou 15% a.a.		
b) — Prazo superior a 1 (hum) ano e Correção Monetária de	5% ou 7% a.a 8% a.a.		
II — Fatores Técnicos da Produtividade:			
a) — Máxima	7% a.a.		
b) — Mínima	sem juros		
III — Investimento Rural:			
a) — Fundiários	12% a.a.		
b) — Demais Investimentos	7% a.a.		

Mercado segurador – bom desempenho

Em continuidade à série de trabalhos que visa a oferecer vasta exposição sobre o mercado segurador brasileiro, dá-se seguimento ao artigo anterior na parte que trata do desenvolvimento do mercado nos últimos anos.

A primeira medida que se pode considerar básica da evolução do seguro brasileiro no sentido da concorrência internacional foi a autorização de contratar seguro internamente em moeda estrangeira, desde que houvesse interesse do Instituto de Resseguros do Brasil como ressegurador ou administrador (Comunicado FICAM n.º 55 do Conselho Monetário Nacional). Estava, assim, iniciada a caminhada do mercado brasileiro em busca de posição que lhe assegurasse oportunidade de concorrer com mercados estrangeiros, mais desenvolvidos ou não. Embora na época não se delineasse perspectiva mais favorável a esta incursão, providências diversas foram sendo tomadas de modo que se garantisse a evolução do mercado interno de seguros ao ponto de se colocar em plano de competitividade internacional, seja por imposição legal ou por conquistas da iniciativa privada do setor. Desta forma, alinham-se entre as medidas adotadas a da contratação do seguro de transporte de mercadorias importadas (que, desde que efetivado, tornou-se obrigatório no País, conforme a Resolução n.º 3, de 18-1-71, do Conselho Nacional de Seguros Privados); além da autorização dos contratos de resseguro entre seguradoras nacionais e estrangeiras — aquelas na qualidade de resseguradoras — concedida pelo IRB por ser o detentor legal do monopólio do resseguro no País, tanto nas operações internas como nas externas.

Abriram-se as portas do mercado interno em direção aos mercados internacionais, embora o nosso, de modo geral, ainda não se encontre bastante amadurecido para tal. De fato, o complexo segurador nacional pouco ou quase nada fez para pesquisar as necessidades internas e muito menos para provê-las com cobertura mais adequada ou a custos perfeitamente suportáveis por este tipo de consumidor. Isto é facilmente verificado quando se analisam; a complexa sistemática do seguro de lucros cessantes, só agora em vias de simplificação e, ainda assim, bastante demorada; a pequena comercialização do seguro-incêndio em relação ao número e valores das propriedades imobiliárias e complexos industriais de todo o País; a não-massificação dos riscos em quase todos os ramos, levando à não-estabilidade razoável nos índices de prejuízos (sinistros pagos); anti-seleção conseguida pelo próprio mercado dentro do ramo de automóveis com os sucessivos encarecimentos no custo deste seguro, buscando com isso equilíbrio nos resultados negativos que esta carteira apresentou em alguns anos; a falta de rapidez na definição dos destinos dos seguros de crédito, acarretando gradativa deterioração da carteira de crédito interno etc.

A falta de eficiente política de **marketing** ficou evidenciada numa pesquisa de opinião realizada em abril de 1971, quando "cerca de 62% dos empresários que têm seguros fizeram seus contratos por iniciativa própria" (CONJUNTURA ECONÔMICA, out./73, páginas 62-66). Em termos gerais, o mercado pouco se transformou neste sentido. Tais mutações, quando ocorreram, manifestaram-se num pequeno grupo de seguradoras nas quais a técnica do **marketing** foi aplicada pelo fato de estarem agregadas a complexo financeiro que, no mesmo grupo, possuia um setor ou empresa para essa finalidade, ou porque, atingindo uma mentalidade empresarial de bom nível, atentaram para o problema de estarem próximos à estagnação que só seria evitada com modernos métodos e técnicas que o **marketing** possibilita.

Objeto de celeuma nos meios seguradores foi a Resolução n.º 270 do Banco Central do Brasil, que versa sobre aplicação das reservas técnicas das seguradoras. Pelo referido texto legal, as inversões ficaram restritas aos seguintes títulos e valores:

a) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN);
b) Letras do Tesouro Nacional;
c) depósitos em bancos comerciais ou de investimentos;
d) depósitos em caixas econômicas;
e) ações do IRB;
f) debêntures ou debêntures conversíveis em ações e ações de sociedades anônimas de capital aberto, negociáveis em bolsa de valores, cuja cotação média, nos últimos 18 meses, não tenha sido inferior ao valor nominal;
g) ações novas, debêntures ou debêntures conversíveis em ações emitidas por empresas destinadas à exploração de indústrias básicas ou a elas equiparadas por lei;
h) quotas de fundos de investimentos;
i) imóveis de uso próprio;
j) imóveis urbanos que não sejam de uso próprio, não compreendidos no sistema financeiro da habitação;
l) participação em operações de financiamento com correção monetária, realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE);
m) ações e debêntures conversíveis em ações, de empreendimentos turísticos aprovados pela Embratur.

Tabela I — Balancete consolidado do mercado segurador — dez./68 a mar./73 — Cr$ milhões

Discriminação	1968	1969				1970				1971				1972				1973
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.
ATIVO																		
Títulos de Renda	206	212	241	262	293	323	345	391	441	472	547	638	758	853	956	1 056	1 144	1 215
Propriedades imobiliárias	229	248	303	312	336	344	376	374	421	457	478	506	546	595	696	715	807	827
Empréstimos c/garantia	7	8	8	8	9	10	11	11	13	13	14	19	24	22	23	24	24	25
Caixa e bancos	138	144	149	155	172	171	178	186	238	228	252	273	363	369	423	456	556	514
Contas correntes	64	85	95	107	139	148	155	163	171	183	220	221	171	175	208	241	289	433
Regularização do exercício	170	238	259	265	223	292	318	337	326	437	476	512	248	251	301	256	270	282
Outras contas[1]	44	50	54	61	64	68	75	104	95	108	136	157	389	617	632	710	693	809
Lucros e perdas	2	4	11	10	12	20	21	32	29	33	40	56	18	53	75	50	35	51
Total	860	989	1 120	1 180	1 248	1 376	1 479	1 598	1 734	1 931	2 163	2 382	2 517	2 935	3 314	3 508	3 818	4 166
N.º de companhias	187	192	192	179	185	181	178	182	181	179	181	176	159	154	154	149	138	124
PASSIVO																		
Capital	110	118	128	136	156	184	214	232	229	272	314	353	430	451	480	550	699	769
Reservas livres	195	202	257	260	279	268	274	274	349	340	352	329	416	478	596	551	623	628
Reservas técnicas	389	385	388	381	580	584	585	607	808	808	808	914	894	971	1 052	1 106	1 210	1 247
Dívidas c/garantia	1	1	2	2	2	3	4	2	4	4	4	24	35	34	33	33	56	58
Contas correntes	74	100	111	124	122	144	166	159	177	196	254	254	239	271	245	240	330	419
Regularização do exercício	78	93	93	98	86	175	211	309	142	164	169	215	191	182	211	280	304	292
Outras contas[2]	13	90	141	179	13	18	25	15	25	147	262	293	312	548	697	748	596	753
Total	860	989	1 120	1 180	1 248	1 376	1 479	1 598	1 734	1 931	2 163	2 382	2 517	2 935	3 314	3 508	3 818	4 166
Despesas administrativas (A)	190	53	117	184	267	77	166	263	377	103	226	349	517	140	308	471	703	197
Prêmios (B)	917	287	595	901	1 183	356	754	1 206	1 675	515	1 088	1 673	2 137	591	1 392	2 200	3 166	880
Relação A/B (%)	20,63	18,39	19,58	20,34	22,55	21,70	22,07	21,79	22,51	20,18	20,75	20,87	24,14	23,70	22,12	21,40	22,19	22,40

[1] Inclui: veículos, móveis, máquinas e utensílios; almoxarifado, depósitos contratuais, organização e instalação; diversos (imobilizado) e diversos (pendente).
[2] Diversos (pendente).
Fonte: Instituto de Resseguros do Brasil.

Tabela II — Mercado segurador: prêmios e sinistros — valores em Cr$ mil

Discriminação	1968	1969	1970	1971	1972	Mar./73
PRÊMIOS						
Incêndio	184 667	279 051	400 486	518 536	768 473	223 529
Automóveis	110 786	209 530	361 144	417 604	657 198	177 333
Lucros cessantes	4 955	7 414	10 772	15 857	28 303	11 882
Transportes[6/8]	41 747	63 858	107 140	181 478	278 395	78 050
Cascos	11 966	17 627	23 627	31 318	75 473	22 054
Riscos rurais	6 421[1]	7 020[1]	20 047	29 862	18 853[1]	6 092[1]
Resp. civil[9]	208 156	192 719	190 631	233 623	273 367	72 115
Fidelidade	2 522	3 436	5 018	6 729	10 557	3 457
Créd. interno	8 285	20 559	22 404[7]	11 389	8 840	1 549
Créd. exportação	25	92	736	610	858	286
Acid. pessoais[3]	48 518	69 179	115 475	153 555	237 081	67 943
Aeronáuticos	9 827	13 304	16 207	17 737	38 969	10 829
Vida individual	16 486	28 871	61 987	68 713	84 846	21 718
Vida em grupo	114 179	164 021	236 250	324 747	447 177	121 550
Riscos diversos	23 756	66 271[4]	76 491	76 090[10]	135 723[10]	32 426
Ramos diversos[5]	8 528	—	20 206	24 744	32 197	9 171
Riscos especiais (BNH)	—	—	—	24 345[1]	70 037[1]	9 940[1]
Acid. trabalho[2]	115 732	39 702	6 097	—	—	—
Total	916 556	1 182 654	1 674 718	2 136 937	3 166 347	879 924
SINISTROS						
Incêndio	36 080	85 619	81 658	211 553	187 966	51 577
Automóveis	74 892	138 775	244 170	308 514	381 816	97 188
Lucros cessantes	236	2 798	320	26 386	16 365	1 318
Transportes[6/8]	20 183	25 264	38 688	66 445	106 033	34 107
Cascos	6 231	10 956	14 323	36 023	30 974	7 025
Riscos rurais	1 005[1]	865[1]	584	1 567	9 959[1]	826[1]
Resp. civil[9]	36 526	91 049	102 439	111 678	140 635	33 620
Fidelidade	809	858	1 323	2 127	1 802	238
Créd. interno	1 807	5 971	7 997[7]	8 355	8 237	1 663
Créd. exportação	—	—	—	—	1 118	2
Acid. pessoais[3]	13 883	17 591	26 979	45 968	69 638	19 751
Aeronáuticos	7 176	10 966	9 573	9 148	23 075	4 183
Vida individual	1 770	3 859	8 739	11 871	17 923	5 053
Vida em grupo	65 703	91 813	126 154	194 231	263 567	75 211
Riscos diversos	3 822	17 488[4]	28 281	44 173[10]	66 050[10]	12 603
Ramos diversos[5]	2 706	—	5 208	25 783	34 636	7 770
Riscos especiais (BNH)	—	—	—	18 603[1]	31 909[1]	12 133
Acid. trabalho[2]	91 481	56 572	27 100	—	—	—
Total	364 310	560 444	723 536	1 122 425	1 391 703	365 268

[1] Algumas seguradoras lançaram-no em riscos diversos.

[2] A partir de 1970 consta em ramos diversos.

[3] Inclui hospitalar operatório e acid. trânsito.

[4] Inclui ramos diversos.

[5] Inclui vidros, animais, roubo e tumultos, exceto em 1970 quando constou em riscos diversos.

[6] Inclui RC do armador de 1971 em diante; em 1969 constou do ramo cascos.

[7] Inclui riscos especiais (BNH).

[8] Inclui RC do transportador de 1970 em diante.

[9] Inclui RECOVAT e RC facultativo de 1970 em diante.

[10] Inclui riscos de engenharia.

Fonte: Instituto de Resseguros do Brasil.

Aplicar-se-ão em ORTN, obrigatoriamente, 25% do montante das reservas técnicas não comprometidas no caso de seguros do ramo vida individual e 40% no caso dos demais ramos. Nas aplicações referidas nas alíneas **g, h** e **m** cabem algumas observações sobre a finalidade a que as próprias autoridades se propõem ao fixar as normas de aplicação. Enquanto que na primeira e na terceira (**g** e **m**) não se visualizam, de modo geral, a liquidez, na segunda (**h**) não se encontrará, obrigatoriamente, a rentabilidade. Ainda mais que, operando os fundos de investimento com ações negociáveis em bolsa e esta se apresentando há vários meses em baixa, não se entende que a condicionante constante da alínea **f** não tenha sido também aí utilizada. É óbvio que a aplicação, observados os princípios estabelecidos, ficará a critério da seguradora; entretanto, esta abertura não se deveria ter efetivado.

Um dos últimos atos do Governo no ano de 1973, referente ao setor de seguros, foi a promulgação do Decreto-lei n.º 1 298 que prorrogou até 31-12-74 a concessão de estímulos às fusões e incorporações de seguradoras, providência que se aguardava nos meios empresariais em virtude da morosidade peculiar a algumas destas transações. Esperava-se que as empresas do ramo de seguros, ao cabo do ano findo estivessem reduzidas a perto de 90, o que não aconteceu já que seu número permaneceu em torno de 110. Está previsto, no entanto, que em 1974 haverá redução das companhias para um montante entre 80 e 90. No que diz respeito ao capital mínimo de Cr$ 5 milhões, verifica-se que no final de 1972 cerca de 10 seguradoras exigiam capital inferior a Cr$ 3 milhões; 36 apresentavam capital entre Cr$ 3 e Cr$ 3,5 milhões (sendo 23 com Cr$ 3 milhões); nove entre Cr$ 3,5 e Cr$ 4 milhões e quatro entre Cr$ 4 e Cr$ 5 milhões. Eram, portanto, em fins de 1972, 59 seguradoras com capital de até Cr$ 5 milhões, num total de cerca de 110 empresas. Estes dados, embora referentes ao final de 1972, indicam que a redução decorrente de fusões e incorporações deverá ser da ordem de 20 a 30 seguradoras em face o capital mínimo de Cr$ 5 milhões. Entretanto, com a nova determinação de que não poderá haver empresa de seguros com patrimônio líquido inferior ao capital mínimo, pode ser que ocorra variação para mais no número de companhias a serem fundidas ou incorporadas, o que poderá ocasionar redução para cerca de 60 a 70 em fins de 1975.

Os primeiros dados concretos conhecidos sobre os balanços das seguradoras levam a concluir que o mercado evoluiu de modo plenamente satisfatório no ano de 1973. Assim, é de se esperar aumento aproximado de 50% no total de prêmios arrecadados em relação a 1972, o que representa crescimento real de cerca de 25%. O capital social das seguradoras indica expectativa de valorização de mais ou menos Cr$ 1 bilhão, ou seja, 40% a mais do alcançado no ano anterior. As reservas técnicas deverão elevar-se na faixa de 30 a 40% em relação a 1972, fato por demais representativo do desenvolvimento do mercado, já que tais reservas são constituídas para fazer face ao pagamento de sinistros ocorridos (avisados ou não) e sinistros ainda por ocorrer.

Outros fatores que demonstram bom desempenho são os que se referem ao lucro líquido e ao patrimônio líquido do mercado e que devem apresentar, em 1973, incremento de cerca de 35% e 50%, respectivamente.

bnb

Sede: Fortaleza (CE)
70 Agências no Nordeste

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Sociedade de Capital Aberto - C.G.C.M.F. Nº 07.237.373

Resumo do Balancete em 31/JAN./74 (Em Cr$ 1.000)

Ativo		Passivo	
DISPONIBILIDADES	360.287	CAPITAL	420.000
EMPRÉSTIMOS	3.505.248	RESERVAS PARA AUMENTO DE CAPITAL	183.344
— A Longo Prazo	1.411.852	OUTRAS RESERVAS E PROVISÕES	298.034
À Indústria	411.793	FUNDO DE AMORTIZAÇÃO	15.804
À Agropecuária	605.850	DEPÓSITOS	1.788.754
Para Serviços Básicos	264.374	OUTRAS EXIGIBILIDADES	1.765.822
A Instituições Financeiras	43.734	RESULTADOS PENDENTES	217.535
A Outras Atividades	86.101		
— A Médio Prazo (À Agropecuária)	470.190		
— A Curto Prazo (Para Capital de Trabalho)	1.623.206		
OUTROS CRÉDITOS	706.537		
IMOBILIZADO	83.361		
RESULTADOS PENDENTES	33.860		
TOTAL	4.689.293	TOTAL	4.689.293

Fortaleza (Ce.), 11 de fevereiro de 1974

MARCOS VINICIUS LOPES
Chefe da Divisão de Contabilidade em Exercício
TC-CRC-Ce. Nº 1778

Ajudando a construir um grande Nordeste para um Brasil maior.

Emissões de capital – bons resultados

As emissões de capital das sociedades anônimas alcançaram em janeiro p. passado Cr$ 4 562,5 milhões contra os Cr$ 4 620,3 milhões de dezembro (−1,3%) e os Cr$ 3 511,2 milhões de jan./73 (+29,9%). Seguindo esta linha de raciocínio, faz-se, a seguir, o confronto das operações de jan./74 com as de dez./73 e jan./73, sempre nesta ordem.

Realizaram operações de emissão de capital no mês em análise 892 sociedades das quais 71 foram criadas com Cr$ 187,1 milhões de capital enquanto 821 outras acresceram seus capitais em Cr$ 4 375,4 milhões.

As incorporações de reservas próprias e as de acionistas mantidas em conta corrente somaram Cr$ 1 677,8 milhões (36,8%) em confronto com os Cr$ 1 247,8 milhões e os Cr$ 1 034,3 milhões.

As subscrições em dinheiro vêm a seguir, com Cr$ 1 387,3 milhões (30,4%) comparativamente aos Cr$ 1 405,3 milhões e os Cr$ 1 642,3 milhões.

As reavaliações do ativo totalizaram Cr$ 549,1 milhões (12,0%) em cotejo com os Cr$ 1 098,1 milhões e os Cr$ 361,0 milhões.

Os incentivos fiscais contribuíram com Cr$ 58,3 milhões (1,3%) contra os Cr$ 107,2 milhões e os Cr$ 45,9 milhões.

As outras operações atingiram Cr$ 702,9 milhões (15,4%) relativamente aos Cr$ 296,7 milhões e aos Cr$ 174,9 milhões. As novas sociedades montaram a Cr$ 187,1 milhões (4,1%) contra os Cr$ 465,2 milhões e os Cr$ 252,8 milhões.

No tocante aos ramos de negócios a composição das emissões de capital assim se apresenta: as indústrias com Cr$ 3 222,4 milhões (70,6%); os intermediários financeiros com Cr$ 577,8 milhões (12,7%); o comercial com Cr$ 297,0 milhões (6,5%); o de serviços com Cr$ 234,5 milhões (5,1%); o de transportes e comu-

Total das emissões de capital

Valores em Cr$ milhões – abril 72 - janeiro 74

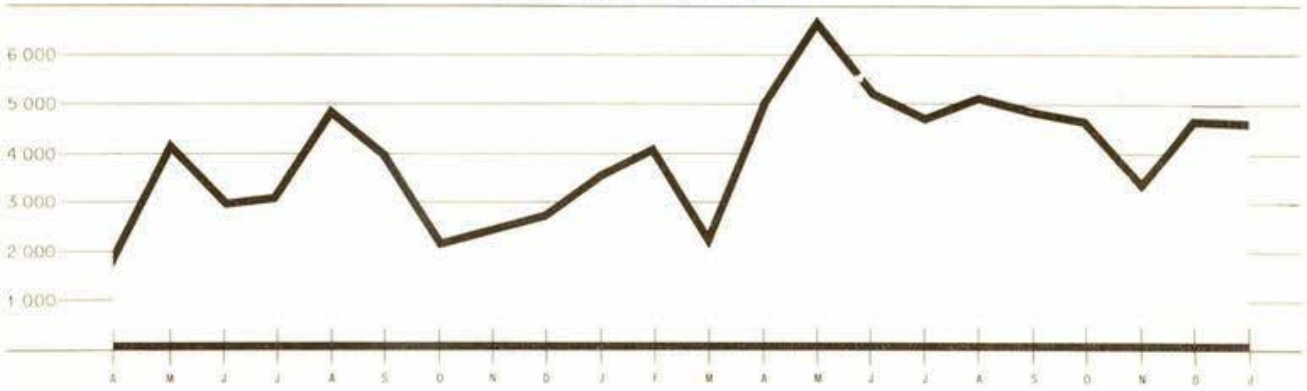


Tabela I — Emissões de capital — janeiro de 1974 — Cr$ 1 000

Regiões e Unidades Federadas	Total geral	Novas sociedades	Aumento de capital mediante: Total	Incorporação de reservas	Reavaliação do ativo	Subscrição em dinheiro	Incorporação de C/C.	Incentivos fiscais	Outras operações
NORTE	105 577,8	520,0	105 057,8	23 961,2	24 111,1	55 970,9	—	1 014,6	—
Amazonas	8 929,1	20,0	8 909,1	965,0	7 544,1	400,0	—	—	—
Pará	96 648,7	500,0	96 148,7	22 996,2	16 567,0	55 570,9	—	1 014,6	—
NORDESTE	116 375,8	1 206,0	115 169,8	25 134,4	50 376,4	12 560,8	1 034,2	o 064,0	20 000,0
Piauí	20 060,0	—	20 060,0	5,8	—	—	—	54,2	20 000,0
Pernambuco	74 487,8	206,0	74 281,8	20 252,2	45 074,5	2 316,2	629,1	6 009,8	—
Paraíba	2 036,0	1 000,0	1 036,0	500,0	536,0	—	—	—	—
Alagoas	19 792,0	—	19 792,0	4 376,4	4 765,9	10 244,6	405,1	—	—
SUDESTE	4 079 175,7	147 732,2	3 931 443,5	1 468 146,9	442 487,2	1 254 297,8	66 829,7	43 525,9	656 156,0
Minas Gerais	39 902,0	300,0	39 602,0	6 650,4	2 928,0	23 361,6	6 662,0	—	—
Espírito Santo	54 264,2	—	54 264,2	3 731,0	11 503,6	28 158,0	—	—	10 871,6
Rio de Janeiro	11 288,1	40,0	11 248,1	3 116,1	716,3	2 795,7	—	—	4 620,0
Guanabara	1 841 515,8	61 758,7	1 779 757,1	680 179,8	82 780,3	699 203,4	12 627,5	1 188,3	303 777,8
São Paulo	2 132 205,6	85 633,5	2 046 572,1	774 469,6	344 559,0	500 779,1	47 540,2	42 337,6	336 886,6
SUL	237 578,6	25 209,7	212 368,9	79 922,6	30 132,9	61 376,0	9 642,2	6 310,4	24 984,8
Paraná	86 432,4	4 045,0	82 387,4	28 426,0	7 968,4	29 927,7	—	—	16 065,3
Sata Catarina	54 243,9	400,0	53 843,9	10 813,2	8 725,4	18 215,4	4 016,2	3 154,6	8 919,1
Rio Grande do Sul	96 902,3	20 764,7	76 137,6	40 683,4	13 439,1	13 232,9	5 626,0	3 155,8	0,4
CENTRO-OESTE	23 766,4	12 450,0	11 316,4	3 109,4	2 009,4	3 040,2	25,4	1 393,4	1 738,6
Mato Grosso	7 132,2	950,0	6 182,2	—	348,7	2 740,2	—	1 354,7	1 738,6
Goiás	3 652,1	—	3 652,1	1 807,4	1 480,6	300,0	25,4	38,7	—
Distrito Federal	12 982,1	11 500,0	1 482,1	1 302,0	180,1	—	—	—	—
BRASIL	4 562 474,3	187 117,9	4 375 356,4	1 600 274,5	549 117,0	1 387 245,7	77 531,5	58 308,3	702 879,4

Fonte: Diários Oficiais.

nicações com Cr$ 183,8 milhões (4,0%); cabendo o residual de Cr$ 47,0 milhões (1,1%) às agrícolas.

Regionalmente, as emissões de capital de janeiro tiveram a seguinte distribuição: Sudeste com Cr$ 4 079,2 milhões (89,4%); o Sul com Cr$ 237,6 milhões (5,2%); o Nordeste com Cr$ 116,4 milhões (2,6%); o Norte com Cr$ 105,5 milhões (2,3%) e o Centro-Oeste com os restantes Cr$ 23,8 milhões (0,5%).

São Paulo vem em primeiro lugar com Cr$ 2 132,2 milhões, 46,7% do total geral e 52,3% do de sua região, seguido pela Guanabara com Cr$ 1 841,5 milhões, 40,4% e 45,1%, respectivamente; Rio Grande do Sul com Cr$ 96,9 milhões, 2,1% e 40,8%; Pará com Cr$ 96,6 milhões, 2,1% e 91,6%; Paraná com Cr$ 86,4 milhões, 1,8% e 36,4%; Pernambuco com Cr$ 74,5 milhões, 1,6% e 64,0%; Espírito Santo com Cr$ 54,3 milhões, 1,2% e 1,3; Santa Catarina com Cr$ 54,2 milhões, 1,2% e 22,8%; Minas Gerais com Cr$ 39,9 milhões, 0,8% e 0,9%; Piauí com Cr$ 20,1 milhões, 0,6% e 17,3%; Alagoas com Cr$ 19,8 milhões, 0,4% e 17,0%; cabendo os Cr$ 46,1 milhões, 1,1%, residuais às demais 6 (seis) unidades federadas.

Individualmente, as empresas que apresentaram maior emissão de capital foram, pela ordem de região: Amazonas — Fundição Moto SA, Cr$ 4,6 milhões; Pará — Centrais Elétricas do Pará SA - Celpa, Cr$ 50,0 milhões e Banco do Estado do Pará SA, Cr$ 40,0 milhões; Piauí — Cajulandia do Brasil SA, Cr$ 20,0 milhões; Pernambuco — Cia. de Cimento Portland Poty, Cr$ 24,5 milhões e Cia. de Produtos Pilar SA, Cr$ 10,1 milhões; Alagoas — Banco do Estado de Alagoas SA, Cr$ 7,0 milhões e Cia. de Eletricidade de Alagoas, Cr$ 5,5 milhões; Minas Gerais — Cia. Indl. Itaunense, Cr$ 8,0 milhões e Cia. Agrícola de Minas Gerais - Camig, Cr$ 6,0 milhões; Espírito Santo — Espírito Santo Centrais Elétricas SA - Escelsa, Cr$ 39,0 milhões e Itabira Agro-Indl. SA, Cr$ 14,2 milhões; Rio de Janeiro — Vale do Luar - Hotéis e Turismo SA, Cr$ 4,6 milhões e Fundição Barra do Piraí SA, Cr$ 4,0 milhões; Guanabara — Cia. Siderúrgica Nacional, Cr$ 419,1 milhões, Cia. Telefônica Brasileira, Cr$ 115,5 milhões e União de Bancos Brasileiros, Cr$ 84,0 milhões; São Paulo — SA Inds. Matarazzo do Paraná, Cr$ 225,0 milhões, Cia. de Saneamento da Baixada Santista - SBS, Cr$ 112,5 milhões e Refinadora Paulista SA - Açúcar e

Tabela II — Emissões de capital — janeiro de 1974 — Cr$ 1000

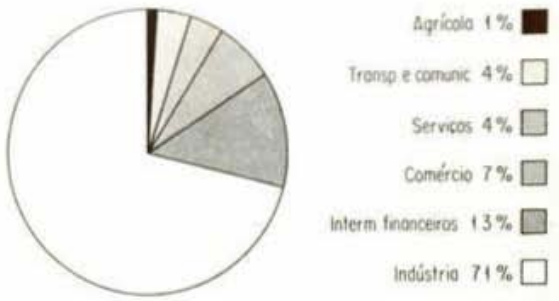
Regiões e Unidades Federadas	Ramos de atividade											
	Agrícola		Industrial		Comercial		Intermediários financeiros		Transporte e comunicações		Serviços	
	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital
NORTE	500,0	3 014,6	—	56 963,2	—	4 030,0	—	40 000,0	—	—	20,0	1 050,0
Amazonas	—	—	—	5 309,1	—	3 600,0	—	—	—	—	20,0	—
Pará	500,0	3 014,6	—	51 654,1	—	430,0	—	40 000,0	—	—	—	1 050,0
NORDESTE	—	—	1 106,0	103 450,5	—	119,0	—	7 000,0	100,0	4 014,3	—	586,0
Piauí	—	—	—	20 060,0	—	—	—	—	—	—	—	—
Pernambuco	—	—	106,0	74 112,8	—	119,0	—	—	100,0	—	—	50,0
Paraíba	—	—	1 000,0	500,0	—	—	—	—	—	—	—	536,0
Alagoas	—	—	—	8 777,7	—	—	—	7 000,0	—	4 014,3	—	—
SUDESTE	354,0	29 650,3	56 198,6	2 850 924,7	5 910,5	247 528,1	39 250,0	486 384,7	25 000,0	139 969,0	21 019,0	176 986,7
Minas Gerais	300,0	10 262,0	—	20 143,8	—	1 304,2	—	5 020,0	—	—	—	2 872,0
Espírito Santo	—	—	—	54 264,2	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro	—	—	—	4 530,1	—	1 598,0	—	—	—	500,0	40,0	4 620,0
Guanabara	—	—	20 368,1	1 199 373,8	450,6	100 417,1	—	262 613,3	25 000,0	121 164,7	15 940,0	96 188,2
São Paulo	54,0	19 388,3	35 830,5	1 572 612,8	5 460,0	144 208,8	39 250,0	218 751,4	—	18 304,3	5 039,0	73 306,5
SUL	245,0	646,0	4 000,0	148 109,7	—	36 108,6	—	2 219,4	200,0	14 561,0	20 764,7	10 724,2
Paraná	245,0	—	3 600,0	64 298,4	—	5 880,0	—	40,0	200,0	8 067,0	—	4 111,7
Santa Catarina	—	646,0	400,0	41 989,7	—	8 010,0	—	112,5	—	1 000,0	—	2 085,0
Rio Grande do Sul	—	—	—	41 830,6	—	22 218,6	—	2 066,9	—	5 494,0	20 764,7	4 527,5
CENTRO-OESTE	10 950,0	1 654,7	—	1 687,2	—	3 147,0	—	2 963,9	—	—	1 500,0	1 863,6
Mato Grosso	950,0	1 354,7	—	—	—	—	—	2 963,9	—	—	—	1 863,6
Goiás	—	300,0	—	1 665,1	—	1 687,0	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	10 000,0	—	—	22,1	—	1 460,0	—	—	—	—	1 500,0	—
BRASIL	12 049,0	34 965,6	61 304,6	3 161 135,3	5 910,6	290 932,7	39 250,0	538 568,0	25 300,0	158 544,3	43 303,7	191 210,5

Fonte: Diários Oficiais.

Alcool, Cr$ 112,0 milhões; Paraná — Cia. Iguaçú de Café Solúvel, Cr$ 19,7 milhões e F. Slaviero & Filhos SA - Ind. e Com. de Madeiras, Cr$ 17,0 milhões; Santa Catarina — Sadia Concórdia SA - Ind. e Comércio, Cr$ 11,5 milhões e Stein Comercial SA, Cr$ 5,8 milhões; Rio Grande do Sul — Lansul - Lanifício Sulriograndense SA, Cr$ 16,0 milhões e Zamprogna SA - Imp. Com. e Ind., Cr$ 13,0 milhões; Mato Grosso — Banco Financial de Mato Grosso SA, Cr$ 2,7 milhões; Goiás — Moinho de Goiás SA, Cr$ 1,5 milhão e Distrito Federal — Lauro Faria SA - Com. de Mat. de Construção Cr$ 1,0 milhão.

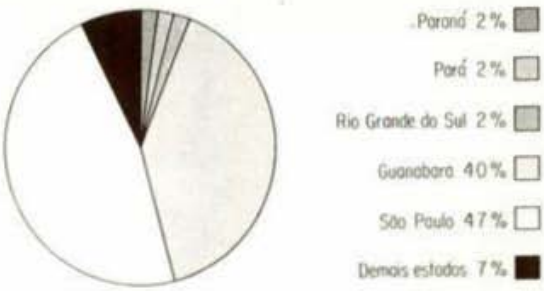
Emissões de capital

Contribuição dos ramos de atividade em janeiro de 1974



Emissões de capital

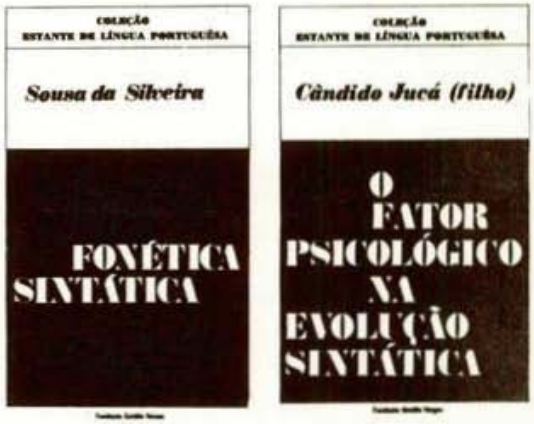
Contribuição dos estados em janeiro de 1974



NOVAS EMPRESAS

Pará — Cia. Agro Pecuária Simeira, Cr$ 0,5 milhão; Paraíba — CBM - Cia. Brasileira de Minérios, Cr$ 1,0 milhão; Guanabara — Cia. de Ônibus Encontro SA - Transportes e Turismo - Coesa, Cr$ 25,0 milhões, ISA - Fertilizantes - Produtos Alimentícios e Participações SA Cr$ 18,1 milhões e Lemac Empreendimentos SA, Cr$ 15,5 milhões; São Paulo — Fama SA - Adm., Empreendimentos e Participações, Cr$ 20,0 milhões, Cenel - Imóveis e Comércio, Cr$ 10,5 milhões e Ind. Técnica de Plásticos Reforçados SA - Tecniplas, Cr$ 10,0 milhões; Paraná — Madeiras Festrigato - Ind. e Com. SA, Cr$ 3,0 milhões; Santa Catarina — Antares SA - Editora Litográfica, Cr$ 0,4 milhão; Rio Grande do Sul — Adm. e Participações Joaquim Oliveira SA, Cr$ 18,0 milhões e Expofar Feiras, Hotéis e Turismo, Cr$ 2,8 milhões; Mato Grosso — C.C.O. Agro Pecuária SA, Cr$ 0,7 milhão e Distrito Federal — Agro Pecuária Canabrava SA - Agrocan, Cr$ 10,0 milhões Educacional SA, Cr$ 1,5 milhão.

A sintaxe vista por dois mestres



Fonética Sintática *de Sousa da Silveira – Interpretações definitivas de passagens até então mal explicadas dos grandes escritores do nosso idioma. Preciosos subsídios para o esclarecimento de frases feitas.*

O Fator Psicológico na Evolução Sintática – *Candido Jucá (filho) – Trabalho que consolida vários e diversos fatos de linguagem e de psicologia social, os quais têm sido tratados profundamente, mas como alheios uns aos outros.*

Publicações da Fundação Getulio Vargas. À venda nas boas livrarias.

Insolvências – resultados finais de 1973

Com a disponibilidade dos resultados estatísticos, relativos a dezembro último, foram completados os levantamentos de 1973, o que permite a confirmação de conclusões constantes do retrospecto do ano recém-findo, com a inclusão de alguns fatos e comentários relevantes.

MUDANÇA DA COMPOSIÇÃO DOS TÍTULOS PROTESTADOS

Em 1973, sofreram protesto na capital de São Paulo 355 mil papéis comerciais no valor de Cr$ 700 milhões, o que equivale a um aumento quantitativo de 5% e a um incremento em cruzeiros de 29% (tabela I). Nestas condições, o valor médio de um título não liquidado cresceu de 23% — de aproximadamente Cr$ 1,6 mil para Cr$ 2,0 mil.

Tabela I — Títulos protestados na capital de São Paulo em 1973 — número em milhares — valores em milhões de Cr$

Natureza dos títulos	1973		1972		% 1973/1972	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Duplicatas	193	354	173	267	+ 12	+ 33
Promissórias	102	267	119	208	− 15	+ 28
Cheques	32	58	28	54	+ 14	+ 7
Letras de câmbio	29	21	17	16	+ 71	+ 31
Total	355	700	338	544	+ 5	+ 29

Fonte: Instituto de Economia Gastão Vidigal.

Sobressaíram no conjunto as duplicatas que, em 1973, perfizeram 54% do número total (51% em 1972) e, no último ano, cresceram em escala apreciável (12%). Isto parece representar antes a conseqüência da expansão dos negócios do que a significativa alteração da capacidade de amortizar. Registre-se que o montante das promissórias levadas a protesto excedeu a quantia registrada no ano anterior, a despeito da diminuição na quantidade respectiva de compromissos não atendidos. Revela este fenômeno que o pagamento de obrigações vultosas, representadas por notas promissárias, experimentou, em comparação com 1972, maiores dificuldades do que de débitos semelhantes, mas de valor unitário moderado. Cheques e letras de câmbio protestados continuaram carecendo de maior importância no contexto geral, embora o acréscimo percentual tenha sido maior.

Tabela II — Insolvências no Rio de Janeiro e em São Paulo — 1973

Praça e período	Insolvências requeridas			Insolvências decretadas/deferidas		
	Falências	Concordatas	Insolvências	Falências	Concordatas	Insolvências
Rio de Janeiro						
1973	1 136	29	1 165	360	18	378
1972	912	36	948	256	39	295
São Paulo						
1973	3 654	179	3 833	909	174	1 083
1972	3 248	264	3 512	778	230	1 008

Fontes: Rio de Janeiro — Cartórios (dados originais compilados por CONJUNTURA ECONÔMICA); São Paulo — Instituto de Economia Gastão Vidigal.

INSOLVÊNCIAS AUMENTAM MAIS QUE PROTESTO DE TÍTULOS

Elevando-se a 3 833 (tabela II), as insolvências requeridas em São Paulo superaram em 9% o resultado apurado no período anterior. Esta taxa excede a de incremento do protesto de títulos (5% como foi visto antes), o que traduz maior sensibilidade da economia privada em 1973, tendo os credores geralmente iniciado processos falimentares sem maiores delongas, quando julgavam irrecuperável a posição financeira dos seus devedores. Considerando que as falências decretadas e as concordatas deferidas elevaram-se (em conjunto), no mesmo intervalo, de 7% (passando de 1 008 a 1 083 empresas afetadas), é de concordar que realmente se justificava o pessimismo dos credores.

PASSIVO DE CONCORDATÁRIOS EM BAIXA

A determinação do passivo médio das empresas de concordatas deferidas nos últimos dois anos (tab. III) revela fortes variações segundo o setor de atividade comprometido. Como tais variações de um para outro ano excedem, por larga margem, as diferenças percentuais de preços, elas indicam basicamente que empresas de diferentes estruturas, em termos de dimensões financeiras, foram afetadas. Sob este prisma, conclui-se que as indústrias concordatárias foram em 1973 organizações mais importantes, em média, do que no ano anterior. O inverso ocorreu nos setores de comércio e serviços.

Tabela III — Passivo médio de uma empresa com concordata deferida na capital de São Paulo em 1973 — milhões de Cr$

Setor	1973	1972
Indústria	5,6	2,7
Comércio	2,0	3,0
Serviços	3,9	11,7

Fonte: Instituto de Economia Gastão Vidigal.

MENOR CONCENTRAÇÃO SETORIAL DA INSOLVÊNCIA

Tenta-se determinar nas considerações seguintes o grau de concentração do protesto de títulos e das insolvências requeridas em função da atividade dos devedores.

A tabela IV indica que oito ramos de atividade (o protesto de títulos de cada ramo em 1972 foi de mais de Cr$ 10 milhões) deixaram de cumprir obrigações financeiras no total de Cr$ 126 milhões, em 1972, e de Cr$ 140 milhões no ano seguinte (+ 11%). Ao mesmo tempo, os numerosos ramos restantes (o protesto de títulos de cada ramo em 1972 foi de menos de Cr$ 10 milhões) foram responsáveis pela falta de pagamento de Cr$ 124 milhões e Cr$ 172 milhões, respectivamente (+ 39%). Se bem que às oito atividades individualizadas tivessem correspondido em 1973 45% de todos os títulos protestados, emitidos por pessoas jurídicas, o montante respectivo não aumentou em cruzeiros deflacionados, independente do índice de preços empregado para tal fim. Os demais ramos, ao contrário, apresentaram aumento real ponderável.

Efetuando-se análise semelhante a respeito das falências requeridas, verifica-se que cada um dos 14 ramos participou com mais de 50 insucessos em 1972 ou 1973, perfazendo um total naquele ano de 1 675 falências e chegando neste a 2 155 (+ 29%). Só aumentou de 14% o número de insucessos empresariais enquadrados nas demais atividades (612 contra 539 falências). O quadro que se oferece quanto às insolvências foi, portanto, diametralmente oposto ao que se observou no que toca a protesto de títulos.

Examinando os setores que se puseram em evidência em 1972 ou 1973, seja em conseqüência do elevado volume de títulos não pagos ou em virtude da forte incidência de falências, comprova-se que no meio de 20 diferentes atividades, enumeradas nas tabelas, sete delas ocupam posição de relevo por terem merecido individualização por um ou outro motivo (protesto ou insolvência). Em 2/3 dos ramos econômicos não foi, portanto, a freqüente impontualidade ou falta de liquidação de títulos que originou o pedido de falência. Dentre as demais alternativas de causas (não apuradas ou investigadas neste artigo) devem ser mencionadas a falta de pagamento de salários, tributos e de mercadorias ou serviços à vista. Principalmente no comércio houve numerosas falências

Tabela IV — Análise setorial da variação do protesto de títulos na capital de São Paulo em 1972-73 — milhões de Cr$

Ramos de atividade	Valor global dos títulos protestados		Conclusões			
			Títulos protestados em 1972 no ramo		Variação em 1973	
	1973	1972	> Cr$ 10 milhões	< Cr$ 10 milhões	+	−
INDÚSTRIA						
Metalúrgica	20	17	×		×	
Têxtil	13	12	×		×	
Produtos alimentares	9	18	×			×
Editorial e gráfica	16	12	×		×	
Outros	78	54		×	×	
Total	136	113				
COMÉRCIO						
Materiais de construção e ferragens	9	11	×			×
Produtos alimentares	15	19	×			×
Outros	69	48		×	×	
Total	93	78				
SERVIÇOS						
Engenharia, construção e instalação	25	26	×		×	
Administração planejamento e corretagem	23	11	×		×	
Outros	25	22		×	×	
Total	83	59				

Fonte: Instituto de Economia Gastão Vidigal.

Tabela V — Análise setorial da variação de falências requeridas na capital de São Paulo em 1972-73

Ramos de atividade	Nº de falências		Conclusões			
			Nº de falências em 1972 no ramo		Variação em 1973	
	1973	1972	> 50	< 50	+	− ou =
INDÚSTRIA						
Metalúrgica	111	148	×			×
Mecânica	43	54	×			×
Mobiliária	85	79	×		×	
Produção de materiais plásticos	53	36		×	×	
Produtos alimentares	109	147	×			×
Editorial e gráfica	85	85	×			×
Outros	312	294		×	×	
Total	798	843				
COMÉRCIO						
Materiais de construção e ferragens	158	104	×		×	
Eletrodomésticos, louças e demais artigos de uso doméstico	87	44		×	×	
Veículos, peças e acessórios	75	77	×			×
Móveis e artigos de decoração	206	94	×		×	
Bazares	58	53	×		×	
Produtos farmacêuticos, médicos e de perfumaria	209	160	×		×	
Tecidos, arm. e artef. tecidos	112	34		×	×	
Produtos alimentares	351	236	×		×	
Bares, restaurantes e lanchonetes	144	114	×		×	
Outros	214	165		×	×	
Total	1 614	1 081				
SERVIÇOS						
Oficinas de reparação	58	35		×	×	
Transporte e turismo	58	66	×			×
Engenharia, construções e instalações	97	71	×		×	
Administração, planejamento e corretagens	56	38		×	×	
Outros	86	80	×		×	
Total	355	290				

Fonte: Instituto de Economia Gastão Vidigal.

em vários setores, nos quais o protesto de títulos manteve-se em nível negligenciável (móveis, bazares, produtos farmacêuticos, tecidos, bares, eletrodomésticos e veículos ou respectivas peças). Em grande parte destes ramos é moderado o valor representativo de uma venda.

Quanto às oito principais atividades sob o ponto de vista do protesto de títulos, o valor das obrigações não pagas em 1973 aumentou para cinco grupos e diminuiu para três, em relação ao ano de 1972. Com referência aos 19 ramos importantes (em 1972 ou 1973), cresceu, comparativamente às insolvências, a quantidade de falências de 13 ramos, e diminuiu a de seis.

As atividades discriminadas nas tabelas IV e V revelam tendência para menor concentração quanto aos títulos protestados na indústria e no comércio, ocorrendo o contrário em serviços. Observa-se ainda crescente concentração no que se refere a falências pedidas contra firmas comerciais e de prestação de serviços, com simultâneo rumo oposto na indústria (tabela VI).

Em resumo conclui-se que:

a) restrito número de atividades econômicas sobressai em virtude da forte incidência de insucessos empresariais e protesto de títulos;

b) a capacidade de amortizar dos componentes deste grupo foi estável em termos reais de moeda, a dos demais agravou-se em 1973;

Tabela VI — Análise das tendências na concentração de protesto de títulos e pedidos de falência.

Discriminação	Protesto de títulos (%)		Falências requeridas (%)	
	1973	1972	1973	1972
Indústria	43	52	61	65
Comércio	26	39	87	85
Serviços	70	63	76	72

c) o risco de falência aumentou mais para as atividades importantes do que para as outras;

d) não é a falta de pagamento de títulos vencidos que ocasiona grande parte das falências, mormente nos setores de bens de consumo, de pequeno valor unitário; e finalmente

e) a concentração do protesto de títulos e de insolvências diminuiu na indústria, aumentou em serviços e apresentou-se de forma contraditória no comércio.



RESIDÊNCIA
CIA. DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

DIRETORIA

Presidente	: José Carlos Mello Ourivio
Vice-Presidente Executivo:	Paulo Mello Ourivio
Vice-Presidente Executivo:	Mauricio de Andrade Ramos
Vice-Presidente Executivo:	José Isaac Peres
Vice-Presidente	: Paulo Fontainha Geyer
Diretor de Operações	: Milton Coelho da Silva
Diretor de Captação	: Sérgio Rego Monteiro
Diretor Administrativo	: Manoel Rubens Pinho de Albuquerque
Diretor	: Luiz Paulo de Souza Lobo

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente	: Geraldo Martins Ourivio
Vice-Presidente:	Alvaro de Souza Carvalho
Conselheiro	: Antônio Alves Barbosa Mello
Conselheiro	: Basileu da Costa Gomes
Conselheiro	: David Antunes de Oliveira Guimarães
Conselheiro	: Hélio Barroso
Conselheiro	: Leonidio Ribeiro Filho
Conselheiro	: Mário Trindade
Conselheiro	: Marco Antônio Gay Bernardes

CONSELHO FISCAL

Istvan Lantos
Sérgio Pedroso de Albuquerque Cardoso
Ruy Fernando Formozinho de Sá
José Steinbruck
Tomaz Francisco Leonardos

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973
(Compreendendo Matriz e Agências)

ATIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
Disponível			
Encaixe			
Caixa	4.866.009,08		
Depósitos em Bancos	17.502.880,02	22.368.889,10	
Subencaixe			
Valores Disponíveis - Ao Custo			
Letras Imobiliárias	1.283.000,00		
Letras do Tesouro Nacional	6.000.000,00		
Títulos Adquiridos de Mercado Aberto	5.000.000,00	12.283.000,00	34.651.889,10
Realizável			
Financiamentos Imobiliários			
Empréstimos à Indústria de Construção Civil	171.365.042,94		
Empréstimos para Casa Própria Construção	1.600.149,84		
Empréstimos para Casa Própria Aquisição	70.304.694,77		
Empréstimos para materiais de Construção Sub-programa Recon	7.946.050,34		
Empréstimos sobre Prom. de Compra de Hipotecas	2.160.337,33		
Cédulas Hipotecarias	98.820.392,92		
Empréstimos para obras Correlatas	21.011.533,12	373.208.201,26	
Aplicações Diversas			
Adquirentes de Imóveis	1.545.631,76		
Títulos e Valores Imobiliários	164.700,34		
Imóveis à Venda - Ao Custo	3.742.136,76		
Créditos Sub-rogados	9.093.101,96		
Títulos a Receber	1.643.872,32		
Rendas a Receber	18.012.972,24		
Outras Aplicações	2.476.822,30	36.679.237,68	409.887.438,94
Imobilizado - Ao Custo Acrescido de Correção Monetária			
Bens Móveis de Uso		1.547.422,44	
Bens Imóveis de Uso		4.452.277,06	5.999.699,50
Resultado Pendente			
Despesas a Apropriar			1.660.057,79
			452.199.085,33
Compensação			
Valores Emitidos			
Letras Imobiliárias em Carteira	2.753.000,00		
Letras Imobiliárias em Circulação			
Em poder do público	104.199.786,25		
Em poder do BNH	2.950.000,00	109.902.786,25	
Outras Contas de Compensação		655.479.433,18	765.382.219,43
			1.217.581.304,76

PASSIVO

Não Exigível			
Recursos Próprios			
Capital de Residentes no País		12.500.000,00	
Reservas e Fundos			
Reserva Legal		1.322.660,99	
Reserva Estatutária		120.184,37	
Reserva Especial (Circular 54/4441/67)		1.490.446,11	
Reserva para Aumento de Capital (DL 1089)		5.168.768,46	
Reserva para Créditos Duvidosos		277.851,80	
Outras Reservas e Fundos		99.640,29	
Fundo de Amortização do Ativo Imobilizado		1.540.896,01	
Correção Monetária do Ativo Imobilizado		127.206,15	22.647.654,18
Exigível			
Recursos de Terceiros			
Letras Imobiliárias			
Tipo "C" (de Renda)	103.742.300,00		
Tipo "D" (de Poupança)	457.486,25		
Depósitos do Público	134.915.712,93		
Depósitos Especiais	150.000,00		
Empréstimos de Assistência Financeira do Banco Nacional da Habitação	125.521.026,13	364.786.525,31	
Credores Diversos e Provisões			
Credores Diversos	2.549.053,22		
Prov. de Juros e Correção Monetária a Pagar	15.195.546,44		
Impostos a Pagar	1.256.961,29		
Outras Provisões	842.454,21		
Créditos a Disposição de Financiados	4.495.463,54	24.339.478,70	389.126.004,01
Resultado Pendente			
Rendas Diferidas			40.425.427,14
Compensação			452.199.085,33
Emissão de Valores			
Emissão de Letras Imobiliárias			
Tipo "C" (de Renda)	109.445.300,00		
Tipo "D" (de Poupança)	457.486,25	109.902.786,25	
Outras Contas de Compensação		655.479.433,18	765.382.219,43
			1.217.581.304,76

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DÉBITO

	Cr$	Cr$
Despesas Administrativas		
Diretoria e Pessoal	5.870.218,68	
Tributos Federais, Estaduais e Municipais	35.452,13	
Outras	4.705.687,58	10.611.358,39
Despesas Patrimoniais		
Bens Perdidos, Inutiliz. ou Consumidos	606.068,83	
Depreciação do Ativo Imobilizado	443.864,79	
Ajuste Monetário Patrimonial	3.134.073,91	
Aquisição de Imóveis	40.268,75	
Créditos Duvidosos	218.685,60	4.442.961,88
Despesas de Operações Passivas		
Comissões e Taxas Passivas	1.036.546,63	
Juros Passivos	18.096.105,43	
Correção Monetária Passiva	38.297.935,38	
Outras Despesas de Operações	2.318.857,36	59.749.444,80
Distribuição do Lucro		
Reserva Legal	452.679,33	
Reserva P/Aumento de Capital (DL 1089)	5.150.618,55	
Percentagem da Diretoria	1.324.288,00	
Dividendos	750.000,00	
Provisão para Imposto de Renda	1.376.000,80	9.053.586,68
		83.857.351,75

CRÉDITO

	Cr$	Cr$
Rendas de Disponibilidades		
Juros Ativos	851.730,73	
Correção Monetária Ativa	1.464.272,92	
Lucro na Venda de Títulos	627.892,32	2.943.895,97
Rendas de Financiamentos Imobiliários		
Comissões e Taxas Ativas	12.328.352,17	
Juros Ativos	23.984.980,63	
Correção Monetária Ativa	43.029.626,80	79.342.959,60
Rendas de Aplicações Diversas e Outras		
Juros Ativos	297.013,73	
Correção Monetária Ativa	577.244,33	
Aquisição de Imóveis	109.286,13	
Lucro na Venda de Imóveis	81.163,17	
Outras Rendas de Aplicações Diversas	198.910,70	1.263.618,06
Rendas de Serviços		
Serviço de Cobrança		1.721,54
Rendas Eventuais		
Diversas		305.156,58
		83.857.351,75

Parecer dos Auditores Independentes

A Diretoria
Residência - Companhia de Crédito Imobiliário

Examinamos o balanço geral da Residência - Companhia de Crédito Imobiliário levantado em 31 de dezembro de 1973 e a correspondente demonstração da conta de lucros e perdas do ano findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

De conformidade com as disposições do Banco Nacional da Habitação, a companhia, a partir de 1973, passou a considerar a correção monetária do capital e da reserva legal como sendo despesa do ano em vez de considerá-la como distribuição do lucro. Outrossim, conforme permitido pelo Banco Nacional da Habitação, a companhia calculou e contabilizou a correção monetária dos financiamentos imobiliários e dos recursos recebidos de terceiros em 31 de dezembro de 1973 com base no índice publicado no início do primeiro trimestre de 1974, além daquela calculada e contabilizada referente aos quatro trimestres de 1973. Como resultado destas mudanças de procedimento, o lucro do ano findo em 31 de dezembro de 1973 está apresentado por aproximadamente Cr$ 1.000.000 a mais do que estaria caso essas mudanças não tivessem sido feitas.

Somos de parecer que o referido balanço geral e a correspondente demonstração da conta de lucros e perdas são fidedignas demonstrações da situação financeira da Residência - Companhia de Crédito Imobiliário em 31 de dezembro de 1973 e dos resultados das operações do ano de conformidade com os princípios contábeis adotados pelas companhias de crédito imobiliário e na forma estabelecida pelo Banco Nacional da Habitação. Esses princípios contábeis foram aplicados de maneira consistente em relação ao ano anterior, exceto quanto às mudanças descritas no parágrafo anterior.

Price Waterhouse Peat & Co. Inscrição CRC GB - N.º 4

Manuel Ribeiro da Cruz Filho - Contador Responsável - Registro CRC GB Nº 2073

Parecer do Conselho Fiscal

Aos cinco dias do mês de fevereiro de 1974, os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal de RESIDÊNCIA - COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, reuniram-se em sua sede social, nesta Cidade e, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os Livros e documentos de contabilidade referentes ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 1973, bem como o Balanço Geral e demonstração da Conta de Lucros e Perdas, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, o que os leva a emitir parecer favorável à aprovação pelos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1974

Istvan Lantos
Sérgio Pedroso de Albuquerque Cardoso
Tomaz Francisco Leonardos

Banco Nacional da Habitação – sua atuação no campo de desenvolvimento urbano

CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO

Ao ser criado, em 1964, o Banco Nacional da Habitação tinha à sua frente um deficit habitacional que, embora difícil de quantificar, era visivelmente expressivo, já que representado por substancial número de habitações de baixo padrão. Este deficit, essencialmente de qualidade, era agravado pela deficiência de infra-estrutura em grande parte dos núcleos urbanos brasileiros. A situação econômico-financeira era difícil com o País recém-saído de grave instabilidade política e social.

Problema mundial, agravado nas últimas décadas pelo rápido crescimento que se verificou nos centros urbanos, a carência de habitações havia sido estimulada no Brasil por um surto inflacionário crescente e por uma lei do inquilinato desencorajadora das aplicações imobiliárias.

Os programas habitacionais, desenvolvidos principalmente pelas caixas econômicas e pelos institutos de previdência, além de carecerem do esquema global indispensável à solução do problema, estavam marcados pelo cunho paternalista, então vigente, que não se mostrava sensível ao fato de que, com o crescimento da inflação, os capitais aplicados retornavam com valor real muito menor.

Foi justamente para enfrentar tal situação que se instituiu o BNH, com a responsabilidade de órgão central, normativo e orientador do sistema financeiro da habitação.

Foi criado com capital inicial de um milhão de cruzeiros, tendo como principal fonte de recursos o produto da arrecadação compulsória de 1% do valor da folha mensal de pagamentos de todas as empresas sujeitas ao regime da CLT. Poderia, ainda, captar recursos mediante operações de crédito representadas por empréstimos, internos e externos, pela colocação de letras imobiliárias e pela captação de depósitos com correção monetária.

Até 1965, o BNH cuidou de sua instalação e da implantação do sistema financeiro da habitação. Neste período foram criadas e instaladas as primeiras COHABs e cooperativas habitacionais. O ano seguinte foi da maior importância para os destinos da entidade, à medida que assinalou a definição de todo o instrumental de que carecia para o efetivo funcionamento do sistema financeiro habitacional. Quando se iniciou a implantação do sistema brasileiro de poupança e empréstimo, as condições de operação do mercado de hipotecas foram definidas e lançou-se, através de cooperativas, programa para construção de 100 mil casas para operários sindicalizados.

No âmbito interno, foi estabelecida a estrutura do BNH e aprovado seu regimento, como também as bases de orçamento, programação e planejamento do Banco e do sistema financeiro da habitação. Mas o acontecimento mais importante de 1966 foi, sem dúvida, a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), cuja gestão foi entregue ao BNH. Transformou-se, assim, a entidade em banco de depósitos, ao mesmo tempo em que se garantia o suporte financeiro indispensável para a realização de seus programas.

Como conseqüência, no ano seguinte foram revistas a programação e as condições de sua aplicação, de modo que se ajustassem à nova escala e às novas condições dos recursos disponíveis. Ainda nesse ano de 1967, desenvolveu-se de forma notável o sistema brasileiro de poupança e empréstimo, com a instalação de 37 sociedades de crédito imobiliário e de 26 carteiras habitacionais nas caixas econômicas. Outro acontecimento importante foi a regulamentação do Programa de Financiamento de Materiais de Construção (FIMACO).

Em 1968 registrou-se o início das atividades do BNH no campo do saneamento. Foi criado e regulamentado o sistema financeiro do saneamento, cuja gestão ficou a cargo do Banco. Outros fatos importantes foram a instalação de 27 associações de poupança e empréstimo, completando o SBPE, e o desenvolvimento do planejamento local integrado, tendo como agente o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

O ano de 1969 foi marcado pela instituição do Plano de Equivalência Salarial (PES), que veio facilitar a aquisição da casa própria por parte das pessoas de menor renda, na medida em que permitiu que a indispensável atualização monetária das prestações acompanhasse a evolução dos salários. No campo do saneamento, foi criado o subprograma REFINESG, com o objetivo de preservar a saúde da população e os recursos hídricos do País, graças ao controle da poluição das águas.

Em 1970, assinalou-se o notável desenvolvimento do programa de saneamento, seja no abastecimento de água, seja no controle da poluição. Nesse ano, foi desenvolvido o Plano Nacional do Saneamento (PLANASA), cujo objetivo é resolver de forma permanente o problema do abastecimento de água em todo o País. O PLANASA estabeleceu, como meta intercorrente, o abastecimento de 80% da população urbana nacional até 1980. Ainda em 1970 verificou-se extraordinário crescimento no programa de financiamento de materiais de construção, que apresentou resultados particularmente expressivos no subprograma RECON, de refinanciamento do consumidor.

Em 1971, tiveram lugar algumas modificações da maior importância. O esquema adotado pelo Brasil para a solução do problema habitacional baseia-se em um sistema financeiro de comando centralizado e execução descentralizada, apresentando características **sui generis**. Aproveitou-se a experiência de outros países adaptando-a às peculiaridades brasileiras.

O fato de o Banco ter sido transformado, no final de 1971, em empresa pública — com um capital inicial de um bilhão de cruzeiros — trouxe como conseqüência primeira maior flexibilidade para o desenvolvimento de seus programas. Agora, o BNH só atua como banco de segunda linha, operando em todos os setores por intermédio de centenas de agentes espalhados por todo o Brasil e que se encarregam da parte executiva, repassando os créditos por ele concedidos e se responsabilizando pelas operações que realizam. Ao BNH cabem as funções de comando, coordenação e orientação.

Ao longo dos oito anos, durante os quais o programa habitacional foi posto em prática, a experiência indicou a necessidade de alguns ajustamentos. Daí, as medidas definidas no final de 1971 e postas em prática a partir de 1972, seguindo orientação e programação propostas pelo Ministério do Interior e aprovadas pelo Presidente da República.

Essas medidas visam a facilitar mais ainda a aquisição de moradia por parte das famílias de renda média ou baixa. Com esse objetivo foi criado o Sistema de Amortizações Constantes (SAC), ao mesmo tempo em que foram aumentados os prazos de financiamento e reduzidos os juros. Naturalmente, a redução das taxas de juros só foi possível graças à medida anterior do Congresso Nacional, uniformizando em 3% a.a. a remuneração em termos reais dos depósitos do FGTS, apenas para as contas novas.

O ano de 1972 foi assinalado pelo início de importantes alterações, quase todas decorrentes das determinações legais propostas e sancionadas pelo Presidente da República, no fim do ano anterior.

A ampliação do objetivo do Banco, que passou a ser o desenvolvimento urbano, foi, talvez, a mais importante dessas medidas. Hoje, o BNH já colabora, mais ampla e intensamente, na solução dos problemas decorrentes do acelerado crescimento urbano, causa e' conseqüência do impressionante desenvolvimento econômico do País. Para que isto se tornasse possível, foi feita a provisão dos recursos e estão sendo estruturados os programas, com vistas à complementação do equipamento comunitário indispensável ao bem-estar e ao desenvolvimento harmônico da coletividade urbana. Da mesma forma, estimula-se a maior oferta de terrenos urbanizados, por meio do financiamento da renovação de áreas em obsolescência, da complementação das deficientes e da urbanização das novas.

Findo o ano de 1973, apresentava o Banco Nacional da Habitação um montante de capital e reservas de Cr$ 4,4 bilhões e um ativo superior a Cr$ 26 bilhões. Seu custo operacional manteve-se em cerca de 2,2% das aplicações ou 0,8% do saldo médio aplicado. As aplicações realizadas em seus diversos programas, no decurso do período, foram da ordem de Cr$ 5 bilhões. Os novos contratos, firmados em 1973, totalizaram mais de Cr$ 4,7 bilhões, que, adicionados aos recursos próprios dos agentes, deram origem a um total de financiamentos concedidos pelos sistemas geridos pelo Banco da ordem de Cr$ 8,9 bilhões. Tais financiamentos já estão gerando investimentos globais que deverão atingir o total de Cr$ 13,4 bilhões.

À custa dos programas habitacionais concederam-se no ano cerca de 119 mil financiamentos, elevando a mais de um milhão o total de financiamentos concedidos desde a criação do Banco.

Acontecimento da maior importância foi, em 1973, o lançamento do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP) cujo objetivo é eliminar, em 10 anos, o deficit habitacional na área das famílias cuja renda se situe entre um e três salários mínimos regionais. Para isso será necessário financiar, no decênio, mais de dois milhões de habitações, assim como ampliar e melhorar muitas das já construídas, o que representa um investimento global da ordem de Cr$ 30 bilhões. Para permitir o pleno êxito do PLANHAP, assegurando aos ocupantes dos conjuntos habitacionais financiados pelo Banco total acesso aos serviços públicos e à infra-estrutura urbana essencial, foram criados os programas FINC e FINEC. O primeiro destina-se ao financiamento da urbanização de conjuntos habitacionais e o outro objetiva o financiamento de equipamentos comunitários para atender a tais conjuntos. Enquadram-se na área de atuação do PLANHAP os municípios integrantes das áreas metropolitanas e aqueles cuja população urbana, apurada no último censo, tenha sido superior a 50 mil habitantes. Podem ainda vir a integrá-lo os municípios que, embora não se enquadrando nessas categorias, apresentem ritmo de crescimento demográfico urbano superior a 7% a.a.

No campo do saneamento, foi criado novo subprograma, o FIDREN, cujo objetivo é financiar a implantação ou melhoria dos sistemas de drenagem que visem ao controle de inundações em núcleos urbanos. Com esse obetivo foram já assumidos compromissos com as prefeituras de Vitória, Belo Horizonte e São Paulo.

O subprograma REFINAG, de abastecimento de água, prosseguiu em ritmo de tal forma intenso que foi atingida a contratação de mais da metade das obras previstas para a década, no Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Acrescente-se que dois terços das obras contratadas estão em plena execução. Em cerca de 650 municípios já foram contratadas obras no valor global de Cr$ 4,8 bilhões, cuja capacidade de alcance é de quase 63 milhões de pessoas, podendo abastecer de imediato a 33 milhões de pessoas.

A parcela financiada pelo sistema financeiro do saneamento é de Cr$ 3,6 bilhões, sendo a participação do BNH superior a Cr$ 2 bilhões.

No subprograma REFINESG, de controle da poluição, foram firmados contratos visando a financiamentos dos sistemas de esgotos de 54 cidades. O custo global das obras é da ordem de Cr$ 1,8 bilhão, sendo pouco mais de Cr$ 1 bilhão financiados pelo sistema; a parcela do BNH é de cerca de Cr$ 592 milhões.

O programa de saneamento básico está-se desenvolvendo com a contribuição efetiva dos estados por meio do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos (FAE), cuja soma de ativos já é superior a um bilhão de cruzeiros. Estes fundos tornam o esquema viável, à medida que garantam a rotatividade dos recursos, indispensável ao atendimento do problema de forma permanente. Os municípios, que são os maiores beneficiários do programa, dele participam apoiando as empresas estaduais de saneamento.

Com objetivo de ampliar seu campo de atuação de forma que abranja os diversos aspectos ligados ao desenvolvimento urbano, o Banco vem criando novos programas, que deverão entrar em plena execução já em 1974. Em 1973, por não estarem ainda tais programas inteiramente definidos, o Banco atuou nesse setor principalmente à custa dos fundos de desenvolvimento urbano destinados ao financiamento de projetos de infra-estru-

tura e obras prioritárias nos principais centros urbanos do País. Desses fundos, o primeiro a ser criado, ainda em 1972, foi o do Nordeste, no valor de Cr$ 400 milhões, com a participação do Banco Nordeste do Brasil, da FINEP e da Caixa Econômica Federal. Mais tarde foi criado o da Amazônia, no valor de Cr$ 100 milhões, também com a participação da Caixa Econômica Federal e da FINEP, além do Banco da Amazônia S.A. (BASA). Para atender aos centros urbanos das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, foi criado o fundo com o Banco do Brasil, no valor de Cr$ 1 bilhão, do qual também participa a Caixa Econômica Federal. A contribuição do BNH em cada um desses fundos está em torno da metade de seu valor global.

Podem ser beneficiadas pelos fundos de desenvolvimento urbano todas as cidades que apresentem as mesmas características estabelecidas no PLANHAP.

Dentro do objetivo de complementação urbana foi instituído no decorrer de 1973 o projeto CURA, que se dispõe a promover a execução integrada de obras de infra-estrutura urbana e de equipamento comunitário, eliminando a capacidade ociosa dos investimentos urbanos. A fim de reduzir os efeitos negativos da especulação imobiliária, está prevista a aplicação paralela de alíquotas crescentes no tempo para o imposto territorial urbano. Com isso estará assegurada a transferência dos lotes não ocupados para aqueles que desejem e estejam em condições de aproveitá-los.

Dentro dos obetivos do projeto CURA foram firmados até dezembro de 1973 convênios com 17 municípios.

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Como se vê o BNH, no desempenho de suas funções, tem atuado em diversos setores intimamente ligados ao desenvolvimento socioeconômico do País. Concentrado, a princípio, na gestão do sistema financeiro da habitação, de tal forma se desenvolveu nesses nove anos de existência que veio a se tornar um autêntico órgão-chave do desenvolvimento nacional.

A própria experiência adquirida na tentativa de solucionar o problema habitacional capacita o Banco a atuar de forma preponderante em outras áreas, especificamente naquelas que são afins ao desenvolvimento urbano. A questão habitacional é apenas um dos aspectos de problema mais amplo, que é a insuficiência do desenvolvimento econômico e social. Assim sendo, o plano habitacional deve estar integrado no objetivo básico do Governo, que é a luta pelo desenvolvimento. Os investimentos maciços em habitação, por parte dos setores público e privado, contribuem para o crescimento do País, em virtude do inegável efeito multiplicador que possuem.

É lícito esperar que os investimentos em habitação induzam a novos investimentos na indústria de materiais de construção, bem como na de utilidades domésticas (móveis, utensílios, equipamentos do lar). Paralelamente, o programa habitacional estimula a formação de poupança na área das famílias, das quais se exige contrapartida monetária inicial, embora reduzida, para obtenção de financiamento. A decorrente expansão do nível global da poupança torna-se assim novo fator de aceleração do aumento da capacidade de produção de bens e serviços.

A contenção da inflação, outro dos objetivos da política econômica do Governo, recebe efetiva contribuição dos programas habitacionais mediante redução do preço das habitações e captação de poupança livre ou induzida. A redução do preço das habitações decorre não apenas das facilidades de financiamneto, que favorecem o aumento da oferta, como também da diminuição dos custos de produção.

Além do desenvolvimento econômico, os programas habitacionais visam à promoção do progresso social, valorizando o elemento humano por meio da melhoria de suas condições de vida, pela adoção de medidas tais como:

a) ampliação da oferta de emprego, decorrente dos investimentos maciços na construção de habitações;

b) estabelecimento de mecanismos específicos de financiamento diversificados conforme a classe social — com mais baixas taxas de juros e maiores prazos de amortização para as camadas de menores recursos; esses mecanismos permitem uma transferência de renda das classes mais favorecidas para as de menor poder aquisitivo;

c) possibilidade de acesso da população de menor renda à propriedade imobiliária, o que representa verdadeira reforma social urbana traduzida pela democratização da propriedade.

A captação de poupança livre ou induzida exerce seus efeitos benéficos ao reduzir os excedentes de renda em poder do público, que de outra forma exerceriam pressões indesejáveis na demanda de bens e serviços supérfluos.

No que diz respeito à geração de empregos, o plano habitacional desempenha papel da maior importância pelo simples fato de desenvolver a construção civil, setor de maior absorção da mão-de-obra não qualificada. Portanto, o BNH vem colaborando de maneira efetiva com o objetivo fundamental do Governo, isto é, promover o desenvolvimento socioeconômico e ao mesmo tempo reduzir gradativamente a inflação.

Utilizando recursos provenientes de poupança privada, que são os depósitos feitos pelas empresas no FGTS, aplica-os segundo critérios que ponderam rentabilidade financeira e efeito social, de forma que venham a garantir tanto o atendimento dos objetivos visados em seus programas como a devolução aos trabalhadores do dinheiro do fundo, acrescido de juros e correção monetária.

Como se vê, os investimentos promovidos pelo BNH não podem ser avaliados exclusivamente sob critérios econômicos, mas também em consonância com as metas do progresso social e bem-estar coletivo.

À luz dos princípios expostos, verifica-se que o Governo tem adotado certas normas ou diretrizes de política habitacional, das quais decorrem os respectivos programas, além de instrumentos e dispositivos legais.

Os programas habitacionais, na qualidade de instrumentos da política de desenvolvimento econômico e social, vêm sendo estruturados em sintonia com os demais programas setoriais, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento. É óbvia, conseqüentemente, a necessidade de se promover a máxima coordenação entre os programas de habitação, de serviços públicos e comunitários, e os de desenvolvimento econômico em geral. Essa coordenação é obtida por meio de planos integrados, que orientam a ação do Governo federal, em estreita colaboração com as autoridades estaduais e municipais, bem como a iniciativa privada.

À medida que os programas habitacionais se desenvolviam, o próprio conceito de deficit habitacional foi sendo revisto e ampliado. Tem-se hoje a perfeita noção de que esse deficit é sobretudo qualitativo, caracterizando-se pela deficiência de equipamento comunitário e pela

ausência de condições sanitárias satisfatórias. Daí ter o Banco montado o sistema financeiro do saneamento e criado subprogramas no setor habitacional visando especificamente à infra-estrutura urbana.

Por outro lado, a implantação do Plano Nacional da Habitação gerou uma demanda excessiva de materiais de construção que provocaria inevitavelmente uma alta de preços com repercussões óbvias no custo das casas. Para evitar que isto acontecesse foi necessário criar condições para que os empresários pudessem atender à crescente demanda daqueles materiais. Atingiu-se esse objetivo graças ao programa FIMACO, que concede financiamentos ao empresário e ao consumidor.

Como se vê, foi outra frente que o Banco precisou abrir, ampliando ainda mais sua área de atuação. Há pouco tempo, consciente do verdadeiro conceito de deficit habitacional, o Conselho de Administração do BNH regulamentou a concessão de financiamentos destinados a dotar os conjuntos habitacionais do indispensável equipamento comunitário.

Atualmente, os programas do Banco formam um conjunto destinado a promover um desenvolvimento urbano que possa ser controlado por meio de planejamento adequado.

SISTEMAS GERIDOS PELO BNH

Os meios de que se vale o Banco para atingir os importantes objetivos consubstanciados em seus programas podem ser sintetizados em três princípios básicos que lhe vêm norteando a atuação: comando centralizado, autosustentação dos esquemas adotados e descentralização executiva.

São esses os princípios que presidem a estruturação dos sistemas financeiros que foram montados, cada um deles visando a objetivo específico mas tendo todos em comum a possibilidade de garantir, de forma permanente e com a necessária eficiência, a solução dos respectivos problemas.

Três são os sistemas hoje comandados pelo BNH:
a) Sistema Financeiro da Habitação (SFH), cuja finalidade básica é desenvolver o Plano Nacional da Habitação; abrange dois subsistemas: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), encarregado de mobilizar poupanças populares, aplicando-as dentro do esquema do Plano Nacional da Habitação; e o Sistema de Financiamento da Habitação Popular (SIFHAP), que visa a mobilizar recursos e garantir a contrapartida dos empréstimos do BNH, por meio do PLANHAP;
b) Sistema Financeiro do Saneamento (SFS), destinado a desenvolver o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA);
c) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) cujo objetivo é garantir a constituição de um pecúlio que possa valer ao trabalhador nas ocasiões de necessidade, dando-lhe a tranqüilidade e a segurança indispensáveis para que seu trabalho seja produtivo.

Sabe-se que os recursos utilizados pelo Banco têm origem na poupança privada e, portanto, precisam ser aplicados de acordo com critérios que visem tanto ao atendimento de seus objetivos sociais como à indispensável rentabilidade financeira. Os depósitos feitos pelas empresas no FGTS, que constituem parcela ponderável desses recursos, apresentaram um saldo em dez./73 da ordem de Cr$ 21 bilhões. Esses depósitos pertencem aos trabalhadores e a eles são devolvidos, com acréscimo de juros e correção monetária. Somente no decorrer de 1973, o Banco creditou cerca de Cr$ 1,7 bilhões de correção monetária e Cr$ 915 milhões sob a forma de juros, nas contas que compõem o Fundo. Durante o ano, as empresas depositaram em nome de seus empregados Cr$ 7,8 bilhões, ao mesmo tempo em que foram devolvidos aos trabalhadores, sob a forma de saques efetuados nas contas vinculadas, cerca de Cr$ 3,1 bilhões.

No que diz respeito ao FGTS, cabem ainda algumas considerações especiais, dado o caráter inovador de que se reveste, representando uma iniciativa verdadeiramente revolucionária no campo do seguro social.

O fundo de garantia foi uma alternativa democraticamente apresentada ao trabalhador brasileiro como opção ao já existente regime de estabilidade. A prova maior de seu sucesso está na aceitação manifestada pela classe trabalhadora, que, em sua maioria, vem demonstrando preferir o novo sistema. Os dados mais recentes acusam um índice de opção de cerca de 85%.

O fundo, cuja gestão cabe ao BNH, representa para o trabalhador uma constituição de reserva financeira, preservada da inflação pela correção monetária e capitalizada pelos juros. Tanto pode ser utilizada pelo empregado por motivo de desemprego, doença, aquisição de moradia ou aposentadoria, como pelos beneficiários quando de sua morte.

A partir de 1971 acrescentou-se às já existentes possibilidades de utilização, a amortização total ou parcial de dívida contraída para aquisição de imóvel pelo sistema financeiro da habitação.

O fundo é representado pelo conjunto de depósitos feitos pelas empresas nas contas abertas em nome de seus empregados. Esses depósitos, que correspondem a 8% da folha de pagamento da empresa, são feitos mensalmente pelos empresários nos bancos comerciais distribuídos pelo País. Posteriormente, são transferidos ao BNH, que assume os riscos dos eventuais lucros e perdas e lhes dá total liquidez e garantia.

Parcela substancial dos recursos aplicados no setor habitacional deve-se à mobilização da poupança de cerca de cinco milhões de pessoas, por meio do sistema brasileiro de poupança e empréstimo. Adquirindo letras imobiliárias ou fazendo depósitos em cadernetas de poupança, essas pessoas vêm demonstrando sua total confiança no sistema implantado e, portanto, na própria atuação do Banco e do Governo. O total de recursos captados pelas entidades do SBPE à custa dos dois instrumentos mencionados vem crescendo continuamente, sendo que no fim do ano passado o saldo já havia atingido Cr$ 20,3 bilhões, sendo Cr$ 13,9 bilhões decorrentes de cadernetas e Cr$ 6,4 bilhões provenientes de letras.

Convém que se observe que foi o sistema brasileiro de poupança e empréstimo que fez reviver em nosso País o hábito de poupar. Esse hábito, comum no passado, havia desaparecido inteiramente, em virtude dos efeitos danosos da inflação. Portanto, na base do sucesso obtido pelas letras imobiliárias e cadernetas de poupança, está, sem dúvida alguma, a instituição da correção monetária. Garantindo a manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados, o mecanismo de correção monetária dá ao investidor a certeza de que os juros recebidos constituem lucros reais. A expressividade dos resultados alcançados na captação de recursos é, por si só, prova de que a experiência brasileira nesse campo foi coroada de êxito.

Como se vê, o BNH não só utiliza recursos orçamentários, como ainda desempenha importante papel contra

a inflação, quando contribui para a formação de poupança e redução do custo das habitações. Os recursos de poupança por ele canalizados concorrem para o desenvolvimento, ao serem aplicados em seus diversos programas de interesse econômico e social.

Também no que diz respeito à correção monetária, cabem algumas considerações especiais. É preciso que se chame a atenção para o fato de que o Banco não objetiva lucro com a sua aplicação, já que a utiliza tanto nas operações ativas como nas passivas. A mesma correção monetária que incide sobre os financiamentos destinados à aquisição da casa própria incide também sobre as letras mobiliárias, os depósitos com cadernetas de poupança e, o que é mais importante, sobre as contas dos trabalhadores no FGTS. Assim, pode-se dizer que praticamente todas as pessoas que estão, por um lado, pagando financiamentos com correção monetária, estão, por outro lado, também beneficiando-se da correção monetária, seja em suas aplicações seja em suas contas no FGTS.

Além do mais, a correção monetária é absolutamente essencial para o sucesso de programas que se desenvolvem a longo prazo, como são os do Banco. No tempo em que ela não existia, os financiamentos a longo prazo ficavam ao sabor da inflação. Foi essa a causa do malogro dos planos desenvolvidos no passado pelas caixas econômicas e pelos institutos de previdência. À medida que a inflacão foi crescendo, os empréstimos habitacionais foram-se transformando em donativos, inviabilizando totalmente os programas. Os recursos aplicados por aquelas entidades foram retornando com um poder a serem cada vez menor, o que fez com que os primeiros a serem atendidos fossem na realidade os únicos beneficiados, em detrimento da enorme maioria. Foi essa distorção que a correção monetária veio eliminar: hoje, o comprador devolve os recursos que recebeu, permitindo que outras pessoas sejam atendidas. Parece, portanto, bastante claro que o instrumento da correção é um eficaz mecanismo de democratização, no que diz respeito à distribuição dos benefícios sociais.

Sob o aspecto de democratização de benefícios, cabem ainda outras considerações. Juros cobrados nos financiamentos que se destinam a famílias de baixa renda são subsidiados, pois as taxas de juros vigentes nos programas habitacionais variam de 1 a 10% a.a., crescendo com a renda familiar. Assim, graças ao mecanismo interno de transferência, aqueles que têm maior renda pagam mais, a fim de permitir que os possuidores de menor renda paguem menos. Essa composição tem de ser feita por meio de um planejamento adequado, já que a taxa de custo dos recursos do BNH está em torno de 6% a.a. As aplicações têm de ser feitas de forma a compensar esse custo e permitir, ainda, que o Banco se capitalize. É por intermédio de sua capitalização que o BNH irá reduzindo gradativamente o custo de seus recursos de forma a poder aplicar, no futuro, a juros ainda menores. Além disso, contribui o BNH para a redução das disparidades regionais através de sistemas semelhantes. Nos empréstimos aos estados e aos municípios, como os destinados ao saneamento e infra-estrutura urbana, os juros variam de 4 a 8% em função da receita tributária **per capita** do estado ou do município considerado, do que resulta o pagamento de juros menores pelos estados e municípios mais pobres.

Esperamos ter transmitido, embora de forma sintética, o que vem sendo o trabalho dessa jovem instituição que, em 1973, completou o seu nono ano de existência. Mais do que os números apresentados, deve ser ressaltado o aspecto qualitativo de seus programas, que contribuem de forma relevante para o desenvolvimento econômico e social do País.

DIRETORIA DO BANCO LAR VIAJA E DIVULGA BRASIL NO EXTERIOR.

Um grupo de altos executivos do Banco Lar Brasileiro inicia breve um giro por cinco países, quando explicará e analisará junto a banqueiros e autoridades estrangeiras as principais áreas da economia e investimentos brasileiros.

A equipe, liderada pelo Sr. Robert H. Blocker, Diretor-Presidente; Peter Belmont, Diretor do Banco Comercial e Sr. Roger Hipskind, Diretor do Banco de Investimentos, iniciará seu giro por Tóquio, dia 18, prosseguindo em Londres, no dia 21; Paris, dia 25; Frankfurt, dia 27 e Milão, dia 29.

Em linhas gerais, o Sr. Blocker falará sobre o ambiente institucional e econômico brasileiro, o Sr. Hipskind sobre a dívida externa, balança de pagamentos e disponibilidade de serviços bancários para fins de investimentos e o Sr. Belmont sobre veículos e fontes de financiamento.

Em Frankfurt o Dr. Ernst Gunter Lipkau, Diretor-Vice-Presidente do Banco Lar Brasileiro e também Diretor do Deutsch-Sudamerikanische Bank se juntará ao grupo. O giro dos diretores está sendo organizado pelos associados do Banco Lar nos países abrangidos, ou seja: The Chase Manhattan Bank no Japão, Inglaterra, França e Itália e Deutsch-Sudamerikanische Bank AG. na Alemanha.

TELECOMUNICAÇÕES BR

C.G.C.M.F. 0

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA VINC

RELATÓRIO D

1. LIGEIRO HISTÓRICO DA TELEBRÁS

1.1. Situação das telecomunicações antes da criação da TELEBRÁS

Foi, positivamente, com o advento da Lei n.º 4 117, de 27 de agosto de 1962 — Código Brasileiro de Telecomunicações — criando o Conselho Nacional de Telecomunicações — CONTEL —, que se disciplinou o tumulto até então existente nas telecomunicações brasileiras, com competências e atribuições disseminadas entre vários órgãos públicos federais, estaduais e até municipais.

Pela nova lei, os serviços de telecomunicações em todo o País, inclusive em águas territoriais e espaço aéreo, assim como nos lugares em que princípios e convenções internacionais lhes reconhecessem extraterritorialidade, obedeceriam aos seus preceitos e aos regulamentos baixados para a sua execução.

O Decreto n.º 52 026, de 20 de maio de 1963, aprovou o Regulamento Geral para a execução da Lei n.º 4 117/62.

Durante os cinco anos subseqüentes, o CONTEL, através de um trabalho organizado e dinâmico, deu corpo e forma à EMBRATEL; fez surgir o Fundo Nacional de Telecomunicações e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; elaborou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o Regulamento dos Serviços de Telefonia; o Plano Nacional de Telecomunicações; promoveu o ingresso do Brasil no INTELSAT, regulamentou o sistema de autofinanciamento em telefonia e adotou inúmeras outras medidas importantes para as telecomunicações.

Em fevereiro de 1967, o Decreto-lei 200, que instituiu a Reforma Administrativa, criou o Ministério das Comunicações e passou o CONTEL à condição de órgão de assessoramento e consulta do Ministro. Posteriormente, em face da duplicidade de atribuições e competência entre órgãos do Ministério e o CONTEL, com a vigência dos Decretos-leis 200/67 e 236/67 e das Leis 4 117/62 e 5 535/68, decidiu-se o Ministério das Comunicações por uma efetiva revisão e ampliação da estrutura do seu Ministério, do que resultou a transformação do CONTEL em Conselho Nacional de Comunicações — CNC —, a criação da TELEBRÁS, a transformação do DCT em empresa pública e da EMBRATEL em sociedade de economia mista.

1.2. Atos constitutivos da TELEBRÁS

A Idéia de uma empresa — **Holding**, destinada a planejar a coordenar as telecomunicações de interesse nacional e obter recursos financeiros para a implantação e expansão de sistemas e serviços de telecomunicações, teve-a o Senhor Ministro Hygino Caetano Corsetti e a concretizou ao encaminhar ao Senhor Presidente da República as Exposições de Motivos n.os 57/71 e 118/71-MC, primeiros documentos básicos visando o estabelecimento da política de Telecomunicações e a reformulação da estrutura do Ministério das Comunicações e de todo o setor de sua atribuição.

Com a aprovação dessas Exposições de Motivos pelo Presidente da República começou, realmente, a se delinear a empresa que viria finalmente se concretizar nas Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS.

Depois de estudos e conclusões dos Grupos de Trabalho instituídos por determinação do Ministro das Comunicações, este enviou a Exposição de Motivos 027/72-MC, em que submete à consideração do Presidente da República o anteprojeto de lei autorizando a constituição da nova entidade.

E diz o Ministro Corsetti sobre a nova empresa:

"No que concerne à sua denominação, foi julgada conveniente a opção por Telecomunicações Brasileiras S/A — TELEBRÁS —, não somente por bem caracterizar a amplitude de suas atribuições, como, também, por apresentar analogia com a ELETROBRÁS, PETROBRÁS etc., empresas de características semelhantes à proposta para a nova entidade."

Em 9 de junho de 1972, o Presidente da República enviou a Mensagem n.º 150/72-PR ao Congresso Nacional, dispondo sobre a criação da TELEBRÁS.

Trinta e quatro dias depois, a 11 de julho, era sancionada a Lei n.º 5 792, instituindo a política de exploração de serviços de telecomunicações e autorizando o Poder Executivo a constituir a Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS.

Em 2 de agosto, o Decreto 70 914 dispôs sobre a constituição da TELEBRÁS.

Em 28 do mesmo mês, o Decreto 71 033 abre o crédito de Cr$ 10.000.000,00 para propiciar o funcionamento da empresa.

Em 1.º de novembro, o Decreto 71 306 autoriza o Ministro da Fazenda a incorporar bens da União na TELEBRÁS.

Finalmente, a 9 de novembro, realizou-se a Assembléia Geral de constituição da empresa; a sessão solene de aprovação da constituição e a posse da primeira diretoria. No mesmo dia entraram em vigor as Portarias 481, aprovando esses atos e a 482, colocando à disposição da TELEBRÁS, a partir daquela data, os recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações, sendo, também, aprovado, o estatuto da Empresa.

No dia seguinte, a diretoria, em sua primeira reunião, aprovou o Regimento Interno Provisório da TELEBRÁS.

2. OBJETIVOS SUPERIORES DA TELEBRÁS

De acordo com a Lei n.º 5 792, de 11 de julho de 1972, a TELEBRÁS tem os seguintes Objetivos Superiores (Art. 3.º da Lei mencionada):

I — Planejar os serviços públicos de telecomunicações de conformidade com as diretrizes do Ministério das Comunicações;

II — Gerir a participação acionária do Governo Federal nas empresas de serviços públicos de telecomunicaçes do País;

III — Promover medidas de coordenação e de assistência administrativa e técnica às empresas de serviços públicos de telecomunicações e àquelas que exerçam atividades de pesquisa ou industriais, objetivando a redução de custos operativos, a eliminação de duplicações e, em geral, a maior produtividade dos investimentos realizados;

IV — Promover a captação, em fontes internas e externas de recursos a serem aplicados pela Sociedade ou pelas empresas de serviços públicos de telecomunicações na execução de planos e projetos aprovados pelo Ministério das Comunicações;

V — Promover, através de subsidiárias, ou associadas, a implantação e exploração de serviços públicos de telecomunicações, no território nacional e no exterior;

VI — Promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades das telecomunicações nacionais;

VII — Executar outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério das Comunicações.

3. DIRETRIZES E METAS ALCANÇADAS EM 1973

As Diretrizes baixadas pelo Ministério das Comunicações em reunião de 20 de dezembro de 1972 com os titulares dos Órgãos Superiores do Ministério e todos os Presidentes das Empresas a ele vinculados, tiveram o seguinte andamento:

3.1. Adotar providências para a construção de sede definitiva da empresa e de residências para seu pessoal em Brasília.

O Projeto arquitetônico da nova sede foi atribuído ao Arquiteto OSCAR NIEMEYER, o qual também coordenará a elaboração e a execução de todos os projetos da construção. Está previsto o início da obra para junho de 1974, com duração de cerca de 18 meses, com um custo global, estimado, a preços de setembro de 1973, de cerca de Cr$ 30.000.000,00 — (TRINTA MILHÕES DE CRUZEIROS).

O problema residencial foi resolvido através da aquisição de residências funcionais para os Diretores e ocupantes de cargos de confiança e da implantação de um plano habitacional, submetido previamente ao Ministério das Comunicações e ao GEMUD. Esse plano é financiado por instituições bancárias, de modo a atender às necessidades do pessoal de nível superior, estando previsto sua extensão aos demais níveis, dentro das possibilidades.

3.2. Efetuar a implantação da Política do Ministério no que diz respeito à integração de empresas-pólos estaduais de Telecomunicações e à progressiva absorção ou coordenação das concessionárias.

Foram integradas, como subsidiárias, 22 empresas, e como associadas, 6 empresas.

3.3. Assumir progressiva e efetivamente o controle das empresas que se vão transformando em suas subsidiárias, de conformidade com orientação do Ministério.

À medida em que foram sendo incorporadas assumiu a TELEBRÁS a supervisão empresarial, promoveu assistência técnica, jurídica, administrativa e operacional e adotou programa de avaliação de desempenho gerencial.

3.4. Elaborar o 1.º Plano Integral de Atividades das suas subsidiárias.

O planejamento de atividades foi dividido em duas partes, uma correspondente às providências imediatas e outra a médio prazo. O plano intermediário, está sendo ativado em quase todas as subsidiárias e simultaneamente estão sendo contratados Planos Diretores, um para cada unidade da Federação, os quais, reunidos, constituirão o 1.º Plano Integrado das Empresas Subsidiárias e, portanto, o Plano Diretor das Telecomunicações.

3.5. Elaborar o Plano de Recursos Humanos necessários ao desenvolvimento das telecomunicações afetas à TELEBRÁS.

Têm sido desenvolvidos esforços no sentido de preparar os Recursos Humanos para atender às necessidades. Estão em andamento estudos para a elaboração do Plano de Recursos Humanos.

3.6. Estudar a implantação de Centro Alternativo para as Telecomunicações Nacionais e Internacionais do País.

Os primeiros estudos incluem a conveniência de ser instalada, ainda em Tanguá, a 2.ª antena para comunicações internacionais. A implantação do Centro Alternativo deverá ser estudada após a decisão de ser adotado ou não um sistema de satélite doméstico.

3.7. Desenvolver o planejamento referente à implantação de 10 milhões de terminais telefônicos no País, destacando e concluindo, com prioridade, as necessidades das regiões Nordeste e Sul do Brasil.

O planejamento pertinente está sendo realizado através dos já mencionados Plano Diretor e Planejamento intermediário.

4. O GRUPO TELEBRÁS

4.1. Política e atividades de integração

Os objetivos propostos pela Lei n.º 5 792, de 11 de julho de 1972, que criou a TELEBRÁS e contribuiu para promover o desenvolvimento das telecomunicações do País, estimularam a formulação e execução de uma política de ação, que facultou a montagem de dispositivos legais que propiciaram à TELEBRÁS cumprir a primeira etapa por ela objetivada: "A UNIFICAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES" baseada na integração dos serviços das muitas empresas operando no País.

A política básica que norteou essa integração, apoiou-se no respeito e resguardo aos interesses dos acionistas existentes nas empresas a serem incorporadas, na remodelação técnica do sistema, no aproveitamento dos equipamentos existentes e na perfeita harmonia entre os planos levados a cabo nas diferentes áreas.

Por outro lado, a integração dessas concessionárias, apresentava-se como estratégia capaz de resultar no fortalecimento do sistema empresarial do setor e, assim, atingir aos altos objetivos desenvolvimentistas da Política Nacional de Telecomunicações.

A integração e unificação efetiva das empresas em operação propiciaram o alcance de proposições anteriores do Ministério das Comunicações, que objetivavam a existência de uma única empresa por Estado, a quem estaria delegada a responsabilidade de planejar e implantar as expansões necessárias ao bom desenvolvimento dos serviços telefônicos em cada unidade da Federação.

4.2 — Situação da telefonia nacional e posição do grupo TELEBRÁS

SIGLA UNID. FED.	SUBSIDIÁRIA OU ASSOCIADA	Por Unidade da Federação			Total Telef. Grupo TB	Part. Grupo TELEBRÁS s/ n.º telefones (%)
		Pop./73 10^3	Quant. Telefones	Tel./100 Habit.		
REGIÃO NORTE		4 043	38 999	0,96	37 887	97
RO	TELERON	136	950	0,70	950	100
AC	TELEACRE	239	1 450	0,61	1 200	83
AM	TELEMAZON	1 047	10 337	0,99	9 475	92
AP	TELEMAPÁ	136	725	0,53	725	100
PA	TELEPASA	2 439	25 099	1,03	25 099	100
RR	TELAIMA	46	438	0,95	438	100
REGIÃO NORDESTE		30 971	186 524	0,60	134 166	72
MA	TELMA/COTEMA	3 223	6 782	0,21	3 850	57
PI	TELEPISA	1 908	4 915	0,26	4 465	91
CE	COTELCE	5 000	42 244	0,84	34 048	81
RN	TELERN	1 780	10 339	0,58	7 663	74
PB	TELINGRA	2 590	11 473	0,44	3 866	34
PE	TELPE	5 644	51 849	0,92	40 436	78
AL	TELASA	1 723	9 203	0,53	7 482	81
SE	TELERGIPE	962	2 432	0,25	2 432	100
BA	TEBASA	8 140	47 197	0,58	29 924	63
FN	—	1	90	6,92	—	—
REGIÃO SUDESTE		43 674	1 797 472	4,12	1 444 654	80
MG	TELEMIG	12 206	203 346	1,67	120 629	59
ES	TELEST	1 683	20 790	1,24	19 981	96
GB	CTB	4 675	537 506	11,50	476 787	89
RJ	CTB	5 314	70 550	1,33	66 464	94
SP	TELESP	19 796	965 280	4,88	760 793	79
REGIÃO SUL		18 522	285 254	1,54	238 051	83
PR	TELEPAR	8 100	110 419	1,36	98 585	89
SC	COTESC	3 217	32 332	1,01	21 390	66
RS	CRT	7 205	142 503	1,98	118 076	83
REGIÃO CENTRO-OESTE		5 963	107 592	1,80	97 706	91
DF	COTELB	623	60 034	9,64	60 034	100
GO	COTELGO	3 408	29 543	0,87	22 831	77
MT	TELEMAT/TELEOESTE	1 932	18 015	0,93	14 841	82
	TOTAL GERAL	103 173	2 415 841	2,34	1 952 464	81

A vinculação dessas empresas, pólos de integração em cada Estado ou Território, à TELEBRÁS, facultou pela vez primeira uma ação coordenada em âmbito nacional na busca de um perfeito sistema de telecomunicações cobrindo todo o País.

Criados os mecanismos para execução da política de integração, acertadamente planejada e executada, baseada em investimentos crescentes, a TELEBRÁS, ao término do exercício de 1973, reunia em seu grupo 22 subsidiárias e 6 associadas, das quais 24 exercendo a função de pólos de integração das demais empresas no âmbito de cada unidade da Federação.

Os dados expostos apresentam o número de telefones existentes no País em 31-10-73, por Estado da Federação, os correlaciona ao total da população nas áreas servidas e indica o percentual desses telefones hoje já integrados ao grupo TELEBRÁS.

Pelos mesmos, observamos que após um ano de atividade o grupo TELEBRÁS conseguiu aglutinar sob suas empresas 81% dos telefones existentes no País.

Se por um lado, estes resultados expressam o êxito da ação integradora da **Holding**, por outro lado denotam a acentuada responsabilidade da qual ela se investiu.

Assim, 2,34 telefones por 100 habitantes é uma densidade acentuadamente modesta para qualquer país do mundo, muito mais portanto, para aquele que apresenta uma das mais altas taxas de desenvolvimento econômico.

Apresentar mudanças sensíveis nesta taxa, seria praticamente impossível a curto prazo, muito embora no exercício de 1973, os terminais instalados tenham apresentado uma taxa de crescimento da ordem de 9,1% e a população não deve ter-se expandido a mais de 3%, o que já expressa uma melhoria.

Atacando a solução dos problemas globais, que resolverão a defasagem existente em telecomunicações, a médio e longo prazo a TELEBRÁS nesse seu primeiro ano, empreendeu esforços urgentes na solução de situações críticas dentro do sistema.

Se a densidade telefônica é preocupante, mais problemática se mostra a sua diversidade nas diferentes regiões no País: 0,60 telefones por 100 habitantes na Região Nordeste, 4,12 na Região Sudeste, enquanto a média nacional situa-se em 2,34.

A existência de centenas de municípios ainda mudos, malgrado as grandes realizações no setor, empreendidas nos últimos 7 anos, torna mais difícil a situação.

Assim, soluções imediatas a essas situações críticas, respondendo em muitos casos a prementes necessidades sociais e de segurança, exigiram soluções de emergência, que a curto prazo começarão a mudar sensivelmente a paisagem das duas regiões mais carentes de comunicações: Norte e Nordeste.

Isto não expressa descuro a outras áreas do País, onde uma situação menos crítica, facultou a formulação de planos detalhados e específicos para todo o Estado, que inegavelmente a médio prazo mostrarão seus benefícios.

A própria participação de 100%, do Grupo TELEBRÁS nos terminais telefônicos existentes nos Territórios, mostra a baixa rentabilidade dos empreendimentos telefônicos nessas áreas.

Os interesses social e de segurança sobrepõem-se aqui ao econômico e graças a estrutura da **Holding**, ela poderá oferecer nessas áreas os serviços necessários, sem impor sacrifícios excessivos às outras do País.

Os dados apresentados mostram que apenas em um Estado o Grupo TELEBRÁS opera menos de 50% dos telefones instalados. Tal fato permite às empresas pólos, todas participantes do Grupo, implantar, sob o ponto de vista prático, a política nacional de telecomunicações.

Munidas dos planos diretores, caberá a elas, aglutinar sob sua ação as pequenas empresas, ainda hoje existentes em grande número, promovendo expansões coordenadas nas áreas locais e interurbanas, carreando recursos com o apoio e inversões da **Holding**, utilizando-se do que só hoje começa a surgir na telefonia nacional, a economia de escala propiciada pela ação aglutinadora da TELEBRÁS.

Independentemente dos planos de emergência, que solucionarão a curto prazo situações críticas; dos planos diretores que nortearão o desenvolvimento ordenado e seguro da telefonia nacional e que já começaram a ser implantados; dos recursos financeiros que só uma grande estrutura poderia carrear; uma realização, neste ano 1, assegura a perspectiva de êxito: a existência de 28 empresas, aglutinadas dentro de uma orientação única. Tal situação garante em todo o território nacional uma ação coordenada, permitindo a utilização racional de recursos financeiros, humanos e técnicos, outrora dispersos em centenas de empresas, e que não fora a ação integradora da TELEBRÁS, hoje ainda não poderiam ser mobilizados na consecução de um objetivo maior:

— COLOCAR AS COMUNICAÇÕES BRASILEIRAS EM DIA COM SEU PROGRESSO, TAREFA A QUE SE PROPÔS A TELEBRÁS.

4.3. Comercialização de terminais

Na área de comercialização de terminais, a ação da TELEBRÁS se fez notar, já nas medidas simplificadoras implantadas, que tiveram como objetivo tanto facilitar os processos de análise e aprovação de projetos de expansão, quanto amenizar a participação de promitentes usuários.

No exercício de 1973, foram comercializados pelas empresas pólos, subsidiárias e associadas da TELEBRÁS, um total de 203.829 novos terminais, enquanto em 31-12-73, se encontravam ainda a disposição do público 60.510.

No exercício de 1972, os mesmos números eram respectivamente 13.148 e 95.212.

Ainda no decorrer do exercício de 1973, 114.001 novos terminais foram colocados em serviço e acrescidos aos existentes em dezembro de 1972, nas Empresas Pólos, representando um crescimento líquido no exercício da ordem de 9,1%.

Em decorrência da adoção da política da TELEBRÁS, as Empresas Pólos atingiram em 1973 o total de 1.952.464 telefones.

4.4. Rentabilidade

No ano de 1973 as empresas do Grupo TELEBRÁS apresentaram em conjunto uma remuneração de cerca de 9% o que representa uma nítida melhoria à situação anterior, próxima de 6%.

Estes números são preliminares e refletem o resultado antes da formação de reservas e provisão de Imposto de Renda. Todas as Regiões experimentaram variações positivas substanciais nas suas taxas de rentabilidade legal, sendo as mais expressivas as da Região Norte, de 1,1% negativos para 5,3% positivos respectivamente em Dez./72 e Dez./73.

A porcentagem do resultado sobre a receita total, apresentou igualmente sensível melhoria em todas as regiões, quando comparados os valores em 1973 contra aqueles verificados em 1972.

No total nacional para o Grupo, incluindo subsidiárias e associadas, a relação evoluiu de 28,2% para 35,9%.

4.5. Tarifas

Grande parte dos resultados favoráveis obtidos por algumas das empresas foram conseqüência da progressiva implantação da política tarifária, objetivando a correção de valores que efetuavam negativamente o desempenho de algumas empresas, sem que isso onerasse injustamente o usuário.

Assim, grandes disparidades tarifárias existentes foram eliminadas face a adoção de tarifas que facultaram valores padronizados para todo o Território Nacional, tanto na área de Telefonia Interurbana, como na local.

Paralelamente, no correr do exercício, desenvolveram-se princípios que permitiram a elaboração ao final do ano de uma Matriz Tarifária, que, analisando os fluxos de receitas e custos do sistema nacional de telecomunicações, permitiu a adoção de distribuição da receita gerada pelo tráfego interurbano, o que deve facultar uma rentabilidade mais uniforme para as empresas do sistema nacional.

4.6. Desenvolvimento organizacional

A política de integração das empresas de telecomunicações tem sido orientada segundo os modelos de Planejamento Organizacional estabelecidos pela **Holding**.

Neste sentido, a racionalização dos métodos operacionais e administrativos, juntamente com a implantação de estruturas empresariais mais adequadas às subsidiárias, mereceram, neste ano, a atenção prioritária da TELEBRÁS. Estas atividades estão sendo complementadas com a elaboração de normas e rotinas padrão, estimulando o intercâmbio de experiência entre as empresas.

O acompanhamento e a análise do comportamento das estruturas empresariais submetidas aos processos de reorganização evidenciaram que os resultados são satisfatórios, ocorrendo, simultaneamente, as expansões programadas e a melhoria do grau de serviço das empresas.

O estudo e a elaboração de um planejamento de atividades internas existentes em uma Concessionária de telefonia e as reorganizações de empresas do Norte e Nordeste do Brasil, destacaram-se como contribuições significativas da TELEBRÁS neste campo.

4.7. Oferta de emprego, pessoal empregado e índice por mil terminais

O incremento de emprego propiciado pelas empresas do Grupo no exercício de 1973, foi da ordem de +10,8% sobre o total existente em 31-12-72.

Este incremento, representou em números absolutos 5.551 novos empregos oferecidos, distribuídos por todo o Território Nacional.

Assim, os 51.511 empregados das empresas em 31 de dezembro de 72 elevaram-se a 57.062 na mesma data de dezembro de 1973.

Em termos de salários médios, o registrado em dezembro de 1972 da ordem de Cr$ 977,00, passou a Cr$ 1.217,00, em dezembro

de 1973, indicando um acréscimo da ordem de 24,6% em todo o Grupo.

O total de salários pagos pelo Grupo, no correr do exercício, superou a Cr$ 783 milhões, não se computando nesse valor os encargos trabalhistas e outros benefícios.

Quanto a alocação de pessoal, em 31-12-73, 51.236 exerciam atividades nas empresas polos e 5.836 na EMBRATEL.

O número médio de empregados por 1.000 terminais, manteve-se inalterado durante 1973 situando-se em 37 empregados por 1.000 terminais.

Se considerarmos, contudo, os controles outrora inexistentes nas empresas e introduzidos pela TELEBRÁS, a criação de equipes específicas em cada empresa para procederem a unificação de serviços em cada Estado, assim como o grande impulso à expansão dos serviços, verificamos que a manutenção do número aludido, por si só, expressa acentuado aumento de produtividade.

5. O PLANEJAMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Planejamento a Longo Prazo

As atividades de planejamento se desenvolveram em maior escala visando aos Estados do Nordeste, carentes até então de um apoio técnico que indicasse a maneira e o ritmo em que se deveriam desenvolver os sistemas de telecomunicações existentes na área.

Já ao final de 1973 iniciou-se atividade semelhante para os Estados do Norte e Centro-Oeste, esperando-se oferecer os primeiros resultados no decorrer do 1.° semestre de 1974.

Paralelamente estabeleceram-se critérios básicos de planejamento dos sistemas de telecomunicações, a serem seguidos pelas empresas do Grupo TELEBRÁS, oferecendo-se assim uma orientação uniforme com abrangência nacional.

Desenvolveu-se neste mesmo período o cadastramento das empresas telefônicas existentes no País, visando a, com base nas informações coletadas, traçar o perfil da Rede Nacional de Telefonia, tal com o se apresentava ao final de 1973. Esta atividade, que será realizada anualmente, permitirá acompanhar doravante a evolução do sistema, comparando os resultados alcançados com aqueles planejados.

Em decorrência das metas que se propôs a TELEBRÁS alcançar, buscou o concurso de empresas de consultoria em engenharia de telecomunicações, no sentido de desenvolverem, sob orientação da TB, planos diretores de telecomunicações para diversas unidades da Federação, cobrindo o período de 1975 a 1990. Assim, ao finalizar o ano se encontravam em elaboração os Planos Diretores de Telecomunicações para os Estados de Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

5.2. Planejamento intermediário e expansão de emergência

Algumas regiões não tinham condições para aguardar a elaboração de um planejamento completo e reclamavam providências urgentes para solucionar um dos seus problemas mais angustiantes; o seu isolamento.

De um certo modo, estas regiões viveram sem comunicações aceitáveis até 1972. Com a implantação do sistema de comunicações por difusão troposférica da EMBRATEL, as capitais do Estado do Acre, e dos Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá passaram a integrar o Sistema Nacional de Telecomunicações.

Todavia o interior dessas Unidades prosseguiu totalmente desprovido de comunicações.

Decidiu a TELEBRÁS que para estas Unidades, a par com o planejamento intermediário, executar-se-ia, onde mais necessário, as implantações ou expansões em caráter de emergência.

Nesse sentido, feito um levantamento dos serviços existentes nessas Unidades, procedeu-se a um plano de atividades e, quase que simultaneamente, iniciaram-se os trabalhos, que deverão dar a esses Estado e Territórios, a curto prazo, um serviço telefônico, que, embora não estando dentro dos elevados padrões que se tem em mente, provê um alivio temporário, enquanto se preparam e implantam os projetos definitivos.

O Planejamento Intermediário deverá estar totalmente concluido em 1974, significando a sua realização, um importante passo em prol do progresso, segurança e integração daquelas Unidades da Federação.

5.3. Principais atividades de apoio para a expansão e suporte do Sistema Nacional de Telecomunicações.

— Assinatura de Cartas de Intenção, a fim de atender às encomendas de equipamentos para Subsidiárias e Associadas nos próximos dois anos, cobrindo as seguintes quantidades de terminais:

— Standard Electrica — 50.000 term. equiv. sist. PC. 32
— Standard Electrica — 350.000 term. equiv. sist. PC 1000B
— Plessey — 60.000 terminais equiv. sist. 5005
— Siemens — 120.000 terminais equivalentes, Sist. ESK10000
— NEC — 160.000 terminais equivalentes, Sist. NC 400
— Ericsson — 300.000 terminais equivalentes, Sist. ARF102MFC

— Prestação de assistência técnica a Subsidiárias e Associadas, na especificação, análise de propostas e contratação de obras, cobrindo um total de 251.400 terminais e 1.793 enlaces UHF, destinados às seguintes concessionárias: TELAMAZON, COTELPA, TELEPISA, COTELCE, TELINGRA, TELPE, TELESP, TELEPAR e COTELGO. Salienta-se, entre as contratações acima, a de uma estação-piloto de sistema semi-eletrônico, com controle a programa armazenado, de fabricação Philips, com 5.100 terminais, a ser instalado na rede local de São Paulo.

— Assumidos os trabalhos de análise de projetos e de resultados de testes de aceitação, com a finalidade de assessorar o DENTEL quanto à aprovação de projeto e autorizações de entrada em operação.

— Indicados, após entendimentos com o Departamento de Engenharia do DENTEL, os exames de processos solicitando homologação de equipamentos destinados aos serviços Públicos de Telecomunicações (exceto Radiodifusão Sonora e Televisão).

— Estabelecida a sistemática para apresentação à TELEBRÁS dos projetos referentes aos planos intermediários (1974-1976).

— Iniciada coleta de dados referentes a fabricantes de equipamentos de transmissão e equipamentos de força, com vistas a futuras cartas de intenção.

6. A PARTICIPAÇÃO DA TELEBRÁS NO CAMPO DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

6.1. Introdução

Até a criação da TELEBRÁS, inexistiam no País condições institucionais que permitissem atividades coordenadas de Pesquisa e Desenvolvimento em telecomunicações. As concessionárias, pela sua própria natureza, não tinham meios de atuar nesta área, bastante fora de sua finalidade básica, a de prover telecomunicações aos usuários.

Existem atividades de Pesquisa e Desenvolvimento nas universidades, polarizadas, no entanto pelas atividades acadêmicas e pelo tipo de formação dos pesquisadores, muitos com cursos de pós graduação em instituições estrangeiras. Por outro lado, as empresas de origem estrangeira implantadas no País, detentoras de grande parcela do mercado, utilizavam tradicionalmente tecnologia importada de suas matrizes e/ou associadas.

Ao ser criada a TELEBRÁS, foi incluído na sua organização o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, com a finalidade básica de promover a criação de uma estrutura de ciência e tecnologia para o setor de telecomunicações, apoiada na integração dos recursos existentes na área universitária com os das empresas de fabricação e concessionárias de serviços.

Como passo inicial, procurou-se integrar os recursos disponíveis, considerados de bom potencial na área de telecomunicações, com os assuntos identificados como de maior interesse para pesquisa e desenvolvimento, daí resultando o crescimento e sedimentação de alguns dos atuais núcleos de pesquisa, e o estímulo à criação de novos núcleos, onde e quando necessários.

6.2. Principais projetos contratados

Foram aplicados, em 1973, Cr$ 7.765.806,00 na contratação de projetos com as Universidades e Centros de Pesquisas a seguir indicados:

— ANTENAS E COMPONENTES COMPLEMENTARES que trata de pesquisa e desenvolvimento de antenas e componentes complementares visando ao conhecimento das técnicas de projeto, das tecnologias de fabricação e o atendimento das necessidades específicas do sistema. A entidade executora será o Centro de Estudos em Telecomunicações da Pontifícia Universidade Católica — CETUC, da Guanabara.

— PROPAGAÇÃO que tem como objetivos a ampliação do conhecimento da propagação troposférica em regiões de clima tropical e equatorial e pesquisas de propagação de ondas milimétricas, estudos experimentais do efeito do relevo do terreno na faixa VHF, estudos sobre a confiabilidade de enlaces radioelétricos e estudos de propagação em meios confinados.

Terá como Entidades Executoras: Instituto Tecnológico de Aeronáutica — ITA de São José dos Campos e o Centro de Estudos em Telecomunicações da Pontifícia Universidade Católica — CETUC, da Guanabara.

— SISTEMA DE COMUNICAÇÕES ÓTICAS que visa a demonstrar a viabilidade técnica e econômica de um sistema de comunicações na faixa ótica, utilizando laser de semicondutor para geração e transmissão.

A Entidade Executora é a Universidade de Campinas — UNICAMP.

— SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES POR AMOSTRAGEM que visa à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia própria em sistemas de comunicações por amostragem, em particular sistemas PCM (pulse code modulation), e a pesquisa teórica em novos métodos de modulação por amostragem espectral, visando compará-las com métodos convencionais.

A Entidade Executora é a Universidade de Campinas — UNICAMP.

— SISTEMAS DE COMUTAÇÃO ELETRÔNICA que trata da pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia original em sistemas de Comutação Eletrônica, a criação de capacitação local para apoio à implantação no Brasil de Sistemas de Comutação SPC (stored program control), e a elaboração de documentação visando a fixação das implantações disponíveis em fontes dispersas, sobre os sistemas SPC, envolvendo estudos comparativos e dados para planejamento de redes utilizando tais sistemas.

A Entidade Executora é a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico de Engenharia (Universidade de São Paulo) — FDTE/USP.
— TELEFONIA RURAL compreendendo o levantamento dos aspectos técnicos e institucionais do problema em escala nacional, visando estabelecer projetos piloto para implantação por empresas telefônicas, bem como recomendações para modificações institucionais que contribuam para viabilizar a implantação de serviços telefônicos em regiões rurais.

A Entidade Executora é a Fundação para o Desenvolvimento tecnológico da Engenharia (Universidade de São Paulo) — FDTE/USP.

7. RECURSOS HUMANOS

A política traçada de expansão dos serviços públicos de telecomunicações pôs em relevo o fator mão-de-obra especializada.

Para o perfeito equacionamento do problema, enquanto se constituía o Grupo, cogitou-se de imediato, de implantar, em todas as empresas, a atividade de capacitação de recursos humanos.

A força de trabalho, constituída por 57.062 empregados, além de representar um alto coeficiente de ocupação — 37 empregados por 1 000 terminais instalados — não estava preparada, em grande parte, para operar e manter os modernos equipamentos ora sendo implantados.

Para atualizá-la, foi desenvolvido um intenso programa de treinamento que permitiu, até o final do período, treinar-se 15.351 empregados, ou seja um quarto da força de trabalho.

Grupo TELEBRÁS
Treinamento realizado em 1973
(número de participantes)

Área \ Nível	Fundamental	Médio	Superior	Total
Comutação	—	3 374	439	3 813
Rede	2 037	660	144	2 841
Transmisão	—	1 185	343	1 529
Comercial	—	39	26	65
Administrativo	2 639	2 856	1 354	6 849
Econ. financeiro	—	72	182	254
Total	4 676	8 187	2 488	15 351

As inversões feitas, na aquisição de áreas para a construção de centro de treinamento, encontram plena justificativa quando se projeta a expansão da força de trabalho necessária à apoiar o acentuado ritmo de ampliação dos serviços. Através de uma programação intensiva de capacitação de recursos humanos, o coeficiente de ocupação poderá ser reduzido para 18 empregados por 1 000 terminais, distante, ainda, dos padrões internacionais, porém com grande economia nos dispêndios com pessoal.

Mesmo assim, a estimativa da força do trabalho, no final da década atinge a cifra de 160 mil empregados, o que representa uma oferta de cerca de 100 mil novos empregados em cinco anos.

8. ADMINISTRAÇÃO GERAL

8.1. Instalação

A instalação da Empresa atingiu, no exercício, estágio satisfatório. Ao final do período dispõe-se de razoável área física, no setor comercial sul de Brasília, e de recursos materiais adequados à atual dimensão da Empresa, prevendo-se a ordenada expansão de ambos, no exercício de 1974, para fazer face ao crescimento programado.

8.2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal evoluiu de 55 empregados em 31 de dezembro de 1972, para 371 no final do exercício de 1973.

O índice de escolaridade dos empregados registrou crescente participação de pessoal de nível superior, tendo atingido 49,33%, no final do período, coerente com as características de Empresas **Holding** e com o padrão de desempenho desejado.

A média de idade dos empregados situa-se em 30,5 anos, observando-se que a mesma decresce com a redução do grau de escolaridade do grupo hierárquico considerado, variando de 33,3 anos, para o pessoal de nível superior, até 19,6 anos para o de nível primário.

8.3. Assistência à saúde

Objetivando estabelecer um todo abrangente de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento e rendimento funcionais, a Empresa instituiu, em meados de 73, serviço de assistência e preservação da saúde para seus empregados e dependentes.

A nova unidade encarregar-se-á de programas de preservação da saúde, assistência médico-hospitalar e odontológica e financiamento de despesas com tratamento, tendo realizado, no 1.º semestre de funcionamento, 578 atendimentos, entre empregados e dependentes.

8.4. Integração e adaptação do pessoal

Dentro das medidas para ambientação e adaptação do pessoal, em grande número recrutado em outras Capitais, bem como para estimular o relacionamento pessoal através da realização de atividades sociais, culturais e recreativas, constituiu-se no exercício a Associação Recreativa e Desportiva — TELESTAR, que congregará em seu quadro social todos os empregados da Empresa e seus dependentes.

Concluiram-se gestões para a aquisição de terreno com 24 000m² no setor de Clubes Esportivos Norte, destinado às atividades da TELESTAR.

9. GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Aspectos Patrimoniais

9.1.1. Recursos Próprios

O capital autorizado da Sociedade é de Cr$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros).

No exercício de 1973, a Empresa elevou o seu capital inicial de Cr$ 1.168.142.171 (hum bilhão, cento e sessenta e oito milhões cento e quarenta e dois mil, cento e setenta e um cruzeiros) para Cr$ 3.606.426.640 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e quarenta cruzeiros) através de capitalização dos valores demonstrados no quadro I. Este capital é representado por ações ordinárias nominativas, com direito a voto, a preferenciais nominativas. Estas terão prioridade no reembolso do capital na distribuição de dividendos à razão de 6% ao ano. O Governo da União, detém 99% do capital representado por ações ordinárias.

Companhias subsidiárias

REGIÃO NORTE	PARTIC. EM 31-12-72	INVEST. EM 1973	PARTIC. EM 31-12-73
Telecomunicações de Rondônia S/A — TELERON	—	1 000 000	1 000 000
Telecomunicações do Acre S/A — TELEACRE	—	1 000 000	1 000 000
Telecomunicações do Amazonas S/A — TELAMAZON	—	11 150 000	11 150 000
Telecomunicações do Amapá S/A — TELEMAPÁ	—	1 000 000	1 000 000
Telecomunicações do Pará S/A — TELEPASA	—	19 963 224	19 963 224
Telecomunicações de Roraima S/A — TELAIMA	—	2 852 999	2 852 999
Total da Região: Cr$		36 966 223	36 966 223
REGIÃO NORDESTE			
Telecomunicações do Maranhão S/A — TELMA	—	9 515 400	9 515 400
Telecomunicações do Piauí S/A — TELEPISA	—	12 519 182	12 519 182
Compania Telefônica do Ceará — COTELCE	4 000 000	21 324 457	27 324 457
Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A — TELERN	—	8 100 000	8 100 000
Telecomunicações de Campina Grande S/A — TELINGRA	—	13 956 485	13 956 485
Telecomunicações de Pernambuco S/A — TELPE	—	33 750 000	33 750 000
Telecomunicações de Alagoas S/A — TELASA	—	12 083 817	12 083 817
Telecomunicações de Sergipe S/A — TELERGIPE	2 000 000	3 645 934	5 645 934
Telefones da Bahia S/A — TEBASA	—	70 000 000	70 000 000
Total da Região: Cr$	6 000 000	186 895 275	192 895 275
REGIÃO SUDESTE			
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL	1 151 514 171	(67 105 671)	1 084 408 500
Telecomunicações de Minas Gerais S/A — TELEMIG	41 568 339	68 360 565	103 928 904
Telecomunicações do Esp. Santo S/A — TELEST	16 966 203	31 953 117	48 819 320
Companhia Telefônica Brasileira — CTB	1 060 074 198	288 457 381	1 348 531 579
Telecomunicações de São Paulo S/A — TELESP	—	1 414 494 632	1 414 494 632
Total da Região: Cr$	2 270 122 911	1 736 060 024	4 006 182 935
REGIÃO SUL			
Companhia Catarinense de Telecomunicações — COTESC	8 000 000	63 900 000	71 900 000
REGIÃO CENTRO-OESTE			
Telecomunicações de Mato Grosso S/A — TELEMAT		10 462 073	10 462 073
ASSOCIADAS E OUTRAS			
Companhia Telefônica do Maranhão — COTEMA		14 000 000	14 000 000
Telecomunicações do Paraná S/A — TELEPAR	13 696 347	84 035 666	97 732 013
Companhia Rio Grandense de Telecomunicações — CRT		321 219	321 219
Companhia Telefônica do Oeste do Brasil — TELEOESTE		19 600 000	19 600 000
Companhia Telefônica de Brasília — COTELB	10 375 00	55 817 230	66 192 310
Companhia de Telecomunicações de Goiás — COTELGO		6 587 864	6 587 864
Território de Fernando de Noronha		253 023	253 023
Outras Companhias		1 028 251	1 028 251
Total	24 071 427	181 643 253	205 714 680
TOTAL — BRASIL	2 308 194 338	2 215 926 848	4 524 121 185

(1) — Imobilizações financeiras em 1972
(2) — Imobilizações financeiras em 1973

9.1.4. Imobilizado Técnico

No exercício de 1973, a empresa expandiu o seu imobilizado técnico em Cr$ 14.404. Estas imobilizações são decorrentes da implantação da estrutura administrativa da empresa.

Dentre estas imobilizações técnicas, cabe ressaltar a aquisição do Edifício Jibran, SCS 13. Lotes 10 e 11, que atualmente acomoda o pessoal das Diretorias Econômico-Financeira e Administrativa.

Ainda, neste exercício, a empresa adquiriu o terreno para construção do edifício sede, localizado no S.A. Sul — Quadra 6, lotes 7, 7A e 8.

Para a construção das instalações esportivas da TELESTAR, associação que congrega os empregados da empresa, foi adquirido da TERRACAP no SCE/Norte Enseada-1, o terreno compreendido pelos lotes 10 e 11.

9.2. Aspectos Econômicos

9.2.1. Fundo Nacional de Telecomunicações

De acordo com a Portaria 482, de 9 de novembro de 1972, do Exm.º Sr. Ministro de Estado das Comunicações, a partir dessa data o Fundo Nacional de Telecomunicações passou a ser administrado pela TELEBRAS. Essa portaria determina que os recursos do Fundo sejam aplicados em investimentos que permitam a expansão e melhoria dos serviços de telecomunicações do País, reservando-se uma parcela de até 10% do total arrecadado para atender às despesas de custeio da TELEBRAS. Conseqüentemente, a Socideade contabilizou como receita o valor correspondente a 10% do total da arrecadação daquele Fundo, registrando os restantes 90% diretamente em Reserva para Aumento de Capital — Fundo Nacional de Telecomunicações (vide Quadro 1).

A arrecadação do FNT neste exercício foi Cr$ 796.738, que conforme quadro retrospectivo a seguir apresentado, evidencia um crescimento de 87%. Pode-se dizer que para isto contribuiu um aumento na arrecadação dos "Serviços Nacionais" de 85%, como também um aumento de 105% na arrecadação dos "Serviços Internacionais".

Quadro I — Demonstração do movimento das contas patrimoniais

	Capital	Reserva para aumento de capital						Lucros suspensos	Reserva legal	Total
		Bonificações recebidas	Créditos para aumento de capital — União							
			FNT	Conversão em ações	Receitas financeiras	PIN	Auto financiamento			
Saldo em 31.12.72	1.168.143	375.546	62.976	70.000	—	—	—	6.576	346	1.683.587
Reservas para aumento de capital										
Bonificações recebidas		250.197								250.197
Créditos União p/aumento capital										
FNT			707.543							707.543
Depósitos p/conversão em ações				100.000						100.000
Receitas financeiras					4.219					4.219
Plano Integração Nacional						4.900				4.900
Auto-financiamento							10.000			10.000
Lucro líquido								78.749		78.749
Reserva legal								(—) 3.933	3.938	—
Aumento de capital										—
Bonificações recebidas	618.065	(—)618.065								—
Lucros suspensos	6.576							(—) 6.576		—
Créditos União p/aumento capital										
FNT	406.547		(—)406.547							—
Depósitos p/conversão em ações	122.000			(—)122.000						—
Receitas financeiras	918				(—) 918					—
Integralização em dinheiro	1.692									1.692
Integralização em ações	1.282.486									1.282.486
Saldo em 31.12.73	3.606.427	7.678	363.972	48.000	3.301	4.900	10.000	74.811	4.284	4.123.373

Obs.: Ver notas explicativas.

NOTAS EXPLICATIVAS

a) As bonificações recebidas no exercício de 1973, no montante de Cr$ 250.197, referem-se às seguintes companhias:

Companhias	Valor Cr$ mil
Companhia Telefônica Brasileira	242 519
Companhia Catarinense Telecomunicações	2 900
Telecomunicações Pernambuco S/A	2 138
Telecomunicações Alagoas S/A	2 640
Total:	250 197

b) No exercício de 1973, os créditos da União para aumento de capital — Fundo Nacional de Telecomunicações, no montante de Cr$ 707.543 representam 90% do respectivo Fundo, menos as despesas decorrentes da arrecadação.

c) A empresa recebeu no exercício de 1973, do Governo da União, o montante de Cr$ 1.100.000, registrados em "Depósitos para Conversão em ações", referente à dotação Ministerial constantes do Orçamento Anual.

d) O aumento de capital integralizado, em ações, no montante de Cr$ 1.282.486, está assim representado: 1) Cr$ 964.720 referente ao saldo da União de sua participação acionária na EMBRATEL; 2) Cr$ 316.120 — Crédito da União referente a ações da EMBRATEL na integralização do capital da TELESP — e, Cr$ 1.646 — referente a negociação com a Prefeitura Municipal de Campina Grande das ações ordinárias que a mesma possuia da Telecomunicações de Campina Grande S/A — TELINGRA.

9.1.2. Recursos de Terceiros

Do total dos capitais de terceiros em uso pela Empresa, Cr$ 549.483 (US$ 88.341), representam o saldo de uma dívida assumida pela EMBRATEL por ocasião da aquisição à BRASCAN Limited do acervo do grupo Companhia Telefônica Brasileira. Esta dívida foi assumida pela Sociedade, em troca de ações, ao valor nominal, da Companhia Telefônica Brasileira, pelo valor correspondente em cruzeiros, ao dólar vigente em 14 de novembro de 1972. Do montante acima citado, a importância de Cr$ 34.343 está classificada a curto prazo.

Quadro II — Demonstração da origem e aplicação dos recursos — 1973

Origem dos recursos	Cr$ mil
a) Créditos da União p/Aumento de Capital:	
— Fundo Nacional Telecomunicações	707 543
— Depósitos para Conversão em ações	100 000
— Receitas Financeiras	4 219
— Planos de Integração Nacional	4 900
— Auto Financiamento	10 000
b) Aumento de capital	1 234 178
c) Bonificações Recebidas	250 197
d) Recursos obtidos por operações próprias	79 191
Total	2 440 228

Aplicação dos recursos	Cr$ mil
a) Investimentos Realizados nas Companhias (Imob. financeiro)	2 215 927
b) Diminuição do Exigível a Longo Prazo	45 339
c) Adições ao Imobilizado Técnico	14 404
d) Aumento de Capital de Giro	161 558
Total	2 440 228

9.1.3. Investimentos Realizados

Com os investimentos realizados em 1973, no montante de Cr$ 2.215.927, a participação da TELEBRAS nas companhias é a seguinte:

Quadro III — Demonstração retrospectiva da arrecadação do FNT*

Anos	Cr$ mil
A partir de maio de 1966	2 815
1967	33 479
1968	83 329
1969	150 654
1970	174 944
1971	260 836
1972	426 188
1973	796 738

* O Fundo Nacional de Telecomunicações passou a ser administrado pela TELEBRÁS a partir de 09 de novembro de 1972.

Quadro IV — Participação das regiões na arrecadação do FNT

Região	Jan. a dez./73	%
Norte	13 581	1,70
Nordeste	59 356	7,45
Sudeste	594 599	74,63
Sul	96 863	12,16
Centro-Oeste	32 339	4,06
Total: Cr$ mil	796 738	100,00

9.2.2. Outras

A empresa recebeu no exercício de 1973 dividendos da Companhia Telefônica Brasileira no valor de Cr$ 31.115.

9.2.3. Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal em 1973 foram Cr$ 22.928, representando 66% do total das despesas, a saber:

Despesas c/pessoal Presidência e Diretorias	Cr$ mil
Presidência	4 080
Técnica	6 604
Gestão Empresarial	4 667
Econômico-Financeira	4 097
Administrativa	3 480
Total:	22 928

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA — Presidente.

MASACHIKA IKAWA — Diretor Econômico-Financeiro.

HORÁCIO MONTEIRO MACHADO — Diretor Administrativo.

LUIZ CARLOS BAHIANA — Diretor Técnico.

ARENO PIRES — Diretor de Gestão Empresarial.

GRÁFICO I

RECURSOS PRÓPRIOS

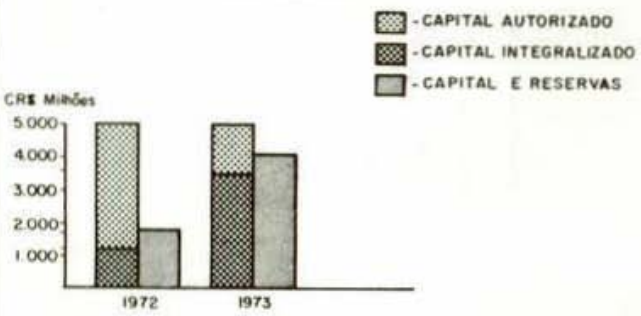


GRÁFICO III



GRÁFICO II

RECURSOS TOTAIS

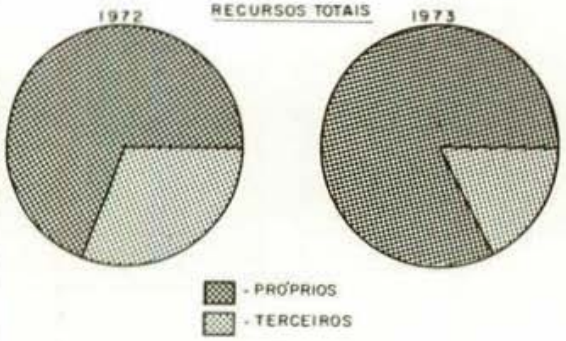
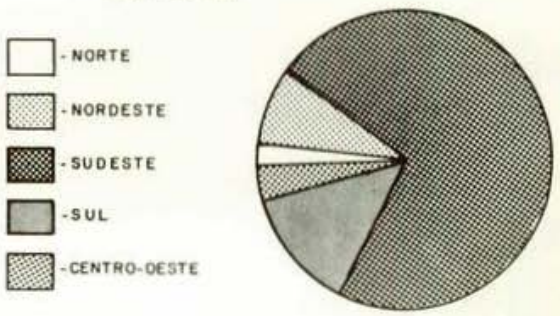


GRÁFICO IV



TELECOMUNICAÇÕES

CAPITAL AUTORIZADO

C.G.C.M.F. N.º

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA VINCULA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRA

A T I V O

IMOBILIZADO				
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS				
Edifícios e Terrenos	CR$	14.082.633		
Móveis, Utensílios e Equipamentos de Escritório		3.863.428		
Veículos, Instalações e outros pertences		1.218.024		
		19.164.085		
MENOS: Depreciação Acumulada		(441.925	CR$	18.722.160
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS:				
Ações (Menos Cr$ 150.025.253 de Subscrições a Integralizar)		4.392.682.397		
INVESTIMENTOS COM RECURSOS:				
Do Plano de Integração Nacional		4.900.000		
Do Fundo Nacional de Telecomunicações		96.538.789		
Ordinários		30.000.000		4.524.121.186
DISPONÍVEL:				
Caixa e Bancos		58.052.280		
Banco Conta Investimentos do Fundo Nacional de Telecomunicações		10.069.753		
Certificados de Depósito Bancário		23.263.480		91.385.513
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO:				
Fundo Nacional de Telecomunicações a Receber		11.592.141		
Adiantamento a Subsidiárias		79.372.347		
Outros		515.088		91.479.576
			CR$	4.725.708.435

(VER NOTAS EXPLICA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

REFERENTE AO PERÍODO DE 1.º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1973

RECEITAS:				
Receita Fixa, Proveniente do Fundo Nacional de Telecomunicações	CR$	79.673.826		
Receita Variável		33.245.929	CR$	112.919.755
DESPESAS:				
Despesas com Pessoal		22.927.803		
Despesas Gerais		11.243.287		34.171.090
LUCRO DO PERÍDO				78.748.665
APROPRIAÇÕES ESTATUTÁRIAS:				
Reserva Legal				3.937.433
LUCROS EM SUSPENSO:				74.811.232

(VER NOTAS EXPLICA

Presidente	Dir. Econômico Financeiro	Dir. Administrativo
Euclides Quandt de Oliveira	Masachika Ikawa	Horácio Monteiro Machado

BRASILEIRAS S/A - TELEBRÁS

Cr$ 5.000.000.000

00336701/0001

DA AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

P A S S I V O

PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CAPITAL:				
3.603.899.412 Ações Ordinárias Nominativas de Cr$ 1 cada	CR$	3.603.899.412		
2.527.228 Ações Preferenciais Nominativas de Cr$ 1 cada		2.527.228	CR$	3.606.426.640
RESERVAS PARA AUMENTO DE CAPITAL:				
Fundo Nacional de Telecomunicações		363.972.330		
Depósitos da União para Conversão em Ações		66.201.503		
Ações Bonifiadas		7.677.974		437.851.807
RESERVA LEGAL				4.283.510
LUCRO EM SUSPENSO				74.811.232
				4.123.373.183
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO:				
Títulos a Pagar		5.732.414		
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		4.825.082		
Companhias Subsidiárias		76.637.587		87.195.083
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:				
COMPANHIA SUBSIDIARIA:				
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL				515.140.163
COMPENSAÇÃO:				
Contratos de Obras e Pesquisas		292.698.875		
Concessão de Avais e outros		101.108.142		
		393.807.017		
MENOS: COMPENSAÇÃO ATIVA		(393.807.017)		—
			CR$	4.725.708.435

TIVAS DA DIRETORIA)

DEMONSTRAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972:			CR$	74.680.506
MAIS: Arrecadação do Exercício de 1973				717.064.440
MENOS: Transferência para Aumento de Capital	CR$	406.547.268		
Despesas de Arrecadação		1.928.673		
Absorção de Variação Cambial do Empréstimo em Moeda Estrangeira		11.530.869		
Absorção das Despesas com Pesquisas, Estudos e Projetos		7.765.806		427.772.616
			CR$	363.972.330

TIVAS DA DIRETORIA)

Dir. Técnico	Dir. de Gestão Empresarial	Técn. de Contabilidade CRC 54105 SP-T-DF
Luiz Carlos Bahiana	Areno Pires	Agenor Rossinholi

NOTAS EXPLICA

1. *Imobilizações Financeiras*

A TELEBRÁS participa, em porcentagens variadas, das seguintes empresas de telecomunicações do País:

	Valor contábil dos investimentos	%	Participação no patrimônio líquido
Telecomunicações de São Paulo S/A-TELESP	CR$ 1.414.494.632	34	CR$ 1.466.224.547
Companhia Telefônica Brasileira — CTB	1.348.531.579	37	1.434.548.715
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL	1.084.408.500	54	2.094.619.158
	3.847.434.711		4.995.392.420
Outras	676.686.470		
	CR$ 4.524.121.181		

Os investimentos estão registrados pelo custo original, acrescido das bonificações recebidas em ações.

As demonstrações contábeis das principais subsidiárias da sociedade, foram examinadas pelos nossos Auditores Independentes, exceto com relação às das Empresas Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL, as quais foram examinadas por outros Auditores Independentes.

2. *Capital*

Durante o exercício, o capital da sociedade foi aumentado de CR$ 1.168.143.171 para CR$ 3.606.426.640, mediante a incorporação dos seguintes valores:

Créditos da União para aumento de capital	**CR$**	**1.403.757.285**
Ações Bonificadas		**618.065.049**
Recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações		**406.547.268**
Subscrição em Dinheiro:		
Prefeitura Municipal de Campina Grande		**1.646.485**
Banco do Brasil S.A.		**1.691.914**
Lucros Suspensos		**6.575.468**
		2.438.283.469

PARECER DOS AUDITO

Examinamos o balanço patrimonial da Telecomunicações Brasileiras S/A — TELEBRÁS levantado em 31 de dezembro de 1 973 e as respectivas demonstrações de resultados e do Fundo Nacional de Telecomunicações correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, inclui as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL, foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião no que se relaciona com o investimento na Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL de CR$ 1.084.408.500 é baseada no relatório dos outros auditores independentes.

Em nossa opinião, baseado em nosso exame e no relatório de outros auditores independentes, conforme acima mencionado, o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados e do Fundo Nacional de Telecomunicações acima referido, representam adequadamente

PARECER DO CON

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS, tendo procedido ao exame do balanço patrimonial, do demonstrativo de resultados e demais documentos referentes ao exercício de 1973 e encontrando-os

Moacir de Souza Brauna

José de Melo Sobrinho

TIVAS DA DIRETORIA

As ações preferenciais não têm direito a voto, tendo, contudo, direito a um dividendo de 6 por cento a.a. e prioridade no reembolso do capital.

3. *Fundo Nacional de Telecomunicações*

De acordo com a Portaria n.º 482 de 9 de novembro de 1 972 do Ministro de Estado das Comunicações, a partir de 9 de novembro de 1972, o Fundo Nacional de Telecomunicações passou a ser administrado pela TELEBRÁS. Essa Portaria determina que os recursos do Fundo sejam aplicados em investimentos que permitam a expansão e melhoria dos serviços de telecomunicações do País, reservando-se uma parcela de 10 por cento do total arrecadado para atender as despesas de custeio da TELEBRÁS.

Conseqüentemente, a sociedade contabilizou como receita o valor correspondente a 10% do total da arrecadação daquele Fundo registrando os restantes 90 por cento diretamente em reserva para aumento de capital — Fundo Nacional de Telecomunicações.

4. *Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL*

Em 14 de novembro de 1972 a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL devia o saldo de US$ 97.543.511 a Brascan Limited (sob a anterior denominação de Brazilian Traction Light And Power Company Limited), pela aquisição do acervo das companhias que, em 26 de março de 1966, faziam parte do Grupo da Companhia Telefônica Brasileira. Esta dívida foi assumida pela sociedade em troca de ações, ao valor nominal, da Companhia Telefônica Brasileira pelo valor correspondente em cruzeiros, ao dólar vigente em 14 de novembro de 1972.

Em 31 de dezembro de 1973, o montante total da dívida era de CR$ 549.482.841, atualizada a taxa do dólar vigente nessa data, sendo que CR$ 34.342.678 vencia-se a curto prazo.

Este saldo será pago pela sociedade em 48 prestações trimestrais iguais, no valor de US$ 1.840.444 ao câmbio do dia, com término em 1.º de janeiro de 1986, sendo a variação cambial quando do pagamento das prestações, absorvida pelos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações.

RES INDEPENDENTES

a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações Brasileiras S/A — TELEBRÁS, em 31 de dezembro de 1973 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

São Paulo, 12 de fevereiro, de 1974

ARTHUR YOUNG, CLARKSON, GORDON & CO.
CRC-SP 1884
GEMEC-RAI-72/036-PJ

Elso Raimondi
Contador CRC-SP 15907

SELHO FISCAL

em perfeita ordem, e, louvando-se, ainda, no parecer dos auditores independentes, opinam que os mesmos merecem a aprovação da Assembléia Geral dos Senhores Acionistas.

Brasília, 12 de fevereiro de 1974.

Noraldino de Oliveira Diniz

Dez anos de BNH – uma visão crítica

Em agosto, o Banco Nacional da Habitação estará completando seus primeiros 10 anos de existência. Tal fato estimulará — ao lado das merecidas comemorações — uma provável avalancha de estudos sobre as atividades de tão importante organismo governamental, cujo desenvolvimento confundiu seus mais agressivos opositores.

As idéias aqui alinhadas são apenas tentativas de avaliação do fenômeno BNH e de suas repercussões na vida das cidades brasileiras, que se farão, com toda a certeza, no decorrer de 1974. Em certo sentido, elas tendem a discrepar da maioria desses estudos, à medida que se fundamentem em princípios esposados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

Na medida do possível, tenta-se identificar alguns obstáculos ao desenvolvimento do BNH nos próximos anos, com o objetivo de pôr em relevo os principais aspectos da questão.

O tratamento genérico dado ao desenvolvimento do tema justifica-se, pois esta edição incorpora um conjunto de artigos cobrindo diferentes setores do BNH, nos quais serão apresentados pormenores e farta documentação numérica para testemunhar algumas das afirmativas de que se faz uso.

MODELO DE AVALIAÇÃO

Avaliar a ação do BNH implica, desde logo, a escolha de um modelo para a análise.

Se encarado apenas como organismo financeiro — um banco — não há como deixar de creditar ao BNH resultado favorável, senão mesmo, altamente positivo. Cabeça de um sistema — o sistema financeiro da habitação — seu crescimento foi extraordinário, principalmente em se comparando o capital inicial com o orçamento hoje manipulado, equivalente ao triplo dos investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Se observado, por outro lado, o papel que desempenhou no contexto da política econômica que vem orientando o desenvolvimento do País, ressalvadas as críticas que se possam fazer ao modelo adotado pelo Banco, igualmente apontará resultados abonadores. Não há dúvida de que cabe ao BNH muito da formação da mentalidade de poupança popular e também grande parte da reativação do setor da indústria da construção civil, assimilador da mão-de-obra sem qualificação. Mas, se sob estes dois prismas os resultados são altamente positivos, o mesmo não se poderia afirmar quando examinado o sistema sob o ponto de vista do atendimento às necessidades habitacionais do País, objetivo primordial da Lei n.º 4 380, de 21 de agosto de 1964. A despeito da respeitável cifra de quase um milhão de unidades construídas ao longo desses 10 anos, pode-se afirmar, com a maior tranqüilidade, que o BNH não chegou ao âmago do problema, muito embora, nos últimos tempos, venha mostrando alguns indícios de disposição para tal.

Mas ainda: analisando-se, sem preconceitos, a qualidade das unidades construídas, seja do ponto de vista do padrão de vida proporcionado pelo ambiente, seja da paisagem decorrente dos conjuntos ou, mesmo, da qualidade construtiva, não há como deixar de concluir que o resultado está muito aquém das possibilidades do sistema.

Por isso mesmo, optou-se, nesse exame do desempenho do BNH, pela análise do sistema financeiro da habitação à face do problema habitacional, deixando de lado os aspectos essencialmente financeiros e econômicos que, certamente, serão objeto de minuciosos estudos por parte de técnicos diretamente ligados ao assunto.

O PROBLEMA HABITACIONAL

Com mais de 100 milhões de habitantes (20 milhões de famílias) o Brasil precisa, hoje, só para atender ao crescimento vegetativo da população, construir cerca de 500 mil novas residências por ano (crescimento da população à taxa de 2,5% a.a.). Umas 200 mil unidades adicionais deveriam ser consideradas nesse cálculo, se admitida a necessidade de reposição da parcela do estoque atual, deteriorada pelo tempo (estimativa com base em um estoque de 20 milhões de unidades, com vida útil de 100 anos). A essas 700 mil unidades/ano, poder-se-ia aduzir, então a parcela destinada a substituir a parte do estoque considerada abaixo do padrão mínimo habitacional, o que comumente se chama de "deficit habitacional". Aqui corre-se o perigo de retomar velhas reuniões acadêmicas dos anos 65, onde tantos técnicos discutiram longamente o problema de definir o "deficit habitacional". Deixando de lado esse tipo de exercício, pode-se concluir que, para enfrentar o problema habitacional, em termos de "dar uma casa própria para cada família", o Brasil teria de começar a pensar em construir algo como um milhão de unidades/ano. Em outras palavras, casas para cinco milhões de pessoas, um "Rio de Janeiro" ou 10 "Brasílias", o que, efetivamente, é impossível, com os recursos disponíveis.

Aos mais ortodoxos defensores deste pensamento dos primeiros dias do BNH, ainda inclinados a pedir ao Governo que concentre mais esforços na construção de maior número de unidades/ano, cabe alertar que a experiência internacional já demonstrou, amplamente, terem os investimentos no setor determinado limite, além do qual passam a se tornar insuportáveis para o total da economia. E, salvo engano, o Brasil já se encontra muito próximo de tal limite, haja vista a crise de materiais de

construção e o início da escassez de mão-de-obra no setor.

A TRANSFORMAÇÃO DO BNH

A primeira grande transformação do BNH processou-se no momento em que ele passou a gestor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A crescente soma de recursos colocados a seu dispor, incidindo juros e correção monetária, encerrou a fase do Banco dedicado à repetição da experiência carioca de Vila Kennedy, em todo o País, obrigando-o a uma agressividade até então insuspeitada.

A necessidade de aplicar, de imediato, os recursos em seu poder, levou o BNH inicialmente a investir nos programas em benefício das populações de baixo poder aquisitivo do tipo COHABs e cooperativas. À medida que não encontrava nessas camadas resposta adequada, em termos de ritmo de absorção de recursos (dificuldades de assimilação dos sofisticados sistemas financeiros, além da correção monetária — esta, mais adiante corrigida), viu-se o BNH, na contingência de buscar novas frentes de investimento capazes de absorver seus recursos, passando a financiar habitações para as camadas de poder aquisitivo mais alto.

Esta aparente contradição deve ser entendida não como falha do Banco mas, antes, como resultado natural dos mecanismos previstos pela Lei n.º 4 380/64 para enfrentar o problema habitacional brasileiro. A maior parte da população necessitada não tem poder aquisitivo para adquirir a unidade mais barata nem o problema habitacional aparece como prioritário no rol de suas necessidades.

Com a montagem do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), vê-se o BNH à face de crescente soma de recursos, aparentemente sem fim, e diante de uma demanda teórica, na prática sem poder aquisitivo. Começa, então a buscar novas áreas, fora do setor de mera construção de unidades, embora interligadas a ele. Assim é que os financiamentos para a indústria da construção civil foram iniciados, seguidos dos programas de água e esgotos (FISANE), até chegar, atualmente, à abertura para financiamento de áreas de lazer, acessos viários aos conjuntos habitacionais, projetos de transporte de massa, recuperação de algumas áreas urbanas etc.

Passa, assim, o BNH ao problema da habitação no Brasil, não como questão de construção maciça de casas, mas como organização do **habitat.** Evidentemente, essa modificação de procedimento não decorreu de mudança do ponto de vista da política governamental mas, principalmente, de questões meramente financeiras de mercado de busca de novas áreas para colocação dos recursos. Da mesma forma, esta transformação ainda se encontra em seus primórdios, em início da fase de transição.

A FASE DE TRANSIÇÃO

Vive hoje o BNH nova etapa de ajustamento, à semelhança dos anos 66 e 67, quando montou todo seu sofisticado sistema operacional financeiro. Tendo de assumir o papel de principal gestor do desenvolvimento urbano do País, defronta-se com a incompreensão das diferentes unidades co-responsáveis pelo problema do crescimento das cidades ao mesmo tempo que atende aos programas de construção de casas, herdados do passado.

Assim, à medida que procura ajustar-se com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) vê-se na contingência de implementar grandiosos programas, da dimensão do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP).

Fruto da Lei n.º 4 380/64, o SERFHAU constituiu-se, durante os primeiros anos de existência do BNH, verdadeiro fantasma ameaçador, à medida que poderia, a qualquer tempo, deixar de ser mero desenhador de conjuntos de COHABs (papel desempenhado ao tempo do BNH no ex-Palácio do Catete e mesmo no edifício Novo Mundo) e transformar-se no órgão definidor da política habitacional, cabendo então ao Banco apenas a tarefa de viabilizá-la financeiramente.

Essa luta pela gestão da política habitacional deflagrou-se desde os primeiros momentos, quando o projeto de lei era discutido no Congresso Nacional, tendo-se, mesmo, assegurado explicitamente essa tarefa ao SERFHAU em uma das emendas aprovadas, mas, infelizmente (ou felizmente, para outros) vetada quando da sanção presidencial.

Com a criação do sistema nacional de planejamento local integrado, em 1966, o Governo encontrou uma saída para o problema BNH/SERFHAU entregando a este último a responsabilidade de implantar o sistema e criando um fundo, da ordem de Cr$ 10 milhões, para financiar planos de desenvolvimento urbano. À época, preocupava-se o BNH com a idéia da construção maciça de casas e ainda não se havia detido nas repercussões urbanas que tal atividade acarretaria.

À medida que o BNH passou a operar no setor urbano, o fantasma SERFHAU voltou a tomar corpo e, o que é mais grave, não como potencial usurpador do poder de definição da política habitacional, mas sim como o efetivo detentor do poder de definição da política de desenvolvimento urbano do País. A questão deixava de ser de ajustamento, transformando-se em luta sem quartel, ainda que surda e tranqüila.

Paralelamente a essas atividades de bastidores, o Governo anunciava, em princípios de 1973, o plano nacional de habitação popular com o prestígio de um projeto de impacto, cujo objetivo nada mais era do que estimular a coordenação federal com os estados e municípios para a construção adicional de dois milhões de unidades habitacionais nos próximos 10 anos, beneficiando a faixa da população com renda familiar entre um e três salários mínimos.

Essa verdadeira tentativa de volta às origens do BNH configurou-se em advertência às "distorções" da política habitacional, à medida que deixava transparecer que a parcela da população visada pelo PLANHAP, no mínimo, não estava sendo satisfatoriamente atendida, a ponto de justificar o tratamento de um projeto-impacto.

Outro indício de correção da "distorção" surgiria no final de 1973, quando se cogitou em sustar o financiamento para as construções denominadas de luxo, cujo exemplo marcante são os recentes edifícios do Leblon e Ipanema, no Rio de Janeiro, todos gozando do apoio ostensivo do sistema financeiro da habitação.

O NOVO CAMINHO

A despeito destes fatos, parece fora de dúvida que o BNH caminha a largos passos para encarar o problema habitacional em termos de **habitat** e não de mera construção de casas. Qualquer tentativa de mudança de expectativa o levaria ao beco dos moradores atrasados com suas prestações, ou mesmo aos conjuntos habitacionais vazios, senão à desenfreada especulação imobiliária decorrente de seus financiamentos para as faixas de maior poder aquisitivo.

Aqui, mais do que nunca, o BNH terá de fazer grande esforço de adaptação de sua máquina para se ajustar à nova situação. Afora as características peculiares ao crescimento das cidades brasileiras — distinto do crescimento das cidades do mundo desenvolvido e de grande parte do terceiro mundo — terá que lutar, externamente, pela hegemonia do trato do problema e, internamente, em seus quadros essencialmente financeiros, pela profunda mudança de mentalidade.

É chegado o momento de justapor aos quadros técnicos atuais do BNH um contingente de especialistas em desenvolvimento urbano (e isso começa a ocorrer, embora timidamente). Há também que se mostrar que a presença de "teóricos" não diminuirá a "excelência" do desempenho do BNH; que o investimento em pesquisas trará grandes benefícios para o sistema, à medida que procure modelos que assegurem maior rentabilidade para os investimentos; e assim por diante.

Não será fácil. Ao contrário, a administração do BNH no próximo qüinqüênio terá gigantesca tarefa pela frente: convencer a si mesmo e às demais entidades de sua capacidade de tomar para si o trato do controle do desenvolvimento urbano do País. Se isso será possível, só o tempo dirá. Existem condições concretas, mas talvez seu relacionamento com as outras entidades deva ser no sentido de aparar certas arestas. No caso do desenvolvimento urbano, defrontar-se-á com problemas de extrema complexidade.

A situação está longe de se afigurar clara. O crescimento urbano atinge, indistintamente, todos os setores da vida do País. Seu acelerado ritmo transformou o Brasil, em menos de 40 anos, de paisagem essencialmente rural em quadro urbano, com mais da metade da população morando em cidades. Essa repentina mudança de configuração físico-territorial não foi, evidentemente, acompanhada do comportamento psicossocial equivalente. Raciocina-se, hoje, em termos rurais, numa realidade urbana dando lugar a singular nostalgia pelo campo, como se a cidade não fosse a maior conquista da humanidade.

Sem definição clara do modelo de rede urbana que o País perseguirá, sob o impacto dos mais variados problemas de adaptação às novas contingências da vida, criadas com a urbanização, e buscando no exterior remédios que não podem combater nossos males, grande número de entidades federais, estaduais e municipais, em clima de total descoordenação, busca compreender e, mais remotamente, busca a esperança de um dia ordenar esse processo de crescimento urbano.

Até o momento, o problema está afeto ao Ministério do Interior, mais precisamente ao SERFHAU e ao BNH. Começa-se a cogitar da solução com a instituição da Secretaria de Planejamento Urbano e Local em lugar do SERFHAU, ou na transformação do BNH em Banco de Desenvolvimento Urbano; ou, ainda, na criação do Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, e assim por diante.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Se examinado o desempenho do BNH, à luz das intenções de seus idealizadores, pode-se afirmar, sua missão foi cumprida satisfatoriamente: captou a mão-de-obra sem qualificação, que seria liberada com a política de combate à inflação; tornou-se importante banco, no universo das agências financeiras do País, e produziu razoável número de unidades habitacionais.

Todavia, analisado segundo o ponto de vista dos interessados no problema habitacional, o máximo que se pode afirmar em relação ao BNH é que sua experiência prestou-se para confirmar teses levantadas desde o início: da impossibilidade de se tentar resolver o problema a partir da construção maciça de casas de alvenaria. Nesse sentido, embora a expectativa de mudança seja alentadora, não há como deixar de lamentar o tempo perdido e o esforço desenvolvido para apreender uma lição conhecida.

De tudo isso resulta o testemunho inexorável da paisagem urbana das principais cidades, onde os lamentáveis conjuntos habitacionais das COHABs em sua monótona organização perdem-se nos vazios das periferias urbanas, ou os "quadriculosos" edifícios das cooperativas registram a falta de imaginação de seus idealizadores, em profundo contraste com a capacidade criadora de um povo que realizou Brasília.

Mais recentemente, a devastadora ação da especulação imobiliária que, se não tem o defeito da repetição de um modelo de prédio em todo o território nacional, responde pela profunda modificação irracional de áreas urbanas num verdadeiro atentado à paisagem. O quadro urbano resultante desta ação, se considerada a qualidade de vida proporcionada a seus habitantes, não só do ponto de vista das características construtivas, mas, principalmente, dos espaços internos e externos (ambiente urbano) decorrentes, está longe de se equiparar à excelência dos mecanismos financeiros do sistema.

Por tudo isso, entende-se que o preço pago foi alto e espera-se que, pelo menos, a lição tenha sido convenientemente aprendida, de tal forma que os próximos 10 anos permitam um resultado habitacional mais consentâneo com o panorama econômico-financeiro atingido.

FINANCIAMENTO
DE IMÓVEIS

LETRAS IMOBILIÁRIAS

CADERNETA
DE POUPANÇA

GARANTIA TOTAL DO GOVERNO

CODERJ
CRÉDITO IMOBILIÁRIO S.A.
AV. AMARAL PEIXOTO, 35 - NITERÓI
Lojas em: Niterói, Campos, Petrópolis,
Guanabara e Volta Redonda

MANTENHA-SE ATUALIZADO

Periodicos da Fundacao Getulio Vargas

O Correio da UNESCO

Revista mensal editada em português pela Fundação Getulio Vargas. Divulga em linguagem jornalística moderna artigos e informações sobre o que há de mais recente em educação, ciência, artes e cultura em geral.

Assinatura:		Portugal Esc.
Um ano	30,00	120$00
N.° avulso ou atrasado	3,00	15$00

Revista de Administração de Empresas (RAE)

Publicação bimestral do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, destina-se a fornecer elementos e critérios mais atualizados da moderna administração de empresas; focalizar ângulos de interpretação dos fatos e problemas; abrir novas perspectivas para uma atuação mais produtiva e relevante.

Assinatura:	
Um ano	70,00
N.° avulso ou atrasado	15,00

Encadernados (vols. III, V, VI, VII e VIII) cada vol. 60,00

Revista de Direito Administrativo (RDA)

Publicação trimestral da Fundação Getulio Vargas. Destina-se a todos quantos, no serviço público ou fora dele, se dedicam ao estudo e à aplicação do Direito. Periodicamente, a revista edita o índice de suas edições, indicação das matérias e autores, revisão integral da legislação do período e resumo da jurisprudência publicada. Já à venda os três primeiros volumes, correspondentes aos números de 1 a 30, 31 a 60 e 61 a 90, respectivamente.

Assinatura:

Brochura	
Um ano	100,00
N.° avulso ou atrasado	30,00
Encadernado	
Um ano	120,00
N.° avulso ou atrasado	35,00

Índices

Preço unitário (venda avulsa)	
Brochura	30,00
Encadernado	35,00

Informativo da Fundação Getulio Vargas

Revista mensal que reflete os fatos relevantes na vida da Fundação Getulio Vargas. Traz ainda seções de comunicação cultural em que se abordam temas relacionados com a literatura, as línguas, a arte, a educação, as ciências sociais etc.

Assinatura:	
Um ano	50,00
N.° avulso ou atrasado	5,00

PREÇOS EM VIGOR – JANEIRO DE 1974

O reembolso postal é prático, seguro e atinge rapidamente qualquer lugar onde quer que você esteja!

CARTÃO-RESPOSTA COMERCIAL
AUTORIZAÇÃO Nº 678
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

CARTÃO - RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR ESTE CARTÃO

O selo será pago pela
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Serviço de Publicações
Praia de Botafogo, 188
Caixa Postal 21.120 - ZC-05
Rio, GB - 20.000

MANTENHA-SE ATUALIZADO

Periodicos da Fundacao Getulio Vargas

Conjuntura Econômica (CE)

Publicação mensal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, apresenta análise da situação e dos problemas econômicos e financeiros nacionais e estrangeiros além dos índices econômico-financeiros do País.

Assinatura:	
Um ano	80,00
Números especiais	12,00
N.º avulso ou atrasado	8,00

Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (ABPA)

Publicação trimestral do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getulio Vargas, na qual o leitor encontrará artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos, além de seleta informação bibliográfica.

Assinatura:	
Um Ano	50,00
N.º avulso ou atrasado	15,00

Revista Brasileira de Economia (RBE)

Publicação trimestral do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas, divulga trabalhos de economia teórica e aplicada, de economistas brasileiros e estrangeiros.

Assinatura:	
Um ano	50,00
N.º avulso ou atrasado	15,00

Revista de Ciência Política (RCP)

Publicação trimestral do Instituto de Direito Público e Ciência Política. Inicialmente denominada Revista de Direito Público e Ciência Política, publica artigos doutrinários, bibliografia e informes em geral, de preferência sobre problemas de sociologia política, análise das instituições do Estado e da maneira como se comportam.

Assinatura:	
Um ano	50,00
N.º avulso ou atrasado	15,00

Curriculum (CUR)

Publicação trimestral do Colégio Nova Friburgo, dedica-se a questões relativas ao ensino médio, incluindo trabalhos sobre didática, auxílios audio-visuais, práticas educativas e demais assuntos que se relacionem com o problema da educação.

Assinatura:	
Um ano	35,00
N.º avulso ou atrasado	10,00

Revista de Administração Pública (RAP)

Publicação trimestral da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Conta, em seu corpo de colaboradores efetivos, com os mais respeitados especialistas brasileiros.

Assinatura:	
Um ano	50,00
N.º avulso ou atrasado	15,00

PREÇOS EM VIGOR – JANEIRO DE 1974

Autorizo uma assinatura da(s) publicação(ões) abaixo com a primeira remessa pelo reembolso postal.

_____

_____

_____

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

ESTADO _____

PROFISSÃO _____

CEP _____

RAE

Mantenha-se ainda mais atualizado usando das grandes vantagens oferecidas pelo reembolso postal.

O Sistema Brasileiro de poupança e empréstimo – SBPE

ASPECTOS GERAIS

No início da década passada tornaram-se evidentes as dimensões do problema que o Brasil tinha de enfrentar para conter o crescimento acelerado do deficit habitacional. O crescimento da população urbana, com taxa acima de 5% a.a., em contraste com a taxa global do País, em torno dos 2,7%, indicava intenso movimento migratório rural-urbano, prenunciando-se o agravamento da escassez de moradias nas áreas urbanas, pois, àquela época, algumas estatísticas já indicavam deficit em torno de sete milhões de unidades habitacionais.

Embora tais estimativas careçam de significado, pelo fato de se desconhecerem as medidas de qualidade para o que se considerava unidade habitacional capaz de satisfazer às exigências de padrões condizentes com as necessidades humanas, o fato inegável é que, admitindo-se como razoável a média de cinco pessoas por família, dezenas de milhões de pessoas não viviam em condições condignas, compatíveis com nosso estágio de civilização. Mais que isso, os censos indicavam que o agravamento do problema representava verdadeiro desafio, à vista dos instrumentos que até então existiam para sua solução.

As transferências de capital para o setor urbano, na fase de substituição de importações, em boa parte tinham por destino aplicações em investimentos imobiliários, os quais representavam garantia contra a desvalorização pelos efeitos inflacionários. Tais investimentos, não necessitando de financiamentos de longo prazo, obtinham, naturalmente, preferências do setor. Com isso, agravava-se ainda mais o problema de moradias para os mais necessitados, já que a concessão de financiamentos com longo prazo de retorno representava operação financeira com taxas negativas de juros, isto é, a concessão de financiamentos com prazos longos para aquisição de casa própria nada mais era que um subsídio ao mutuário, sem nenhum atrativo para o setor privado, por ser inviável financeiramente. As taxas crescentes de inflação fizeram com que as construções por administração proliferassem nas grandes capitais. No entanto, em muitos casos, da fase de elaboração do orçamento, passando pelo rateio de custos entre os promissários compradores, até o início de execução da obra, os reajustes já se faziam necessários à face da espiral de preços que envolvia os fatores de produção da indústria de construção civil. A prática repetida de tais reajustes esbarrava nos orçamentos familiares, ocorrendo, então, paralisação das obras com o conseqüente atraso na entrega do imóvel. Nesta situação, a saída era a obtenção de um financiamento com retorno a longo prazo, mas a falta de recursos fazia com que, na situação de demanda fortemente excedente, o inevitável jogo de prestígio tornasse o esquema socialmente indesejável, pois a facilidade de obtenção de tais créditos pelos bem relacionados — nem sempre mais necessitados — era extremamente maior.

Em 1964, instituiu-se a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social e o sistema financeiro da habitação; criou-se o Banco Nacional da Habitação, as sociedades de crédito imobiliário e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, por meio da Lei n.º 4 380. Este foi o passo decisivo para a montagem de um sistema, cuja ação coordenada pelo Governo com orientação à iniciativa privada tem por objetivo estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da casa própria.

De acordo com o sistema, o Governo intervém no setor habitacional por intermédio do Banco Nacional da Habitação, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, caixas econômicas, caixas militares e outros órgãos federais e sociedades de economia mista. O setor privado é orientado por meio das sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo — autorizadas a funcionar pelo Decreto-lei n.º 70, de 21-11-66. Definindo-se assim a participação do setor privado, completa-se o quadro de entidades integrantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimo, composto pelas caixas econômicas (federal e estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Sul), sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo.

A angulação pela qual se divisou o sistema brasileiro de poupança e empréstimo representa, na verdade, um corte no sistema financeiro da habitação que conta, além dos agentes do SBPE, com vasta rede de agentes financeiros e promotores, tais como companhias de habitação (COHABs), institutos de previdência, bancos regionais ou estaduais de desenvolvimento, bancos de investimento, comerciais, cooperativas e outros.

A divisão territorial do sistema brasileiro de poupança e empréstimo compreende oito regiões, abrangendo as diversas unidades da Federação segundo consta da tabela I.

Tabela I — Sistema brasileiro de poupança e empréstimo — regiões

1.ª — Amazonas Pará Acre Roraima Amapá	5.ª — Minas Gerais Goiás Distrito Federal Espírito Santo
2.ª — Piauí Maranhão Ceará	6.ª — Guanabara Estado do Rio de Janeiro
3.ª — Pernambuco R. G. do Norte Paraíba Alagoas	7.ª — São Paulo Mato Grosso Rondônia
4.ª — Sergipe Bahia	8.ª — Paraná Santa Catarina R. G. do Sul

ENTIDADES DO SBPE: CAPTAÇÃO DE RECURSOS

As sociedades de crédito imobiliário, constituídas sob a forma de sociedade anônima, têm suas características, constituição e autorização para funcionamento, regulamentadas pelo Banco Central do Brasil. São instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional e têm a totalidade de seu capital representada por ações nominativas; sujeitam-se, também, à regulamentação do Banco Central para instalar ou transferir sedes ou dependências, encerrar atividades, alterar estatutos ou transformar-se mediante fusões ou incorporações. As atividades de uma sociedade de crédito imobiliário são fiscalizadas pelo Banco Central e pelo Banco Nacional da Habitação, dentro dos limites da competência de cada um.

As fontes de recursos de terceiros para as operações de uma SCI são basicamente três: as letras imobiliárias por ela emitidas para colocação junto ao público, os depósitos com correção monetária efetuados em contas de caderneta de poupança e os repasses de financiamentos do Banco Nacional da Habitação. As sociedades de crédito imobiliário podem, também, efetuar operações de crédito no País ou no exterior para financiar projetos habitacionais; no entanto, o volume de recursos dessa natureza, em relação aos demais, constitui parcela insignificante.

A totalidade das operações passivas da sociedade de crédito imobiliário está limitada ao montante de 15 vezes o seu capital mais as reservas livres, ampliando-se essa margem à medida que se exclua do exigível, no cálculo do limite, a metade das operações ativas cobertas por seguro e se computem apenas 50% das operações de crédito que têm aval do Banco Nacional da Habitação. Tais exclusões permitem maior elasticidade operacional às SCIs, abrindo-lhes maiores oportunidades de captar recursos de terceiros para aplicação em operações ativas.

Os titulares das cadernetas de poupança das SCIs recebem juros de 6% a.a. e correção monetária calculada por trimestre civil, na proporção da variação da unidade-padrão de capital (UPC) sobre o menor dos três saldos da conta apurados no dia 1.º de cada mês do trimestre a que se refere. Os depósitos em cadernetas podem ser movimentados a qualquer tempo. Todavia, são consideradas em carência as contas que não tiverem seis meses de existência no primeiro dia de cada trimestre civil. Terminada a carência ocorre o lançamento da correção monetária e juros correspondentes a dois trimestres civis completos, abrangendo frações quando a conta vigora a partir do dia 1.º do segundo ou terceiro mês de um trimestre civil. Os depósitos efetuados até o dia 15 de cada mês têm vigência a partir do dia 1.º do mês respectivo e os efetuados após o dia 15 contam para o saldo do dia 1.º do mês subseqüente; os saques afetam os depósitos anteriores realizados na mesma quinzena e, no que excedam a estes, o saldo da conta do dia 1.º do mês de sua realização.

As letras imobiliárias podem ser de dois tipos: de renda (tipo C) e de poupança (tipo D). As letras do tipo C são emitidas por prazo mínimo de três anos; seu portador pode receber juros de no máximo 8% a.a. e correção monetária por trimestre; pode resgatá-la a qualquer tempo, mas só faz jus à correção monetária e a juros se o título ficar em seu poder por períodos completos de 90 dias. As letras tipo D são emitidas por prazo mínimo de um ano; os portadores destas letras recebem juros de no máximo 8% a.a. e correção monetária, capitalizados e pagos no vencimento do título. Existem outros tipos de letras imobiliárias, mas a predominância das emitidas pelas sociedades de crédito imobiliário cabe às do tipo **C**, com juros de 7% a.a.

A garantia aos depósitos em cadernetas de poupança e às letras imobiliárias é dada pelo Banco Nacional da Habitação mediante o Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI), para o qual as SCIs e APEs recolhem, por trimestre, 0,125% sobre o saldo total dos depósitos e letras emitidas no último dia do trimestre anterior. No caso dos depósitos em cadernetas de poupança, essa garantia é limitada ao valor máximo de

400 UPC, e no caso das letras ao valor das mesmas, inclusive juros e correção monetária.

Tanto as letras imobiliárias como as cadernetas de poupança propiciam aos seus possuidores incentivos fiscais que permitem abatimento da renda bruta de 20% do saldo médio em cadernetas e, no ano-base de 1974, 20% das quantias aplicadas em letras de 6% e 15% das quantias aplicadas em letras de mais de 6%. Além dos abatimentos são concedidas isenções dos juros das letras e dos rendimentos (até o máximo de 400 UPC) dos depósitos em cadernetas de poupança.

As aplicações dos recursos captados ou repassados por uma sociedade de crédito imobiliário devem obedecer ao princípio de interesse social consubstanciado na Lei n.º 4 380/64 e demais regulamentações do Banco Nacional da Habitação. Tais aplicações abrangem abertura de crédito a favor de empresários para financiar construção de habitações destinadas à venda a prazo; abertura de crédito para compra ou construção de casa própria com retorno a prazo e outras modalidades de operações autorizadas pelo BNH.

Atualmente, as sociedades de crédito imobiliário em funcionamento, segundo as regiões do SBPE, são as que constam da tabela II.

Tabela II — Sistema brasileiro de poupança e empréstimo — sociedades de crédito imobiliário

1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
2	2	3	2	5	10	15	7

As associações de poupança e empréstimo, diferentemente das SCIs, são constituídas sob a forma de sociedades civis com objetivos de propiciar ou facilitar a aquisição de casa própria aos associados e captar, incentivar e disseminar a poupança. Suas características principais são:

a) formação de vínculo societário, para todos os efeitos legais, mediante depósitos em dinheiro efetuados por pessoas físicas interessadas em delas participar;

b) distribuição aos associados, como dividendos, da totalidade dos resultados líquidos operacionais, excluídas as parcelas destinadas à formação de fundos e à participação da administração nos resultados.

Com o vínculo societário sendo formado pela abertura da conta em caderneta de poupança, os associados fazem jus à correção monetária e aos dividendos calculados sobre o saldo médio de seus depósitos. A regulamentação atual prescreve uma distribuição de dividendos que não ultrapasse os 6% a.a.; quando os resultados operacionais da APE apresentam margens de rentabilidade acima deste limite, reserva-se o excedente em fundo de previsão para dividendos futuros, sacando-se deste fundo o necessário para garantir a rentabilidade, quando os resultados operacionais são insuficientes.

A área de atuação de uma APE é delimitada em sua carta-patente e compreende o município onde tem sua sede e os demais municípios limítrofes. Compete ao Banco Nacional da Habitação autorizar e emitir carta-patente para funcionamento de uma associação de poupança e empréstimo; também ao BNH compete a fiscalização de

Tabela III — Sistema brasileiro de poupança e empréstimo — associações de poupança e empréstimo

1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
3	3	4	2	6	6	7	5

suas operações, cabendo, no entanto, ao Banco Central do Brasil a concessão de novos registros e autorizações, mediante prévia comunicação ao Banco Nacional da Habitação.

Os recursos para as operações da associação de poupança e empréstimo provêm: a) dos depósitos com correção monetária de seus associados, em contas de caderneta de poupança; b) de créditos especiais obtidos junto ao Banco Nacional da Habitação; c) de repasses de financiamentos do BNH; e d) de reservas acumuladas.

A aplicação dos recursos de uma APE em operações ativas refere-se à concessão de financiamentos imobiliários, diretamente aos associados, para construção ou aquisição de casa própria e a empresas construtoras ou incorporadoras, para realização de empreendimentos destinados à construção ou venda de unidades habitacionais para os associados. Além do ativo fixo, que não pode exceder a 25% da totalidade dos depósitos dos associados e de uma liquidez mínima para atender às necessidades de caixa, parte dos recursos são aplicados em operações de subencaixe. Este, embora não represente disponibilidade imediata, pode ser convertido em prazo relativamente curto e ainda proporciona algum rendimento para a entidade.

Quanto às caixas econômicas, sua existência já vem de longa data e a experiência na concessão de créditos imobiliários e captação de poupanças populares foi de grande importância para o sistema brasileiro de poupança e empréstimo. Suas carteiras hipotecárias já dominavam a técnica das operações imobiliárias e, a despeito das mudanças ocorridas, a base conceitual proveio do sistema anterior. Das tradicionais cadernetas das caixas econômicas, aproveitando o já difundido papel que elas representavam, adveio o nome de caderneta de poupança para os depósitos com correção monetária.

No biênio 1972-73 a totalidade dos recursos do SBPE manteve crescimento, em termos reais, tendente à estabilidade com altas taxas. Enquanto em 1971 a taxa de crescimento real observada foi de 38%, nos anos de 72 e 73 observaram-se as taxas em torno de 58% e 42%, o que corresponde a crescimento médio mensal de 3,4% nos dois últimos anos.

Captação — alguns resultados

Comparando-se o biênio 72-73 com os anos de 1970 e 1971, verifica-se a plena recuperação do SBPE na obtenção de recursos para financiamentos imobiliários, pois, a julgar pelos índices de crescimento do fluxo de recursos, comprova-se acentuada queda nos anos de 70 e 71, com posterior retomada das taxas de crescimento observadas em 1969. É inegável que os títulos da bolsa exerceram alguma influência sobre o sistema nos períodos de grande especulação; principalmente por meio das letras imobiliárias, cujo comportamento nas vendas líquidas é mais instável e sensível às variações do mercado de capitais.

Na análise da **performance** de crescimento do fluxo de recursos por cada fonte individualmente, verifica-se que os recursos próprios das entidades, embora seja o que detém menor parcela na formação do total, vêm apresentando taxas reais crescentes, revelando o esforço dos empresários e administradores no sentido de incrementar o patrimônio líquido por meio de aumentos de capital e constituição de reservas.

Tabela IV — Saldos dos recursos do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (Cr$ 10^6 a preços do 4.º trim./73)

Anos (10)	Cadernetas	Letras	BNH	Outros	Próprios	Total
1966	63,9	22,7	0,3	74,2	378,7	539,8
1967	239,3	425,6	19,1	618,7	444,9	1 747,6
1968	822,1	1 144,8	94,4	1 813,6	524,5	4 399,4
1969	1 855,3	1 980,0	144,1	2 510,5	411,5	6 901,4
1970	3 659,3	3 015,1	365,1	2 473,7	405,6	9 918,8
1971	5 381,4	4 011,9	548,7	3 205,2	465,2	13 661,4
1972	8 716,5	5 338,0	1 034,7	5 865,1	611,8	21 566,1
1973*	14 007,8	6 409,7	1 470,9	7 793,6	826,5	30 568,6

* Estimativa.

Os recursos do BNH (incluindo repasses e assistência financeira), com crescimento real de 29% em 1971, apresentaram no biênio 72-73 taxas reais de 83% e 42%, respectivamente a cada ano. As variações das taxas de crescimento são decorrentes, principalmente, de dois fatores: redução da taxa de juros de 8 para 6% sobre a assistência financeira concedida às entidades e ampliação da margem de refinanciamentos. O declínio observado no último ano deveu-se, naturalmente, ao esgotamento da capacidade de endividamento das entidades perante o BNH, pelo alcance dos novos limites e margens.

Dos recursos do público foi a caderneta de poupança a que apresentou melhor **performance** de crescimento nos últimos três anos. Enquanto às letras imobiliárias vêm mantendo taxas de crescimento real decrescentes (33% em 71 e 72; 20% em 73), as cadernetas apresentaram taxas reais elevadas nos incrementos de saldo (47%, 62% e 61%). No que diz respeito ao número de conta em cadernetas de poupança, o sistema possui atualmente 4,8 milhões de titulares.

Por se tratar de recursos provenientes das mais diversas classes de renda da população, a caderneta de poupança tem sido identificada como um depósito eminentemente popular. O reconhecimento das características populares deste tipo de poupança voluntária vem motivando os empresários do SBPE a se alinharem junto ao Centro de Promoção da Poupança nos programas de **marketing**, promovendo suas marcas individuais e disseminando o hábito de poupança em todas as camadas da população urbana.

Outro fato que tem motivado os empresários do sistema brasileiro de poupança e empréstimo a se tornarem mais agressivos na captação de recursos, via cadernetas de poupança, é o estudo mais detalthado dos custos financeiros de cada uma das fontes de recursos, permitindo-lhes a orientação quanto aos resultados econômicos e financeiros decorrentes da composição dos recursos de terceiros no passivo da empresa.

Do ponto de vista financeiro, a política habitacional tem procurado incentivar a captação de recursos populares (poupança voluntária) que, somados aos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (poupança compulsória) e à poupança induzida (poupança prévia, representada pela diferença entre o valor do financiamento e o valor do imóvel, que é exigida do mutuário na contratação do financiamento) garantirão ao sistema a autonomia econômico-financeira, sem comprometer os recursos destinados aos demais setores da economia.

OS PLANOS DE FINANCIAMENTO

Em virtude de seu conteúdo social, a política habitacional não poderia ater-se tão-somente aos aspectos econômicos e financeiros da questão. Cuida, também, de atender às várias faixas da população, diferenciadas por níveis de renda, estabelecendo diferentes condições de prazo, de taxas de juros, de poupança prévia e de limites de financiamentos.

Na concessão de financiamentos imobiliários pelo sistema brasileiro de poupança e empréstimo, os contratos devem obedecer ao estabelecido nas regulamentações do Banco Nacional da Habitação. O princípio de diferenciação faz com que a cada faixa de financiamento — intrinsecamente associada aos níveis de renda familiar dos adquirentes de imóveis — corresponda uma taxa efetiva de juros máxima a ser aplicada na operação de crédito. Sistemas de amortizações diferentes (sistema francês de amortização e sistema de amortizações constantes) são instrumentos auxiliares na busca de compatibilização entre renda familiar e comprometimento com prestações. No tocante à poupança prévia (entrada), quanto mais elevada a faixa de financiamento — e, portanto, o nível de renda — menor a relação entre valor do financiamento e valor do imóvel.

O princípio de estabelecer equilíbrio na concessão de financiamentos pelas várias faixas, permitindo atividade rentável para a empresa privada, é alcançado pelas limitações de percentuais mínimos e máximos que devem ser observados pelos agentes financeiros do sistema brasileiro de poupança e empréstimo.

Nas operações de crédito do SBPE, além dos financiamentos concedidos para aquisição de casa própria em construção ou já construída, o sistema conta com planos de abertura de crédito para construção em terreno próprio (programa lote próprio), para consertos e melhorias (programa reforma) e para aquisição de material de construção (programa RECON).

A concessão de empréstimos pelos agentes financeiros do sistema brasileiro de poupança e empréstimo é precedida de exame cadastral do adquirente. Neste exame levantam-se as condições socioeconômicas do interessado e procede-se a um trabalho de orientação quanto aos planos de financiamentos, condições necessárias, taxas de abertura de crédito, seguros e juros, comprometimento da renda familiar, incentivos fiscais e utilização dos depósitos do FGTS para aquisição de casa própria.

A renda familiar, entendida como tal a soma dos rendimentos mensais do grupo familiar cuja atividade econômica objetiva a satisfação das necessidades da família, tem seu comprometimento limitado, em termos das prestações mensais a serem pagas, pela regulamentação constante da Resolução de Diretoria n.º 54/71, do BNH, conforme discriminado na tabela V.

Tabela V — Renda familar — comprometimento

Unidade familiar	Renda mensal em salários mínimos	Limites de comprometimento
1 pessoa	menor que 20	30 %
	maior que 20	35 %
Marido e mulher	menor que 10	25 %
	entre 10 e 20	30 %
	maior que 20	35 %
Mais de 1 pessoa	demais casos	20 %

Os planos de financiamento são caracterizados por duas componentes básicas: o sistema de amortização e o plano de reajustamento das prestações e do saldo devedor. No início de suas atividades, o SBPE operou apenas com um sistema de amortização (sistema francês ou tabela Price) e três planos de reajustamento (planos A, B, C). Atualmente as operações de financiamento imobiliário são regidas por dois sistemas de amortização, o anterior (tabela Price) e o Sistema de Amortizações Constantes (SAC), os quais podem ser combinados com dois planos de reajustamento (Plano de Correção Monetária — PCM; e Plano de Equivalência Salarial — PES), surgindo, então, quatro planos de financiamento, cuja adoção depende do valor do financiamento a ser contratado e da conveniência do interessado à face dos reajustes salariais a que estiver sujeito.

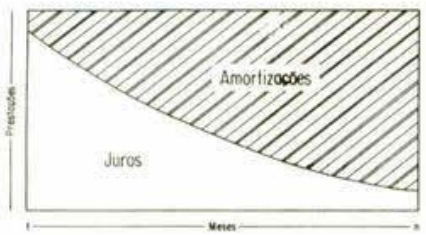
I - Tabela Price e sistema de amortizações constantes

Tabela Price

Prestações constantes

Juros decrescentes

Amortizações crescentes

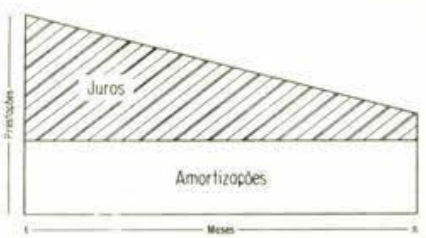


Sistema de amortizações constantes - S.A.C.

Prestações decrescentes

Juros decrescentes

Amortizações constantes



As características principais dos sistemas de amortização, em termos reais, são as constantes do gráfico I.

Quanto aos planos de reajustamento das prestações do saldo devedor, o PCM prevê reajustamento trimestral na mesma proporção da variação da UPC (o valor da UPC oscila de acordo com a variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), e o PES prevê reajustamento trimestral do saldo devedor idêntico ao do outro plano e um reajustamento anual para as prestações, em mês a ser escolhido pelo interessado, na mesma proporção da variação do salário mínimo. Quando adotado o plano PES, em nenhum caso o intervalo entre o mês do contrato e o escolhido para o primeiro reajustamento da prestação, fora este mês, pode ser superior a 11 meses ou inferior a dois. A primeira prestação no PES é determinada por um coeficiente de equiparação salarial e é expressa em unidades de salário mínimo. Para o mutuário que deseje reajustamento três meses após a assinatura do contrato o coeficiente é menor que a unidade, diminuindo assim o valor da prestação calculada pela tabela de amortização. No caso em que o mutuário escolha uma data para seu primeiro reajustamento da prestação 11 meses após a assinatura do contrato, o coeficiente será maior que a unidade, pois durante os 11 primeiros meses não haverá aumento da prestação.

Em ambos os planos (PCM e PES) a dívida é liquidada ao fim do prazo contratado, posto que pelo plano de correção monetária o saldo devedor e a prestação são corrigidos à mesma época pelo coeficiente de correção da UPC. No plano de equivalência salarial, como o saldo devedor é corrigido trimestralmente pelo coeficiente de correção da UPC e a prestação anual pelo coeficiente de variação do maior salário mínimo, pode ocorrer um resíduo do saldo credor ou devedor na planilha do mutuário ao fim do prazo acertado. Em qualquer caso, o resíduo será debitado ou creditado à conta do fundo de compensação de variações salariais, cuja utilização não onera em nada as prestações do mutuário. Desta forma pôs-se fim à ilusão de perpetuidade nas dívidas do sistema financeiro da habitação.

Os limites de financiamento para aquisição de casa própria são estipulados pelas tabelas VI e VII, conforme Resolução do Conselho de Administração do BNH n.º 24, de 5-10-71, sendo importante observar que o valor máximo de financiamento permitido pelo sistema é de 2 250 UPC, não havendo, porém, nenhum impedimento em se adquirir um imóvel de valor superior a 2 970 UPC, desde que a diferença seja realizada em forma de poupança induzida.

Tabela VI — Limites de financiamento em UPC — RCA/BNH n.º 24, de 5-10-71

Faixa	Valor do financiamento			Valor mínimo do imóvel		
I		até	450,00	0	a	499,50
II	450,00	"	900,00	499,50	"	999,00
III	900,00	"	1 350,00	999,00	"	1 539,00
IV	1 350,00	"	1 800,00	1 539,00	"	2 254,50
V	1 800,00	"	2 250,00	2 254,50	"	2 970,00

No ato de concessão do crédito, os agentes financeiros cobram uma comissão de abertura de crédito a qual, juntamente com a taxa de juros contratual, não pode compor uma taxa de juros efetiva acima das previstas para cada faixa de financiamento. Adicionalmente, incorpora-se à prestação o prêmio mensal de seguros, que visa assegu-

Tabela VII — Limites de financiamento em cruzeiros (UPC = Cr$ 80,62 no 1.º trim./74)

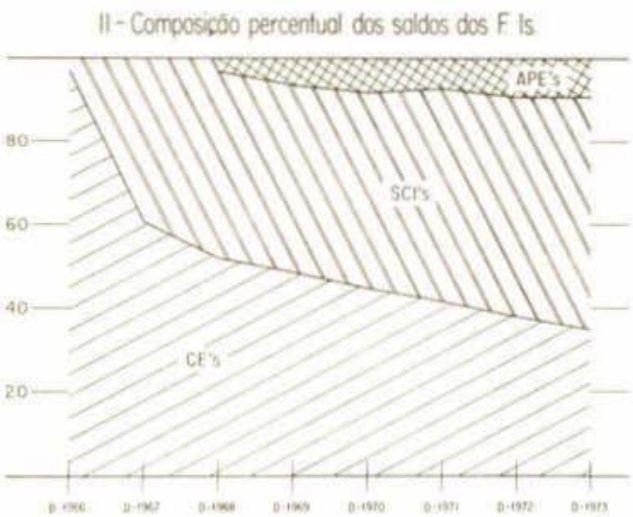
Faixa	Valor do financiamento			Valor mínimo do imóvel		
I		até	36 279,00		a	40 269,70
II	36 279,00	"	72 558,00	40 269,70	"	80 539,40
III	72 558,00	"	108 837,00	80 539,40	"	124 074,20
IV	108 837,00	"	145 116,00	124 074,20	"	181 717,50
V	145 116,00	"	181 395,00	181 717,50	"	239 441,40

rar ao mutuário, e à sua família, o pagamento do empréstimo (em caso de morte ou invalidez permanente) e ao agente financeiro o retorno do capital (em casos de inadimplemência).

Além da utilização da conta do FGTS, que pode ser usada para abater o valor do financiamento no ato de aquisição do imóvel — em casos de conta vinculada com mais de 60 meses — existem incentivos fiscais que beneficiam os adquirentes de imóveis pelo sistema financeiro da habitação. A legislação atual prevê abatimento na renda bruta de 20% das prestações e do total de juros do empréstimo pagos durante o ano-base.

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

Em dezembro de 1971, o saldo acumulado de financiamentos concedidos pelo SBPE (a preços do 4.º trim./73) era Cr$ 10,4 bilhões; em 1972 e 1973, no mesmo mês, o saldo acumulado atingiu as cifras de Cr$ 16,9 bilhões e Cr$ 24,0 bilhões, respectivamnte, correspondendo a acréscimos reais de 62% sobre 1971 e 42% sobre 1972. Há de se notar, no entanto, que a maior taxa observada em 1972 relaciona-se, em grande parte, aos investimentos reprimidos no ano anterior, em conseqüência dos desvios de recursos para aplicações em papéis da bolsa de valores. O ano de 1972 revelou franca recuperação do mercado imobiliário para o SBPE e no ano que se seguiu continuou a ser mantida a boa **performance.**



Contrastando com as 100 mil unidades financiadas de 1930 a 1964 pelo sistema anterior, o total de unidades habitacionais financiadas pelo sistema financeiro da habitação, em dezembro de 1973, somava pouco menos de um milhão de moradias, sendo que deste total o SBPE financiou 378 mil. A essas metas devem-se adicionar os efeitos que tais operações produziram em toda a economia por via do setor de construção civil, propiciando absorção de mão-de-obra (principalmente a não qualificada e semiqualificada) e aumentando a capacidade de geração de renda.

A complexidade dos problemas de desenvolvimento levou o sistema a desmembramentos que possibilitassem o atendimento das necessidades da comunidade urbana. Desta forma, ultrapassado o conceito de necessidade urbana como necessidade de habitação, os agentes financeiros do sistema brasileiro de poupança e empréstimo, no limite de 10% dos financiamentos habitacionais concedidos com recursos próprios, podem, atualmente, abrir linhas de crédito para obras comunitárias: supermercados, edifícios-garagem, clínicas, escolas etc.

CONCLUSÃO

O atual estágio em que se encontra o sistema brasileiro de poupança e empréstimo, administrando ativo que já alcança o expressivo valor de 9% do produto interno bruto e tendo necessidade de aumentar a capacidade de captação de poupanças voluntárias para atender a demanda crescente de recursos para investimento no setor de construção civil, indicou a conveniência de expansão do sistema — o que tem ocorrido por meio de abertura de novas dependências. O BNH, no entanto, tem controlado este processo de expansão por meio da regulamentação do assunto, constante da Resolução de Diretoria n.º 62/73, a qual, dando uma diretriz geral de interiorização, atenta para os problemas de custo e competitividade, impedindo que a expansão produza custos operacionais médios crescentes e evitando a concorrência predatória.

É claro que a atual estrutura de operações do sistema brasileiro de poupança e empréstimo não corresponde em toda a linha àquela montada para permitir o deslanche na fase inicial. A inexistência de algo similar no passado, a necessidade de adaptação do **know how** externo à realidade brasileira, os novos instrumentos que foram colocados em prática e o crescimento vertiginoso são condições suficientes para impedir o desenvolvimento sem entraves. A copiosa legislação reflete o grau de dinamismo que o sistema atravessa. Os erros que surgem — muitos surgiram e outros estão surgindo — tão logo detectadas suas causas e equacionadas as soluções, são objetos de ação corretiva, que imprimem ao sistema características de processo.

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S. A.

GASTÃO VIDIGAL (Fundador)
Fundado em 1838
Cadastro Geral de Contribuintes
Inscrição N.º 61.065.421

CAPITAL	Cr$ 153.000.000,00
AUMENTO DE CAPITAL	Cr$ 81.200.000,00
RESERVAS	Cr$ 149.125.159,86
TOTAL	Cr$ 383.325.159,86

CONSELHO CONSULTIVO

Lucas Nogueira Garcez - Presidente

Adolpho Lindenberg
Alvaro Augusto de Bueno Vidigal
Antonio Azevedo Pereira Lima
Caio de Alcantara Machado
Dario Frave Mesquita
Edmundo de Macedo Soares e Silva
Eduardo Caio da Silva Prado
Francisco de Paula do Couto Carvalho
Gastão de Mesquita Filho
José Ermírio de Moraes Filho
Mauro Lindenberg Monteiro
Severo Fagundes Gomes
Vasco T. Leitão da Cunha

RESUMO DO BALANCETE EM 31 DE JANEIRO DE 1974
COMPREENDENDO MATRIZ EM SÃO PAULO E AGÊNCIAS

ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL		64.264.153,16	NÃO EXIGÍVEL		
REALIZÁVEL			Capital e Reservas		383.325.159,86
Empréstimos	1.608.110.044,05		EXIGÍVEL		
Departamentos no País e Outros Créditos	1.681.042.466,03		Depósitos	2.107.218.052,19	
Valores e Bens	411.414.185,78	3.700.566.695,86	Departamentos no País e Outras Exigibilidades	1.152.980.736,41	
IMOBILIZADO		171.936.616,67	Obrigações Especiais	265.944.346,04	3.526.143.134,64
RESULTADO PENDENTE		24.853.600,32	RESULTADO PENDENTE		52.152.771,51
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		5.514.921.748,56	CONTAS DE COMPENSAÇÃO		5.514.921.748,56
TOTAL		9.476.542.814,57	TOTAL		9.476.542.814,57

São Paulo, 7 de fevereiro de 1974

(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal - Diretor Presidente
(a) Luiz de Paula Figueira - Diretor Vice-Presidente

Diretores Gerentes

(a) Oswaldo Moleta
(a) Gastão Vidigal Baptista Pereira
(a) Anorvaldo Ady
(a) José Lourenço dos Santos
(a) Jairo Eduardo Loureiro
(a) Geraldo Machado

Diretores Executivos

(a) Fábio Luiz Alves Lima
(a) Pedro Carvalho de Andrade

(a) Milton Cansini
(Contador CRC-SP 76.249)

BANCO FINASA

DE INVESTIMENTO S. A.

Cadastro Geral de Contribuintes
Inscrição N.º 60.664.844

CAPITAL	Cr$ 135.000.000,00
RESERVAS	Cr$ 49.806.842,14
TOTAL	Cr$ 184.806.842,14

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gastão Eduardo de Bueno Vidigal - Presidente
Wilton Pires de Almeida Filho - Vice Presidente

Antonio Carlos de Bueno Vidigal
Carlos de Moraes Barros
Casimiro Antonio Ribeiro
David Beaty III
Eduardo Andrade Gonçalves
Eduardo Caio da Silva Prado
Ernst Günther Lipkau
Gastão Vidigal Baptista Pereira
George Patten Shaw
João Gustavo Haensel
J. M. Pinheiro Neto
Lucas Nogueira Garcez
Luiz de Paula Figueira Júnior
Miguel Reale
Raul Carlos Pereira Barretto
Robert Henry Barbour Jr.
Rubens Opice
Vicente Chiaverini

RESUMO DO BALANCETE EM 31 DE JANEIRO DE 1974
COMPREENDENDO MATRIZ EM SÃO PAULO E AGÊNCIAS

ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL		63.427.768,62	NÃO EXIGÍVEL		
REALIZÁVEL			Capital, Reservas e Fundos		184.806.842,14
Devedores por Financiamentos	749.029.066,65		EXIGÍVEL		
Títulos e Valores Mobiliários	70.650.519,05		Depósitos a Prazo Fixo c/ Correção Monetária	516.618.220,95	
Outros Créditos	105.922.779,47	925.602.365,17	Títulos Cambiais	7.667.191,00	
IMOBILIZADO		4.190.683,45	Refinanciamentos	247.305.305,15	
RESULTADO PENDENTE		62.650.308,42	Outras Exigibilidades	6.149.263,65	777.739.980,75
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			RESULTADO PENDENTE		83.324.303,77
Fundo de Investimento FINASA 157	112.301.890,29		CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Fundo de Investimento FINASA	80.707.892,46		Depositantes do Fundo de Investimentos FINASA 157	112.301.890,29	
Aquisição de Títulos Federais	829.080.985,27		Depositantes do Fundo de Investimento FINASA	80.707.892,46	
Garantias Prestadas - Lei 4131 e PIS	37.775.453,37		Títulos Federais Adquiridos por Conta Própria	829.080.985,27	
Diversas Contas de Compensação Ativa	2.766.051.321,14	3.825.917.542,53	Resp. por Garantias Prestadas Lei 4131 e PIS	37.775.453,37	
			Diversas Contas de Compensação Passiva	2.766.051.321,14	3.825.917.542,53
TOTAL		4.871.788.669,19	TOTAL		4.871.788.669,19

São Paulo, 7 de fevereiro de 1974

(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal - Presidente do Conselho de Administração

(a) Antonio Carlos de Bueno Vidigal - Diretor Presidente
(a) João Gustavo Haensel - Diretor Vice-Presidente
(a) Rubens Opice - Diretor Vice-Presidente
(a) Casimiro Antonio Ribeiro - Diretor Vice-Presidente
(a) George Patten Shaw - Diretor Vice-Presidente
(a) Vicente Chiaverini - Diretor Gerente
(a) Luiz de Paula Figueira Júnior - Diretor
(a) Raul Carlos Pereira Barretto - Diretor

(a) Roberto Kasmanas
CRC. SP 35582
Técnico em Contabilidade

MERCANTIL FINASA

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S. A.

Cadastro Geral de Contribuintes
Inscrição N.º 61.594.784

CAPITAL	Cr$ 80.000.000,00
RESERVAS	Cr$ 29.186.120,12
TOTAL	Cr$ 109.186.120,12

CONSELHO CONSULTIVO

Virgílio Alves de Carvalho Pinto - Presidente
Gastão de Mesquita Neto
Dario Ferreira Guarita Filho

RESUMO DO BALANCETE EM 31 DE JANEIRO DE 1974

ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL		7.413.232,37	NÃO EXIGÍVEL		
REALIZÁVEL			Capital		80.000.000,00
Financiamentos	1.379.417.104,68		Reservas e Fundos		29.186.120,12
Outros Créditos	5.130.851,00	1.384.547.955,68			109.186.120,12
IMOBILIZADO		13.505.861,51	EXIGÍVEL		
RESULTADO PENDENTE		2.414.220,61	Títulos Cambiais	1.259.844.514,80	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		3.171.569.886,35	Outras Exigibilidades	11.497.517,15	1.271.342.031,95
TOTAL		4.579.451.156,52	RESULTADO PENDENTE		27.353.118,10
			CONTAS DE COMPENSAÇÃO		3.171.569.886,35
					4.579.451.156,52

São Paulo, 7 de fevereiro de 1974

(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal - Diretor Presidente

(a) Luiz de Paula Figueira - Diretor Vice-Presidente
(a) Gastão Vidigal Baptista Pereira - Diretor Vice-Presidente
(a) José Mário Cardoso de Almeida - Diretor Vice-Presidente
(a) Cassio Vidigal Neto - Diretor
(a) Flávio de Lara Bueno - Diretor

(a) Dorival Silva
CRC. SP. 348 - Contador

O Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP)

A ATUAÇÃO DO BNH NO CAMPO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Desde sua fundação até fins de 1973, o Banco Nacional da Habitação, às expensas das companhias estaduais e municipais de habitação popular, financiou a construção de cerca de 250 mil habitações de valor unitário máximo em torno de 320 UPC (unidades-padrão de capital, equivalentes a Cr$ 25,8 mil).[1] Esta cifra inscreve-se em um contexto mais amplo, no qual entram os diversos programas habitacionais do Banco — responsáveis pela concessão de quase um milhão de financiamentos — o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e a assistência financeira à indústria e aos consumidores de materiais de construção.

Sob a perspectiva estritamente econômica, a ação do BNH poder-se-ia medir, inicialmente, pela contribuição que ofereceu à viabilidade político-social da estratégia antiinflacionária — ao gerar expressivo número de empregos para a mão-de-obra não qualificada, num momento de redução do ritmo de atividades e do nível de investimentos do setor privado — e, posteriormente, à acelerada expansão da indústria de construção civil, cujo poder de dispersão responde por significativa parcela do produto nacional.

No campo social, além do impacto dos investimentos habitacionais no mercado de trabalho, absorvendo quantidades crescentes de trabalhadores e influenciando de maneira positiva os salários reais, os níveis atingidos pelo BNH no financiamento de habitações de interesse social ultrapassam o dobro do produzido pelo setor público durante o período anterior à fundação do Banco.

Em análise de sentido político, pode-se creditar ao Banco a democratização do acesso à casa própria, aberto, de maneira permanente, a todas as famílias urbanas com renda regular superior a um salário mínimo, sem necessidade de expedientes paternalistas beneficiadores de minorias nem de esperas intermináveis.

É evidente que tais resultados no campo dos investimentos não teriam sido viáveis sem correspondente esforço no campo da captação de recursos para financiá-los. Antes da exacerbação do processo inflacionário, o Brasil tinha nos "depósitos a prazo fixo" das caixas econômicas e dos bancos comerciais um mecanismo de mobilização das poupanças privadas para aplicações de médio e longo prazos. Os montantes atingidos por tais depósitos eram, de certo modo, compatíveis com as características de País predominantemente agrário e de reduzida mobilidade demográfica e social. Com o agravamento da inflação, entretanto, os juros dos depósitos a prazo passaram a ser negativos, em termos reais, desestimulando, assim, a canalização de poupanças para o sistema bancário. O congelamento do preço dos aluguéis, instituído pela lei do inquilinato (Lei n.º 1 300), também contribuía para desestimular a orientação da poupança no sentido dos investimentos imobiliários, ao reduzir aceleradamente o valor real dos aluguéis e a rentabilidade do investimento.

Parte dos recursos anteriormente depositados, a prazo, nas caixas econômicas e bancos comerciais, foram canalizados para o sistema financeiro, no início da década passada, por meio das sociedades de crédito, financiamento e investimentos (financeiras). O mercado imobiliário, entretanto, permanecia sem adequadas fontes de captação e isto explica, por exemplo, o caráter lento e

descontínuo das aplicações habitacionais das caixas econômicas, principalmente a partir da segunda metade dos anos 50 até meados da década de 60. Esgotado no campo da captação, o mercado financeiro imobiliário viu-se também terrivelmente prejudicado pela inflação que lhe corroía o valor real dos ativos, pois o retorno dos créditos pelo seu valor histórico, numa conjuntura de elevada depreciação monetária, comprometia de maneira incontornável a capacidade de reinvestimento das empresas financiadoras de habitações.

É a partir desta rápida descrição que se pode entender o sentido e o impacto reais da aplicação da correção monetária aos depósitos a prazo e aos títulos de renda fixa, por um lado, e ao crédito bancário, por outro. A recuperação da possibilidade de obter remuneração real positiva para o capital constituiu poderoso fator para que, em pouco mais de oito anos, fosse possível mobilizar, por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), recursos que ultrapassavam Cr$ 18 bilhões em setembro último, e que somente em cadernetas de poupança se distribuíam por mais de 4,3 milhões de depositantes.

As taxas de juros pagas aos recursos captados pela chamada "poupança voluntária" — que devem ser suficientemente atraentes para o investidor — não são, entretanto, compatíveis com as que se devem aplicar nos financiamentos de habitações a famílias de baixa renda, incapazes de destinar à amortização e serviços do empréstimo habitacional parcela muito superior a 20% de sua renda regular. A alternativa para utilizar aquela fonte de recursos nos empréstimos para habitações de interesse social seria a concessão de elevados subsídios aos encargos financeiros dos empréstimos. Se os recursos para financiar tais subsídios tivessem de provir de fontes externas ao sistema financeiro de habitação, estar-se-ia comprometendo seu caráter auto-sustentável, base de sua continuidade, quando se consideram as necessidades acumuladas no setor, o ritmo acelerado da urbanização brasileira e a amplitude e diversidade de gastos a que deve fazer face o Governo, com sua receita ordinária.

A instituição, em 1967, de um sistema de poupança compulsória dos empregados, à custa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), trouxe solução ao problema, permitindo captar recursos a custos compatíveis com o financiamento de habitações populares, sem onerar excessivamente o orçamento do contribuinte e em volume consentâneo com o ritmo de crescimento econômico do País.[2] Em setembro de 1973, o saldo da arrecadação do FGTS era de Cr$ 19,4 bilhões. Além dos projetos habitacionais para populações de baixa renda, tais recursos podem ser aplicados em outros projetos e programas de interesse social administrados pelo BNH, nos campos do saneamento básico e do desenvolvimento urbano.

A tabela I indica os financiamentos habitacionais aprovados pelo BNH, na área de interesse social, até setembro de 1973.

Tabela I — BNH — Empréstimos concedidos para habitações populares — situação em 30-9-73

Programa habitacional	N.º de unidades	Investimento total	Empréstimos BNH	Valor unitário médio		% dos empréstimos do BNH no investimento total
		(Cr$ milhões)	(Cr$ milhões)	Do investimento*	Do empréstimo do BNH*	
Mercado popular**	191 362	2 512	2 015	13 129	10 529	80
Mercado econômico***	212 031	6 386	4 881	30 120	23 022	76
Total	403 393	8 898	6 896	22 058	17 095	78

* Em milhares de cruzeiros.
** Empréstimos até 200 UPC.
*** Empréstimos de 201 a 400 UPC.

Em que pese aos expressivos resultados obtidos, o explosivo crescimento demográfico das cidades brasileiras, concentrado, fundamentalmente, nos grupos de baixa renda, continuou ampliando o deficit habitacional nessa faixa do mercado, permanecendo, assim, o problema carente de solução definitiva.

Por outro lado, a experiência do Banco também demonstrou que qualquer programa habitacional destinado aos grupos de menor poder aquisitivo tem-se que inscrever, para ser viável, num contexto mais amplo, em que a habitação é requisito essencial e de primeira importância, mas, ainda assim, insuficiente em si mesma, para garantir efetiva promoção social das populações beneficiárias. Tais populações normalmente apresentam índices muito deficientes de educação, saúde, habilitação profissional etc. Permanecendo nestas condições, terão dificuldades para cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros derivados da aquisição da casa própria e não tirarão desta o proveito necessário, podendo, inclusive, não conservar o imóvel de maneira satisfatória. Assim, a oferta aos usuários dos conjuntos habitacionais dos serviços urbanos básicos (água potável, saneamento, energia elétrica, educação, saúde, segurança etc.) e a execução simultânea de programas de desenvolvimento comunitário aparecem como partes necessárias do planejamento habitacional para os grupos de menores rendas.

Este diagnóstico está na base da formulação do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP), oficializado em janeiro de 1973, e institucionalizado pela Resolução n.º 1/73 do Conselho de Administração do BNH.

Tabela II — PLANHAP: metas e níveis previstos para o decênio — em UPC 1 000

Unidades da Federação	Municípios passíveis de serem beneficiados						N.º de unidades no decênio	VUI médio (UPC)	Investimentos necessários no decênio	VUE médio (UPC)	VE/VI %	(2) Participação direta do BNH	Participação do FUNDHAP					Estado
	(1) Municípios com população superior a 50 000 hab. e/ou incluídos em áreas metropolitanas*		Cidades sedes c mais de 20 000 hab. crescimento superior a 5,1% ao ano		Totais								Integralização direta direta do Estado	Financiamentos suplementares	Retornos	Diferencial de juros	Total	Comprometimento anual máximo da RTE
	N.º	População urbana	N.º	População urbana	N.º	População urbana	(A)	(B)	C = F + K	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	K = G + H + I + J	(%)
Acre	1	34 531	—	—	1	34 531	2 219	140	310,66	122,00	87,14	270,73	10,54	12,72	8,40	8,27	39,93	1,41
Amazonas	2	286 000	—	—	1	286 000	15 179	175	2 656,30	143,50	82,00	2 178,16	180,48	123,53	105,01	69,17	478,14	1,44
Pará	3	676 000	1	24 815	4	700 815	27 577	190	5 239,63	151,00	79,47	4 163,91	253,01	461,71	231,27	129,73	1 075,72	1,97
Maranhão	1	210 000	2	63 960	3	273 960	9 839	140	1 377,46	122,00	87,14	1 199,78	90,73	12,87	37,44	36,64	177,68	0,46
Piauí	2	248 000	1	26 791	3	274 791	14 935	140	2 090,90	122,00	87,14	1 821,99	64,55	92,18	56,60	55,58	268,91	1,57
Ceará	7	1 034 000	2	52 873	9	1 086 873	57 340	140	8 027,62	122,00	87,14	6 992,06	309,44	294,56	218,13	213,43	1 035,56	1,26
Rio Grande do Norte	2	344 000	—	—	2	344 000	21 089	140	2 961,00	122,00	87,14	2 578,00	99,00	125,00	79,00	80,00	383,00	1,46
Paraíba	2	390 000	2	59 231	4	449 231	19 672	140	2 754,27	122,00	87,14	2 398,97	147,21	60,04	74,83	73,22	355,30	0,80
Pernambuco	11	1 837 000	4	124 979	15	1 960 979	99 161	158	15 667,61	134,60	85,19	13 345,67	756,84	655,29	496,49	413,32	2 321,94	1,20
Alagoas	1	257 000	2	69 857	3	326 857	14 535	140	2 034,90	122,00	87,14	1 773,19	122,19	30,42	55,09	54,11	261,71	0,69
Sergipe	1	182 000	—	—	1	182 000	11 030	140	1 544,20	122,00	87,13	1 345,61	70,77	44,96	41,80	41,06	198,59	1,06
Bahia	14	1 606 000	3	105 345	17	1 711 345	90 091	158	14 360,77	134,60	85,19	12 235,36	773,30	518,83	454,42	378,86	2 125,41	1,11
Minas Gerais	23	2 451 000	2	74 857	25	2 525 857	171 397	206	35 307,77	157,80	76,60	27 045,72	2 849,53	2 712,74	1 832,26	867,52	8 262,05	1,36
Espírito Santo	5	445 000	1	25 188	6	470 188	31 750	173	5 492,67	143,07	82,70	4 542,44	241,09	361,57	206,35	141,22	950,23	1,71
Rio de Janeiro	17	3 118 000	1	25 517	18	3 143 517	208 203	206	42 889,82	157,80	76,60	32 853,67	1 595,23	5 161,42	2 225,70	1 053,80	10 036,15	2,00
Guanabara	1	4 316 000	—	—	1	4 316 000	179 450	206	36 966,68	157,80	76,60	28 316,51	3 828,51	1 995,06	1 918,32	908,28	8 650,17	1,00
São Paulo	60	10 786 000	10	285 754	70	11 071 754	670 855	206	138 196,03	157,80	76,60	105 996,35	14 879,44	6 782,28	7 138,90	3 399,06	32 199,68	0,92
Paraná	18	1 108 000	6	185 517	24	1 293 517	81 034	191	15 477,59	151,46	79,30	12 273,73	1 496,46	612,04	704,75	390,61	3 203,86	0,85
Santa Catarina	7	581 000	1	32 427	8	613 427	40 753	191	7 783,82	151,46	79,30	6 174,14	739,25	319,86	354,07	196,50	1 609,68	0,88
Rio Grande do Sul	22	2 186 000	1	23 661	23	2 209 661	133 914	191	25 646,45	151,46	79,30	20 411,39	2 440,90	998,52	1 148,13	647,51	5 235,06	0,88
Mato Grosso	3	277 000	3	89 258	6	366 258	18 417	158	2 909,88	134,60	85,19	2 479,40	185,83	75,85	92,03	76,77	430,48	0,84
Goiás	2	465 000	3	78 960	5	543 960	45 388	158	7 171,35	134,60	85,19	6 109,27	443,50	202,31	227,10	189,17	1 062,08	0,88
Distrito Federal	1	524 000	—	—	1	524 000	27 448	206	5 654,09	157,80	76,60	4 336,59	498,42	387,79	292,11	139,08	1 317,40	1,30
Total no Brasil	205	33 361 531	45	1 347 990	250	34 709 521	1 992 076	192	382 521,47	151,00	78,65	300 842,74	32 076,12	22 041,55	17 998,20	9 562,86	81 678,73	—

* Áreas metropolitanas de acordo com a Lei Complementar n.º 14, de 3-6-73.
(1) População — Censo Demográfico de 1970.
(2) Em razão de arredondamentos feitos ano a ano, os valores da coluna apresentam pequenas diferenças.

O PLANO NACIONAL DA HABITAÇÃO POPULAR

Objetivos estratégicos

O PLANHAP tem como objetivo estratégico eliminar, em um decênio, o deficit acumulado e assegurar o atendimento da demanda adicional de habitações para as famílias urbanas com renda regular entre um e três salários mínimos regionais. A exigência de uma renda regular mínima, além de elemento essencial para a viabilidade financeira do Plano — ao facilitar o retorno dos recursos aplicados e seu reinvestimento em novos projetos habitacionais — explica-se como indicador de estabilidade locacional da família destinatária da habitação.[3]

Mercado

Cálculos efetuados com base no último senso indicam que, aproximadamente, 45% da população urbana brasileira se situam na faixa de renda familiar entre um e três salários mínimos.

Com vistas a promover o atendimento das necessidades habitacionais nos centros onde se apresentam com caráter mais intenso e a facilitar ataque maciço ao problema, permitindo, inclusive, a redução de custos resultante da produção em grande escala, o PLANHAP prevê as seguintes prioridades na distribuição geográfica dos seus investimentos:

a) cidades com mais de 50 mil habitantes;

b) cidades que ainda não tenham atingido 50 mil habitantes, mas estando situadas em áreas metropolitanas definidas em lei federal, constituam centro de região de desenvolvimento urbano polarizado ou apresentem taxa de crescimento demográfico superior à média registrada nas categorias anteriores, no último decênio;

c) cidades onde seja possível a execução de projetos de construção de habitações isoladas, em terrenos já pertencentes aos futuros usuários da unidade habitacional.

Enquadram-se nas duas primeiras categorias 250 municípios brasileiros considerando-se dados do censo de 1970. Tais municípios tinham, naquele ano, população urbana de 34,7 milhões de habitantes. Para atender ao deficit e a 50% da demanda decenal de habitações das famílias com renda entre um e três salários mínimos, será necessário construir cerca de dois milhões de unidades habitacionais. A discriminação dessas habitações, por estado, assim como os investimentos respectivos e as fontes de financiamento encontram-se na tabela II.

ELEMENTOS ESSENCIAIS À VIABILIDADE DO PLANHAP

A viabilidade de um programa destinado a assegurar o acesso das populações urbanas de baixo nível de renda à casa própria e aos serviços públicos essenciais exige:

a) a produção de habitações a custos compatíveis com a capacidade aquisitiva das famílias beneficárias e em quantidades suficientes para atender às suas necessidades de moradia;

b) a mobilização de áreas urbanas na quantidade e custos exigidos pelas habitações programadas e com localização adequada do ponto de vista do acesso dos moradores aos locais de trabalho e aos centros de serviços;

c) continuidade do programa, de maneira que permita a necessária segurança para as previsões das empresas dos ramos da construção civil e de materiais de construção e o aproveitamento das economias de escala nos processos produtivos;

d) disponibilidade permanente de recursos para financiar os investimentos programados;

e) estreita coordenação dos diversos órgãos públicos com responsabilidade no planejamento, execução, comercialização e administração dos conjuntos habitacionais;

f) política de desenvolvimento comunitário que dê às famílias beneficiárias, dentre outras coisas, a noção precisa de sua nova condição de proprietárias e das possibilidades que lhes estão abertas de melhorar e ampliar tal propriedade.

Custo das habitações e capacidade aquisitiva dos usuários

Para que o retorno dos recursos investidos possa realizar-se com relativa segurança, estima-se que o valor da prestação habitacional a ser paga por uma família com renda regular entre um e três salários mínimos não deve ser superior a 25% da renda familiar. Na tabela III, oferece-se um resumo do tipo e valor das habitações acessíveis às famílias beneficiárias do PLANHAP, em função do seu nível de renda e das condições dos empréstimos.

O valor máximo da habitação financiável pelo PLANHAP (320 UPC, equivalentes a Cr$ 25,8 mil, aos preços de jan./74) seria acessível apenas a uma parte reduzida da clientela potencial, de vez que a maior parte desta se situa na faixa de renda familiar de um a dois salários mínimos. Por isto, tendo em conta a composição da população urbana das diversas regiões brasileiras, por faixas de renda, cálculos preliminares do BNH estabeleceram valores unitários médios para as habitações a serem construídas nos diversos estados, dentro do PLANHAP. Assim, na maioria dos estados do Nordeste, estas habitações deverão situar-se em torno de 140 UPC (Cr$ 11,3 mil), ampliando-se este valor médio para 206 UPC (Cr$ 16,7 mil), nos casos dos estados mais ricos (Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul) e situando-se a média nacional em torno de 192 UPC (Cr$ 15,5 mil).

Para alcançar este perfil de preços na estrutura da oferta, o PLANHAP utiliza diversos instrumentos de caráter direto ou indutor, dentre os quais podem ser citados os seguintes:

— não serão imputados ao custo do imóvel e, portanto, não incidirão na prestação mensal a ser paga pelo adquirente, os investimentos em infra-estrutura de serviços públicos (água, esgotos, energia elétrica etc.) remunerados por meio de tarifas, ou que constituam atividade normal do poder público, financiada com recursos fiscais ordinários (escolas, rede viária, centros de assistência médica etc.);

— a participação relativa do BNH no valor unitário do investimento habitacional (VUI) decrescerá à medida que este aumente, o que induzirá os estados que desejem desembolsar menos recursos no financiamento do programa habitacional a construir casas mais baratas;

— o custo do dinheiro originário dos financiamentos aumenta com o valor unitário dos empréstimos, uma vez que a taxa de juros do BNH é proporcional a este.

Aumento da oferta de terrenos urbanos com localização e custo compatíveis com as metas do PLANHAP

O rápido crescimento demográfico das cidades brasileiras e o impacto de programas habitacionais do vulto do PLANHAP (não se deve esquecer que este, apesar de principal, é apenas um dos programas habitacionais do

Tabela III — Condições financeiras dos empréstimos do PLANHAP, valor máximo da prestação inicial e sua relação com a renda familiar, expressa em salários mínimos

Renda familiar (RF) expressa em relação ao maior salário mínimo (SMF) vigente no País[1]	Classe de habitação compatível com a renda familiar (RF)		Condições do financiamento habitacional a 25 anos de prazo					Prestação máxima mensal (PM) expressa em SMF[3]				Prestação em relação à RF
	Custo provável por m² (UPC)[2]	Área provável (m²)	Valor unitário do investimento[2] (VUI)	Financiamentos BNH (VUE) (máximo)	Financiamentos FUNDHAP (mínimo)	Taxa de juros anuais (g)		Amortização e juros	Seguro	Taxas	Total	
a	b	c	d = bxc	e = d—f	f = d — e	VUE (UPC)	% a.a.	h	i	j	l=h+i+j	m = l/a
0,68	3,73 a 4,45	32 a 27	Até 120	Até 108	12	Até 120	1	0,128	0,015	0,009	0,152	22
1,00	3,73 a 5,00	43 a 32	120 — 160	108 — 136	12 — 24			0,205	0,020	0,014	0,239	24
1,50	4,00 a 5,13	50 a 39	160 — 200	136 — 156	24 — 44	120/160	2	0,257	0,025	0,018	0,300	20
2,00	4,36 a 5,46	55 a 44	200 — 240	156 — 168	44 — 72			0,359	0,030	0,025	0,414	21
2,50	4,75 a 5,83	59 a 48	240 — 280	168	72 — 112	160200	3	0,419	0,035	0,029	0,483	19
3,00	5,00 a 6,04	64 a 53	280 — 320	168	112 — 152			0,479	0,040	0,034	0,553	18

1 Cr$ 312,00, em fevereiro de 1974.

2 Compreende custo do terreno e da construção da habitação. Valor da UPC em fevereiro de 1974 — Cr$ 80,62.

3 Calculado de acordo com o Sistema de Amortizações Constantes (SAC), no qual as prestações mensais são decrescentes, em termos reais. A taxa de juros correspondente ao limite máximo de cada categoria da coluna "e" (VUE) foi aplicada ao limite máximo da coluna "d" (VUI), financiável conjuntamente pelo BNH e pelo FUNDHAP.

4 Inclui as taxas de cobrança e administração (TCA) e de apoio comunitário (TAC), cujos valores máximos são de 5% e 2% da prestação mensal.

BNH) constituem fator de pressão sobre a demanda de terrenos urbanos. À falta de legislação adequada que discipline o uso do solo, as cidades brasileiras vêm-se ampliando de forma assistemática, gerando concentrações excessivas em determinadas áreas que atuam como pólos de atração para os investimentos públicos em obras de infra-estrutura urbana e para os investimentos privados nos setores produtivos. A conjunção dos dois fatores (concentração demográfica e de investimentos) provoca alta desmesurada do preço da terra, tornando praticamente impossível a localização de populações de baixa renda nas áreas mais valorizadas e mais bem dotadas de serviços urbanos e de oportunidades de trabalho. A alternativa mais evidente para a localização dos conjuntos habitacionais populares parece ser, então, oferecida pelas áreas mais distantes dos centros de emprego e de serviços e, em geral, carentes de adequada infra-estrutura urbana, que são as de menor custo de aquisição. A adoção desta alternativa, entretanto, tem de ser ponderada por dois fatores fundamentais: a) o impacto dos custos de transporte na capacidade de pagamentos de uma família de renda baixa; b) o valor dos investimentos públicos na urbanização dessas áreas, incluindo os equipamentos comunitários e as vias de acesso aos centros de emprego e de serviços.

A elevação desmedida dos gastos familiares com transporte pode comprometer a viabilidade financeira do Plano, à medida que reduza o componente de renda familiar disponível para amortização e serviços do empréstimo habitacional. Da mesma forma, os gastos estaduais e municipais em infra-estrutura e equipamentos comunitários, mesmo encontrando uma fonte de financiamento a longo prazo, estão limitados pela capacidade de pagamento dos respectivos governos, em função da qual varia sua margem de endividamento.

Por outro lado, não se pode esquecer que o anúncio da decisão governamental de habilitar, do ponto de vista urbanístico, para fins habitacionais, áreas periféricas ainda não valorizadas, gera imediato aumento dos preços de mercado dessas áreas, à medida que seus proprietários incorporem ao seu valor venal os benefícios resultantes dos investimentos públicos.

A solução do problema exige, evidentemente, medidas que extrapolem o âmbito meramente creditício, em que se situa o BNH, incluindo decisões nos campos do planejamento urbano (leis de zoneamento, códigos de obras), e das políticas de infra-estrutura, de transportes e fiscal. Isso para citar apenas alguns dos setores de maior incidência na orientação do processo urbano.

Em sua esfera de competência, o BNH adotou, em 1973, uma modalidade de financiamento que permite a aquisição antecipada, pelas COHABs, estados ou municípios, por via amigável ou mediante desapropriação, de áreas destinadas a conjuntos habitacionais de interesse social. O Banco financiará estas aquisições a um prazo inicial de três anos, inclusive um de carência, e juros anuais de 6%, obrigando-se a entidade adquirente a apresentar ao Banco, durante o primeiro ano, a contar da aquisição, o projeto de aproveitamento da área, dentro do PLANHAP. Aprovado este projeto, o empréstimo concedido para o terreno será absorvido pelo financiamento habitacional, aplicando-se as condições deste (prazo de 25 anos e juros variáveis de 1 a 6% a.a., em função do valor unitário médio do empréstimo).

Com o Programa Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada (Projeto CURA), o Banco poderá, também, financiar a urbanização de áreas deterioradas ou parcialmente ocupadas, dotando-as de todos os serviços essenciais, desde que as prefeituras se comprometam a elevar as alíquotas do imposto territorial a níveis que possibilitem sua equiparação paulatina ao imposto predial, dentro de prazo prefixado em cada projeto. Desta forma, objetiva-se tornar antieconômica a posse de terrenos ociosos, para fins meramente especulativos.

A entrada do BNH na área do financiamento de transportes de massa também poderá representar uma contri-

buição positiva ao equacionamento do problema dos terrenos urbanos.

O caráter dinâmico e flexível da ação do Banco, que vem continuamente ampliando e diversificando suas operações, num processo permanente de adaptação à realidade urbana brasileira, permite prever que outras medidas com repercussão positiva no aumento da oferta de terras para habitações populares sejam adotadas no futuro. Dentre estas, poder-se-ia citar, por exemplo, o financiamento da aquisição de grandes áreas, em zonas periféricas das grandes cidades, para implantação simultânea e integrada de distritos industriais e núcleos habitacionais, em estratégia destinada a promover a descentralização da atividade econômica, o descongestionamento dos centros urbanos tradicionais e a melhoria das condições habitacionais e sociais da classe trabalhadora, dentro do trinômio emprego-habitação-serviços urbanos essenciais.

Continuidade do programa, mobilização e disponibilidade de recursos

No contexto que compreenda deficit acumulado da ordem de um milhão de habitações, crescimento acelerado das populações urbanas nos estratos familiares de baixo nível de renda e tradição de ausência de uma política deliberada de uso do solo urbano, a solução do problema habitacional na chamada faixa "popular" só poderá ser equacionada, de maneira racional e permanente, à custa de ação em grande escala, programada de forma duradoura e contínua.

A falta de certeza quanto à manutenção de um mercado seguro, as empresas de construção civil deixam de equipar-se, devida e oportunamente, para a execução de programas de maior magnitude, onde será possível maximizar as economias de escala, com reflexos positivos no custo de produção. O mesmo raciocínio é válido para as indústrias de materiais de construção. Finalmente, a ausência do incentivo representado pela segurança de um mercado amplo desestimula a pesquisa de novas técnicas de construção ou de produção de materiais, que maximizem o uso de fatores relativamente mais abundantes e de menor custo nas cidades onde se localizam os projetos. A segurança aqui referida depende de dois fatores principais: a) a instituição de um sistema de planejamento habitacional, a nível dos estados, estruturado de maneira que permita a identificação permanente das necessidades a atender e dos meios para satisfazê-las, a mobilização das diversas entidades estaduais com tarefas a cumprir nesse atendimento, a integração das administrações municipais no programa e a articulação contínua com as entidades financiadoras; b) a criação e funcionamento de um mecanismo financeiro que assegure, de maneira oportuna e contínua, o fluxo de recursos requeridos para a execução dos investimentos programados e a recuperação dos créditos outorgados.

No caso do PLANHAP, a primeira exigência é satisfeita com a institucionalização, mediante convênio entre o BNH e cada estado, autorizado pelos legislativos estaduais, no qual os estados se comprometem a promover o atendimento dos objetivos físicos do PLANHAP; elaborar programas trienais, atualizados anualmente, em função de tais objetivos; apresentar, ao BNH, por meio de seus agentes específicos — as COHABs — projetos habitacionais para financiamento, e a incluir, nos orçamentos anuais e plurianuais de suas administrações direta e indireta, as dotações necessárias à cobertura dos seus compromissos na execução dos programas e dos projetos. O sistema de financiamento do PLANHAP tem no BNH e nos governos estaduais seus suportes principais.

O BNH, como órgão federal, mobilizará recursos do FGTS para financiar cerca de 80% dos investimentos habitacionais e até 100% dos investimentos em infra-estrutura e equipamentos comunitários requeridos pelo Plano. Os empréstimos habitacionais serão concedidos às companhias estaduais de habitação popular, com garantia dos estados, e os de infra-estrutura e equipamentos comunitários, aos estados, municípios e respectivos órgãos de administração indireta.

Aos governos estaduais caberá financiar a parte dos investimentos habitacionais não incluída nos empréstimos do BNH às COHABs. Esta parte variará, como se disse, em função direta do valor unitário das habitações a serem construídas. Para tal fim, os governos estaduais constituem os Fundos Estaduais de Habitação Popular (FUNDHAPs), aos quais devem destinar percentagem de sua receita tributária (RTE) que permita financiar sua participação no custo das habitações a serem construídas. Com a finalidade de garantir a compatibilidade desse compromisso com as possibilidades financeiras de cada estado, o PLANHAP limita a 2% da RTE o dispêndio anual da unidade federada com os investimentos habitacionais do Plano. Para viabilizar este limite, o Banco propõe-se a contribuir para a formação do FUNDHAP com um diferencial de juros equivalente a 1% dos empréstimos habitacionais que realizar, no estado, dentro do PLANHAP, e a conceder ao estado, por meio de instituição financeira estadual, financiamento suplementar para que o mesmo integralize parte de sua contribuição anual ao FUNDHAP. Este financiamento também poderá ser outorgado para refinanciar o valor do dispêndio anual do estado com investimentos habitacionais que excedam o limite de 2% da RTE anteriormente indicado. Durante os 10 primeiros anos de execução do PLANHAP, os retornos e os juros das aplicações efetuadas pelo FUNDHAP serão obrigatoriamente reinvestidos no próprio Fundo. Se se cumprem as previsões efetuadas para o volume e tipo das habitações a serem construídas e o índice de retorno dos empréstimos, os FUNDHAPs disporão, ao final do decênio, de quantidade de recursos suficiente para fazer face às responsabilidades financeiras dos estados no atendimento da demanda de habitações populares, sem necessidade de recorrer a dotações orçamentárias. Ter-se-á criado, então, um mecanismo auto-sustentável de financiamento das responsabilidades estaduais na edificação de habitações de interesse social.

A participação dos municípios nos financiamentos habitacionais poderá dar-se em caráter supletivo, para antecipar a execução de projetos em seus territórios ou complementar os investimentos estaduais. Para tal fim, os municípios deverão firmar convênio complementar ao celebrado entre o BNH e o governo estadual respectivo, no qual se poderá prever a participação municipal no FUNDHAP.

Este esquema financeiro parece apto a assegurar a viabilidade dos investimentos habitacionais do PLANHAP. No que se refere aos investimentos em infra-estrutura e equipamentos comunitários, a cargo de estados e municípios, o BNH poderá financiar até 100% dos investimentos, a prazo de 20 anos e juros variáveis entre 4 e

8% ao ano, em função da receita tributária **per capita** estadual ou municipal. Entretanto, para que os programas do Banco nesse campo possam produzir os resultados esperados, faz-se mister que os estados e municípios tenham capacidade de endividamento compatível com as responsabilidades crescentes que lhes incumbem na satisfação daquelas necessidades. Considerando-se o deficit acumulado de serviços públicos e o acelerado crescimento de sua demanda à proporção que a urbanização se acentue, é de se prever o surgimento de problemas para alguns estados ou municípios, se a respectiva receita não crescer na medida necessária. O caso das chamadas "cidades-dormitório" parece constituir a probabilidade mais elevada de insuficiente capacidade de endividamento, uma vez que boa parte da população residente aufere e despende sua renda em outros municípios, criando uma brecha entre as exigências de financiamento e a geração de recursos. Por outro lado, não se pode perder de vista que o atual sistema de competência tributária e de distribuição de recursos fiscais foi concebido numa época em que o País ainda era predominantemente rural e talvez não se tivesse formado consciência bastante clara sobre as necessidades urbanas, de responsabilidade básica de estados e municípios. À medida que se acentuem as atuais tendências do desenvolvimento e da distribuição espacial das atividades econômicas do País, tudo leva a crer que, em futuro não remoto, as autoridades serão levadas a optar entre a redefinição da competência tributária da União, estados e municípios; o aumento das transferências federais aos dois últimos, ou a assunção, por parte da União, de responsabilidades por serviços públicos urbanos que se situam, atualmente, nas órbitas estadual e municipal.

Coordenação dos órgãos públicos com responsabilidade no PLANHAP

A coordenação dos órgãos públicos com responsabilidades no PLANHAP dever-se-á produzir em todas as etapas do Plano.

Na etapa de planejamento, o Programa Trienal de Habitação Popular deverá indicar os municípios a serem atendidos, dimensionar as respectivas necessidades, estimar os investimentos necessários e distribuir entre as entidades estaduais e municipais, de administração direta e indireta, as responsabilidades financeiras e executivas decorrentes do Programa. No convênio firmado com o BNH, cada estado designa um órgão, a nível de secretaria de estado, para atuar como agente coordenador do PLANHAP, em íntima articulação com a COHAB, na qualidade de agente financeiro dos empréstimos habitacionais, e com a instituição financeira estadual que atuará como órgão gestor do FUNDHAP e agente financeiro dos empréstimos de infra-estrutura e equipamentos comunitários.

Os diversos órgãos estaduais e municipais com responsabilidade no programa deverão participar de sua elaboração. Idêntico comportamento será adotado a nível dos projetos específicos, pois o BNH exige que os projetos habitacionais venham acompanhados dos subprojetos das obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários, aprovados pelos órgãos encarregados de sua execução (empresas de água e esgotos, de energia elétrica, secretarias de educação, saúde etc.).

A coordenação dar-se-á também, a nível financeiro, à medida que as diversas entidades das administrações direta e indireta devam incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais de investimentos, as dotações necessárias à execução das obras previstas no Plano como de competência de cada uma.

O órgão gestor do FUNDHAP e os agentes financeiros de empréstimos, para infra-estrutura e equipamentos comunitários e integralização da contribuição estadual ao FUNDHAP, deverão atuar em íntima coordenação com a secretaria responsável pela gestão das finanças do estado.

Finalmente, a COHAB, como agente promotor do PLANHAP e principal responsável pelos empréstimos habitacionais dever-se-á manter em permanente articulação com os demais órgãos executivos do estado e dos municípios, inclusive com os setores encarregados da execução de programas de desenvolvimento comunitário.

CARÁTER REDISTRIBUTIVISTA DO PLANHAP

À medida que avance sua execução, o PLANHAP poderá oferecer contribuição significativa para a melhoria dos padrões de distribuição da renda nacional dentre os diversos grupos sociais e as várias regiões do País.

Redistribuição social da renda

A contribuição do PLANHAP para reduzir as disparidades sociais de renda dever-se-á concretizar à custa dos seguintes instrumentos principais:

a) A geração de centenas de milhares de empregos diretos e indiretos para a mão-de-obra não qualificada e para artífices poderá vir a elevar a participação relativa dos salários na renda nacional e aumentar o poder de negociação dos assalariados na obtenção de melhores níveis de remuneração. A situação que se começa a observar nos grandes centros urbanos, no tocante ao recrutamento de operários para a construção civil, constitui, já, indicador de que, sendo possível manter-se a atual taxa de investimentos, poder-se-á lograr aumento dos salários reais de grandes contingentes da força de trabalho.

b) As populações de menores rendas e que não têm condições para pagar uma prestação habitacional elevada receberão parcela relativamente maior de financiamentos do BNH e pagarão juros mais reduzidos. Assim, uma casa no valor de Cr$ 25,8 mil atuais (320 UPC) receberá, apenas, 52% de financiamento do BNH e pagará juros anuais de 6%, enquanto o mutuário que adquirir uma casa no valor de 140 UPC (Cr$ 11,3 mil), terá 87% do seu custo financiado pelo Banco, a juros anuais de 2%.

c) A incorporação ao mercado de trabalho de novos contingentes de mão-de-obra significará, também, o acesso de grande número de famílias aos benefícios da previdência social. Como o valor das contribuições previdenciárias é diretamente proporcional aos salários e o custo unitário do segurado para o INPS é quase o dobro da contribuição paga por um operário de salário mínimo, também por este meio se opera uma transferência de renda dos setores de maior remuneração em favor dos de renda mais baixa, que constituem a maioria de trabalhadores da construção civil.

Redistribuição regional da renda

Alguns dos mecanismos expostos no item anterior também contribuem para reduzir as disparidades regionais na distribuição de renda.

Assim, nos estados mais pobres, os grupos de menores rendas representam proporção relativamente maior das respectivas populações. À medida que o mecanismo financeiro do PLANHAP favoreça os mutuários de menores recursos, a maior parte das aplicações habitacionais dos estados menos desenvolvidos do País contará com mais ampla colaboração financeira do BNH e mais reduzidas taxas de juros. A previdência social atuará também como canal redistributivo, aplicando, nos estados deficitários (onde a maior parte dos contribuintes recebe salários reduzidos), receita gerada nos estados de nível de remuneração média superior.

Por outro lado, o caráter descentralizado das indústrias de construção civil e de materiais de construção, claramente orientadas em obediência aos mercados de consumo e, no caso da última, com ampla margem de utilização de matérias-primas locais, favorecerá o incremento de tais atividades nos diversos pontos do território nacional, paralelamente ao ritmo de aplicações do PLANHAP.

Finalmente, os financiamentos concedidos pelo BNH, para obras de infra-estrutura e de equipamentos comunitários (programas FINC e FINEC), dentro do PLANHAP, têm condições mais favoráveis para os estados que apresentam menor receita tributária por habitante e que, em sua quase totalidade, são, também, os que têm menor nível de renda global **per capita**. A título de exemplo, estados como Ceará e Piauí pagarão, por tais empréstimos, juros anuais de 4%, taxa que será duplicada nos casos da Guanabara ou de São Paulo.

CONCLUSÃO

Um plano que se propõe a construir dois milhões de habitações, em 10 anos, mobilizando recursos que, aos preços atuais, podem ser estimados em Cr$ 38,5 bilhões (US$ 6,3 bilhões), sem contar os investimentos induzidos nas indústrias de materiais de construção, constitui esforço sem precedente em todo o mundo em desenvolvimento e de magnitude significativa inclusive para muitos países industrializados.

Decerto, um decênio constitui período relativamente longo para que se possa prever, com precisão, o comportamento das variáveis estratégicas que condicionarão a viabilidade e orientação do Plano. Mostrou-se, entretanto, que a sistemáitca estabelecida inclui mecanismos autocorretores capazes de introduzir, oportunamente, as modificações necessárias, em função de variações eventuais nos supostos que fundamentaram a formulação global do PLANHAP e sua projeção física e financeira.

Já constitui elemento de enorme importância o fato de se poder afirmar que, mantidas as formas atuais de captação de recursos a cargo do BNH, não existirão preocupações maiores para o financiamento dos investimentos programados.

A incorporação dos estados a um sistema de planejamento e de financiamento de âmbito nacional no campo da habitação popular constitui outra característica marcante da opção adotada.

A aplicação dos recursos e a execução dos projetos exigirão amplo esforço no plano da assistência técnica para que as entidades responsáveis, nos estados e municípios, pelos investimentos habitacionais, de infra-estrutura e de equipamentos comunitários, cumpram suas tarefas de maneira satisfatória. O BNH está atento a este aspecto do problema e já criou, também, programa especial para atividades de treinamento e de assessoria com aquela finalidade.

O PLANHAP encontra-se, agora, em seu primeiro ano de execução. Durante 1974 dever-se-á completar o elenco dos estados que o incorporaram às suas atividades regulares. Recursos materiais e humanos existem. A estrutura institucional e financeira está definida e em via de implantar-se. Estão dadas, pois, as condições básicas para o êxito do Plano, que dependerá, entretanto, da decisão com que atuem os governos estaduais e municipais na apresentação dos projetos habitacionais, de infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários, assim como da eficiência operacional das COHABs, na qualidade de responsáveis principais pela execução dos projetos e administração dos créditos concedidos aos adquirentes das habitações.

NOTAS

[1] O valor da unidade-padrão de capital (UPC) do BNH, em fevereiro de 1974, é de Cr$ 80,62. Para os fins deste artigo, entende-se como habitação de interesse social (HIS) a de valor unitário máximo de 320 UPC, financiada pelas COHABs, embora o programa específico do Banco neste campo abranja, também, as habitações financiadas pelas cooperativas habitacionais, destinadas a proporcionar a aquisição da casa própria pelos trabalhadores sindicalizados.

[2] Os depositantes do FGTS recebem juros anuais de 3%, em suas contas no BNH, o que, somados os custos administrativos, perfaz um custo de captação global da ordem de 5% a.a., para esta fonte de recursos. As aplicações das poupanças voluntárias e dos recursos próprios do Banco podem ser efetuadas a juros de 10 e 11% anuais, enquanto as destinadas às habitações de interesse social o são a taxas de 1 a 6%, situando-se a taxa média dos financiamentos às COHABs, por exemplo, em torno de 3 a 4% a.a. É, pois, à custo de mais altas taxas de juros nos financiamentos de maior valor que se mobilizam, **dentro do sistema financeiro da habitação**, os recursos para subsidiar as taxas inferiores ao custo de captação aplicados nos empréstimos para habitações de interesse social.

[3] Estudos disponíveis no BNH indicam que a maior parte das populações com renda inferior a um salário mínimo não têm, ainda, ocupação fixa, nem decidiu o lugar de residência definitiva. Uma proporção elevada dessas populações é constituída por migrantes, recém-chegados às grandes cidades, onde, à falta de qualificação profissional e de outros requisitos, podem enfrentar dificuldades de emprego. Até que tais dificuldades sejam superadas, essas populações dedicam-se a atividades esporádicas, geralmente no setor terciário e com localização não definida, e habitam "casebres" ou "barracos", construídos pelos próprios moradores em terrenos "invadidos" ou ocupados, a título precário.

CETENCO ENGENHARIA S/A

CGC 61.550.497

Sociedade de Capital Aberto, Registro GEMEC/RCA - 220 - 73/18, de 05/02/73.

DIRETORIA
Presidente — Eduardo Celestino Rodrigues
Superintendente — Albino Malzone
Diretores — Renato Lima da Costa
— Salvador Caruso Orlando
— Domingos Malzoni
— Floriano Kahtalian
Diretores Adjuntos — Odinovaldo Ricetti
— Salim Benjamim Hadba
— Glauco Vicente Panza

CONSELHO CONSULTIVO
Presidente — Eduardo Celestino Rodrigues
Vice-Presidente — Américo Malzoni
Livio Malzoni
Albino Malzone
Adolpho Vaz de Arruda
Renato Lima da Costa
Salvador Caruso Orlando

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas,

Em atenção às disposições legais e estatutárias, estamos apresentando à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado Econômico, referentes às nossas atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 1973, já com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

Houve durante o exercício grande avanço tecnológico da CETENCO demonstrado nas obras da Rodovia dos Imigrantes, do Ramal Ferroviário de Águas Claras, Freeway Osório-Porto Alegre, Terminal Marítimo de Sepetiba, Obras da Volkswagen e Goodyear.

Dado o firme avanço do País rumo ao seu futuro de grande desenvolvimento e progresso, batendo todos os recordes de crescimento em plena Crise Mundial, acreditamos seja 1974 outro ano sobremaneira auspicioso, com intensificação das obras dos Programas Básicos de Infra-Estrutura do País.

Dentro desta conjuntura altamente favorável esperamos continuar a contar com a confiança de nossos clientes, participando mais intensamente na execução dos grandes Projetos Nacionais. Mais uma vez queremos agradecer a nossos clientes, fornecedores, bancos e colaboradores pelo apoio recebido durante este exercício. Estamos ao inteiro dispor de V. Sas. na sede Social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas apresentadas.

São Paulo, 31 de janeiro de 1974.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

A T I V O

DISPONÍVEL			
Bens Numerários		550.138,92	
Depósitos Bancários a Vista		21.684.666,48	22.234.805,40
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			
ESTOQUES			
Imóveis para Venda (Nota 1)	43.034.585,30		
Materiais para Consumo — Obras (Nota 2)	38.201.464,84		
Materiais para Consumo — Administração (Nota 2)	283.586,46		
Materiais de Uso (Nota 2)	20.647.573,52		
Importações em Andamento	588.108,93	102.755.319,05	
CRÉDITOS			
Contas a Receber de Clientes (Nota 3)	168.750.544,72		
De Empresas Subsidiárias ou Coligadas	20.000,00	168.770.544,72	
OUTROS CRÉDITOS			
Bancos Conta Vinculada (Nota 4)	18.011.174,00		
Cauções p/Garantia de Obras (Nota 5)	36.613.120,36		
Cauções p/Garantia de Concorrências (Nota 6)	6.094.208,77		
Contas a Receber (Nota 7)	1.753.087,23		
Adiantamentos	941.801,66	63.413.392,02	
VALORES E BENS			
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	7.995.018,22		
Depósitos DL. 157	140.371,00	8.135.389,22	343.074.645,01
ATIVO CIRCULANTE			365.309.450,41

P A S S I V O

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
Fornecedores	62.696.625,63		
Diretores e Acionistas	224.361,61	62.920.987,24	
Instituições Financeiras (Nota 12)			
Financiamento Capital de Giro	19.629.928,02		
Financiamento Equipamentos	1.723.282,87	21.353.210,89	
Provisões			
Provisão p/Encargos Sociais e Trabalhistas	5.023.924,67		
Provisão p/Imposto de Renda	3.575.552,00	8.599.476,67	
Outras Exigibilidades a Curto Prazo			
Credores p/Venda de Imóveis	6.059.106,44		
Recebimentos s/Imóveis em Construção	8.943.311,00		
Salários e Encargos a Pagar	10.390.804,95		
Impostos e Taxas a Recolher	1.157.005,98		
Obrigações Diversas	147.983,77	26.698.212,14	119.571.886,94
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Fornecedores		1.424.820,43	
Instituições Financeiras (Nota 12)			
Financiamento Capital de Giro	22.097.215,02		
Financiamento Equipamentos	842.195,49	22.939.410,51	

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

CRÉDITOS

Contas a Receber de Clientes (Nota 3)		8.422.295,68	

OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Cauções Diversas	28.670,00		
FGTS — Não Optantes	157.790,43		
Imposto de Renda Antecipado	2.365.015,99		
Títulos a Receber (Nota 7)	2.565.634,00		
Devedores Diversos	1.320.995,40		
Investimentos Compulsórios	715.544,80		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	4.942.271,15		
Ações de Outras Sociedades (Nota 9)	2.065.493,87	14.161.415,64	22.583.711,32

IMOBILIZADO

Imobilizações Técnicas (Nota 10)			
Valor Histórico	167.632.387,40		
(+) Correção Monetária	98.645.916,82		
(—) Valor Corrigido	266.278.304,22		
(—) Depreciações Acumuladas	(151.231.727,79)	115.046.576,43	
Importações em Andamento	491.899,43	115.537.475,97	
Imobilizações Financeiras			
Particip. em Empresas Subsidiárias ou Colig. (Nota 11)	11.984.339,30		
Aplicações por Incentivos Fiscais	11.812.437,00		
Adiantos. p/Aum. Capital Empresas Coligadas	6.466.666,07		
Títulos Patrimoniais	124.150,00	30.387.592,37	145.925.068,34
ATIVO REAL			533.818.230,07

RESULTADO PENDENTE

Despesas Diferidas		142.676,37	
Depósitos para Defesas e Recursos		50.135,03	
Diferença Cambial — Imobilizado		197.209,23	390.020,63
SUB-TOTAL			534.208.250,70

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Títulos Caucionados		32.975.744,44	
Bens e Valores Vinculados		35.623.297,68	
Imóveis Compromissados		28.031.345,60	
Seguros Contratados		118.303.856,29	
Fiança Bancária para Cauções		39.786.959,95	
Diversas		22.940.466,81	277.661.680,77
TOTAL			811.869.931,47

Provisões			
Provisão p/Encargos Sociais e Trabalhistas	511.272,00		
Provisão p/Imposto de Renda	5.363.328,00	5.874.600,00	
Outras Exigibilidades a Longo Prazo			
FGTS — Não Optantes		157.790,43	30.396.621,37

NÃO EXIGÍVEL

Patrimônio Líquido			
Capital Subscrito e Realizado — 180.000.000 ações ordinárias e 20.000.000 ações preferenciais de Cr$ 1,00 cada uma (Nota 13)		200.000.000,00	
Correção Monetária do Imobilizado		11.885.279,15	
Correção Monetária Imóveis (Art. 283 — RIR)		3.721.007,80	
Correção Monetária de Títulos e Valores Mobiliários		10.811.819,02	
Reservas Legais			
Reserva Legal (DL. 2627)	9.844.406,80		
Reserva p/Manutenção do Capital de Giro	17.945.103,27	27.789.510,07	
Outras Reservas		659,00	
Lucros Suspensos		42.507.107,80	296.715.382,84

RESULTADO PENDENTE

Resultado Diferido de obras em execução (Nota 14)			
Resultado Líquido	67.910.200,55		
Provisão para Imposto de Renda	19.377.974,00	87.288.174,55	
Receitas Diferidas		236.185,00	87.524.359,55
SUB-TOTAL			534.208.250,70

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Caução de Títulos	32.975.744,44	
Vínculos de Bens e Valores	35.623.297,68	
Compromissos de Imóveis	28.031.345,60	
Contratos de Seguros	118.303.856,29	
Bancos Conta Fiança para Cauções	39.786.969,95	
Diversas	22.940.466,81	277.661.680,77
TOTAL		811.869 931 47

Eduardo Celestino Rodrigues — Presidente

Albino Malzone — Superintendente

Renato Lima da Costa — Diretor

Salvador Caruso Orlando — Diretor

Domingos Malzoni — Diretor

Floriano Kahtalian — Diretor

Odinovaldo Ricetti — Diretor Adjunto

Salim Benjamim Hadba — Diretor Adjunto

Glauco Vicente Panza — Diretor Adjunto

Antonio Molina Mingorance
Tec. Cont. CRC SP 28.038

CETENCO ENGENHARIA S/A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO REFERENTE AO PERÍODO DE 1.º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1973

RENDA OPERACIONAL BRUTA (Nota 14)		411.978.364,53
Prestação de Serviços (Empreitadas)	382.676.772,02	
Venda dos Produtos (Imóveis)	29.301.592,51	
CUSTOS		304.161.995,17
Dos Serviços Prestados (Empreitadas)	284.606.145,39	
Dos Produtos Vendidos (Imóveis)	19.555.849,78	
LUCRO BRUTO		107.816.369,36
DESPESAS COM VENDAS (Imóveis)		1.368.023,27
GASTOS GERAIS		36.100.334,71
Honorários da Diretoria	682.152,00	
Despesas Administrativas	26.400.954,31	
Impostos e Taxas Diversas	620.954,94	
Despesas Financeiras	7.693.351,46	
Perdas Diversas	702.912,00	
DEPRECIAÇÕES		673.704,10
Depreciação Total	31.290.296,69	
(—) Parcela Incorporada ao Custo	(30.616.592,59)	
LUCRO OPERACIONAL		69.674.307,28

RENDAS NÃO OPERACIONAIS			13.594.019,59
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			305.914,71
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA			82.962.412,26
LUCROS SUSPENSOS			318.980,12
Saldo Anterior		12.718.980,12	
(—) Dividendos Distribuídos		(12.400.000,00)	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA			12.611.300,00
PROVISÃO PARA ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			852.115,00
DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS			
Reserva Legal		2.399.375,14	
Reserva p/Manutenção do Capital de Giro Próprio		13.622.368,27	
Correção Monetária de Títulos e Valores Mobiliários		7.889.126,17	
Lucro Suspenso		45.907.107,80	
Saldo Atual	42.507.107,80		
Dividendos Distribuídos Antecipadamente	3.400.000,00		69.817.977,38

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 — IMÓVEIS PARA VENDA

Os imóveis para venda são representados no balanço pelos seus custos, sendo o seu valor de mercado SUBSTANCIALMENTE superior.

Nota 02 — ESTOQUE DE MATERIAIS

Os materiais em estoque figuram no balanço pelo valor inventariado, avaliado ao custo médio, que é inferior ao do mercado.

Nota 03 — CONTAS A RECEBER DE CLIENTES — CURTO E LONGO PRAZO

Os valores representam os créditos com garantia real e incluem os débitos de entidades públicas, artarquias e sociedades de economia mista.

Nota 04 — BANCOS CONTA VINCULADA

Os valores vinculados em contas bancárias estão representados por duplicatas, depósitos e notas promissórias em garantia de financiamentos (Nota 12).

Nota 09 — AÇÕES DE OUTRAS SOCIEDADES

As ações de outras sociedades (de capital fechado) figuram no balanço pelo valor de aquisição

Nota 10 — IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS

a) Entre as propriedades imobiliárias está incluída a área de 11.000 m² da Avenida Paulista onde estamos construindo o conjunto CETENCO-PLAZA de 105.164 m².
b) A correção monetária das imobilizações técnicas, na forma da Lei 4357/64 foi procedida — com base nos índices oficiais correspondentes e a depreciação foi calculada às taxas oficiais permitidas, em uniformidade com o ano anterior.

COMPOSIÇÃO	VALOR HISTÓRICO	CORREÇÃO MONETÁRIA	VALOR CORRIGIDO
Propriedades Imobiliárias	30.699.019,29	3.908.820,12	34.607.839,41
Máquinas, Equipamentos e Veículos	133.400.208,64	92.752.160,51	226.152.369,15
Móveis e Utensílios	3.533.159,47	1.984.936,19	5.518.095,66
SUB-TOTAL	167.632.387,40	98.645.916,82	266.278.304,22
(—) Depreciações Acumuladas	(114.759.400,39)	(36.472.327,40)	(151.231.727,79)
TOTAL	52.872.987,01	62.173.589,42	115.046.576,43

Estão representados por:

Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional	18.443.335,67	
Bônus Rotativos do Tesouro do Estado de São Paulo	6.674.800,00	
Letras Hipotecárias do Banco do Estado da Guanabara	550.800,00	
Letras Imobiliárias	1.232.600,00	
Em espécie	8.200.696,67	35.102.232,34
Atualização Oficial		1.510.888,02
TOTAL		36.613.120,36

Nota 06 — CAUÇÕES PARA GARANTIA DE CONCORRÊNCIAS

Estão representadas por:

Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional	4.524.108,77	
Bônus Rotativos do Tesouro do Estado de São Paulo	1.500.100,00	
Letras Hipotecárias do Banco do Estado da Guanabara	50.000,00	6.074.208,77
Em espécie		20.000,00
TOTAL		6.094.208,77

Nota 07 — CONTAS E TÍTULOS A RECEBER — CURTO E LONGO PRAZO

A maior parte destas contas estão representadas por notas promissórias vencíveis a curto e longo prazo, respectivamente Cr$ 747.599,96 e Cr$ 2.565.634.00 valores estes referentes a venda de ações da S/A. Gordinho Braune — Indústrias de Papel.

Nota 08 — TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS — CURTO E LONGO PRAZO

Os títulos estão corrigidos e avaliados pelo seu valor de realização na data do balanço.

DISCRIMINAÇÃO	A CURTO PRAZO	A LONGO PRAZO
Bônus Rotativos do Tesouro do Estado de São Paulo	7.639.600,00	1.490.100,00
Letras Hipotecárias do Banco do Estado da Guanabara	—	8.170,00
ORTN — ao Portador	190.637,77	2.763.101,15
Letras Imobiliárias	103.000,00	680.900,00
Certificados de Investimentos	61.780 45	—
TOTAL	7.995.018,22	4.942.271 15

Nota 11 — PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS OU COLIGADAS

As ações de empresas Subsidiárias ou Coligadas estão contabilizadas pelo valor de aquisição acrescido das bonificações recebidas.

Nota 12 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS — CURTO E LONGO PRAZO

As nossas responsabilidades para capital do giro no total de Cr$ 41.727.143,04 são todas em moeda nacional.
Os financiamentos em moeda estrangeira foram corrigidos à taxa de câmbio vigente na data do balanço, tendo seus vencimentos escalonados desde janeiro de 1974 até maio de 1975. Os mesmos foram destinados à importação de equipamentos e o seu saldo devedor é de Cr$ 2.565.478,36.

Nota 13 — CAPITAL

O Capital social é representado por 200.000.000 de ações no valor de Cr$ 1,00 cada uma assim distribuídas:

CAPITAL INTEGRALIZADO	NACIONAIS
Ações Ordinárias	180.000.000
Ações Preferenciais	20.000.000
	200.000.000

As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de um dividendo preferencial não cumulativo de até 8% ao ano, calculado sobre o valor nominal e o direito de participar, depois de contempladas as ações ordinárias com vantagens até a mesma taxa de 8% ao ano, de quaisquer outras vantagens que venham a ser atribuídas às ações Ordinárias.

Nota 14 — RESULTADO DIFERIDO DE OBRAS DE EXECUÇÃO

A Receita Operacional Bruta no exercício de 1973 foi de Cr$ 606.593.698,77, assim constituída:

Faturamento	568.172.335,25
Venda de Imóveis	29.301.592,51
Outros Serviços	9.119.771,01
TOTAL	606.593.698,77

Tratando-se de empresa de construção, foi adotada a sistemática prevista no artigo 210 do Regulamento do Imposto de Renda, considerando-se sob o título Renda Operacional Bruta o valor de Cr$ 411.978.364,53.

Eduardo Celestino Rodrigues — Presidente

Albino Malzone — Superintendente

Renato Lima da Costa — Diretor

Salvador Caruso Orlando — Diretor

Domingos Malzoni — Diretor

Floriano Kahtalian — Diretor

Odinovaldo Ricetti — Diretor Adjunto

Salim Benjamim Hadba — Diretor Adjunto

Glauco Vicente Panza — Diretor Adjunto

Antonio Molina Mingorance
Tec. Cont. CRC SP 28.038

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, no cumprimento das funções legais e estatutárias de Membros do Conselho Fiscal da CETENCO ENGENHARIA S/A examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1973, a Demonstração de Resultado e demais registros e documentos. Declaramos que os mesmos representam a real situação econômica financeira da empresa, como também traduzem com propriedade as operações neste exercício. Recomendamos, portanto, que sejam aprovados pelos Senhores Acionistas.

São Paulo, 31 de janeiro de 1974.

Bráulio de Souza Machado

José Maria de Sampaio Correa

Wilton Paes de Almeida Filho

Projeto CURA – O Banco Nacional da Habitação e os investimentos em urbanização

Decorridos os primeiros anos de dificuldades com a implantação de um sistema econômico-financeiro capaz de suportar a política habitacional e permitir que a economia brasileira se reestruturasse e ultrapassasse o ciclo de crises, verificou-se que a simples construção de "casas" não resolveria o problema de habitar.

Ofertar casas, simplemente, não era a melhor maneira de atuar do Banco Nacional da Habitação, pois o indivíduo integrado à sociedade urbana passava a exigir outros benefícios, tais como: condições satisfatórias de higiene, saúde, possibilidade de acesso à educação, transporte, segurança etc. Enfim, observou-se que a simples posse da casa não é um objetivo em si; na verdade, constitui apenas um dos meios de se tentar maximizar a satisfação do consumidor, de acordo com as leis de comportamento individual.

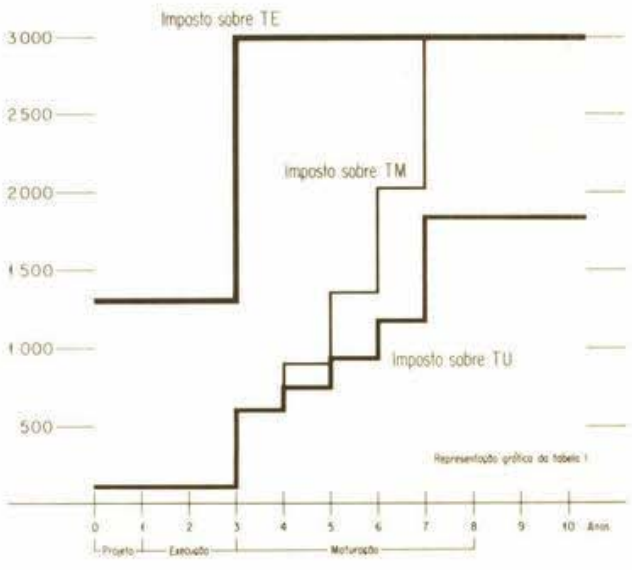
Sendo o BNH órgão do Governo central, e portanto, ligado a toda uma estrutura que tem por objetivo atingir, mediante rápido crescimento econômico, níveis mais satisfatórios de desenvolvimento social, estabeleceu-se que sua finalidade precípua seria atuar como órgão encarregado de "promover o desenvolvimento urbano integrado" (**sic**) — Estatuto do BNH, **D.O.**, de 24-7-73. Criaram-se, então, no Banco diversos programas que **per se** tentarão resolver parte do problema urbano brasileiro (Ver CONJUNTURA ECONÔMICA, nov./73).

Um desses programas é o Projeto CURA (Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada) que terá relevante importância na solução de problemas urbanos e atuará principalmente como agente de política macroeconômica no controle da especulação imobiliária, tentando normalizar a oferta de terrenos urbanizados e baixando seu preço.

Analisando-se as cidades brasileiras por meio de séries históricas, observa-se que o seu crescimento demográfico é altamente correlacionado com o próprio crescimento físico, onde cada vez mais aumentam os loteamentos periféricos, sem nenhuma infra-estrutura ou planejamento.

Observando-se alguns cadastros técnicos, comprova-se o elevado número de lotes ociosos, isto é, sem nenhuma ocupação, existentes em áreas urbanas que deixaram de ser periféricas e passaram a integrantes do núcleo urbano. Um exemplo dessa situação é Poços de Caldas que tem 60% de seus lotes sem ocupação, São Paulo com aproximadamente 800 mil lotes vagos enquanto Goiânia tem cerca de 600 mil. Esses lotes raras vezes são encontrados em áreas privilegiadas em termos de infra e superestrutura. O mais comum, porém, é encontrá-los em áreas dotadas de alguns equipamentos. Esta circunstância das áreas semiequipadas gera grave problema social, ou seja, a não-maximização do nível de bem-estar da comunidade local. A isto se alia um fato largamente observado nos anos de 1972-73, e agora amplamente discutido, que é o da inflação no mercado imobiliário. Após a grande depressão no mercado de títulos de renda variável que levou o investidor a dirigir suas

Evolução dos impostos territorial e urbano



poupanças ou para título de renda fixa ou para o mercado imobiliário, note-se o rápido crescimento das "cadernetas de poupança" (saldo). Adicionando-se ao descrédito no mercado de "papéis" um atavismo por nós herdado dos portugueses, que em função das dimensões territoriais de seu país tinham a posse da terra como um objetivo de segurança e estabilidade, a procura de bens reais que oferecesse as qualidades acima fez com que grande parte do crescimento das rendas pessoais fosse dirigida para o mercado de imóveis onde a euforia de "novos tempos" tomou conta das decisões dos empresários, tendo o mercado apresentado situações muito parecidas com o famoso **boom** no mercado bursátil em 1970-71.

Em função desse aumento de demanda a mais lógica reação do mercado foi logo sentida, tendo os preços subido em apenas dois anos de mais de 100%. A falta de estatísticas precisas sobre construção civil impede que estudos quantitativamente mais elaborados sejam realizados. No entanto, algumas conclusões podem ser tiradas, sendo a mais importante o custo do terreno

sobre o preço final do imóvel que passou a níveis bastante elevados comparativamente a situações anteriores.

A célebre dicotomia existente entre valor de uso e valor de troca torna-se bastante acentuada e o técnico passa a assumir relevante papel no cenário urbano quando se faz presente ao intervir no mercado, posto que o **laissez-faire** deixa de atuar quando se prevêem grandes possibilidades de ganho neste mercado e a especulação começa a distorcer profundamente a formação de preços.

No quadro geral das cidades brasileiras observa-se com bastante freqüência essa figura econômica do "especulador imobiliário" que se aproveita da escassez relativa dos terrenos para realizar vultosos ganhos de capital com a retenção dos poucos lotes urbanizados que se encontram à disposição.

O Projeto CURA foi criado com o objetivo de resolver o problema da escassez de terrenos urbanizados, intervindo indiretamente no mercado através do financiamento aos municípios, proporcionando melhores níveis de condições de moradia para a população, ao mesmo tempo em que procura maximizar os resultados obtidos dos investimentos realizados.

O PROJETO CURA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Longe de ser apenas uma "linha de crédito" aos municípios, como pode parecer, o programa de complementação urbana que o BNH lançou em meados de 73 (efetivamente a partir de julho), tem nas entrelinhas de seu procedimento operacional toda uma estrutura cujo objetivo não é apenas "financiar" mas, principalmente, introduzir um conjunto de normas que permita ao sistema urbano brasileiro alcançar níveis elevados de desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

Para se entender de que modo se alcançaria tais metas seria aconselhável certa noção de metodologia de implantação do projeto que exige o desenvolvimento pelo município de um plano plurianual de investimentos. Neste plano serão selecionadas áreas que receberão projetos setoriais, isto é, a maneira de se "CURAR" uma cidade seria de realizar obras de complementação urbana por regiões homogêneas no tocante a aspectos socioeconômicos bem com físico-urbanísticos.

A opção de se investir por área vem da própria idéia-base do CURA que oferece alternativa de recuperação das áreas estagnadas, tentando-se eliminar a capacidade ociosa dos investimentos realizados em uma determinada zona, através do seu adensamento, bem como completá-la urbanisticamente a fim de eliminar o foco de estagnação.

Do planejamento à execução passam-se algumas etapas sendo que a mais importante urbanisticamente é a do estudo de viabilidade da área CURA. Esse estudo é o instrumento pelo qual o município irá mostrar as deficiências da área, suas potencialidades tanto no sentido de absorver mais habitações como no de gerar acréscimo de receita tributária que permita a viabilização financeira do empreendimento. Ele é constituído de três fases:

a) pesquisa, na qual se constata fisicamente a realidade da área em termos de infra-estrutura e também o nível socioeconômico da população residente, bem como suas aspirações; b) fase de proposições, em que o técnico apresenta soluções em função da pesquisa físico-urbanística e socioeconômica, levando principalmente em conta os desejos da população; e c) viabilidade econômico-financeira, quando se observará se para os equipamentos propostos há mutuários com capacidade financeira para implantá-los e se os recursos previstos para retornarem da área são suficientes.

O CURA é um programa que utilizando a pesquisa de aspirações e do nível socioeconômico da área propõe-se a atender à demanda de equipamentos urbanos através de investimentos públicos e privados que complementem as áreas de acordo com os padrões estabelecidos para cada uma em função das aspirações, renda, padrão cultural etc.

Dotar o município de equipamentos não é, porém, a única meta do CURA, introduzir novas técnicas na administração municipal sem querer tirar-lhe a autonomia, visando a melhorar seu aparato administrativo também é objetivo do projeto. Esse aspecto é tratado de diversas maneiras, sendo uma delas a necessidade de se implantar um novo sistema tributário. Pretende-se também prever um regulador de crédito de acordo com o comportamento de receitas e despesas correntes, tentando assim coibir o empreguismo desmedido, que somente onera os cofres públicos sem trazer melhoria operacional. Igual importância será dada ao treinamento de pessoal, através de seminários especiais, e à futura implantação de um sistema de controle do desenvolvimento das áreas CURA. Isto deverá ser feito paralelamente a um controle da arrecadação fiscal, possibilitando acompanhar o desenvolvmiento das expectativas do planejador, bem como melhorar a arrecadação fiscal em termos operacionais.

A POLÍTICA FISCAL COMO UM INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO NO MERCADO IMOBILIÁRIO

Pretende-se que o CURA, além de cumprir seus objetivos primários, funcione, também, como elemento integrador da União Federal, estados e municípios na utilização do ferramental existente (e subutilizado) no planejamento urbano.

O CURA em seu aspecto institucional tratará de problemas que permitirão a definição de doutrinas sobre a urbanização brasileira e abordará, no campo jurídico, desapropriação, limitações administrativas, loteamentos, direitos de superfície, garantias e aspectos tributários.

Sobre esses últimos o BNH, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), estudou a matéria e elaborou um modelo de lei que irá ser o ponto nevrálgico do projeto pois a população, através do legislativo, deve assumir que o CURA não será uma simples operação de crédito mais sim uma política de longo prazo. Essa legislação tributária além de atualizar os valores dos imóveis de todo o município a preços de mercado institui uma alíquota progressiva sobre o imposto territorial urbano dos lotes vagos das áreas que receberam investimentos financiados com recursos do BNH.

Esta alíquota progressiva tem na sua parafiscalidade a intenção de gravar àqueles que, possuidores de terrenos valorizados por obras de complementação urbana, financiadas pelo BNH, retêm sua propriedade à espera de um aumento de preços, e o objetivo de adensar as áreas beneficiadas viabilizando os investimentos realizados e eliminando a capacidade ociosa dos equipamentos urbanos e terrenos urbanizados.

ASPECTOS ECONÔMICOS

O fato econômico principal do Projeto CURA é essencialmente a intervenção (do Estado) no mercado (até

Tabela I — Exemplo de aplicação de alíquotas progressivas

Anos	Fases	Terreno edificado (TE)			Terreno não edificado cujo proprietário não tem outro imóvel na cidade (TU)			Terreno não edificado cujo proprietário tem mais de um imóvel na cidade (TM)			Observações
		Alíquota (%)	Valor tributário (Cr$)	Imposto predial a pagar (Cr$)	Alíquota (%)	Valor tributário (Cr$)	Imposto territorial a pagar (Cr$)	Alíquota (%)	Valor tributário (Cr$)	Imposto territorial a pagar (Cr$)	
1	Projeto	1	130 000,00	1 300,00	1	10 000,00	100,00	1	10 000,00	100,00	Neste ano é aprovada a Lei de Alíquota Progressiva, a qual só entra em vigor no exercício seguinte ao término das obras.
2	Execução	1	130 000,00	1 300,00	1	10 000,00	100,00	1	10 000,00	100,00	
3	Execução	1	130 000,00	1 300,00	1	10 000,00	100,00	1	10 000,00	100,00	
4	Maturação	1	300 000,00	3 000,00	2	30 000,00	600,00	2	30 000,00	600,00	Começa a aplicação das alíquotas progressivas. Os imóveis são lançados pelo valor venal real (tributário).
5	Maturação	1	300 000,00	3 000,00	2,5	30 000,00	70,00	3,00	30 000,00	900,00	
6	Maturação	1	300 000,00	3 000,00	3,13	30 000,00	939,00	4,50	30 000,00	1 350,00	
7	Maturação	1	300 000,00	3 000,00	3,9	30 000,00	1 170,00	6,75	30 000,00	2 025,00	
8	Maturação	1	300 000,00	3 000,00	5,28	30 000,00	1 584,00	10,125	30 000,00	3 000,00	A tributação do TM atinge o máximo permitido (igual ao TE).

Hipóteses básicas:
1.ª) São três lotes iguais. O lote construído possui uma casa cujo valor é o da média da região.
2.ª) As alíquotas aplicadas na cidade antes do CURA eram 1% para o imposto territorial e 1% para o predial. No exercício seguinte ao término das obras, passam para 2% e 1%, respectivmente.
3.ª) No início do CURA, o valor venal dos dois lotes vagos era Cr$ 30 000,00 cada, e o da casa Cr$ 300 000,00, mas eram lançados, para fins de tributação, por Cr$ 10 000,00 e Cr$ 130 000,00, respectivamente.
4.ª) Para facilidade de cálculo, estimamos não haver valorização em termos reais durante o período de maturação.
5.ª) As alíquotas progressivas são automaticamente ajustadas quando os impostos territoriais atingem a faixa do imposto predial.
Fonte: Penna, José Eduardo de Oliveira — O Projeto CURA. Secretaria de Divulgação do BNH.

hoje livre) de terras urbanas. O processo de intervenção, no entanto, gerará outros fatos econômicos e financeiros que serão analisados mais à frente.

Como a metodologia de ação do CURA prevê a atuação do município em realizar obras de complementação urbana por zonas, defrontar-se-ia de saída com grave problema: a valorização excessiva dos lotes situados na zona que foram realizados os investimentos. Por isso exige-se que o número de áreas sujeitas ao processo seja tal que não possibilite com os investimentos realizados com fundos públicos, aumento da especulação.

A necessidade de investimentos maciços fica então esclarecida, sendo que, para melhor compreensão, o número de áreas selecionadas deve ser tal que permita a absorção de 50% do acréscimo populacional dos próximos cinco anos, durante os três anos seguintes à implantação do programa. Isto implica estudos: a) demográficos — no sentido de se estimar qual o acréscimo que o município terá do ano zero para diante; b) urbanísticos — para se calcular as densidades ótimas de cada área para se permitir o adensamento de áreas subutilizadas; c) econômicos — pois, deve-se prever qual a necessidade de fundos para fazer frente a esse fluxo de investimentos.

Ainda relacionado com a escolha das áreas deve-se observar mais um fato econômico que é o da distribuição espacial da renda urbana, pois se não houvesse exigência nesse sentido, o de atender à população proporcionalmente à distribuição de rendas do município, poderia haver concentração em determinadas áreas, o que não viria a beneficiar toda a comunidade.

Agindo assim, o município está não somente evitando distorções no mercado imobiliário, mas, também, prestando inegável apoio à diminuição do hiato existente entre as condições de vida das diversas classes de renda.

Um aspecto que tem sido bastante discutido é o referente à viabilidade do projeto de determinada área. No entanto, deve ser observado com bastante cuidado o sentido que se deve ter em relação ao termo viabilidade. Para tanto, deve-se, diferençar bem entre viabilidade financeira e econômica. Enquanto a primeira diz respeito tão-somente à necessidade de existir recursos financeiros que retornem o capital investido e financiado pelo BNH, pela outra deve-se entender os investimentos que produzem internamente recursos que cobrem todos os custos de implantação e manutenção.

A filosofia do Projeto CURA é de que o programa como um todo seja viável economicamente para o município, isto é, o conjunto de áreas estudadas deve gerar volume de recursos tal que cubra todos os investimentos realizados. Porém, ao se analisar uma única área poder-se-á tê-la inviável economicamente, ou seja, não poder produzir retornos suficientes ao pagamento dos empréstimos. Estes, no entanto, podem ter alta rentabilidade social e contar como recursos financeiros para os retornos, o excedente econômico gerado por outra área mais rentábil.

Aliado a esse problema de retornos econômicos e financeiros, deve-se introduzir também mais um conceito que é o da rentabilidade social. Como existirão mais áreas que as passíveis de receber Projeto CURA numa primeira etapa, criou-se um processo de escolha envolvendo prioridades que permitirão o sincretismo dos retornos econômicos, financeiros e sociais.

O primeiro crivo será o da necessidade de se escolher áreas de acordo com a distribuição de renda, não sendo possível eleger-se uma área de determinado nível socioeconômico em detrimento a outra, de outro nível, ainda não atendida. Em segundo lugar, seriam consideradas prioritárias as áreas que produzissem retornos mais rápidos (menor **pay-back**). Por fim, as áreas também teriam outro indicador de prioridade qual seja o número de novas habitações que elas devem gerar, logo admitindo a absorção de maior número de novas famílias com melhores condições de habitar.

No que diz respeito à parte financeira do projeto é importante ressaltar o fato de que as taxas de juros são diferenciadas pela receita tributária **per capita** com subsídios aos municípios mais pobres.

E o percentual de financiamento também é diferenciado em função da renda familiar média de população residente na área como se vê a seguir:

Renda familiar média (salários mínimos)	Percentual financiável
0,3	100%
3,6	90%
mais de 6	80%

As condições de prazo são bastante dilatadas podendo um financiamento retornar em 20 anos além do prazo de carência (três anos), perfazendo então um total de 23 anos.

Tabela II — Taxas de juros e receita tributária *per capita*

Receita tributária *per capita* UPC	Juros
0,00 — 0,75	4% a.a.
0,76 — 1,50	5% a.a.
1,51 — 2,25	6% a.a.
2,26 — 3,00	7% a.a.
Mais de 3,00	8% a.a.

Como se deve atender às mais variadas classes de renda, é óbvio que haverá diferenciação entre aspirações e possibilidades de efetivação delas, de modo que o CURA não pretende de maneira nenhuma quebrar a harmonia existente entre o nível de renda da população da área e os serviços à sua disposição. Esta é uma maneira de se oferecer serviços que completem as condições de vida do indivíduo diferenciadamente. A princípio, esta idéia pode parecer separatista, mas na realidade é uma necessidade que se impõe. Seria ilógico oferecer ruas em bairros mais pobres, e com baixa densidade de tráfego, pavimentadas como fossem vias arteriais importantes e com elevado fluxo de veículos.

Ao mesmo tempo, a estrutura ambiental da área aliada às aspirações expressas na pesquisa e o nível socioeconômico é que dirão se se deve oferecer um simples campo de futebol de várzea ou um sofisticado salão de concertos.

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Um dos problemas que mais assusta aos administradores municipais é o da "capacidade de endividamento" do município, pois o sistema legal está cheio de restrições ao Poder Público Local no tocante às possibilidades de contrair empréstimos.

Esse situação não deve ser considerada isoladadamente, pois, deve ter sido tomada, como parte de uma estrutura global que visava à contenção de pressões inflacionárias de 1967. Porém, como essas restrições continuam em vigor, não cabe aqui discutir sua validade mas sim informar ao leitor sua magnitude.

No que diz respeito diretamente ao aspecto legal pode-se observar dois pontos a serem considerados, quais sejam: os limites de crédito e a possibilidade institucional e/ou financeira de oferecer garantias.

Em relação aos financiamentos, o município é controlado e limitado através de legislação específica do Senado Federal, que de acordo com o artigo 42 item VI da Constituição Federal assim estabelece:

"Art. 42 — Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

VI — Fixar, por proposta do Presidente da República e mediante Resolução, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e **Municípios**....."

Em virtude de disposto na Constituição, o Senado Federal baixou, em 1968, a Resolunão n.º 58 que limita o endividamento de um município ao respectivo montante das obrigações existentes em 29 de outubro de 1968, não se incluindo aí, no entanto, as operações realizadas por fundações e entidades de administração indireta, quando a dotação orçamentária proveniente do Poder Público não ultrapassar 50% da receita de cada entidade; as de crédito com antecipação da receita orçamentária e as operações exclusivamente destinadas a compra de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas ou de máquinas e equipamentos rodoviários, cujos valores são considerados extra-limite.

Em relação às garantias, pode-se abordar o problema sob duas ópticas diferentes: o das garantias reais e o das garantias financeiras. A garantia real, muito freqüentemente relacionada com hipoteca, é assunto bastante controvertido no que diz respeito à sua constitucionalidade; a garantia financeira, (quotas-partes do Fundo de Participação dos Municípios; vinculação dos recursos provenientes da arrecadação — do ICM, co-obrigação bancária...) nem sempre é aceita por imposições legais como dos recursos do FGTS que devem ter suas operações de crédito cobertas por garantia real.

Esse breve apanhado sobre os problemas legais é apenas um esforço que se tenta fazer para se melhorar a posição econômico-financeira dos municípios brasileiros.

Porém, o importante não se resume somente nos aspectos jurídicos da questão, mas sim na situação gerada por uma política de forte centralização da máquina tributária que não permite ao município autonomia que lhe seria fundamental.

Analisando-se os balanços de umas 40 prefeituras conclui-se que o sistema é falho e precisa ser considerado e estudado pormenorizadamente.

Se julgada necessária a manutenção de determinado ritmo de investimentos, ao longo de algum tempo, em dado município, um procedimento apropriado, a fim de não se esgotar com o empréstimo do primeiro ano toda a capacidade de endividamento prevista, seria o de se limitar, em função dessa capacidade, o valor máximo de financiamento a ser concedido anualmente.

A título ilustrativo, apresenta-se, a seguir, a correspondência verificada entre o valor anual de financiamento (representado por K vezes a capacidade de endividamento) e o número de anos em que se poderiam conceder novos financiamentos, antes de se esgotar toda a capacidade de endividamento.

Por fim, uma forma alternativa de se conjugar o exame das prioridades setoriais locais e da continuidade dos investimentos, seria a de se condicionar a obtenção de financiamento junto ao BNH à apresenatção, pelo município, do Plano Plurianual.

O primeiro ponto a ser ressaltado é o de que a adoção de um critério geral para se estimar um limite razoável, dentro do qual se admitirá que os municípios contraiam dívidas — limite esse que se convencionou denominar capacidade de endividamento — não deve tranquilizar o analista quanto à liquidez dos financiamentos que forem concedidos.

Tabela III — Financiamento e capacidade de endividamento

Valor do financiamento (K × CE)	Número de anos em que novos financiamentos anuais são possíveis, antes de esgotar-se a capacidade de endividamento
1	9
2	5
3	4
4	3
6	2
9	1

1. CE — capacidade de endividamento.
2. Hipóteses adotadas:
   — financiamentos pelo SAC a 6% a.a. e prazo de 20 anos;
   — capacidade de endividamento crescente a 5% a.a.
   — inexistência de compromissos assumidos antes do 1.º ano.

Respeitar os parâmetros de capacidade de endividamento dos municípios não significa, necessariamente, obter certeza de retorno dos empréstimos, mesmo admitindo honestidade de propósito dos dirigentes municipais, isto porque, sob o aspecto de análise financeira, os municípios diferem substancialmente das **empresas**, privadas ou públicas.

A capacidade de pagamento destas empresas pode ser aproximadamente quantificada em função de seus índices de rentabilidade. Em relação aos municípios, porém, inexiste rentabilidade passível de quantificação. Superavits orçamentários, quando surgem, são transitórios, logo obrigatoriamente absorvidos, no exercício seguinte, em gastos orçamentários. O orçamento municipal, por definição, não deve apresentar superavit. Toda a receita tem de ser aplicada em bens e serviços de utilidade pública.

Assim, o que se pode desejar de um município é que, em face de compromissos assumidos, abstenha-se de efetuar determinados gastos e reserve parte de sua arrecadação para saldar aqueles compromissos. Essa capacidade de abstenção é aleatória e independe, muitas vezes, da vontade dos dirigentes municipais.

Diante desse quadro, necessita o analista ter presente que, na realidade, o que vai responder pelo tranqüilo retorno dos financiamentos é a garantia e, sobretudo, o teor de liquidez dessa garantia.

Apesar de se observar todos esses aspectos o importante é salientar que grande parte dos municípios brasileiros estão com sua "capacidade de endividamento" bastante comprometida não permitindo que empréstimos sejam contraídos para se equacionar os problemas de inversões públicas de grande porte.

Tabela IV — Municípios aprovados para fins de financiamento do Projeto CURA

Municípios	Valor global do financiamento		Valor aprovado		População a ser atendida	N.º de novas habitações
	Cr$	UPC	Responsabilidade da Prefeitura			
Cuiabá (MT)	18 000 000	237 467	69 920	167 547	22 500	4 500
Brasília (DF)	50 400 000	664 907	664 907[1]	—	63 000	12 600
Divinópolis (MG)	10 400 000	137 203	62 005	75 198	13 000	2 600
São Paulo (SP)	739 200 000	9 751 978	9 751 978	—	924 000	184 800
Contagem (MG)	67 200 000	886 543	224 274	662 269	84 000	16 800
Santo André (SP)	61 600 000	812 664	812 664	—	77 000	15 400
Limeira (SP)	11 200 000	147 757	69 445	78 312	14 000	2 800
Santa Maria (RS)	14 376 748	184 625	92 312	92 313	17 500	3 500
Goiânia (GO)	124 304 000	1 596 305	197 889	1 398 416	151 500	30 300
Blumenau (SC)	12 800 000	168 865	168 865	—	16 000	3 200
S. José dos Campos (SP)	32 000 000	422 163	422 163	—	40 000	8 000
Curitiba (PR)	86 800 000	1 145 118	—	1 145 118	108 500	21 700
Campinas (SP)	60 000 000	791 556	609 498	182 058	75 000	15 000
Maringá (PR)	33 171 100	411 450	283 900	127 550	39 000	7 800
Mauá (SP)	53 200 000	701 846	217 572	484 274	66 500	13 300
Poços de Caldas (MG)	6 800 000	89 709	54 722	34 987	8 500	1 700
São Caetano do Sul (SP)	10 000 000	128 419	128 419	—	12 500	2 500
Londrina (PR)	39 600 000	508 539	406 831	101 708	49 500	9 900
São Bernardo do Campo (SP)	59 963 140	743 775	743 775	—	70 500	14 100

[1] Responsabilidade do Governo do Distrito Federal.
Fonte: BNH.

A tabela IV apresenta os municípios que tiveram suas solicitações de recursos aprovadas com o respectivo limite de financiamento que de acordo com a situação atual de suas finanças permite tal endividamento. É bom lembrar que de agosto de 1973, quando começou o programa, até janeiro de 1974, 38 municípios solicitaram participar do CURA, sendo que somente os 19 listados tiveram seus créditos aprovados. Os restantes, por estarem com reduzidas condições de absorver novos créditos, estão merecendo estudo particular para se tentar viabilizar o programa sem que haja um comprometimento que venha a se tornar problema futuro.

O fato de se discutir neste estudo o problema da capacidade de endividamento deriva dos óbices que este tema tem causado aos municípios brasileiros e da necessidade de uma tomada de consciência por parte das altas esferas do poder para o desnível causado pelo sistema tributário que nega aos municípios não industrializados a possibilidade de se desenvolver. A realidade deve ser observada e criticada. Este estudo não tem a pretensão de apresentar nem todos os problemas ligados ao desenvolvimento urbano, muito menos de propor soluções. O Projeto CURA está muito longe de ser o remédio para todos os males que atormentam as cidades brasileiras

Itaú Instituições Financeiras Itaú

ITAÚ SEGURADORA S.A.

C.G.C. N.º 61.557.039

RESUMO DO BALANÇO DE 1973

ATIVO			PASSIVO		
IMOBILIZADO			**NÃO EXIGIVEL**		
Imóveis	50.270.253,26		Capital Realizado	45.000.000,00	
Instalações, Móv., Máq. e Veículos	9.717.519,94	59.987.773,20	Aumento de Capital em Aprovação	16.000.000,00	
REALIZAVEL			Reservas Patrimoniais e Fundos	40.647.226,86	
Acionistas Conta Capital	16.000.000,00		Depreciações e Previsões	6.929.261,94	108.576.488,80
Acionistas Conta Capital — Ágio	7.200.000,00		**RESERVAS TÉCNICAS**		77.662.670,83
Títulos de Renda	119.328.243,70		**EXIGIVEL**		
Imóveis para Renda ou Venda	494.423,55		IRB c/Movimento	2.971.891,71	
IRB c/Retenção de Reservas e Fundos	17.320.561,20		Prêmios de Resseguros a Pagar.	3.195.814,71	
IRB c/ Moeda Estrangeira	1.323.750,43		Comissões a Pagar	2.460.462,69	
Aluguéis — Dividendos e Dvs. a Receber	4.627.221,18		Pagamento Antecipado de Prêmios	1.135.881,54	
Diversas Contas	5.089.043,04	171.383.243,10	Imp. e Contribuições a Recolher	1.039.085,55	
DISPONIVEL			Provisão para Imposto de Renda	1.000.000,00	
Depósitos Bancários e Caixa		5.534.792,79	Empréstimos Garantidos	10.333.665,61	
PENDENTE			Diversas Contas	4.331.863,53	26.468.665,34
Apólices Emitidas	24.112.380,19		**PENDENTE**		
Depósitos Judic. e Almoxarifado	909.299,20		Prêmios e Emolumentos a Realiz.	24.112.380,19	
Despesas de Exércicios Futuros.	4.245.467,18	29.267.146,57	Receitas de Exercícios Futuros	14.176.662,44	
COMPENSAÇÃO			Lucros e Perdas	15.176.088,06	53.465.130,69
Diversas Contas		151.212.129,78	**COMPENSAÇÃO**		
			Diversas Contas		151.212.129,78
TOTAL DO ATIVO		417.385.085,44	TOTAL DO PASSIVO		417.385.085,44

RESUMO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DE 1973

DÉBITO			CRÉDITO		
DESPESAS INDUSTRIAIS			**RECEITAS INDUSTRIAIS**		
Prêmios Cedidos ao IRB	43.572.076,93		Prêmios Arrecadados	288.067.822,59	
Prêmios Restituídos	11.680.443,13		Menos: Prêmios Diferidos	(—) 14.151.557,10	
Sinistros	130.736.184,18		Recuperação de Sinistros	16.964.545,51	
Comissões e Participações	55.703.598,40		Comissões e Participações	12.843.023,58	
Despesas Operacionais Diversas	11.837.926,78		Salvados e Ressarcimentos	2.327.705,59	
Aumento Reservas Técnicas	21.267.646,55	274.797.875,97	Receitas Operacionais Diversas	12.012.606,48	318.064.146,65
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			**RECEITAS DE INVERSÕES**		
Despesas c/Pessoal	32.077.476,95		Receitas Mobiliárias Diversas	19.105.524,21	
Serviços Técnicos e Mecanizados	6.292.084,14		Receitas Imobiliárias	7.617.426,76	
Despesas c/Localiz. e Funcionam.	10.752.385,42		Receitas Diversas	114.607,25	26.837.558,22
Despesas c/ Tributos	1.148.159,56				
Depreciações	1.086.313,21				
Diversas Despesas	1.169.486,36	52.525.905,64			
DESPESAS PATRIMONIAIS					
Despesas c/ Imóveis e Títulos		2.401.835,20			
EXCEDENTE DO EXERCICIO		15.176.088,06			
TOTAL DO DÉBITO		344.901.704,87	TOTAL DO CRÉDITO		344.901.704,87

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
Rua Barão de Itapetininga, 18 - São Paulo
Telex 021.232 - Caixa Postal 1.798
Endereço Telegráfico: ITAUSEG
Telefone: PABX - 35.6111

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luiz Adelmo Lodi
Eudoro Libanio Villela
Olavo Egydio Setubal
Edgardo de Azevedo Soares Junior
José Carlos Moraes Abreu
Osvaldo Castro Santos
Rubens dos Santos Dias
Eduardo Ramos Burlamaqui de Mello
Geraldo Dias M. Oliveira
Antonio Ermirio de Moraes
Mauricio Villela

CONSELHO FISCAL
Restom Lahud
Manary Vasconcellos Mendes
Claudio Salvador Lembo

ATUÁRIO
Alecseo Kravec - M.I.B.A. - DRT.15

GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Ewaldo Pessôa Batista
Téc. Contabilidade D.E.C. 191.838 - C.R.C. - T-SP.398

Plano Nacional de Saneamento – PLANASA – aspectos básicos

BREVE HISTÓRICO

Uma visão retrospectiva até 1967, sobre a situação do saneamento básico (esgotos sanitários e abastecimento de água) no Brasil, levaria forçosamente ao relato de aspectos de ordem política, técnica, econômica, financeira e administrativa que, por motivos diversos, tornaram impraticável o estabelecimento de uma política nacional capaz de dar unidade e fortalecimento a este setor, na medida indispensável para que melhor quadro estatístico pudesse colocá-lo em relevo diante dos demais setores de infra-estrutura.

Apesar de as necessidades nacionais, de maneira geral, suplantarem as disponibilidades dos poderes público e privado no equacionamento e solução dos problemas brasileiros, o quadro do saneamento básico esteve, até há bem pouco tempo, relegado a plano por demais secundário, com prejuízos incalculáveis para a saúde pública, produtividade das forças do trabalho humano e, afinal para o próprio processo de desenvolvimento econômico e social do País, por limitá-lo quanto ao seu objetivo maior de promover o bem-estar da população brasileira.

Se, de um lado, os recursos financeiros consignados nos orçamentos públicos sempre ocorreram irrisórios em relação aos de outuros setores, por outro, sua aplicação pulverizada, aliada à tônica paternalística que presidia as decisões da política de então, à multiplicidade e à falta de coordenação entre os órgãos de saneamento, à tarifação irreal ou ao enfoque municipal, isolado e casuístico no trato desse problema, conjugado a outros fatores, conduziram a um desequilíbrio acentuado entre a demanda crescente e a oferta insuficiente desses serviços públicos. A situação do Brasil, em dezembro de 1967, no que tange ao abastecimento de água, indicava que menos de 50% da população urbana era abastecida de água sendo que, para parcela razoável desse percentual, o suprimento era realizado de maneira irregular e deficiente. Quanto a esgotos sanitários, o quadro era bem mais negativo, pois apenas 24% da população era servida de redes públicas, sendo de salientar que o destino final desses esgotos nem sempre era adequado, constituindo-se, por conseguinte, em fonte de poluição dos recursos hídricos. Contudo, mais alarmante que o deficit apurado àquela época era a falta de perspectiva para solução do problema, cuja demanda iria evoluir obviamente, em função do crescimento demográfico urbano, caracteristicamente acelerado no Brasil.

Considera-se, também, o ano de 1967, desta feita, como referência histórica, pois o Decreto-lei n.º 200 veio estabelecer de forma explícita a competência do Ministério do Interior na condução do saneamento básico no País, fato decisivo para a demarragem dos problemas do setor que então começaram a ser considerados com o relevo e a importância que lhes eram devidos.

Os dados estatísticos àquela época, sem dúvida, alertaram as autoridades e técnicos do País quanto à necessidade do estabelecimento de medidas eficientes e capazes de, no menor tempo, queimando etapas, inverter aquela tendência de deficit crescente, pouco honrosa para o País no contexto internacional, se só não bastassem como justificativas para tanto, os malefícios da elevada taxa de mortalidade infantil, o depauperamento da mão-de-obra produzido por doenças de veiculação hídrica ou a limitação da expansão industrial, em determinadas regiões brasileiras.

O PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO — PLANASA

Antecedentes

Em fins de 1967, O Banco Nacional da Habitação foi incumbido pelo Ministério do Interior de proceder ao diagnóstico do problema do saneamento básico no País no sentido de se garantir suporte administrativo, técnico e financeiro adequado à sua solução permanente, de forma que viesse a ser consolidada em um plano nacional quando a experiência assim o permitisse.

Os estudos iniciais demonstraram que tradicionalmente a exploração dos serviços de água e esgotos no País ficava a cargo de entidades municipais. Ao que tudo indica, tal procedimento decorrera da ação de idêntica prática corrente, na época, nos Estados Unidos. Contudo, no Brasil, ocorreram resultados diversos dos que se verificaram naquele país.

Reduzido número de municípios brasileiros, dentre os mais ricos, conseguiu resolver, em parte, os problemas de abastecimento de água, sendo que no momento estão com seus sistemas saturados ou próximos da saturação e na maioria dos casos sem condições financeiras para sozinhos fazer frente às ampliações necessárias; o restante dos municípios, ou seja, a quase totalidade deles, tornou-se impotente para soluções nesse campo, pois além de escassos recursos financeiros, defrontaram-se com a falta de suporte humano, com capacidade mínima indispensável para administrar a contento seus serviços públicos.

Se o quadro no campo do abastecimento de água não se revelou nem de perto satisfatório, no que diz respeito ao de esgotos sanitários a situação apresentou-se ainda mais negativa, pois nem mesmo os municípios mais ricos conseguiram resolver, a contento, seus problemas, agravados com o aspecto da poluição dos corpos receptores, já que os efluentes sanitários, na maioria dos casos, não possuem disposição final adequada.

Parece incontestável que os municípios maiores e mais ricos, que já dispunham de sistemas implantados com recursos orçamentários, seriam beneficiados pela alta viabilidade que apresentariam em receber financiamentos relativamente de pequena monta para suas ampliações, resultando, quase sempre, em menores reajustamentos tarifários. Por outro lado, os municípios mais pobres e mais carentes, teriam que forçosamente implantar seus sistemas, com recursos quase que totalmente financiados, o que resultaria na necessidade do estabelecimento de tarifas muitos mais elevadas do que as requeridas para os municípios mais ricos e equipados.

Assim, os municípios maiores e mais ricos tornar-se-iam cada vez mais viáveis, com baixas tarifas, enquanto que os mais pobres estariam condenados à inviabilidade face às altas tarifas que seriam requeridas de suas populações para ressarcir os empréstimos concedidos.

Esse aspecto torna-se mais enfático quando se toma conhecimento da distribuição dos 3 952 municípios brasileiros por faixas de população. Pode-se, então, comprovar que 93,23%, ou seja, 3 687 municípios, possuem população inferior a 25 mil habitantes.

Contudo, não se poderia de imediato, mudar toda uma tradição de muitos anos. Daí optar-se inicialmente, pela implementação de programas estaduais preliminares que possibilitassem, no menor prazo, dados e bases indispensáveis à consolidação de uma política nacional mais consentânea com as características brasileiras do setor. Simultaneamente, a esperança residia na compreensão das autoridades municipais e mesmo de entidades federais, no sentido de ser estabelecido mecanismo que propiciasse compensação financeira entre municípios ricos e pobres de forma que resultassem tarifas justas para todos.

Objetivos principais

O desenvolvimento dos programas estaduais preliminares de abastecimento de água, levados a efeito nos anos de 1968, 1969 e 1970, proporcionou visão ampla e aprofundada dos aspectos políticos, técnicos, administrativos, operacionais e econômico-financeiros.

As pesquisas desenvolvidas por técnicos do BNH ensejaram o conhecimento das diversas variáveis influenciadoras do problema o que veio possibilitar o estabelecimento e os testes do modelo matemático adequado a ser utilizado como instrumento de planejamento, programação e controle dinâmicos, visando ao desenvolvimento do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), que, principalmente, objetiva:

a) eliminação do deficit do setor de saneamento básico por meio de programação adequada que permita atingir o equilíbrio entre a demanda e a oferta desses serviços, no menor tempo, com um mínimo de custo;

b) manutenção, em caráter permanente, do equilíbrio atingido entre a demanda e a oferta de bens e serviços no campo do saneamento básico;

c) atendimento de todas as cidades brasileiras, mesmo dos núcleos urbanos mais pobres;

d) instituição de uma política tarifária de acordo com as possibilidades dos consumidores e com a demanda de recursos e serviços de forma que se obtenha equilíbrio permanente entre receitas e despesas;

e) instituição de política de redução de custos operacionais em função de uma economia de escala com reflexos diretos no esquema tarifário; e

f) desenvolvimento de programas de pesquisas, treinamento e assistência técnica.

Os estudos desenvolvidos demonstraram que uma das condições básicas de viabilização dos objetivos do PLANASA repousava na necessidade da existência, em cada estado, de empresa estadual de saneamento, incumbida da implantação, operação e manutenção dos sistemas locais de esgotos sanitários e de abastecimento de água.

A concentração de esforços, recursos e da exploração desses serviços locais, à custa da empresa estadual, permitiria dentre outras vantagens:

a) economia de escala com redução do custo operacional;

b) melhoria de administração e operação dos sistemas, pela possibilidade de maior assistência técnica prestada; e

c) viabilidade de todos os projetos, mesmo das cidades e vilas mais pobres, pela compensação interna propiciada.

O modelo do PLANASA veio, por outro lado, consolidar o princípio de auto-sustentação do setor de saneamento básico e o conceito industrial na exploração dos sistemas de esgotos sanitários e de abastecimento de água.

Tratando-se, assim, do desenvolvimento integral de um complexo de sistemas industriais, os conceitos emanados do PLANASA impõem práticas administrativas e gerenciais modernas no âmbito das empresas estaduais. O desenvolvimento do plano em cada estado, contudo,

requereu a revisão de estruturas, sistemas, normas e procedimentos, no sentido do abandono de velhas vestimentas, hábitos e tradições que têm afetado a administração pública, para buscar os propósitos efetivos de uma atividade empresarial.

Modificações fundamentais estão sendo requeridas no processo tradicional de administração dos serviços de esgotos sanitários e de abastecimento de água, podendo-se inferir que o administrador deixou de concentrar suas preocupações na solução dos problemas de um serviço isolado, para fazê-lo no sentido muito mais amplo da administração integrada de um conjunto de sistemas, o que, sem dúvida, envolve a adoção de novos princípios gerenciais que garantam a eficiência do comando global, sem prejuízo da boa qualidade dos serviços prestados em cada núcleo urbano.

Os aspectos políticos, técnicos econômico-financeiros e administrativos do PLANASA passaram a ser considerados mediante planejamento e metodologia adequados, segundo modernos dispositivos de análise de sistemas e de pesquisa operacional, que têm possibilitado a implementação e o aperfeiçoamento concomitante desse Plano de longo prazo mas que objetiva, em curto período, o máximo de benfício com o mínimo de custos.

Esse esforço concentrado em torno das companhias estaduais de saneamento já se traduz em resultados positivos. Assim é que, em razão da economia de escala, da melhor qualificação dos recursos humanos, da incorporação de novas técnicas e da visão global que têm possibilitado soluções mais econômicas pelo projetamento de sistemas integrados e modulados, já são verificados declínios tanto nos custos operacionais como dos investimentos, em bases unitárias. Esse aspecto — um dos objetivos do PLANASA — resultará na possibilidade de redução da tarifa mínima e, portanto, na extensão do benefício social. Também, a viabilização do atendimento de todos os núcleos urbanos, mesmo das vilas mais pobres, com menos de 300 habitantes, vem sendo obtida, graças ao sistema de caixa única e da diferenciação dos juros e das tarifas que se compensam. no âmbito das companhias estaduais.

Fundos de financiamento para água e esgotos (FAE)

O equacionamento permanente dos problemas de saneamento básico, em cada estado — outro dos objetivos fundamentais do PLANASA — tem como suporte principal os Fundos de Financiamento para Água e Esgotos (FAE), constituídos em convênio entre o BNH e os governos estaduais. A rotatividade dos recursos destes fundos representa a garantia do atendimento permanente às comunidades brasileiras, não só para equipá-las no momento, mas, sobretudo, para a necessária expansão futura de tais sistemas básicos.

Enquanto os recursos estaduais de integralização dos FAE decrescem no tempo, os retornos das aplicações desses fundos serão crescentes, acrescidos dos juros e garantidos em seu valor real pela correção monetária.

Resultará, no âmbito de cada estado, um sistema financeiro consolidado, cujo potencial garantirá permanentemente a satisfação da demanda de recursos para o setor de saneamento básico. Assim, a realização dos programas vem-se tornando independente das oscilações orçamentárias e as obras e os serviços iniciados estão tendo seu término garantido no menor prazo.

Uma vez eliminado o deficit existente no setor, mediante o modelo do PLANASA, bastará que a taxa de juros dos empréstimos dos FAE seja pelo menos igual à do crescimento demográfico urbano do respectivo estado. Isto, para que suas aplicações, na expansão futura dos sistemas de abastecimento de água, sejam capazes de garantir equilíbrio permanente entre a demanda e a oferta deste setor, num índice de atendimento populacional urbano de pelo menos 80%.

Treinamento e assistência técnica

No sentido da mais rápida evolução administrativa das empresas estaduais, o BNH vem promovendo programas de treinamento, assistência técnica e pesquisas no campo da engenharia sanitária. Estão sendo mobilizadas entidades nacionais e internacionais para colaborar no desenvolvimento desses programas.

Sobressaem dentre estas entidades, a Organização Mundial da Saúde por intermédio da Organização Panamericana da Saúde (OPS/OMS), a Fundação Getulio Vargas, o PIPMO, o CENAFOR, a ABNT, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), e outras instituições especializadas. Os programas de treinamento, assistência técnica e pesquisas já estão em pleno desenvolvimento e suas metas prevêm o treinamento de 60 mil pessoas, até 1976. Os recursos previstos para tais programas somam a Cr$ 117 milhões.

Aspectos do processo de urbanização

Os estudos básicos para formulação do PLANASA não poderiam deixar de considerar, face à sua irreversibilidade, o acelerado processo de urbanização que se verifica no Brasil.

O estudo estatístico da evolução demográfica brasileira indica que em 1940, 31,2% da população vivia nas cidades e vilas, enquanto que 68,8% vivia nos campos.

Em 1980, essa situação apresentar-se-á bastante modificada, de vez que se prevê inversão na distribuição populacional do Brasil, quando, 33,3% dos brasileiros viverão nos campos, enquanto que 66,7% habitarão as cidades do País.

Dessa forma, os investimentos no PLANASA, em cada estado, têm seu ritmo anual de aplicação adequado para que, no máximo até 1980, seja obtido equilíbrio entre a demanda e a oferta dos serviços de água e esgotos e a partir daí garantir a manutenção desse equilíbrio sempre em função da taxa anual de crescimento demográfico urbano.

Pela tabela I, verifica-se, a partir de 1940 até 1970, diminuição relativa, percentual, da população nas cidades de menos de 10 mil habitantes, e aumento progressivo desse percentual para as cidades maiores.

É fácil comprovar que o grande incremento populacional está ocorrendo nas grandes cidades em conseqüência do fluxo migratório campo/cidade pequena e média, e cidade pequena e média/cidade grande.

O PLANASA, por suas metas de atendimento a todos os núcleos urbanos do País, até 1980, poderá vir a ser um dos fatores de fixação do homem nas cidades médias e pequenas, refreando o fluxo migratório para as grandes cidades ou megalópolis.

Tabela I — População das cidades e vilas na data dos censos de 1950, 1960 e 1970—(mil habitantes)

Grupos de habitantes	1950		1960		1970	
	Dados absolutos	%	Dados absolutos	%	Dados absolutos	%
Total	18 775	100,0	31 956	100,0	52 905	100,0
até 2 000	2 764	14,7	3 258	10,2	3 620	6,8
2 001 a 5 000	2 086	11,1	3 146	9,8	3 899	7,4
5 001 a 10 000	1 782	9,5	2 617	8,2	3 811	7,2
mais de 10 000	12 143	64,7	22 934	71,8	41 575	78,6

Isso poderá ocorrer em virtude das melhores condições de higiene e saúde pública com que serão contempladas as cidades médias e pequenas, além da ativação econômica local, pela maior oferta de água ao desenvolvimento dos setores secundários e terciários.

Obviamente que outras medidas, nos demais setores da infra-estrutura social e econômica, deverão ser desenvolvidas no sentido de se induzir melhor distribuição da população urbana do País de forma que desacelere o crescimento demográfico das grandes metrópoles.

O SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO (SFS)

Conceituação

A implementação e o controle do PLANASA, no sentido da consecução de suas metas, têm como suporte financeiro, administrativo, técnico e operacional o Sistema Financeiro do Saneamento (SFS) que congrega e disciplina os esforços e recursos do Governo federal, por meio do BNH, dos governos estaduais e municipais e de entidades especializadas integrantes do sistema. Dessa forma, o PLANASA desenvolve-se e se aperfeiçoa à custa das ações do SFS, tendo nele a garantia de soluções dinâmicas, flexíveis e adequadas às peculiaridades regionais do setor.

A essencialidade do sistema é o caráter permanente e realista com que foi estruturado, o que lhe confere sentido de irreversibilidade.

O BNH é o órgão central do SFS competindo-lhe orientar, disciplinar, controlar e estimular suas atividades.

Se os aspectos de planejamento e coordenação são centralizados, as atividades executivas são descentralizadas, a par da delegação de poderes que são conferidas às entidades integrantes do sistema. Objetivou-se, assim, adequar órgãos estaduais ou regionais, conforme suas especialidades, à sistemática operacional do SFS de modo que se dê aos estados o apoio indispensável à condução permanente dos estudos e à solução dos problemas de saneamento básico, nos moldes preconizados no PLANASA.

Mobilização de recursos financeiros

Os recursos mobilizados, a nível federal, são provenientes principalmente do BNH, sendo de salientar que não são orçamentários, mas têm sua origem na poupança privada. Em decorrência, o orçamento público está sendo aliviado para aplicações em outros setores que estão a exigir investimentos com subsídios federais.

Os recursos do âmbito estadual são, no início dos programas, principalmente, de origem orçamentária, sendo aplicados por intermédio de Fundo Estadual de Financiamento para Água e Esgotos (FAE). Ao longo do desenvolvimento dos programas, os recursos orçamentários vão sendo progressivamente substituídos pelos provenientes dos retornos dos empréstimos de cada FAE, procedimento este que irá garantir a estabilidade e continuidade dos programas. Da mesma forma que no plano federal, também os orçamentos dos estados serão aliviados, para aplicações em outros setores.

No âmbito municipal, os recursos são requeridos em contrapartida aos financiamentos, que se originam tanto do BNH quanto dos FAE, na quantidade indispensável à viabilização dos programas, e são normalmente de aplicação a fundo perdido, ou seja, não reembolsáveis por meio das tarifas.

Normas operacionais

A regulamentação baixada pelo BNH, relativa ao SFS, a partir de 1968, tem como característica principal a flexibilidade, no sentido de acompanhar a dinâmica do desenvolvimento das programações estaduais.

As normas estabelecidas para disciplinar as atividades do SFS estão consubstanciadas no Programa de Financiamento para Saneamento (FINANSA) e de seus subprogramas específicos: REFINAG (abastecimento de água); REFINESG (controle da poluição mediante sistemas de esgotos sanitários e de seu adequado destino final).

O prazo máximo de carência dos financiamentos concedidos pelos citados subprogramas é de 36 meses, sendo de 18 anos o prazo de amortização do principal.

Os juros variam de 4% a 8% a.a. e são determinados em função da receita tributária **per capita** dos estados. Esse procedimento possibilita compensação financeira interna no BNH, posto que os estados mais desenvolvidos subsidiam os menos favorecidos que são em conseqüência beneficiados com taxas de juros menores.

Os FAE, cujos recursos são somados aos do Banco em igual proporção para financiamento às companhias estaduais, têm suas operações financeiras e gestão reguladas no BNH.

Entidades integrantes do SFS

O SFS, em cada estado, está constituído, das seguintes entidades cujos esforços são integrados para a consecução dos objetivos do PLANASA:
a) BNH — órgão central do sistema;
b) governos estaduais — na qualidade de entidades financiadoras são responsáveis pelas integralizações dos FAE;
c) agentes financeiros — preferencialmente, bancos de que os estados sejam acionistas majoritários; são os mutuários dos financiamentos do BNH e dos FAE;
d) agentes promotores — entidades estaduais incumbidas da política de saneamento e de seus aspectos técnicos específicos;
e) órgãos gestores — órgãos estaduais especializados em gestão financeira, competindo-lhes a administração dos FAE;
f) companhias estaduais de saneamento — responsáveis pela execução das obras e operação dos sistemas;
g) órgãos técnicos — órgãos públicos ou entidades privadas contratados pelo BNH para as tarefas de análise de projetos e fiscalização da execução das obras.

RESULTADOS

Os estudos realizados no País, consoante o modelo do PLANASA, exposto neste artigo em suas linhas gerais, indicaram a viabilidade de serem abastecidos com água de boa qualidade, pelo menos, 65 milhões de brasileiros, até 1980, ou seja, 80% da população urbana estimada para aquele ano. Pretende-se, também, no mesmo período, beneficiar no mínimo, 50% da citada população com a realização de programas de controle da poluição hídrica, mediante a implantação de sistemas de esgotos sanitários com destino final adequado.

Apesar de ambiciosas, tais metas são perfeitamente exeqüíveis, mercê do equacionamento dos recursos financeiros requeridos — cerca de Cr$ 15 bilhões — e da viabilidade técnica, administrativa, operacional e econômica de sua aplicação, segundo a sistemática do PLANASA.

O êxito do PLANASA está assegurado pela adesão de 20 governos estaduais, em cujos territórios situam-se 91,5% da população urbana do País.

A adesão municipal ao PLANASA tem ocorrido maciçamente por meio da concessão de seus sistemas de água e esgotos às companhias estaduais, numa prova indiscutível de sua aceitação pelas autoridades municipais, que assim passam a ter aliviados seus orçamentos para aplicação em outros serviços urbanos caracteristicamente locais.

Até o final de 1973, já haviam sido contratados investimentos que representam 48,3% do programa total previsto no PLANASA, para a década, estando as obras correspondentes contratadas, concluídas ou em conclusão.

Por outro lado, somente em programas de água, já foram aplicados cerca de Cr$ 4,3 bilhões, o que corresponde a 35% do investimento total previsto até 1980.

O ativo total dos FAE, considerando-se apenas os investimentos previstos para os programas de água e os já compromissados em esgotos, está estimado em Cr$ 1,4 bilhão (18 milhões de UPC) e deverá atingir, em 1980, a 80 milhões de UPC (cerca de Cr$ 6,4 bilhões, a preços atuais).

Os retornos anuais, estimados atualmente em Cr$ 5,7 milhões deverão crescer de pelo menos nove vezes até 1980, o que representará valor superior à demanda global das contrapartidas exigidas dos estados para os programas de abastecimento de água, permitindo que o saldo seja aplicado no desenvolvimento dos programas de controle da poluição.

Os resultados alcançados suplantaram as previsões numa fase que se poderia reputar por demais difícil, pois correspondeu a profundas modificações no tratamento que tradicionalmente vinha sendo receitado para o problema, sendo de salientar que os índices de morbidade e de mortalidade decorrentes de moléstias transmitidas por via hídrica declinam em todas as comunidades que já se beneficiam com o PLANASA.

AUTOPEÇAS EM 73: O DESAFIO DA MATÉRIA-PRIMA

O ano de 1973 foi um dos mais movimentados na história da indústria de autopeças. Estimulado pelo Governo e pela expansão da demanda, o setor continuou crescendo e se reequipando para suprir, em quantidade e qualidade, os mercados de montagem, reposição e exportação. Para cumprir essas metas, no entanto, foi preciso superar grandes dificuldades geradas pela escassez de matérias-primas que se verificou desde o início do ano e pelo conflito entre a rápida evolução de custos industriais daí decorrente e as medidas de contenção inflacionária.

Esses problemas mobilizaram o empresariado de autopeças que, através de seu Sindicato, buscou e continua buscando soluções capazes de minimizar as consequências da crise. As dificuldades com suprimento de insumos industriais foram detectadas pela diretoria da entidade logo ao fim de 1972, levando-a a intensificar seus contatos no Ministério da Indústria e do Comércio. Diante do empenho do Ministro da Indústria e Comércio em intervir diretamente na solução dos casos mais prementes, promoveu-se, no início do ano, um levantamento da situação dos fabricantes de material automobilístico. As informações obtidas permitiram ao Governo tomar uma série de medidas positivas. Não se interrompeu, desde então, o intenso trabalho de colaboração entre o Sindicato e diversos órgãos da administração federal, do qual tem resultado providências favoráveis tanto ao setor como um todo quanto a empresas e subsetores que enfrentam problemas específicos.

As conseqüências mais evidentes desse esforço são as isenções ou reduções de direitos alfandegários para a importação de inúmeras matérias-primas em falta no mercado nacional, permitindo o suprimento e aliviando parcialmente as pressões altistas que inevitavelmente se formam nas fontes de suprimento não tradicionais. As resoluções emitidas nesse sentido pelo Conselho de Política Aduaneira — CPA — beneficiaram os consumidores de aço (chapas, bobinas, perfilados, arames, trefilados etc.), amianto, cortiça, zamak (liga de zinco), estanho, alumínio (em bruto e sucata), fenol (também fenoldeído, preparação catalizadora e resinas fenólicas) e polietileno.

Essas e tantas outras medidas puderam ser decididas objetivamente por diversos órgãos do Governo, graças, em grande parte, ao pronto fornecimento de dados concretos, elaborados pelo Sindicato com base nos vários levantamentos que promoveu junto a grupos representativos de seus associados. Embora limitado em seus resultados, por força da própria magnitude do problema enfrentado, o trabalho desenvolvido para minimizar as conseqüências da presente crise certamente se inscreve entre os mais significativos serviços já prestados pela entidade ao setor de autopeças e, conseqüentemente, à economia nacional.

o sabor para quem sabe o que quer.



Quatro dos melhores fumos brasileiros, na mistura perfeita que só a Souza Cruz sabe fazer. Minister. Sabor exclusivo, suave, o sabor que satisfaz. Filtro de luxo. Cigarro cada vez mais preferido por quem sabe o que procura.

QUALIDADE SOUZA CRUZ

Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente

POLUIÇÃO

A poluição do meio ambiente, vista analiticamente por um economista, é problema bastante simples. Trata-se, no fundo, de conflito entre custos sociais e benefícios privados, estando a solução numa apropriação correta destes custos. Considerando-se aqueles, os que não aparecem na conta de lucros e perdas das empresas ao levantar-se os custos da produção e que são pagos pela comunidade. Assim, por exemplo, se o efluente de uma indústria contamina um curso d'água que posteriormente necessite de tratamento para abastecer uma cidade, temos um caso de custo social. Por benefício privado entende-se aquele que é apropriado pela empresa e que vai finalmente resultar lucro distribuído a seus acionistas sob a forma de dividendos ou de ações bonificadas. Fundamentalmente, neste problema, de um lado tem-se um custo que a comunidade, como um todo, vai pagar sob a forma de impostos, para que sejam feitas as obras de limpeza do ambiente deteriorado ou, no futuro, sob a forma de produtos mais caros, de vez que as indústrias vão requerer equipamentos especiais para controlar as emissões de gases, sólidos ou de líquidos que possam contaminar a atmosfera, o solo e os cursos d'água.

Das duas "categorias sociais" de poluição, a da riqueza e a da pobreza, aquela é um subproduto do desenvolvimento econômico, ocorrendo apenas onde haja industrialização, concentração urbana, desenvolvimento. O desenvolvimento econômico, por outro lado, gera os recursos capazes de controlar tal poluição. Neste caso, da poluição dos ricos, o problema fundamental do seu controle tem caráter político: cabe à sociedade decidir se o custo do controle da poluição será totalmente transferido aos contribuintes ou será pago também pelos consumidores. Estudo recente do Conselho de Controle de Qualidade do Ambiente nos Estados Unidos estima que a poluição atmosférica naquele país, procedente de várias fontes, é o equivalente a uma tonelada anual por pessoa; assim, mais de 200 milhões de toneladas poluentes são lançadas anualmente na atmosfera.

Mas, além da poluição causada pela sociedade de consumo de massa há a chamada "poluição da pobreza". Esta é oriunda dos aglomerados marginais nas grandes cidades, da população que não tem esgotos sanitários, nem água potável e que não tem meios de melhorar a saúde. Esta "categoria" de poluição só pode ser curada pelo desenvolvimento econômico. A poluição do primeiro tipo, a dos ricos, sendo subproduto do desenvolvimento, resolve-se não pela estagnação, mas pela boa orientação do desenvolvimento. O outro tipo, a dos pobres, também não se resolve com estagnação, mas com mais desenvolvimento, bem orientado. No Brasil são encontrados, infelizmente, os dois tipos de poluição. Talvez as áreas metropolitanas mais importantes estejam sentindo um pouco esta poluição, como ônus do seu desenvolvimento industrial. Mais grave, porém, parece ser a poluição dos pobres: favelas, mocambos, malocas, palafitas, todo este mundo de população marginalizada, que se concentra nos grandes centro urbanos. A dicotomia, em poluição dos ricos e dos pobres, boa para fins analíticos, não é na prática e na vida assim tão clara, porque mesmo um país como os Estados Unidos tem 26 milhões de pessoas consideradas pobres.

A poluição ambiental não é apenas um problema do presente; surgiu com a Revolução Industrial. Foi mesmo muito mais grave no passado do que o é agora; na realidade, o desenvolvimento econômico conseguiu reduzir os níveis de poluição que se seguiram ao grande surto da indústria.

Hoje, na Europa e nos Estados Unidos, há nova crise decorrente do padrão e do ritmo de desenvolvimento industrial, bem como do alto crescimento demográfico, cuja repressão far-se-á pelo desenvolvimento.

A civilização industrial e a sociedade de consumo em massa deram lugar a novas formas de poluição e aumentaram exponencialmente o volume dos poluentes. A crise dos tempos atuais levou à convocação pelas Nações Unidas de uma conferência mundial sobre problemas do meio ambiente, realizada em junho de 1972, em Estocolmo, após mais de dois anos de estudos. Nas reuniões preparatórias criou-se ambiente de verdadeira histeria provocada pelos homens que representavam os países desenvolvidos e encampada, em grande parte, pelos representantes dos países subdesenvolvidos.

A tese central era de que o mundo marchava para o caos, que a salvação do ambiente do futuro estava em se estancar, em se estagnar o desenvolvimento econômico. Embora, talvez, sem segunda intenção, esta tese representasse, de alguma forma, solução cômoda para os países desenvolvidos, não lhes seria desagradável congelar a renda quando ela está a US$ 5 mil anuais, **per capita.** Mas para os dois terços subdesenvolvidos da humanidade, que têm US$ 100, 200 ou 300 de renda anual **per capita**, a solução era totalmente inaceitável.

Daí a posição às vezes extremada, da delegação brasileira, nos comitês de negociação e, posteriormente, em Estocolmo, no sentido de que a solução do problema da poluição não se traduzisse em parar o desenvolvimento, nem significasse estagnação econômica. A solução estaria em dar ao desenvolvimento uma orientação que levasse a preservar o meio ambiente e conservar os recursos não renováveis. Por outro lado, a posição brasileira foi a de que não são os países subdesenvolvidos, mediante a poluição da pobreza, os grandes responsáveis

pela situação em que se encontra o ambiente em todo o mundo. Responsáveis são os países desenvolvidos, pelos altos padrões de consumo, pelo descuido que tiveram nas últimas décadas com os problemas da poluição. Portanto, a eles é que cumpre pagar o preço da limpeza do ambiente, seja diretamente nos seus países, seja contribuindo para programas nos países subdesenvolvidos. Os recursos dos países em desenvolvimento já são tão escassos que não é justo que se lhes peça o esforço de desviá-los do desenvolvimento econômico para o controle da poluição, além de certo limite.

Dos diversos tipos de poluição, a mais grave, no Brasil talvez seja a poluição hídrica. No artigo intitulado **Metabolismo das cidades** e publicado na coletânea de trabalhos que tem o nome de **Cidades**, afirma Abel Wolman:

"Em todos os tempos a água impura tem sido uma das principais causas de doenças fatais. Algumas delas, que têm origem nas águas impuras, são o tifo e a disenteria que, até recentemente, eram comuns nos Estados Unidos. Em 1900, a taxa de mortalidade resultante do tifo era de 35,8 por 100 mil; em 1936, fora reduzida para 2,5 por 100 mil e, hoje, a doença praticamente não existe naquele país. Na verdade, nos países europeus, na América do Norte e no Japão, as doenças transmitidas por vetores hídricos foram reduzidas a praticamente nada. Essa ainda é hoje parte da poluição dos países subdesenvolvidos. Porque, desde tempos imemoriais, embora o homem procurasse localizar-se perto das nascentes de água, que é a fonte da vida, sempre procurou eliminar resíduos ou dejetos através do meio aquoso."

A poluição hídrica tem três fontes principais. Um trecho de mensagem do Presidente dos Estados Unidos ao Congresso, ao propor um programa de controle de poluição, aclara inteiramente a questão:

"A poluição hídrica provém de três fontes principais: efluentes domésticos, industriais e agrícolas. Todas as três devem, eventualmente, ser controladas, se desejamos restaurar a pureza de nossos lagos e rios. Das três, a mais difícil de controlar é a oriunda dos poluentes agrícolas, dejetos animais, solos erodidos, fertilizantes e pesticidas."

É surpreendente verificar que, nos Estados Unidos, a principal fonte de poluição das águas é a agricultura, lá tão evoluída. Aqui, a principal fonte de poluição, ao que se supõe, pois ainda não há estudos sobre o assunto, é o efluente doméstico. Faltam esgotos sanitários e mais ainda boas estações de tratamento. Os exemplos de contaminação pelos esgotos estão evidentes em São Paulo, onde a escassez de esgotos sanitários adequados, carreia grande parte do seu efluente para os rios Pinheiros e Tietê. No passado estes rios carregavam essa poluição para o interior e, eventualmente, para o mar; mas, com a crise de energia ocorrida durante a guerra, foi necessário fazer barragens para instalações hidrelétricas. Então a poluição começou a se acumular no fundo dos lagos artificiais formados pelas barragens e, hoje, está refluindo para o centro da cidade de São Paulo.

O efluente industrial começa a ser importante nas grandes cidades brasileiras, onde não há controle sobre bom número de fábricas que poluem os rios. Projetos ora enviados ao BNDE já encontram na sua análise perguntas sobre a possibilidade de contaminação do ambiente, mas essa é realmente uma preocupação muito recente. Quanto à poluição agrícola, decorrente dos pesticidas, fertilizantes e produtos para engorda confinada, é moderada no País; grave é a erosão, poluição decorrente de más práticas agrícolas.

A poluição atmosférica já foi mais grave no passado, mas hoje está voltando a preocupar, por outros motivos. Sua principal fonte é o aumento de produtividade nos países industrializados que corresponde sempre ao aumento do uso de energia, sendo esta proveniente sobretudo da queima de combustíveis fósseis. Há estimativas de que, tomados todos os países industrializados em conjunto, a energia industrial provém em 97% de combustíveis sólidos e líquidos. Essa situação se agrava com o aumento constante do número de automóveis: 40% do consumo de petróleo nos Estados Unidos, por exemplo, faz-se por meio de veículos automotores. Nos países desenvolvidos há ainda o problema da incineração do lixo: é muito comum que cada edifício de apartamentos tenha o seu próprio forno, queimando lixo em incineração inadequada, combustão incompleta, emitindo gases e fumaça para a atmosfera.

Mas o principal poluidor naqueles países é o carvão combustível. Na Inglaterra, em 1956, o Parlamento aprovou a chamada Lei do Ar Puro. Foram proibidos os fornos de incineração individuais; passou-se a fazer a incineração coletiva, a utilizar o lixo para outros fins: aterro sanitário e outras maneiras de disposição final de detritos sólidos. As cidades novas e os novos apartamentos de Londres, foram dotados de sistemas coletivos de calefação, que passaram a funcionar, sempre que possível, com gás em unidades centralizadas. Graças a essas e outras medidas, o ar melhorou em Londres, onde a insolação foi 50% superior à de 1952, quando houve um **smog** que matou cerca de 1 600 pessoas, desencadeando na Inglaterra todo o processo de tomada de consciência do problema da poluição atmosférica. Também o controle da poluição das águas teve na Inglaterra tão grande êxito que ainda recentemente, os jornais noticiaram a volta dos peixes nadando no Tâmisa, coisa que há mais de 50 anos não ocorria.

Nos Estados Unidos houve, para citar outro elemento desencadeador de consciência sobre o problema da poluição atmosférica, a chamada catástrofe de Donoro, na Pensilvânia. Em virtude das condições atmosféricas desfavoráveis, ventos de pouca velocidade e uma inversão de correntes, naquela cidade industrial de 14 mil pessoas a metade da população adoeceu, sendo que 20 pereceram em conseqüência da poluição atmosférica.

No Brasil, a situação, no que toca a este tipo de poluição é, no presente, privilegiada: 80% da eletricidade consumida provêm de fontes hidráulicas e continua a ser aproveitado o potencial dos rios. Como prova, cita-se a decisão recente e irreversível de se construir a Central das Sete Quedas, que deve fornecer mais 10 milhões de kW de potência. Com isso e o aproveitamento de outros rios, talvez haja tempo suficiente para o País dar um **by pass** na produção de energia, passando de fontes hidráulicas a combustíveis físseis, entrando diretamente na era atômica. É possível que em 10 anos já a energia atômica para geração de eletricidade esteja suficientemente competitiva para que não se necessite importar petróleo ou carvão, como outro elemento gerador de eletricidade. O consumo de eletricidade está crescendo em 15% a.a., o que significa, dobrará em cerca de cinco a seis anos.

Outro elemento de certa importância na contaminação do ar — o número crescente de automóveis — já é sensível em São Paulo e no Rio de Janeiro. A queima do lixo das cidades é muito moderada e, embora este tipo de poluição não tenha tratamento adequado, ele tem dado

uma contribuição negativa muito pequena no País. Algumas cidades já estão cuidando de fazer aterros sanitários, outras de industrializar o lixo; procura-se, portanto, fórmula que permita resolver o problema sem aumentar o nível de contaminação da atmosfera. Mas a poluição sonora faz do Rio de Janeiro a cidade mais barulhenta do mundo, disputando a posição com São Paulo. A poluição térmica, decorrente de usinas térmicas geradoras de eletricidade que jogam nos rios quantidades enormes de água a temperatura elevada, é um problema pequeno porque a eletricidade é basicamente hidrelétrica.

Para terminar esta visão geral e impressionista dos problemas relacionados com a deterioração do ambiente, deve-se mencionar a poluição nuclear de que há hoje só dois poluidores de importância, que são a França e a China, países que não aderiram ao tratado de não-proliferação nuclear e que explodem artefatos atômicos periodicamente.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Relacionados também com o meio ambiente são os graves problemas oriundos do rápido crescimento demográfico e, especialmente, da rápida urbanização que ocorre no Brasil. Tem-se que partir do pressuposto de que a poluição sempre decorre da ação do homem sobre o meio ambiente e que quanto maior e mais concentrada a população, maior a possibilidade de ação danosa sobre o meio ambiente. Não que a poluição tenha que ocorrer necessariamente, que a sociedade não se possa organizar de maneira a evitar os efeitos deletérios sobre o meio ambiente. Ao aumento populacional, e ao crescimento das cidades, ambos rápidos, soma-se o igualmente rápido crescimento da produção, renda e industrialização: são efeitos cumulativos.

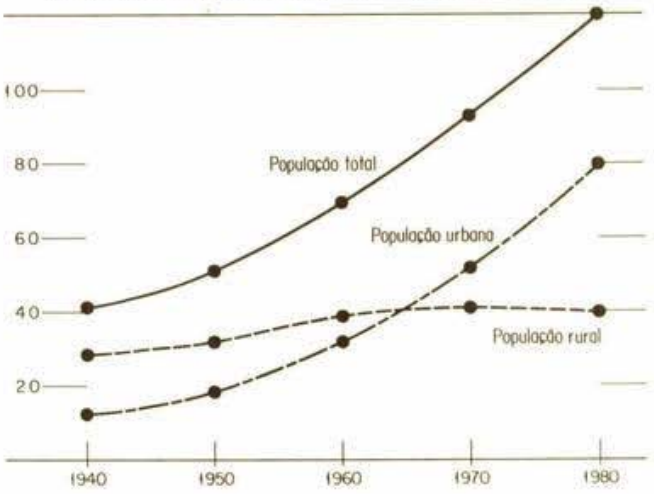
Alguns dados estatísticos poderão mostrar o que está ocorrendo País, no que toca à evolução da população. Em 1940, havia 40 milhões de habitantes; em 1970, 94,5 milhões projetando esta tendência até o ano de 1980, tem-se, seguramente, 120 milhões de habitantes. Então, isso significa que a população terá triplicado num período de 40 anos, de 40 para 120 milhões (tabela I).

Tabela I — Evolução da população do Brasil — (mil habitantes)

Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
1940	41 236	12 880	31,2	28 356	68,8
1950	51 945	18 783	36,1	33 162	63,9
1960	70 993	32 005	45,1	38 988	54,9
1970	94 509	52 905	55,8	41 604	44,2
1980	120 000	80 000	66,7	40 000	33,3

Graficamente pode-se expressar o crescimento da população urbana por uma linha que comece em 1940 com menos de 13 milhões de pessoas — 12,88 milhões e 880 mil — e que chegue a 40 milhões em 1965. Neste ano a população total do Brasil dividia-se — metade urbana, metade rural — 40 milhões de cada uma, no total de 80 milhões. Chegou-se a 1970 já com 53 milhões de pessoas residindo nas cidades e vilas e chegar-se-á a 1980 com 80 milhões de pessoas formando a população urbana do País. Então, passando de 13 para 80 milhões de pessoas, a população urbana estará sextuplicada enquanto a população total apenas triplica (gráfico I).

I - Evolução da população brasileira — milhões de habitantes



A população rural, que por volta de 1940 era de mais de 28 milhões de habitantes, cresce muito lentamente e chega a 1970 ou 71 com quase 42 milhões, daí começando a diminuir. Ela já não está aumentando de números absolutos; dever-se-á chegar a 1980 com cerca de 40 milhões de pessoas.

Em suma, enquanto a população total triplicou, a urbana sextuplicou em 40 anos e a população rural apenas aumentou 40%, passando de 28 para 40 milhões. Por outro lado, pode-se ver que, em 1940, as proporções eram as seguintes: 2/3 da população estavam nas zonas rurais; 1/3 nas zonas urbanas. Em 1980, a proporção será inversa: 2/3 da população nas cidades e 1/3 nas zonas rurais.

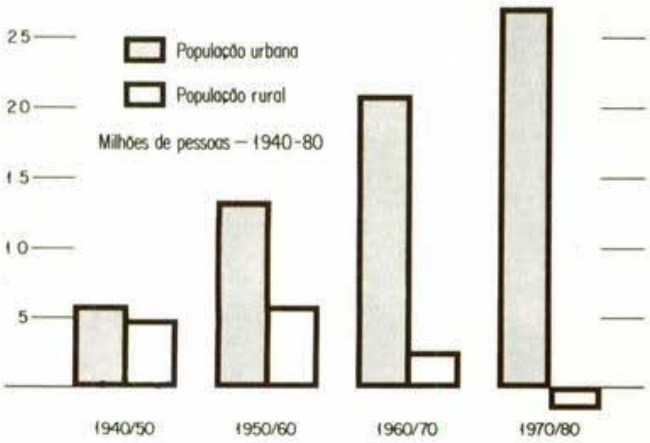
Como se terá feito este crescimento da população rural e urbana? Examinem-se novos dados dos censos de 1940 a 1970 sobre as referidas frações da população. Entre 1940 e 1950 a população rural cresceu 4,8 milhões de pessoas enquanto a urbana crescia pouco mais de 5 milhões, aproximadamente uma pessoa no campo por uma pessoa na cidade; a rigor, o crescimento da década foi de 1 para 1,1 — pouco maior na cidade. Na década seguinte, a população urbana cresceu em 13 milhões de pessoas, mais do dobro da população rural, que cresceu 5,8 milhões. O crescimento campo-cidade foi de 1 para 2,2 — bem maior na cidade. No decênio de 1960/1970, a população rural cresceu apenas 2,6 milhões de pessoas, enquanto a população urbana crescia 21 milhões, numa relação campo-cidade de 1 para 8 — maior crescimento na cidade. Já na década que se inicia vamos ter as cidades aumentando 27 milhões de pessoas e o campo diminuindo 1,6 milhão (tabela II).

Tabela II — Brasil: aumento comparativo das populações urbana e rural — (mil habitantes)

Década	População urbana	População rural
1940-50	5 903	4 806
1950-60	13 222	5 826
1960-70	20 900	2 616
1970-80	27 170	−1 604

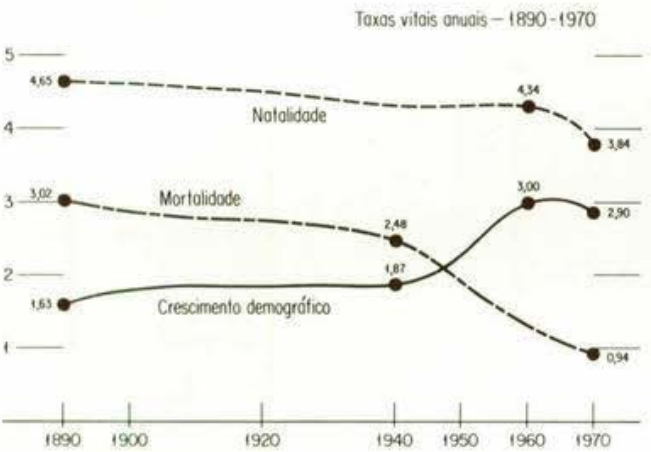
Este é o panorama de crescimento da população rural em relação à urbana, de 1940 em diante, e que pode ser assim categorizado: a população rural vinha crescendo a cada censo e teve o máximo de incremento na década de 1950, quando evoluiu de 5,8 milhões de pessoas. Foi essa a década de maior crescimento da população rural na história brasileira. Na década seguinte este crescimento entrou a declinar, sendo de apenas 2,6 milhões e na década atual teremos a população rural começando a diminuir em números absolutos (gráfico II).

II - Brasil - aumento comparativo das populações urbana e rural



Quais são os determinantes do crescimento demográfico? Graficamente foi o seguinte o que ocorreu no Brasil num período de 80 anos (1890/1970): a linha que mostra a taxa de natalidade de 46 para 1 000 desloca-se quase como uma reta, descendo muito pouco até 43,4 para 1 000 por volta de 1960, quando passa a declinar mais rapidamente. A outra estatística vital, a taxa de mortalidade, era de 30 para 1 000 em 1890; declina de maneira relativamente lenta até por volta de 1945, quando ainda era de 24,8 para 1 000; daí em diante, começa a declinar muito rapidamente, em conseqüência da melhoria dos padrões de saúde, do aparecimento do DDT controlando a malária, da melhoria da qualidade das águas, tudo o que resulta até chegar em 1970 na nossa menor taxa de mortalidade: 10 para 1 000 (gráfico III).

III - Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento demográfico



A diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade é obviamente o crescimento demográfico, não se considerando a migração dos países estrangeiros. Ela se reflete no crescimento natural da população que durante 50 anos, de 1890 a 1940, foi de cerca de 2% a.a., e sabe-se que uma população que cresce a essa taxa anual duplica em cada 35 anos. Em virtude da queda da mortalidade ela começou a subir rapidamente, chegando a seu ponto mais alto por volta de 1961 ou 1962, quando crescia mais de 3% a.a. Com o declínio da taxa de natalidade, mais acentuada que a de mortalidade, ela começou a declinar lentamente no fim da década passada. Chegou-se, assim, ao fim da década com pouco menos de 2,9% de crescimento demográfico anual, que hoje já deve ser um pouco menor.

Aprofundando mais essa técnica de projeções, pode-se ver a cronologia da duplicação da população do País, do período de 1890 até 1970. Em 1890 o censo contou 14,3 milhões de brasileiros e 32 anos mais tarde no Centenário da Independência, em 1922, atingiu-se 28,6 milhões de habitantes. Nos 32 anos seguintes a população novamente duplicou: chegou-se a 1954 com 57,3 milhões de pessoas. Passando já do pretérito para o futuro, deveremos estar dobrando novamente por volta de 1978, com quase 115 milhões; aí o período se terá reduzido de 32 para 24 anos. Se a tendência permanecer a mesma, e isso entrando já nas projeções, chegaríamos ao ano de 2002 com 229 milhões de habitantes. Foi um crescimento acelerado (em fases de 14, 29, 57, 114 e 229 milhões) que, a continuar dobrando a cada 24 anos, no ano de 2026 atingirá 460 milhões de habitantes; no ano 2050 a 920 milhões e no ano 2074 ou 2075 com 1,84 bilhão. Claro que isso não vai ocorrer no Brasil (tabela III).

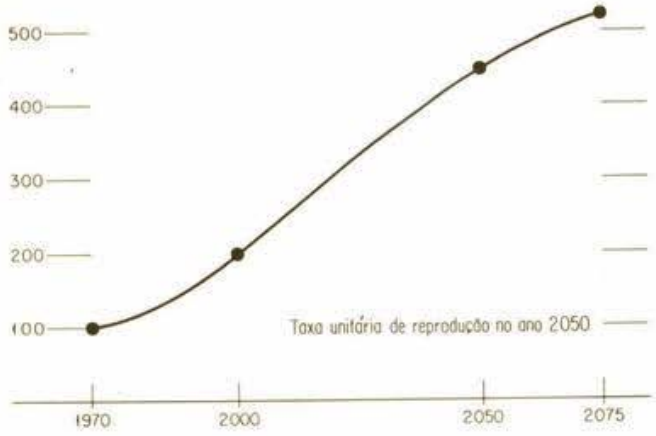
Tabela III — Brasil: evolução da população — 1890/2002

Ano	População (milhões)	Anos necessários à duplicação
1890	14,3	—
1922	28,6	32
1954	57,3	32
1978	114,6	24
2002	229,2	24

Se este é o passado, podemos assegurar que o futuro não vai ser assim. Mas como será o futuro? Que tipo de projeção se pode fazer ?

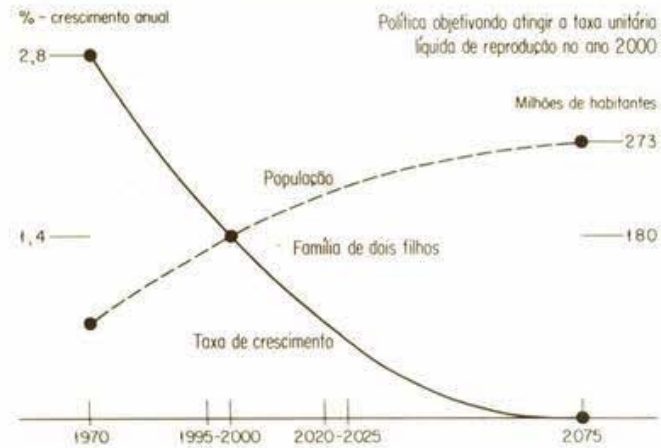
Pode-se, talvez, fazer uma projeção, supondo que no futuro a transição demográfica no Brasil seja mais rápida que na Europa (transição demográfica é expressão técnica que significa passar uma população a altas taxas de natalidade e de mortalidade para baixas taxas de natalidade e de mortalidade). A transição demográfica na Europa demorou de 80 a 150 anos; mas pode-se supor que no Brasil isto se faça em 70 anos, em conseqüência da urbanização rápida, do desenvolvimento econômico e de novas técnicas anticoncepcionais. Se tal ocorrer, partindo de 94 milhões de habitantes em 1970, ter-se-á cerca de 200 milhões no ano 2000 e 460 milhões no ano 2050, para estabilizar a população em cerca de 520 milhões no ano 2075. Esta seria uma transição demográfica à européia, com a urbanização brasileira se refletindo na redução da natalidade de tal maneira que se pudesse repetir aceleradamente o processo de desenvolvimento demográfico dos países europeus (gráfico IV).

IV - Projeção da população brasileira – milhões de habitantes



Outra hipótese de projeção demográfica: supondo-se que, em vez de uma transição demográfica à européia houvesse uma transição demográfica acelerada pela adoção de programas de planejamento familiar ou de política demográfica bem definida. Se isso ocorresse, ter-se-ia que no ano 2000, cada família, no Brasil, passaria a ter dois filhos, em vez de três, quatro e cinco filhos, como ocorre agora. Se a família tivesse apenas dois filhos, o que tecnicamente se chama taxa unitária de reprodução, a população tenderia a se manter estável no decurso dos tempos. Se isso ocorresse, realmente, a taxa de crescimento demográfico de 2,8% do ano de 1970 reduzir-se-ia no ano 2000 para 1,4% a.a. Mas a população, de 94 milhões em 1970, continuaria subindo e chegaria ao ano 2000 com 180 milhões de habitantes. Mesmo que se atingisse à família de dois filhos no ano 2000, haveria então tal número de mulheres em idade de procriação que a população continuaria crescendo por mais 60/70 anos. Assim nos aproximaríamos de 270 milhões de habitantes no ano 2060, quando a população tenderia a se estabilizar (gráfico V).

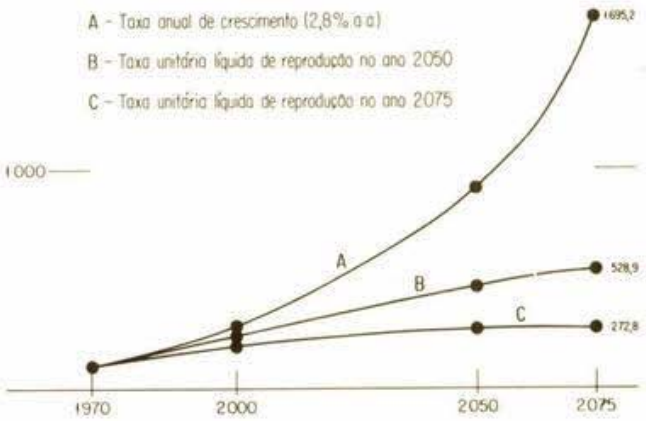
V - Dinâmica do crescimento demográfico



Não há indicações que o País esteja disposto a adotar uma política demográfica que levasse a uma taxa de crescimento tão baixa como 1,4% no ano 2000, com a família de dois filhos, e que esta taxa continuasse declinando e tendesse a zero por volta do ano 2075. Portanto a "transição demográfica acelerada" não deverá ocorrer, da mesma maneira que a extrapolação do crescimento passado não corresponderá ao que se verificar no futuro.

Num resumo gráfico, eis as três projeções: a primeira é aquela que poderia ser chamada de "se o futuro fosse igual ao passado" — números astronômicos daqui a 100 anos, quando partimos há 100 anos atrás de apenas 14 milhões de habitantes. A segunda, transição "à européia", supõe que o desenvolvimento chegasse a ter comportamento demográfico como o dos países europeus, na época de sua transição. A terceira é a da transição demográfica acelerada. Mas, possivelmente a população do Brasil vai estar no ano 2000 entre os 180 milhões de habitantes de uma projeção e 229 de outra. Este é o futuro brasileiro, no que toca à sua transição demográfica (gráfico VI).

VI - Projeção da população brasileira – milhões de habitantes



A população do Brasil não se vai distribuir perfeitamente sobre o território, porque até agora jamais o fez. Em 100 anos, a região Norte jamais chegou a representar 4% da população do Brasil, tendo hoje menos de 4 milhões de habitantes, quando o Brasil tem 100 milhões. As populações estão-se concentrando nas grandes cidades e nos estados do Sul do País. A população rural deixou de crescer e até começa a declinar em função da migração dos campos para a cidade. Não é que não haja crescimento demográfico nos campos, é que estão migrando, neste momento, 1,3 milhão de pessoas dos campos para as cidades; 230 mil famílias todos os anos deixam as zonas rurais e vêm para as cidades — e todo o crescimento demográfico, no momento, faz-se nas zonas urbanas.

O crescimento populacional brasileiro é o maior do Ocidente. É maior que o dos Estados Unidos, onde as cidades crescem 2,2 milhões de pessoas por ano, enquanto as cidades e vilas do Brasil crescem 2,7 milhões. A preferência da população em morar nas cidades deve-se, supõe-se, ao desenvolvimento da agricultura, que está expelindo as pessoas (que não têm o que fazer no campo) para as cidades, onde buscam emprego, melhores condições de vida e de saúde. Dentro desta tendência, que se verificou em todos os países industrializados do mundo que tiveram boa agricultura, a produção de alimen-

tos e fibras requer percentagem cada vez menor da sua força de trabalho. Apenas 3,6 milhões de americanos trabalham no campo e alimentam 200 milhões de americanos, exportando ainda US$ 8 bilhões por ano. Na Europa, nos seis países do Mercado Comum, em 1960 havia 15 milhões de pessoas trabalhando na agricultura, mas em 1970 havia apenas 10 milhões e em 1980, pelo Plano Mansholt, haverá somente 5 milhões de pessoas trabalhando para alimentar os 200 milhões de europeus do mercado Comum naquela ocasião.

No Brasil, o mesmo deverá ocorrer, porque segue-se a trilha do desenvolvimento econômico, que significa cidades maiores e campos com menos gente, trabalhando mais eficientemente. O campo passa a representar verdadeiro mercado porque é o homem trabalhando assistido; produzindo bem, que representa mercado para os bens e serviços da cidade. Não são milhões de pessoas laborando na enxada, na agricultura de subsistência, que representam potencial de desenvolvimento. No ano 2000, provavelmente 30 milhões de pessoas trabalharão no campo. Então, se valer a estimativa de 180 milhões de habitantes no ano 2000, 150 milhões de pessoas vão estar nas cidades, pois até o fim do século serão 100 milhões de pessoas nas cidades. Se a projeção for a mais alta, de 200 milhões, provavelmente o campo continuará com 30 milhões e a cidade com 170 milhões de pessoas.

EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA, POLUIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Esta é a perspectiva do ponto de vista demográfico. Mas terá relação com o tema da poluição? Sim! Relaciona-se porque esta concentração de população nas cidades é capaz de causar poluição. Não que deva, necessariamente, causar degradação do meio ambiente, mas que a vem causando por falta de política adequada. A concentração e o rápido crescimento demográfico têm outras conseqüências.

A esse respeito, quadro surpreendente, é o da alfabetização do País neste século. Em 1900 as pessoas de mais de 15 anos alfabetizadas eram em número de 3,38 milhões, representando pouco mais de 1/3 da população, dos quais 2/3 — 6 milhões — compunham-se de brasileiros que não sabiam ler e escrever. Foi realmente progresso notável, aumentando enormemente a taxa de alfabetização: no fim do século passado dois brasileiros em cada três eram analfabetos e hoje só um em cada três. Mas em números absolutos vê-se que em 70 anos de 6 milhões passou-se para 18 milhões de analfabetos. Em cada década aumentou o número de analfabetos. E isto é uma forma de poluição: a poluição da ignorância (tabela IV).

Tabela IV — Brasil: alfabetização 1900/1970 — (pessoas de 15 anos e mais)

Ano	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	
	(milhares)	%	(milhares)	%
1900	3 380	34,7	6 349	65,3
1920	6 156	35,1	11 402	64,9
1940	10 380	43,8	13 269	56,2
1950	14 917	49,3	15 273	50,7
1960	24 322	60,5	15 816	39,5
1970	36 345	66,9	17 927	33,1

Criou-se agora um programa nacional para resolver o problema do analfabetismo, porque os métodos normais e rotineiros de ensinar as crianças não foram no Brasil suficientes, dado o rápido crescimento demográfico. Aumentava o número de analfabetos de mais de 15 anos e não pode haver estatística mais triste para o País.

Graças aos frutos do desenvolvimento, porém, pode-se realizar um programa como o MOBRAL, que fará com que em 1980 praticamente não haja analfabetos de mais de 15 anos.

Outra conseqüência do rápido crescimento demográfico tem a ver com a população economicamente ativa, que, na definição do IBGE, é a formada pelas pessoas de mais de 10 anos de idade que recebem uma contraprestação de dinheiro por qualquer tipo de trabalho em que se empreguem. Assim em 1940 a população brasileira de mais de 10 anos era de 29 milhões de pessoas, quase que dividida meio a meio: trabalhavam 14,75 milhões para receber dinheiro e 14,279 milhões não trabalhavam ou trabalhavam sem receber remuneração. Na verdade, os que trabalhavam eram 500 mil a mais do que os que não trabalhavam. Chegou-se a 1970 com 66 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade; destes, 45% aproximadamente estavam na população economicamente ativa, em comparação com 50% há 30 anos.

Em termos de percentagem, essa diferença não é tão relevante, mas em números absolutos ela significa sete milhões de pessoas a mais que não trabalham ou não trabalham por remuneração — em relação aos que trabalham recebendo remuneração em dinheiro. Essa talvez seja uma das causas da deterioração da distribuição da renda no País, problema tão comentado no momento: é que aumentou dentro da família o número dos que são consumidores mas não estão produzindo renda monetária. É provável que este quadro não seja tão representativo como seria desejável, por se tratar de população de 10 anos de idade e mais. Seria melhor que ela fosse de 15 anos e mais; a rigor um menino de 10 anos de idade não deve estar trabalhando em fábrica, mas sim estudando na escola. É provável que o aumento das pessoas que não estão trabalhando decorra de um fator altamente desejável, que é o aumento da juventude nas escolas e universidades. Infelizmente, porém, não existem meios de saber isso, porque as estatísticas não estão organizadas desta maneira (tabela V).

Indica-se, em seguida, com base no censo de 1970 algumas causas do rápido crescimento das cidades. Examine-se de início a estrutura do rendimento médio da população brasileira. 27% das pessoas que militavam nas atividades agrícolas, extrativas (mineral ou vegetal), de caça e pesca ganhavam mais de Cr$ 251 por mês. Nas atividades industriais, a situação era muito melhor: 40% das pessoas ganhavam mais de Cr$ 251 por mês. No comércio de mercadorias, mais de 45%; nos transportes e comunicações, mais de 57%; nas atividades sociais 49% e assim por diante. Estes dados falam de uma estrutura de salários, em que as atividades urbanas remuneravam relativamente bem (tabela VI).

Observe-se agora a mesma questão da estrutura do rendimento médio mensal sob outro aspecto: 46,7% das pessoas que trabalhavam na agricultura, recebiam menos de Cr$ 100 por mês. Porém, há aqui um setor chamado "prestação de serviços" (no sentido restrito de prestação de serviços pessoais) em que 55% de pessoas ganhavam menos de Cr$ 100 por mês. É uma estrutura inferior à da agriculutra. Com base em rendimentos de

Tabela V — População de mais de 10 anos

Discriminação	1-9-40		1-7-50		1-9-60		1-9-70	
	N.º absol. (1 000)	%	N.º absol. (1 000)	%	N.º absol. (1 000)	%	N.º absol. (1 000)	%
Economicamente ativos	14 750	50,8	17 117	46,8	22 651	46,4	29 545	44,8
Não economicamente ativos	14 279	49,2	19 441	53,2	26 110	53,6	36 459	55,2
Totais	29 038	100,0	36 558	100,0	48 761	100,0	66 004	100,0

Tabela VI — Estrutura do rendimento médio mensal

Setor de atividade	Percentagem das pessoas com rendimento médio mensal (Cr$)					
	até 100 %	de 101 a 150 %	de 151 a 200 %	de 201 a 250 %	mais de 251 %	Total %
Setor primário	46,7	15,3	9,1	1,8	27,1	100
Atividades industriais	11,1	12,4	28,1	8,2	40,2	100
Comércio de mercadorias	14,9	11,7	22,5	5,9	45,0	100
Prestação de serviços	54,9	11,7	12,9	3,4	17,1	100
Transporte, comunicações e armazenagem	6,6	8,3	19,6	8,2	57,3	100
Atividades sociais	12,1	11,3	17,8	9,4	49,4	100
Administração pública	7,4	6,9	13,4	7,8	64,5	100
Outras atividades	6,6	5,1	10,4	4,2	73,7	100

Cr$ 101 a Cr$ 150 por mês veremos a prestação de serviços, com apenas 11,7%, uma estrutura novamente inferior. Por quê? Não se sabe exatamente, mas pode-se supor que, com a rápida migração das populações das zonas rurais para as urbanas, tenha havido deterioração inicial de seu salário. As 230 mil famílias que todo ano saem do campo para a cidade representam 1,3 milhão de pessoas que ingressam na vida urbana sem maior habilitação para ela, sem ter ofício ou profissão. E o que fazem? Iniciam-se, provavelmente, na prestação de serviços domésticos ou em "biscates", com remuneração em dinheiro muito baixa. Em famílias geralmente numerosas, quando trabalha apenas um, a renda **per capita** — que é o caso aqui — deteriora-se enormemente. Outro tipo de ocupação dessas pessoas é a construção civil. De qualquer forma o rápido crescimento das cidades ou a rápida migração das populações do campo para as cidades influi na distribuição da renda; baixa enormemente a distribuição da mesma porque essas pessoas começam a trabalhar por salários muito deprimidos.

Outra conseqüência do rápido crescimento das cidades, decorrente da migração do campo, pode ser depreendida do exame da composição setorial da população economicamente ativa. Assim, em 1960, havia 22,6 milhões de pessoas trabalhando por dinheiro. Dessas, 54% estavam no setor primário, na agricultura, na pecuária, em atividades extrativas; 13% ou 2,963 milhões ocupavam-se em atividades secundárias, basicamente industriais; e no setor terciário, que é o da produção de serviços e não de bens físicos, havia 1/3 — 7,5 milhões de pessoas. O censo de 1970 mostrou-nos que 29,5 milhões de pessoas formavam a população economicamente ativa e que 13 milhões estavam trabalhando no setor primário, ou seja, 44%. Observe-se que passou de 12 para 13 milhões mas a percentagem caiu de 54 para 44%. As atividades do setor secundário já davam 5,3 milhões de empregos, aproximadamente, 18%, e o terciário contribuía com 11 milhões de empregos: 38% (tabela VII).

Cabe apreciar agora a composição precentual do aumento entre os três setores. No total, nesta década, o Brasil criou quase sete milhões de empregos, quase 700 mil por ano, num desempenho bem aceitável. A agricultura e a pecuária contribuíram com 980 mil. Embora o setor primário representasse mais da metade do trabalho, o emprego adicional foi apenas de 13%; quem empregou realmente foi a indústria, que criou 2,3 milhões de empregos, e o setor terciário, que criou 3,7 milhões.

Tabela VII — Ocupação setorial da população economicamente ativa — 1960/1980 — (mil pessoas)

Discriminação	1-9-60	(%)	Aumento	(%)	1-9-70	(%)	Aumento	1980	(%)
Economicamente ativos	22 651	100,0	6 894	100,0	29 545	100,0	10 500	40 000	100,0
Setor primário	12 163	53,7	908	13,2	13 071	44,3	—	13 000	33,0
Setor secundário	2 963	13,1	230	33,4	5 264	17,8	3 500	8 800	22,0
Setor terciário	7 525	33,2	3 685	53,4	11 210	37,9	7 000	8 200	45,0

Esta é uma clara demonstração de que o Brasil deixou de ser "um País essencialmente agrícola", como diziam nossos antepassados. Isto porque mais de metade de sua população já reside nas cidades e vilas; porque 82% da produção nacional, do produto nacional bruto, vem das cidades, e apenas 18% do campo; e porque, na década passada, o setor primário contribuiu apenas com 13%, enquanto as cidades com 87% dos empregos criados. Se se quiser fazer uma projeção para 1980, precisar-se-á de 40 milhões de pessoas na população economicamente ativa, 1/3 dos 120 milhões de brasileiros, sendo que, desses, só 13 milhões estarão na agricultura, pois esta não criará nenhum emprego na década. É claro que ela irá criar alguns empregos para pessoas que chegam à idade de trabalhar, mas outros, que estejam trabalhando irão retirar-se, passando a morar nas cidades; o resultado líquido será uma criação zero de empregos e a manutenção do mesmo nível de 13 milhões de pessoas. Portanto, é às cidades que cabe a responsabilidade de criar 10 milhões de empregos nesta década. É o grande desafio da década — 10 milhões de empregos — cuja estimativa foi otimista, que a indústria crie 1/3, 3,5 milhões, e que o setor de serviços crie 2/3, 7 milhões. Chegar-se-ia a uma estrutura produtiva em 1980, em que a população economicamente ativa na agricultura terá caído de mais de metade para 1/3 em 20 anos; 22%, pouco mais de 1/5, nas atividades secundárias, produtoras de bens nas cidades, e 45% nas atividades urbanas produtoras de serviços.

POPULAÇÃO E SANEAMENTO

Outra conseqüência do rápido crescimento das cidades brasileiras é a necessidade de melhorar os serviços de abastecimento d'água. Em 1960 eram 6,5 milhões de domicílios particulares urbanos abrigando basicamente igual número de famílias; destes domicílios, 44% ou 2,7 milhões estavam recebendo água de uma rede geral. Desta água 70% talvez fossem de qualidade aceitável; mas uma parte, apesar de encanada, não era de boa qualidade. Eram servidas por poço ou nascente — a linguagem é do IBGE — 29% ou 1,9 milhão de domicílios. Não tinham água corrente em casa: 29%, 1,9 milhão de famílias (tabela VIII).

Tabela VIII — Brasil: abastecimento d'água 1960/1980 — (domicílios particulares urbanos)

Discriminação	Dados censitários				Meta PLANASA	
	1-9-60 N.os absolutos × 1 000	%	1-9-70 N.os absolutos × 1 000	%	1980 N.os absolutos × 1 000	%
Rede geral	2 700	42	5 800	55	13 000	80
Poço ou nascente	1 900	29	2 500	24	3 000	20
Outra forma e sem declaração	1 900	29	2 200	21	—	—
Total	6 500	100	10 500	100	16 000	100

A década de 1960 foi a do abastecimento d'água no País. Havia em 1970 5,8 milhões de domicílios ligados a redes gerais de abastecimento. Então foi de 42 para 55% do total, já com 10,5 milhões de domicílios. Mais que dobrou em 10 anos o que tinha sido feito até 1960. Também aumentou o número de domicílios servidos de água de poço, de 1,9 milhão para 2,5 milhões, embora, em termos relativos, tenha caído a percentagem. E as famílias sem água corrente em casa aumentaram em 300 mil; infelizmente, passaram a 2,2 milhões, quase 1/5 da população. A meta do Governo é chegar a 1980, utilizando recursos gerados pelo desenvolvimento do País, com 80% da população urbana abastecida d'água de boa qualidade; e esta é a meta do PLANASA. Dos 16 milhões de domicílios, em 1980, 13 milhões — apenas no âmbito de população urbana, bem entendido — estarão ligados a uma rede de água de boa qualidade. Para isto há os recursos, programas e instrumentos, de natureza técnica, administrativa e financeira, organizados. Não há dúvida de que esta é uma das metas decenais do Governo que será cumprida: recursos já existem. Com isto, para solucionar um dos problemas do crescimento das cidades, há necessidade de maciços investimentos. Novamente, mais que dobrar o número de domicílios abastecidos. Será levada água de boa qualidade para 40 milhões de brasileiros, num investimento maciço de Cr$ 9 bilhões. Então, quando se for de 5,8 para 13 milhões, realmente estar-se-á fazendo muito mais do que quando se passou de 2,7 para 5,8 milhões; e, de novo, esta década contará com maior desenvolvimento.

Outro indicador: a situação sanitária no Brasil, em 1960-70. Os dados são os mesmos: 6,5 milhões de domicílios urbanos em 1960 e 10,5 milhões em 1970. Em 1960, havia ligados à rede geral de esgotos sanitários, 28% dos domicílios urbanos: 1,8 milhão. Com fossa séptica, que pode ser sistema adequado de esgotamento, desde que o terreno do local seja permeável, havia 1,4 milhão de domicílios — 21%. Com fossa rudimentar ou outro escoadouro havia 2 milhões de domicílios, mas muitas dessas fossas rudimentares contaminam os poços em que as pessoas vão apanhar água para beber: 30%. E havia, infelizmente, 1,3 milhão de casas sem serviço sanitário. O quadro em 1970 melhora consideravelmente: de 28 foram para 30% os domicílios atendidos pelas redes gerais de esgoto. Fez-se 1,3 milhão de ligações, na década. Também aumentou o número de domicílios com fossas sépticas. Mas os possíveis contaminadores, que eram 2 milhões de domicílios, passaram a ser 4,3 milhões, pois, com o crescimento urbano, sem que houvesse meios de levar a essas famílias condições sanitárias adequadas, novamente aumentou de 2,3 milhões as casas sem qualquer serviço sanitário (tabela IX).

Por este quadro, conta-se que 55% da população urbana do Brasil tem um atendimento absolutamente inadequado. A rede geral nem sempre significa que houve estações adequadas de tratamento de esgotos; muitas das redes de tratamento simplesmente se transformaram em concentradoras de poluição. Esta em vez de estar diluída em grande número de fossas, era coletada e joga-

Tabela IX — Brasil: instalações sanitárias 1960/1980 — (domicílios particulares urbanos)

Discriminação	Dados censitários				Meta PLANASA	
	(1-9-60) N.os absolutos		(1-9-70) N.os absolutos		1980 N.os absolutos	
	× 1 000	%	× 1 000	%	× 1 000	%
Rede geral	1 800	28	3 100	30	8 000	50
Fossa séptica	1 400	21	1 600	15		
Fossa rudimentar ou outro escoadouro	2 000	30	4 300	41	8 000	50
Sem instalação sanitária e sem declaração	1 300	21	1 500	14		
Total	6 500	100	10 500	100	16 000	100

da nos rios sem tratamento ou com tratamento precário. E isso não só em pequenas e médias cidades, como também em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros grandes centros urbanos. Desta maneira o problema da poluição não estava sendo resolvido e em alguns casos isso era até agravá-lo.

A meta para 1980 é aproximadamente (esta meta não é definitiva, não como a outra meta, que é segura), 8 milhões de domicílios ligados a redes gerais com estações de tratamento adequado, que produzam um efluente de qualidade tal que possa ser absorvido pelos rios, lagoas ou praias em que sejam lançados. Se foi na década de 1960 que se começou a ganhar a guerra da água potável, a dos esgotos sanitários começou a ser ganha, sem dúvida, na década de 1970, com o PLANASA.

Outro problema ligado ao rápido crescimento das cidades e que diz muito de perto com o Banco Nacional da Habitação é o da moradia para a população que está chegando às cidades, porque nelas esteja nascendo ou porque esteja imigrando das áreas rurais. Nesta década são necessárias 6 milhões de novas unidades habitacionais para atender ao crescimento demográfico das cidades. E como o campo já não cresce, o problema da moradia rural é qualitativo, ou seja, de reposição, melhoria ou relocalização, mas não é de aumento de estoque. Nas cidades, sim, será necessária a construção, em média, de 600 mil moradias por ano nesta década. Cálculos grosseiros indicam que se investem, em termos de recursos reais, Cr$ 12 bilhões por ano em moradia; 4% do produto nacional bruto ou 20% do investimento de capital no País. Para a melhoria de sua qualidade, para o fim das favelas e as malocas, o investimento terá de ser superior ao referido. O esforço concentrado que será feito abre a perspectiva de um mercado de construção da ordem de 600 mil casas por ano. Mas, se o crescimento demográfico e urbano fosse um pouco menor, sobrariam mais recursos para investir em outras necessidades do povo brasileiro, como água, esgoto, eletricidade, educação, saúde, emprego — tudo o que torna agradável a vida urbana.

Conclui-se agora, depois de apresentado o quadro geral da contaminação do ambiente — com alguns **flashes** sobre o que está ocorrendo no Brasil e como uma indicação de implicações que tem o rápido crescimento demográfico, especialmente a rapidíssima urbanização do País, urbanização esta que se concentra nas cidades de mais de 50 mil habitantes, pois aquelas de menos de 10 mil estão crescendo muito lentamente, 2,3% a.a., enquanto as cidades de mais de 10 mil crescem a 6%, e quem cresce a 6% dobra em 11 ou 12 anos.

CONCLUSÕES

Depois do quadro geral, as conclusões:

a) O problema econômico da poluição ambiental resume-se numa dicotomia entre custos sociais e benefícios privados. Há uma deseconomia de escala; é necessária uma política, pela qual se procure equilibrar os custos sociais — pagos por todos, indistintamente; quer em forma de dinheiro, quer em desconforto ou sob a forma de odores não agradáveis, quer sob outras formas de poluição e sob a forma de pagar mais caro pelos produtos, à medida que as indústrias comecem a instalar os equipamentos necessários a controlar a poluição. É um problema de equilibrar custos sociais com benefícios privados;

b) A segunda conclusão, bastante otimista, é a de que o desenvolvimento econômico é capaz de gerar os recursos suficientes para restauração do meio ambiente e também para evitar que aumente a poluição no futuro. São dois problemas distintos; um, limpar o que se sujou, em todo o mundo; o outro, evitar que continue a poluição. Ambos requerem recursos elevados, mas o desenvolvimento gera esses recursos. Por exemplo, os Estados Unidos têm programa de seis anos para o controle da poluição. A limpeza da poluição que lá se acumulou irresponsavelmente durante tantos anos requererá US$ 105 bilhões, mais que duas vezes a produção total no Brasil, no momento. Eis como justifica tal gesto o I Relatório do Conselho sobre a Qualidade do Meio Ambiente nos Estados Unidos: "Gastar US$ 105 bilhões, entre 1970 e 1976, pode parecer exagerado, mas, em comparação com o produto nacional bruto, e com os investimentos de capital, esta quantia assume perspectivas diferentes. O custo anual da limpeza do ambiente, para 1970, foi estimado em US$ 9,3 bilhões, cerca de 0,9% do produto nacional bruto de 1970, que foi de US$ 1 trilhão. O custo total em 6 anos é de US$ 105 bilhões e US$ 105 bilhões são apenas 1,6% do produto nacional bruto acumulado de US$ 6,7 trilhões." É uma massa colossal que os Estados Unidos têm de gastar, mas a sua economia desenvolvida tem condições de fazer frente a essa despesa. Da mesma forma, o que se tem de gastar para melhorar o ambiente é uma importância considerável para o Brasil, mas o desenvolvimento econômico tem condições de gerar tais recursos;

c) Do mesmo modo, é a terceira conclusão, como o desenvolvimento gerará os recursos que poderão ser utilizados para restaurar o ambiente contaminado pela poluição doméstica, industrial e agrícola e para controlar a poluição no futuro, é o desenvolvimento econômico que resolverá os problemas da poluição da pobreza e não a estagnação;

d) A rápida urbanização do Brasil cria problemas e propicia oportunidade para resolvê-los. Uma taxa de crescimento demográfico mais baixa permitirá que mais recursos sejam investidos para melhorar a qualidade da vida do brasileiro inclusive para o controle da poluição;

e) No Brasil, os problemas da poluição ainda não têm dono. Apenas na questão do saneamento está o BNH entrando; não há nenhum outro grande organismo nacional que tenha a seu cargo o financiamento de um programa nacional de controle da poluição de qualquer natureza. Como sugestão política, neste caso, poder-se-ia preconizar uma ação do Governo federal com função reguladora, estabelecendo padrões mínimos, fixando metas, coordenando atividades, concedendo estímulos e cominando penalidades. O Governo decidiria sobre a locação dos custos privados e dos custos sociais, isto é, fazendo com que a indústria passasse a pagar parte do custo da sua própria poluição e fomentaria a pesquisa, financiando programas, como o faz à custa do PLANASA, com o programa de esgotos sanitários, que tem como objetivo o controle da poluição das águas. Às esferas estaduais e municipais caberia executar os programas. O Governo federal fiscalizaria, estabeleceria padrões mínimos regionais, mas as comunidades locais, as áreas metropolitanas, os próprios estados ou municípios é que estabeleceriam padrões locais compatíveis com aqueles padrões mínimos. Aplicar as multas, isto é, o poder de polícia, ficaria na mão dos estados e da comunidade local, que sente na própria carne o problema que está sendo gerado;

f) Finalmente, reclama-se a existência de um organismo nacional de coordenação de todas essas atividades de controle da poluição, o que não impediria, evidentemente, que qualquer estado da Federação tomasse a dianteira e começasse a se organizar e a criar os mecanismos legais e institucionais para resolver os seus próprios problemas de preservação do meio ambiente.

BANCO BOAVISTA S. A.

(Sociedade de Capital Aberto)
Carta Patente 2744 — C.G.C. 33.485.541
MATRIZ: PRAÇA PIO X, 118-A — RIO DE JANEIRO, GB.

AGÊNCIAS:

Rio de Janeiro: ACRE — AEROPORTO — AVENIDA — BANGU — BARATA RIBEIRO — BENTO RIBEIRO — BOM RETIRO — BONSUCESSO — CAMERINO — CAMPO GRANDE — CASTELO — CATETE — CINELÂNDIA — COPACABANA — ESTÁCIO — IPANEMA — IRAJÁ — JARDIM BOTÂNICO — LAPA — LARANJEIRAS — LARGO DA 2.ª FEIRA — LEBLON — LEME — MADUREIRA — MÉIER — MERCADO BENFICA — PASSOS — PENHA — PRAIA DE BOTAFOGO — RAMOS — RUA DA ALFÂNDEGA — SANTO CRISTO — SÃO CRISTÓVÃO — TIJUCA — TIRADENTES — URUGUAI — VILA ISABEL — VOLUNTÁRIOS.

São Paulo: CENTRO — SÃO PAULO (R. 15 de Novembro, 331) — MARCONI (R. Marconi, 84) — PAULISTA (R. Augusta, 1 801)

Santos: CENTRO — SANTOS (Praça da República, 63) — GONZAGA (Av. Ana Costa,539).

RESUMO DO BALANCETE EM 31 DE JANEIRO DE 1974

ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL			**NÃO EXIGÍVEL**		
Caixa	15.965.195,26		Capital	60.747.018,00	
Banco do Brasil C/Depósitos	24.324.662,40		Reservas e Fundos	55.858.016,14	116.605.034,14
Títulos Federais Curto Prazo	66.990,91	40.356.848,57			
REALIZÁVEL			**EXIGÍVEL**		
Empréstimos	474.723.099,77		Depósitos	550.113.878,24	
Depósitos à ord. B. Central	73.681.815,60		Outras Exigibilidades	456.119.656,58	
Outros Créditos	628.505.307,08	1.176.910.222,45	Obrigações Especiais	153.064.254,03	1.159.297.788,85
IMOBILIZADO		66.961.956,54			
RESULTADO PENDENTE		15.219.124,08	RESULTADO PENDENTE		23.545.328,65
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		2.154.979.963,65	CONTAS DE COMPENSAÇÃO		2.154.979.963,65
		3.454.428.115,29			3.454.428.115,29

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1974

DIRETORES: Cândido Guinle de Paula Machado — Diretor-Presidente. Fernando Machado Portella — Diretor-Superintendente. Luiz Biolchini — Diretor-Gerente. Pedro Humberto Figueiredo — Diretor Gerente. Fernando Marcos Cavalcanti — Diretor-Gerente. Orlando Agostinho Beghelli — Diretor-Gerente. VISTO DO CONSELHO FISCAL: Dr. Manoel Guilherme da Silveira Filho. Benjamim Ferreira Guimarães Filho. Octávio Pedro dos Santos. Oséas Martins de Almeida Jr., Contador CRC 5.739 — GB., Chefe da Contabilidade

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

C.G.C. n.º 33.592.510
GEMEC/RCA-72/284

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ATIVO

DISPONIVEL			
Bens Numerários		9.459.516,27	
Depósitos Bancários à Vista		16.655.934,41	
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto – LTN		1.259.611,75	27.375.062,43
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (6 meses)			
Estoques			
Estoque de Minério (ao custo médio)	63.899.132,95		
Materiais em Almoxarifado (ao custo médio)	292.910.836,00		
Importações em Andamento	29.661.629,20	386.471.598,15	
Créditos			
Contas a Receber de Clientes	254.875.243,03		
Menos: Banco do Brasil – Antecipação de Cambiais	(143.307.606,25)		
	111.567.636,78		
Empresas Subsidiárias ou Coligadas	5.682.937,51		
Outros Créditos	11.388.346,37	128.638.920,66	
Valores e Bens		899.157,43	516.009.676,24
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos (Nota 1)		25.079.028,73	
Empréstimos e Obrigações – Eletrobrás		28.514.187,76	
Outros créditos, Valores e Bens		11.134.649,07	64.727.865,56
IMOBILIZADO			
Imobilizações Técnicas (Nota 2)			
Bens em Operação			
Valor Histórico	2.904.242.346,97		
Correção Monetária	1.163.339.902,76		
Valor Corrigido	4.067.582.249,73		
Menos: Depreciação Acumulada	(1.075.852.564,41)	2.991.729.685,32	
Imobilizações em Curso			
Valor Histórico	1.730.888.725,93		
Correção Monetária	33.834.896,48	1.764.723.622,41	
Variações sobre Empréstimos e Financiamentos (Contabilizadas no Pendente conforme DL 401 de 1968, incorporável ao imobilizado por ocasião da correção monetária)		60.187.168,86	
		4.816.640.476,59	
Imobilizações Financeiras			
Participações em Empresas Subsidiárias ou Coligadas (Nota 3)	89.967.055,50		
Participações em Outras Empresas (Nota 3)	40.243.114,26		
Estudos e Prospecção – Projeto Para (Nota 4)	56.386.535,21		
Reflorestamento (Nota 5)	49.914.628,43		
Outras Imobilizações Financeiras	570.560,76	237.081.894,16	5.053.722.370,75
RESULTADO PENDENTE			
Despesas Diferidas		8.847.555,05	
Outras Contas		7.995.151,60	16.842.706,65

PASSIVO

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (6 meses)			
Fornecedores		68.464.250,03	
Empreiteiros e Contratantes		80.326.993,41	
Empresas Subsidiárias ou Coligadas		30.654.654,25	
Dividendos a Pagar (Nota 8)		34.709.115,25	
Empréstimos e Financiamentos (Nota 6)			
Empréstimo e Financiamentos no Exterior	84.132.611,88		
Empréstimos e Financiamentos no País	29.862.322,16		
Variações s/Empréstimos e Financiamentos	2.567.889,93	116.562.823,97	
Provisões (nota 7)		50.914.592,62	
Outras Exigibilidades a Curto Prazo			
Cauções e Depósitos	19.559.244,69		
Contribuições Sociais a Recolher	19.788.021,63		
Impostos e Taxas a Pagar	12.194.218,58		
Outras	34.349.170,59	85.890.655,49	467.523.085,02
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e Financiamentos (Nota 6)			
Empréstimos e Financiamentos no Exterior	1.160.613.735,04		
Empréstimos e Financiamentos no País	52.103.128,68		
Variações s/Empréstimos e Financiamentos	57.619.278,93	1.270.336.142,65	
Fornecedores		22.282.257,98	
Provisões (Nota 7)		8.945.255,00	
Outras Exigibilidades a Longo Prazo (Nota 8)		11.265.477,64	1.312.829.133,27
NÃO EXIGÍVEL			
Capital Social (Nota 8)		2.373.704.190,00	
Correção Monetária do Ativo Imobilizado		13.986.478,80	
Reservas Legais			
Fundo de Reserva Legal	129.145.740,02		
Fundo de Reserva p/Manut. Capital de Giro	18.578.234,00	147.723.974,02	
Reservas Livres			
Fundo de Expansão	519.420.117,58		
Fundo de Reserva Financeira	48.870.695,62		
Fundo de Reserva Especial p/Aumento de Capital	2.615.906,73	570.906.719,93	
Reservas Vinculadas			
Fundo de Melhoramento e Desenvolvimento da Zona do Rio Doce – FMDZRD (Nota 9)	10.989.036,27		
Fundo p/Plano de Seguridade Social (Nota 10)	16.000.000,00		
Fundo de Desenvolvimento Tecnológico	8.791.497,00		
Outras Reservas Vinculadas	22.473,70	35.803.006,97	
Lucros e Perdas			
Saldo à Disposição da Assembléia		726.800.560,05	3.868.924.929,77
RESULTADO PENDENTE			
Receitas Diferidas		8.010.844,66	
Outras Contas		21.389.688,91	29.400.533,57

Ações Caucionadas		160.00	
Contratos de Empréstimos e Financiamentos			
Internos	42 325 000.00		
Externos	212 004 208.19	254 329 208.19	
Avais e Garantias Recebidas		1 644 498 363.69	
Obras e Serviços Contratados		134 976 728.89	
Devedores por Avais e Garantias Concedidas		222 000 518.62	
Bens e Valores em Garantia de Empréstimos e Financiamentos		14 885 491.00	
Depósitos no FGTS – Não Optantes		70 163 732.24	
Bens e Valores Recebidos em Garantia		45 991 406.89	
Outras Contas de Compensação		29 083 487.49	2 415 929 097.01
			8 094 606 778.64

Caução da Diretoria		160.00	
Empréstimos e Financiamentos Contratados			
Internos	42 325 000.00		
Externos	212 004 208.19	254 329 208.19	
Credores por Avais e Garantias Recebidas		1 644 498 363.69	
Contratos de Obras e Serviços		134 976 728.89	
Avais e Garantias Concedidas		222 000 518.62	
Garantias Prestados em Bens e Valores		14 885 491.00	
FGTS – Não Optantes		70 163 732.24	
Garantias Recebidas em Bens e Valores		45 991 406.89	
Outras Contas de Compensação		29 083 487.49	2 415 929 097.01
			8 094 606 778.64

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS
PERÍODO DE 01.01.73 a 31.12.73

Renda Operacional		
Vendas de Minério	2 136 461 860.02	
Prestação de Serviços	193 580 330.52	2 330 042 190.54
Custo dos Produtos Vendidos (Inclusive Depreciações e Amortizações)		1 320 454 143.80
Lucro Bruto		1 009 588 046.74
Despesas com Vendas		
Comissões s/Vendas	31 893 320.87	
Outras Despesas	237 687.35	32 131 008.22
Gastos Gerais		
Honorários da Diretoria	1 951 454.15	
Despesas Administrativas (Nota 10)	118 420 682.05	
Impostos e Taxas Diversas	1 206 255.71	
Despesas Financeiras	101 477 480.49	221 055 872.40
Depreciações e Amortizações (exclui a Parcela levada a custo de produção)		2 138 089.47
Lucro Operacional		754 263 076.65
Rendas Não Operacionais		
Financeiras	19 492 048.99	
De Participação	14 812 500.49	
Eventuais	73 123 601.63	107 428 151.11
Despesas não Operacionais (Nota 10)		41 354 114.98
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda		820 337 112.78
Provisão para Imposto de Renda		16 132 165.00
Lucro Líquido		804 204 947.78
Reservas		
Reserva Legal	40 210 247.00	
Reserva p/Manutenção/Capital de Giro	18 578 234.00	
Fundo p/Plano de Seguridade Social	16 000 000.00	
Reserva Especial p/Aumento de Capital	2 615 906.73	77 404 387.73
Saldo à Disposição da Assembléia		726 800 560.05

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ORIGENS	
Lucro Líquido do Exercício	804 204 947.78
Depreciação no Exercício	264 902 171.85
	1 069 107 119.63
Integralização de Capital	175 829 940.00
Empréstimos e Financiamentos	137 530 491.63
Aumento em Fornecedores (Longo Prazo)	22 282 257.98
Decréscimo no Resultado Pendente (Líquido)	17 821 215.77
Aumento em Provisões (Longo Prazo)	2 093 165.00
Outras Origens	4 525 597.44
	1 429 189 787.45
APLICAÇÕES	
Adições ao Imobilizado Técnico	1 272 044 765.85
Dividendos	78 057 837.00
Participação no Capital de Subsidiárias ou Coligadas	33 431 200.00
Participação no Capital de Outras Empresas	3 133 883.66
Reflorestamento	23 009 083.40
Empréstimos e Obrigações – ELETROBRAS	13 129 706.74
Estudos e Prospecção – Projeto Para	13 009 929.39
Outras Aplicações	16 512 252.42
	1 452 328 658.46
DECRESCIMO NO CAPITAL DE GIRO PROPRIO	23 138 871.01

O decrescimo no capital de giro proprio e assim demonstrado:

	1973	1972	Variação
Disponível	27 375 062.43	22 098 172.77	5 276 889.66
Realizável a Curto Prazo	516 009 676.24	411 388 201.98	104 621 474.26
Exigível a Curto Prazo	(467 523 085.02)	(334 485 850.09)	(133 037 234.93)
	75 861 653.65	99 000 524.66	23 138 871.01

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1974.

RAYMUNDO PEREIRA MASCARENHAS
PRESIDENTE

JOSE SINVAL MONTEIRO LINDENBERG
DIRETOR

JOÃO CARLOS FRAGOSO LINHARES
DIRETOR

ORLANDO DA FONSECA RANGEL SOBRINHO
DIRETOR

PAULO MIGUEL BOHOMOLETZ
DIRETOR

LAURO BOAVISTA NO PEDROSA MARINHO
DIRETOR

HELIO BENTO DE OLIVEIRA MELLO
DIRETOR

HELCIO PIRES GUERRA
C.R.C. MG-T. 15930 S GB
C.P.F. 004215376

(1)

Projeções hipotéticas para a população brasileira sob diferentes hipóteses de fertilidade

As projeções sobre população para uso nas análises econômico-demográficas contêm, de maneira geral, hipóteses sobre a fertilidade ao longo do tempo. Algumas vezes projeções alternativas são levadas a efeito sob a suposição de que a taxa de fertilidade se vá manter constante em determinados níveis (elevados), ou que vá cair rapidamente (2). Essas suposições — taxas constantes ou rapidamente decrescentes — levam a resultados amplamente divergentes tanto no que tange aos dados globais, como no que diz respeito à estrutura etária no fim do período projetado. Esta metodologia pode, é claro, ser defendida quando se objetiva mostrar as vantagens econômicas de uma taxa de fertilidade mais baixa. Para populações cuja fertilidade esteja declinando os benefícios pedagógicos destas suposições extremas são contrabalançados pela perda de realismo. A fertilidade no Brasil tem declinado no correr dos anos e não há dúvida de que com o crescimento da industrialização esta tendência permanecerá no futuro. Contudo, paira incerteza sobre o **ritmo** em que tal fertilidade declinará.

No caso brasileiro, é razoável comparar populações projetadas assumindo que a fertilidade cairá de acordo com sua taxa histórica. É claro que ninguém sabe, ao certo, qual será a evolução futura da fertilidade no Brasil. O máximo que se pode adiantar, com elevada probabilidade de certeza, é que ela tenderá a declinar na medida em que o País atingir índices mais elevados de industrialização, urbanização, educação, saúde e saneamento e aumento dos padrões de vida, em resumo, maior modernização. Se a trajetória de modernização do País for similar à observada nos países atualmente desenvolvidos, pode-se esperar que a fertilidade total venha a cair do nível atual de 5 crianças por mulher para cerca de 2 ou 3 nascimentos. Contudo, não se sabe quando isto ocorrerá. A transição demográfica poderá anteceder, coincidir ou atrasar-se em relação à modernização, dependendo da política demográfica nacional. A velocidade de declínio da fertilidade exercerá profundos efeitos sobre o tamanho e a estrutura etária da população brasileira e, é claro, sobre os esforços nacionais para o desenvolvimento econômico.

SUPOSIÇÕES BÁSICAS

Fertilidade

O presente ensaio considera como hipóteses razoáveis uma queda do atual nível de fertilidade, de 5 nascimentos por mulher para 2,5 nascimentos em: a) 75 anos; e b) 25 anos. Nos Estados Unidos, num período de 68 anos (1861/1929), a fertilidade total reduziu-se de 5,07 para 2,46 (tabela I). Isso, num período caracterizado por crescimento sustentado e desenvolvimento das indústrias básicas, aumento de urbanização, ampliação das oportunidades educacionais e, ao fim do período, crescente aplicação de modernas técnicas de produção ao setor agrícola. O período acaracterizou-se ainda pela ausência de qualquer política de natalidade por parte do Governo, exceto a aceitação de grande leva de imigrantes ao final do século passado e início do atual. Nada indica, é óbvio, que a população brasileira vá seguir o mesmo padrão de comportamento da norte-americana há um século atrás. A comparação é levada a efeito, entretanto para mostrar que a queda da fertilidade de 5 para 2,5, em 75 anos, em condições de modernização,

não é fora de propósito. Nem é desarrazoado supor que o citado nível possa ser atingido em 25 anos, sob condições de os pais limitarem o tamanho de suas famílias, de que haja aumento das possibilidades de educação e completa divulgação dos métodos de controle de natalidade. O Japão, por exemplo, reduziu a taxa de fertilidade de 4,92 em 1932 para 2,46 em 1954, ou seja, num período de 22 anos. Na verdade, a queda foi muito mais rápida que o demonstrado pelas cifras acima, pois, em 1947, a taxa de fertilidade situava-se em 4,51 passando aos 2,46 em 1954. O período 1947-54 caracterizou-se pela reconstrução dos danos em conseqüência da II Guerra Mundial. A política governamental de população no pós-guerra foi passiva de início, legalizando o aborto; a partir de então tornou-se mais ativa, disseminando as informações de controle de natalidade, devido, pelo menos publicamente, à preocupação com as elevadas práticas de aborto. Existem, é claro, muitas diferenças entre o crescimento japonês imediamente pós-guerra e o do Brasil de hoje. O caso japonês é citado simplesmente para demonstrar que o declínio da fertilidade de 5,0 para 2,5 tem precedentes. Mas tal redução se deu numa conjuntura em que os pais estavam dispostos a limitar o tamanho da família e existia uma política nacional coordenando e encorajando os controles de natalidade.

Tabela I — Taxas totais de fertilidade no Brasil (T.T.F.), Estados Unidos e Japão, várias datas

Brasil		Estados Unidos		Japão	
Ano	T.T.F.	Ano	T.T.F.	Ano	T.T.F.
1920	7,18	1800	7,04	1920	5,54
1940	6,46	1810	6,92	1929	4,92
1950	5,79	1820	6,73	1932	4,92
1970	5,00	1830	6,55	1940	4,31
		1840	6,14	1947	4,51
		1850	5,42	1950	3,69
		1860	5,21	1954	2,46
		1861	5,07	1960	2,00
		1862	4,72		
		1870	4,55		
		1880	4,24		
		1890	3,87		
		1900	3,56		
		1910	3,42		
		1920	3,17		
		1929	2,46		
		1930	2,45		
		1940	2,19		
		1950	2,97		
		1960	3,52		

Fontes: Ver a taxa estimada para o Brasil em 1920 em: Mortara, Giorgio. Estudos sobre a utilização do Censo Demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil, VIII. A fecundidade da mulher brasileira e a capacidade de reprodução da população do Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 3, n. 9, p. 77-90, jan./mar. 1942. A taxa estimada para o Brasil em 1940 está em Mortara, Giorgio. Estrutura e desenvolvimento da população do Brasil. *Population Studies*, v. 8, n. 2, p. 121-39, nov. 1954. Para 1950, a taxa estimada pode ser encontrada em: Brasil, Conselho Nacional de Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Laboratório de Estatística, Natalidade, Fecundidade e Prolificidade na América Latina, por Giorgio Mortara. Rio de Janeiro, 1962 (também na *Revista Brasileira de Estatística*, v. 23, n.º 89/90, p. 1-23, jan./jun. 1962). A taxa brasileira para 1970 foi calculada pelos autores; ver notas. As taxas para os Estados Unidos foram tiradas de Coale, Ansley J. & Zelnik, Melvin. *New estimates of fertility and population in the United States: a study of annual white births from 1855 to 1960 and of completeness of enumeration in the censuses from 1880-1960*. Princeton, Princeton University Press, 1963. As taxas do Japão calculadas pelos autores de taxas brutas de reprodução foram retiradas de Taeuber, Irene B. *The population of Japan*. Princeton, Princeton University Press, 1958, p. 232.

Mortalidade

O Brasil, como outros países em desenvolvimento, tem experimentado rápida redução da mortalidade nas últimas décadas. Exceto para a população infantil, o risco de morte no Brasil está apenas marginalmente acima daquele dos países mais desenvolvidos. Se maiores progressos forem obtidos no que tange ao aumento da chance de sobrevivência infantil na primeira e segunda infâncias, medidas agregativas tais como taxa **bruta** de mortalidade continuarão a declinar. Isto talvez ocorra em um intervalo de tempo ainda menor que o observado nos países que mostram melhor padrão de cuidados sanitários, devido à elevada percentagem de jovens na população brasileira. As taxas de mortalidade utilizadas no presente ensaio são consistentes com projeções levadas a efeito por outros autores no que diz respeito à esperança de vida do brasileiro no ano 2000 (tabela II). Como a taxa de mortalidade no Brasil na atualidade é bastante reduzida, diferentes trajetórias de mortalidade teriam pouco efeito sobre qualquer variável demográfica analisada aqui.

No que tange à imigração, decidiu-se ignorar o fenômeno, não constando, portanto, das projeções.

Tabela II — Projeção da expectativa de vida por nascimento, por sexo, 1970/2000

Período	Masculinos	Femininos
1970-75	62,12	65,85
1975-80	64,63	68,48
1980-85	66,80	70,67
1985-90	68,66	72,51
1990-95	70,21	74,02
1995/2000	71,46	75,26

Fonte: Spielman, Evely. Projeção de vida média — Brasil: 1970-2000. *Boletim Demográfico* CED, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 13-22, jan.-mar./73

Projeções básicas

As projeções aqui apresentadas baseiam-se no Censo Demográfico de 1970 — sexo e idade. As taxas iniciais de fertilidade e mortalidade usadas representam valores ocorridos em 1970, no Brasil (ver notas no final deste trabalho). Em ambas as projeções a mortalidade segue uma única trajetória: declina até o ano 2 000 num montante consistente com o projetado aumento da esperança de vida, permanecendo constante a partir de então (tabela II). Na primeira projeção (A), as taxas específicas de fertilidade por grupo etário declinam ao longo do tempo, desde 1970 (quando a fertilidade total era de 5,0) até o ano 2045 (quando a fertilidade total atingirá 2,5). Na projeção B, a fertilidade total reduz-se a 2,5 em 25 anos, isto é, em 1995. Em ambas as projeções a fertilidade se reduz a 2,5. Por idade mantém-se constante até o final do período projetado — ano 2120. A migração é ignorada em ambas as projeções.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS NAS PROJEÇÕES ALTERNATIVAS

Os resultados obtidos através das projeções diferem em diversos aspectos. As características relevantes para efeito de análise de seus efeitos econômicos são:
a) mudança da estrutura etária;
b) diferença na taxa de crescimento de força de trabalho; e
c) diferença entre a população absoluta tanto no que diz respeito ao total geral quanto à classificação segundo grupos de idade. As divergências são melhor visualizadas quando se divide o período em curto, médio e longo prazos.

O longo prazo

No longo prazo, as populações alternativas obtidas diferem apenas pelo número absoluto de pessoas em cada classe de idade e no total (tabelas III e IV). As taxas brutas de nascimento e morte, a taxa de crescimento da população em idade de trabalhar (15-64), a estrutura etária e o número de dependentes por pessoa ocupada são idênticos ao final do período — ano 2120. A causa da equivalência é a utilização, para fins de projeção, de uma mesma taxa de fertilidade e mortalidade para um período de 75 anos. O período em questão é relativamente longo, tornando a população estimada praticamente estável. É claro que as diferenças nos números absolutos é dos resultantes mais importantes da diferença em fertilidade. No ano 2120, a população, seguindo os resultados da projeção A, será praticamente o dobro da obtida segundo o critério B. Isto é válido tanto para a população total quanto para cada classe de idade.

Tabela III — População projetada do Brasil, total, e os três grandes grupos etários 1970/2120, segundo suposições alternativas de fertilidade (em milhões de pessoas)

Discriminação	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2120
Projeção A								
0-14	39,2	47,9	62,5	76,9	93,6	110,0	124,2	222,6
15-64	51,0	69,4	90,6	119,2	154,9	195,0	239,6	580,6
65+	2,9	4,1	6,0	9,0	12,4	18,3	25,9	115,4
Total	93,1	121,5	159,2	205,3	261,0	323,5	389,8	918,7
Projeção B								
0-14	39,2	45,9	52,0	52,1	56,5	61,6	64,2	115,5
15-64	51,0	69,4	90,2	113,9	135,9	153,1	168,3	301,3
65+	2,9	4,1	6,0	9,0	12,4	18,3	25,9	60,1
Total	93,1	119,5	148,3	175,2	204,9	233,1	258,5	477,1
				em percentagens				
Projeção A								
0-14	42	40	39	38	36	34	32	24
15-64	55	57	57	58	59	60	61	63
65+	3	3	4	4	5	6	7	13
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Projeção B								
0-14	42	38	35	30	28	26	25	24
15-64	55	58	61	65	66	66	65	63
65+	3	4	4	5	6	8	10	13
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
				quocientes da população A para a população B				
População A/população B								
0-14	100	104	120	147	165	178	193	192
15-64	100	100	100	104	114	127	142	192
65+	100	100	100	100	100	100	100	191
Total	100	101	107	117	127	138	150	192

Tabela IV — Várias taxas demográficas derivadas de projeções alternativas da população brasileira de 1970 a 2120

Ano	Taxa bruta de nascimento		Taxa bruta de mortalidade		Taxa de crescimento vegetativo		Taxa de dependência		Taxa de crescimento na população 15-64		Diferenças em números absolutos da população 15-64 (em milhões) Pop. A (15-64) — pop. B (15-64)
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	
1970	35,4	35,4	9,8	9,7	25,6	25,7	0,825	0,825	0,1686	0,1686	0,0
1980	35,2	31,3	8,1	7,8	27,1	23,5	0,749	0,720	0,1383	0,1383	0,0
1990	32,4	24,8	6,2	6,1	26,2	18,7	0,756	0,643	0,1457	0,1286	0,4
2000	29,3	21,3	4,6	5,2	24,7	16,1	0,721	0,536	0,1433	0,1027	5,3
2010	27,2	20,4	5,0	6,1	22,2	14,3	0,684	0,507	0,1259	0,0633	19,0
2020	25,1	18,2	5,5	7,3	19,6	10,9	0,658	0,522	0,1118	0,0529	41,0
2030	22,9	17,8	6,2	8,7	16,7	9,1	0,626	0,535	0,1031	0,0410	71,3
2040	20,6	17,5	6,7	9,8	13,9	7,7	0,579	0,561	0,0834	0,0293	108,2
2050	19,3	17,1	7,4	10,6	11,9	6,5	0,544	0,585	0,0654	0,0319	144,7
2060	18,6	17,2	8,2	10,9	10,4	6,3	0,540	0,583	0,0492	0,0366	173,7
2070	17,7	17,2	9,0	10,7	8,7	6,5	0,548	0,579	0,0422	0,0306	196,2
2080	17,5	17,2	9,8	10,8	7,7	6,4	0,558	0,586	0,0345	0,0335	216,4
2090	17,3	17,2	10,3	10,9	7,0	6,3	0,573	0,583	0,0313	0,0330	230,8
2100	17,2	17,2	10,7	10,8	6,5	6,4	0,584	0,583	0,9322	0,0321	245,0
2110	17,2	17,2	10,8	10,8	6,4	6,4	0,584	0,584	0,0338	0,0333	261,6
2120	17,2	17,2	10,8	10,8	6,4	6,4	0,583	0,582	—	—	279,3

O curto prazo

No curto período a principal diferença entre as projeções decorre da "relação de dependência". A citada relação é aqui definida como o quociente entre a população abaixo de 15 anos e acima de 64 e a população ativa — entre 15 e 64. A "relação de dependência" reduz-se em ambas as projeções refletindo o declínio da fertilidade ocorrido antes de 1970 e o continuado declínio de fertilidade em ambas as projeções (tabela IV). Contudo, a "relação de dependência" reduz-se mais rapidamente na projeção B que em A. No ano 2000, a principal diferença entre as duas populações será o número de pessoas menores de 15 anos. O número de indivíduos que compõem a população abaixo de 15 anos na projeção A é 47% maior que em B. Contudo, o número de pessoas ativas é quase o mesmo; no caso A observa-se 4% mais que em B.

O médio prazo

No médio prazo a diferença mais acentuada entre as duas projeções diz respeito à taxa de crescimento da população ativa. Em ambas as projeções esta taxa de aumento mostra declínio, refletindo a queda pretérita na fertilidade. Contudo, a taxa de incremento nas populações em idade de trabalhar declina mais rapidamente no caso B que em A. Em outras palavras, a taxa de crescimento da população em idade de trabalhar é mais elevada na projeção A que em B. A diferença por período, no aumento absoluto de pessoas na idade de trabalhar é muito maior, é claro, porque a maior taxa de A, em cada período, é aplicada a uma base maior. No ano 2000, a população ativa projetada em A será 5,3 milhões superior à de B; 50 anos mais tarde — 2050 — a população de idade entre 15 e 64 anos será, na projeção A, de 144,7 milhões superior à de B. Ao final do período, ano 2120, a diferença eleva-se a 279,3 milhões. É claro, mesmo considerando que a taxa de crescimento e números absolutos da população ativa na projeção A seja maior que em B, a população em B tem maior percentual de pessoas ativas no período de médio prazo.

NOTAS SOBRE A PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, POR SEXO E IDADE

A população brasileira foi projetada para o intervalo 1970/2120, sendo o mesmo dividido em períodos de 5 anos, por idade e sexo, usando-se o método da componente. Este método foi escolhido dentre outros, embora seja o mais complicado (exceção feita ao método **cohort** de componente), porque incorpora o efeito da estrutura etária na evolução futura da população. Além do mais, conduz a uma projeção por sexo e idade, que é o objetivo principal do presente trabalho.

Variáveis intermediárias (INPUT)

a) O Censo de 1970, por sexo, dividiu a população em grupos de 5 anos de 0 a 74 anos e 75 ou mais. A classe "idade ignorada" foi distribuída pelas outras classes, usando pesos que representam percentuais de cada classe em relação ao total. Os dados básicos de população provêm do **IBGE-Censo Demográfico. Brasil — VIII — Recenseamento Geral**. Rio de Janeiro, v. 1, 1973, p. 2.
b) Probabilidades de sobrevivência até os 5 anos, por sexo e idade. As probabilidades para 1970 foram calculadas a partir de uma tábua brasileira de vida (1960-70); IBGE, CBED. Irwin, Richard & Madeira, J. Lyra. Dedução de uma tábua de vida através da análise demográfica, p. 15, tabela VII, mimeogr. As taxas para o período 1975/2000 foram interpoladas através dos "West" Model life tables contidas em Coale, Ansley J. & Demeny Paul. **Regional model life tables and stable populations.** Princeton, N.Y., Princeton University Press, 1966, p. 17-25, tables 16-24. As interpolações foram feitas linearmente, usando-se coeficientes determinados pelo uso da expectativa de vida projetada para o Brasil, na data do nascimento, correspondentes às tabelas de vida. As projeções para a expectativa de vida do brasileiro utilizadas foram retiradas do trabalho Projeções da vida média — Brasil: 1970/2000. IBGE. CBED. **Boletim Demográfico**, v. 3, n. 3,

p. 13-22, jan.-mar./73. Para os anos 2005/2120 as probabilidades de sobrevivência são as mesmas utilizadas para o ano 2000. Nas projeções finais, as probabilidades de sobrevivência, do nascimento ao 5.º ano de vida, foram reduzidas em relação às usadas na primeira projeção, pois conclui-se que a presunção de queda da taxa de mortalidade infantil, subjacente à primeira estimativa, era irrealista. Então, o conjunto de valores para nascimentos foi acrescido, desenhando-se um gráfico relacionando os nascimentos do Brasil em 1970 e o valor para o ano 2000 correspondente à esperança de vida projetada. A curva foi elaborada de modo a concentrar a maior parte do acréscimo (isto é, a maior parte da redução da mortalidade infantil) nos anos próximos a 2000.

c) Taxas de fertilidade, segundo a idade da mãe, para o Brasil, em 1970. Estas taxas, para 1970, foram calculadas a partir dos dados do Censo Demográfico daquele ano. Os nascimentos observados nos 12 meses anteriores ao Censo estão catalogados, segundo a idade da mãe, em IBGE. IBE. Departamento de Censos. **Tabulações avançadas do censo demográfico, VIII recenseamento geral — 1970. Resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 1971, p. 10, tabela XIII. Os nascimentos, segundo a idade das mães, foram classificados em grupos de 5 anos, começando com o intervalo 15-29 e de então em intervalos de 10 anos (30-69), mais de 70 anos e idade desconhecida. Todos os nascimentos declarados por mulheres de idade superior a 49 anos ou de idade desconhecida foram adicionados à classe 40-49 anos. Daí, os nascimentos provenientes de mulheres da faixa 30-49 anos foram subdivididos em grupos de 5 anos por uma técnica gráfica de eliminação de "picos" e "vales". O número de mulheres de cada grupo foi ajustado para refletir as idades das mulheres na data do nascimento dos filhos e não na data do Censo. Finalmente, as taxas de fertilidade específicas segundo a idade da mãe foram ajustadas para cima para levar em consideração um desvio para baixo no número dos nascimentos assinalados. Este ajustamento foi levado a termo considerando que a taxa de fertilidade no Brasil era, em 1970, 5,0 e ajustando as taxas específicas, segundo a idade, de acordo com tal base. O valor 5,0 foi tomado seguindo sugestão de demógrafos do CBED, que estimaram que a verdadeira taxa de fertilidade brasileira se situa entre 4,8 e 5,2.

d) Metas para taxas de fertilidade. Como será discutido mais tarde, as projeções foram levadas a efeito assumindo que a taxa de fertiliadde no Brasil cairia à metade em 25, 50, 75, 100, 125 e 150 anos e permaneceria constante a partir de então. Foi considerada irrealista a suposição da queda linear da taxa de fertilidade segundo a idade específica da mãe. A experiência em outros países que passaram por mutações demográficas similares mostra que as variações das taxas diferem uma das outras quando cada uma declina. Em particular, muitos países europeus experimentaram relativa queda na fertilidade nos grupos mais jovens e mais velhos da população. Em alguns países a fertilidade nas faixas etárias 20-29 anos, ou 20-34 declinaram apenas suavemente em relação a outras classes de idade.

Então, as taxas de fertilidade tomadas como **meta** correspondem às proporções observadas no Reino Unido em 1958-59 (as taxas para o Reino Unido naquela época correspondem aproximadamente à metade da taxa do Brasil em 1970). As taxas do Reino Unido para 1958-59 foram ligeiramente ajustadas para que a taxa de fertilidade atingisse 2,5, ou seja, metade da brasileira em 1970. As citadas taxas constam do United Nations, Statistical Office. **Demographic Yearbook, 1963.** New York, 1964.

MÉTODOS DE PROJEÇÃO

O método da componente utilizado para a projeção correspondente ao discutido por George W. Barclay, **Techniques of population analysis**. New York, John Wiley & Sons, 1958. Os outros dois trabalhos consultados foram os de Bogue, Donald J. **Principals of demography**, e o Spiegdman, Mortimer. **Introduction to demography**. A projeção aumenta a população no ano **t** pelos nascimentos nos anos t+1, t+2, t+3, t+4 e t+5 e decresce pelas mortes nos anos t a t+5, todos por grupos de idade de 5 anos e por sexo. A população brasileira foi projetada 6 vezes, tomando como hipótese básica que a fertilidade cairia à metade em 25, 50, 75, 100, 125 e 150 anos. Somente duas destas projeções foram selecionadas para comparação, como anteriormente comentado.

AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE RESULTADO

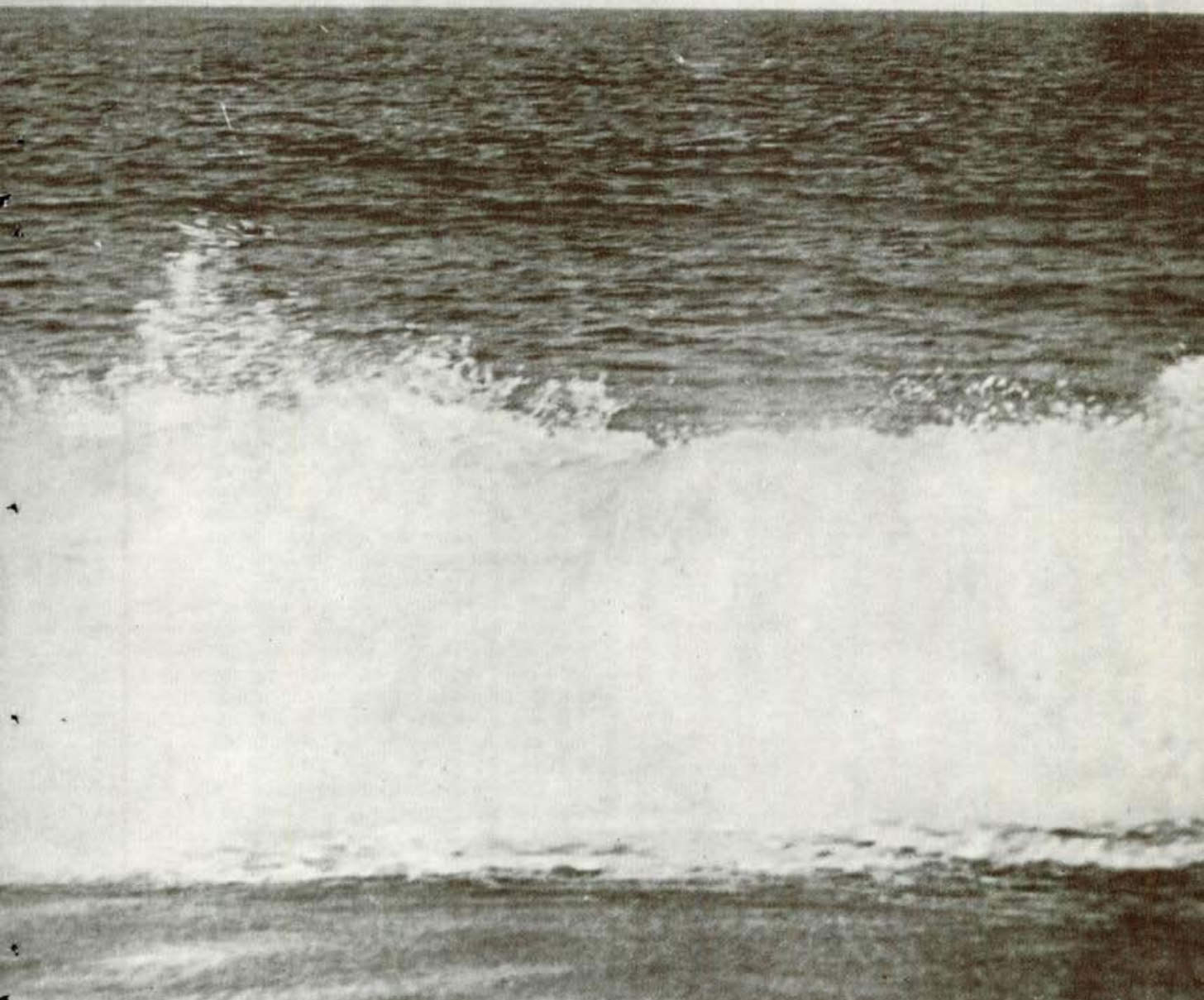
O programa de computador utilizado fornece a população, projetada para o intervalo 1970/2120, em períodos de 5 anos, por grupos de idade com intervalo de 5 anos e por sexo; ele coleta a população total para os anos 1970/2120 e imprime o resultado numa única coluna. A população é então apresentada em três grandes grupos de idade: 0—14, 15—64 e mais de 65 anos. As proporções destes 3 grupos de idade foram calculadas e impressas. As taxas de fertilidade segundo a idade da mãe foram produzidas e apresentadas em relatório pelo computador. A fertilidade total, a geral, a taxa bruta de nascimento, a taxa bruta de mortes foram também calculadas e impressas. A taxa bruta de nascimento foi obtida utilizando-se o número de nascimentos (também reportados) e a população total no começo de cada período de 5 anos. A taxa bruta de morte foi obtida usando-se o número total de mortes num período de 5 anos dividindo-se por 5 (isto é, apresentado como as mortes ao início de cada período); os resultados são apresentados para cada uma das 6 projeções. Então, um único conjunto de taxas de sobrevivência de machos e fêmeas é apresentado em todas as projeções. A população total, para **todos** os anos em cada projeção, é coletada e impressa. Os quocientes da população total em relação ao valor projetado, quando a fertilidade declina mais rapidamente (queda pela metade em 25 anos), é também calculado e oferecido. Os valores correspondentes aos citados coeficientes são ainda elaborados para 3 classes de idade: 0—14, 15—64 e mais de 65 anos e oferecidos impressos.

NOTAS

(1) O autor agradece os comentários do Prof. Mario Henrique Simonsen. Ele, é claro, não compartilhará, necessariamente, dos pontos de vista expressos e dos possíveis erros.

(2) Para exemplos de tais projeções hipotéticas ver: Coale, Ansley J. Population and economic development. In: Hauser, Philip M. ed. **The population dilemma**. New Jersey, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1963. p. 46-69; Coale, Ansley J. & Hoover, Edgar M. **Population growth and economic development in low-income countries: a case study of India's prospects.** Princeton, Princeton University Press, 1958; and Enk, Stephan. Economic consequences of rapid population growth. **The Economic Journal** v. 81, n.º 324: 800-811, Dec., 1971; e outros trabalhos citados neste último artigo.

a poluição ameaça essa paisagem,



A explosão demográfica acentua a necessidade de bens e alimentos, tornando urgente o aproveitamento racional de todos os recursos naturais.

E as autoridades e cientistas voltam-se hoje para o mar, um grande celeiro para as gerações de amanhã.

O aproveitamento dos recursos marítimos depende, não somente de sua própria preservação, ameaçada pelos agentes poluidores, mas também de uma legislação que estabeleça a parte que cabe a cada país na exploração dos oceanos.

O mar – Direito e ecologia reúne nove estudos de sete especialistas sobre esses dois temas de grande atualidade.

O mar – Direito e ecologia de Paulo Moreira da Silva e outros.

À venda nas livrarias.
Pedidos para Editora da FGV – Praia de Botafogo, 188 – CP 21.120 – ZC-05

Fundos de pensão – experiência a considerar

I — INTRODUÇÃO

Os fundos de pensão, mecanismos instituídos por empresas públicas ou privadas, têm por finalidade distribuir benefícios sociais entre seus empregados, prevendo ou complementando suas pensões por velhice, invalidez ou morte.

Tem crescido nos últimos anos a importância relativa dessas instituições no cenário financeiro de diversos países, notadamente na Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha, Japão e Estados Unidos. Atualmente, neste último, os planos de pensão privados atingem 35 milhões de pessoas, enquanto os públicos abrangem 150 milhões, sendo que somente o plano denominado OASDI (Seguro Social Federal) abrange 140 milhões; os planos governamentais (federais, estaduais ou municipais) cobrem 10 milhões de associados.

O interesse principal da análise concentrar-se-á no exame da experiência americana, das fontes e tipos de aplicação dos recursos, das vantagens e desvantagens do sistema, da importância para o mercado de capitais e, finalmente, sobre a possibilidade de implantação no País.

II — A EXPERIÊNCIA AMERICANA

No atual estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro de capitais, o bom senso aconselha que experiências de outros países podem e devem ser examinadas, porém sempre com a ressalva da impossibilidade de qualquer transplante puro e simples para o País.

As diferenças nos padrões de formação dos diversos mercados e da poupança, no grau de desenvolvimento e na dimensão do mercado doméstico, comparativamente aos demais e na evolução histórica, exigem abordagem distinta dos problemas a serem analisados. Em conseqüência, qualquer inovação deverá ser primordialmente adaptada às reais necessidades e potencialidades do mercado. Este concenso também se aplica ao caso dos fundos de pensão. Dessa forma, apenas como caráter ilustrativo descrever-se-ão a seguir, sucintamente, algumas características básicas daqueles planos nos Estados Unidos.

Genericamente os planos agrupam-se em dois tipos: privados e públicos.

Os planos de pensão privados são basicamente de duas modalidades: **segurados** e **não segurados.** A administração do primeiro é feita por sociedades seguradoras, enquanto a do segundo é feita por **trustees**, geralmente um banco, comportando este grupo subdivisão em: fundos de empresas privadas (sociedades anônimas), de organizações não lucrativas e de planos múltiplos de empregadores. Este segundo grupo (não segurados) é mais importante que o primeiro em função da grande flexibilidade de sua política de investimento.

Os planos públicos de pensão são primordialmente de dois tipos: OASDI, uma espécie de seguro social federal, e governamentais (federais, estaduais ou municipais) que incluem empregados de determinados órgãos do governo (Federal Reserve, TVA, Civil Service etc.).

As duas principais modalidades de fundos privados ou públicos, diferem de modo acentuado em vários aspectos, como, por exemplo, em relação aos serviços prestados, planos de contribuição, provisões financeiras, número de empregados a serem beneficiados, requisitos de idade ou habilitação aos mesmos, provisões para aposentadoria.

Nos Estados Unidos, a dimensão e os recursos desses fundos (basicamente oriundos de contribuições) têm crescido nos últimos anos, ensejando maior volume de investimentos sobre o montante dos pagamentos de benefícios ou outras despesas. Atualmente, naquele país, as receitas líquidas desses fundos ultrapassam US$ 30 bilhões, aplicando-se a maior parte em ações e debêntures. No período 1960-72, tais fundos constituíram-se no mais importante investidor institucional do mercado americano de títulos. O valor nominal total dos ativos e reservas (fundos privados e públicos) excede atualmente a US$ 250 bilhões (dos quais US$ 126 bilhões pertencem a fundos privados) contra US$ 38 bilhões em 1950, mais do que o total dos ativos e reservas das associações de poupança e empréstimo e sociedades seguradoras conjuntamente (exclusive reservas de fundos de pensão sem seguro).

Em proporção aos ativos e reservas de todas as instituições financeiras americanas, os fundos de pensão evoluíram de 9%, em 1945, para 33%, em 1972.

III — FONTES E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Essencialmente, as fontes básicas de recursos dos fundos de pensão originaram-se das contribuições de empregados e empregadores, bem como dos lucros líquidos realizados em investimentos, após a dedução do pagamento de benefícios e outras despesas. Em muitos casos, todas as contribuições são efetivadas por empregados (55% do total nos Estados Unidos), sendo o pagamento de benefícios realizado com base em três critérios: nível salarial, lucros da empresa e ambos. O total dessas contribuições, no caso dos fundos privados americanos, por exemplo, cresceu de US$ 1 bilhão em 1945 para US$ 15 bilhões em 1970. Enquanto isso, as rendas de investimento atingiram cerca de 30% do total de receitas desses fundos em virtude, sobretudo, do fato de que o capital se acumulou mais rapidamente que o pagamento de benefícios.

Durante este período, revela-se o aspecto que poderia ser incompatível, de certa forma, com a sistemática desses planos: muitos operários beneficiados ainda se encontravam efetivamente trabalhando.

Quanto à política de aplicação dos fundos, há de se destacar o aumento crescente e favorável do capital de giro destas instituições, o que pode ser melhor visualizado pelo crescimento global de planos e de pessoas beneficiadas, bem como pela defasagem positiva entre receitas e despesas. Resumidamente, esta política é flexível em função do mercado e da conjuntura da economia; é afetada pelo montante dos recursos arrecadados, pela variabilidade ou não dos benefícios concedidos, pela existência ou não de pressões inflacionárias. Diferem para cada fundo as proporções das aplicações, seja em ações (ordinárias ou preferenciais), títulos governamentais, debêntures ou depósitos a prazo, bem como disponibilidade em dinheiro, de acordo com sua própria política de investimentos.

De maneira geral, a política de investimento no que se refere às aplicações em ações, debêntures ou títulos públicos é governada por dois fatores distintos: grau de liquidez e rentabilidade. Em função disto, por exemplo, a preferência dos fundos privados americanos tem recaído sobre ações ordinárias e debêntures conversíveis em ações.

IV — VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SISTEMA

A experiência de outros países tem demonstrado que as vantagens superam as desvantagens do sistema. Entretanto, a seguir, enumeram-se os aspectos de cada, para efeito de melhor avaliação da matéria.

a) Vantagens para o empregador

Contribui para dar maior estabilidade da mão-de-obra vinculada à empresa, pois através do estabelecimento de melhores condições financeiras e sociais para a aposentadoria estimula-se a fixação do empregado. Reduzem-se deste modo, os custos de rotação de mão-de-obra insatisfeita e de treinamento de substituição. Pode, ainda, propiciar, de certa forma, aumento indireto da produtividade em função dos benefícios a serem concedidos, ou através da aposentadoria de empregados antigos ou inválidos, ou ainda ineficientes — no caso, por exemplo, de uma recessão econômica — substituindo-os por uma força de trabalho mais jovem e presumivelmente mais produtiva.

Outra vantagem para o empregador consiste na contabilização das contribuições como despesas correntes de produção, o que evita contabilização cumulativa às custas de futuras operações. Além disso, o conhecimento do custo do plano serve como indicador valioso da viabilidade econômico-financeira dos benefícios e pagamentos a realizar.

Finalmente, o tratamento fiscal de ordinário aplicado nos diversos países aos fundos de pensão é bastante vantajoso. Se o plano preenche os requisitos mínimos da legislação do imposto de renda, as contribuições do empregador ao plano são dedutíveis do imposto devido, segundo limites determinados, como despesas correntes de produção para os anos em que foram realizadas.

As contribuições do empregador ao plano não são incluídas na renda sujeita à taxação dos empregados participantes até seu recebimento por parte dos mesmos; os ganhos de capital dos investimentos acumulados no plano não estão sujeitos geralmente à taxação exceto quando distribuídos sob a forma de benefícios.

b) Vantagens para o empregado

Evidentemente, os grandes beneficiários do sistema são os empregados. O plano de pensão é importante suplemento aos seus planos globais de aposentadoria e serve de reforço valioso ao sistema geral de seguro social. Com a promessa futura de recebimento da pensão o empregado adquire maior grau de confiança para melhor utilizar a renda atual, seja para consumo ou investimento. Sob o ponto de vista de tratamento fiscal, as contribuições do empregado são dedutíveis do imposto de renda e, inclusive em determinados casos, os próprios benefícios recebidos são também isentos de taxação.

V — OS FUNDOS DE PENSÃO E O MERCADO DE CAPITAIS

Os fundos de pensão constituem-se em instrumento valioso de estabilização de mercado através de sua política de investimento, que, essencialmente, não busca obter lucros especulativos de curto prazo. É elemento ativador importante na política de elevação do nível de poupança bem como pode servir como variável auxiliar numa política de melhor distribuição de renda. Atualmente, em diversos países, os fundos de pensão centralizam grande parte de suas aplicações no mercado secundário de ações e debêntures (50 a 60% de seus ativos totais).

A título de ilustração alinham-se alguns dados referentes aos Estados Unidos, considerados relevantes para a análise de possível implantação e para a estratégia de planificação desses fundos no Brasil:

a) As compras de tais fundos são muito mais significativas que o valor total de sua carteira de ações. De modo geral, concentram suas compras em ações de alta negociabilidade ou em ações novas. Neste último caso, foram responsáveis pela compra de mais de 50% das emissões realizadas no período 1969-70;

b) O maior fundo privado norte-americano possui ativos de aproximadamente US$ 9 bilhões, enquanto o maior fundo mútuo de investimento registra ativos da ordem de aproximadamente US$ 2,5 bilhões;

c) O somatório dos ativos dos fundos privados de pensão norte-americanos da ordem de US$ 125 milhões excediam, em 1970, o somatório dos ativos das 10 maiores empresas americanas;

d) Em 1970, as contribuições anuais para fundos privados de pensão atingiram US$ 15 bilhões, ou seja, igual ao incremento total de crédito bancário no País em qualquer ano regular;

e) Estima-se que em 1980 as contribuições anuais dos fundos alcançarão US$ 25 bilhões, cifra igual ao pagamento total de dividendos em 1970;

f) Em 1972, os fundos de pensão privados ou públicos (não segurados) aplicaram na Bolsa de Nova Iorque cerca de US$ 113 bilhões, dos quais 90 bilhões foram aplicados pelos fundos privados, constituindo-se no maior detentor de ações negociadas naquela Bolsa (44% do total). Dentro da classe dos fundos de pensão, os públicos (governamentais, locais, estaduais) experimentaram o maior ganho proporcional naquela bolsa; e finalmente

g) Os fundos privados de pensão não segurados compraram e venderam em 1972 na Bolsa de Valores de Nova Iorque aproximadamente US$ 38 bilhões, sendo 38% somente em ações ordinárias, constituindo-se no maior investidor do mercado acionário norte-americano, com cerca de 25% do valor total do preço de mercado de todas as ações negociadas na bolsa nova-iorquina.

VI — IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

A) Viabilidade e impacto sobre o mercado de capitais

Atualmente, sem dúvida alguma, um dos pontos mais vulneráveis do mercado brasileiro de capitais é a sua pouca profundidade, existindo variações acentuadas a curto e médio prazo. A entrada dos fundos de pensão no sistema seria oportuna e salutar para o alargamento da base institucional do mercado, dentro de propósitos a médio e longo prazos. Do mesmo modo, através de sua função estabilizadora poderia diminuir as excessivas flutuações existentes nas bolsas nacionais, reduzindo a pressão de vendas existentes através do aumento global das aplicações de recursos desses fundos no mercado. Além disso, poderiam, no início, concentrar suas aplicações em debêntures conversíveis, ou não, auxiliando o FUMCAP na institucionalização efetiva de um mercado secundário para tais títulos, atuando, por exemplo, como normalizadores de tendência. Ao se examinar o quadro atual, verifica-se que o único grande investidor presente no mercado brasileiro resume-se nos fundos mútuos de investimento, visto que os Fundos 157, apesar da nova filosofia de direcionamento para suporte de títulos lançados na faixa de pequenas e médias empresas de capital privado, ainda não alcançaram os objetivos primordiais de alargamento e fortalecimento da base institucional do mercado secundário. Aqueles fundos, por diversas razões, não têm conseguido atuar como estabilizadores de tendência, pelo contrário, vem sendo agravada, pois quando o mercado está em alta, aumentam a venda de quotas obrigando seus administradores a adquirir no mercado, aumentando deste modo a pressão de alta; nas fases de baixa aumentam a pressão dos resgates de investidores desses fundos, forçando-os a vender em bolsa, agravando a tendência baixista.

Em segundo lugar, a existência de segmentos especializados no sistema financeiro nacional, como em qualquer mercado moderno, onde cada instituição por força legal mantém alternativas de investimento limitadas, gera uma restrição natural à habilidade destas instituições de atrair poupanças potenciais, pois muitas vezes obriga o investidor a tratar com diferentes instituições quando realiza sua opção de poupar para investir, geralmente aumentando seus custos e diminuindo indiretamente sua taxa de retorno.

Os fundos de pensão, através da gestão própria de sua carteira, poderiam decidir sobre as melhores opções de investimento para os recursos contribuídos por seus membros forçando uma atuação mais profunda no mercado por parte da diretoria do fundo diretamente ligado à empresa. Por outro lado, poderiam promover melhor aperfeiçoamento da eficiência alocativa do sistema financeiro nacional, pois teriam capacidade de atrair poupanças internas voluntárias privadas oferecendo maior flexibilidade de investimentos a seus associados. Além disso, poderiam servir como valioso instrumento auxiliar para melhor distribuição de renda, complementando outros mecanismos já criados, como a previdência social, o PIS, o PASEP e os incentivos fiscais.

Do ponto de vista social, a maior razão de ser deste tipo de instituição seria a de reforçar o atual sistema de pensões por aposentadoria, consubstanciado na legislação do INPS e complementado pelo PIS. O sistema atual parece insuficiente para oferecer proteção total à velhice e invalidez de todos os trabalhadores, criando condições de melhor assistência social àqueles que se aposentam após muitos anos de trabalho. De modo geral, parece que o programa federal de assistência social deve apenas fornecer a base fundamental da proteção social aos trabalhadores. Benefícios suplementares mais flexíveis e eficazes poderão ser melhor providos através de mecanismos privados. Hoje, no País, já algumas empresas privadas ou públicas tratam de complementar para seus empregados, mediante contribuições de empregadores e empregados, os benefícios concedidos pela legislação social federal.

B) Recursos e aplicações

Os recursos deveriam ser da própria empresa e de seus empregados bem como de lucros líquidos realizados em investimentos. A direção do fundo deveria ser exercida exclusivamente por representantes da empresa e dos empregados, talvez numa proporção **pro rata** entre o maior e o menor nível salarial da empresa e entre majoritários e minoritários.

Apenas a própria administração do fundo deve gerir os recursos arrecadados podendo, entretanto, com a finalidade de melhor eficiência alocacional na aplicação dos mesmos, contratar a orientação especializada em mercado de capitais, a taxas razoáveis e limitadas, com instituições financeiras bem como a administração de

títulos com o sistema de distribuição legalmente reconhecido, ficando, entretanto, as decisões de compra e venda exclusivamente a cargo da diretoria do fundo.

Em hipótese alguma dever-se-á permitir a participação societária da empresa na instituição financeira orientadora e vice-versa.

Os recursos destes fundos poderiam ser aplicados em ações e debêntures conversíveis ou não, de empresas de capital aberto, (até 50%, com mínimo de 30%), em títulos públicos e de renda fixa (até 40% do valor do fundo) e em depósitos à vista (até 10%) no sistema bancário.

Admite-se que o projeto brasileiro dos fundos de pensão incorporará determinados princípios relacionados com o regime fiscal. As contribuições do empregador seriam dedutíveis como despesas para determinar ação do lucro tributável até um limite considerado racional em termos de política fiscal (entre 10 a 15%).

As contribuições dos empregados seriam dedutíveis de sua renda bruta até determinado limite (4 a 7%) das importâncias recebidas como salários e gratificações e desde que não excedessem mensalmente duas ou três vezes o maior salário mínimo em vigor. As contribuições e benefícios ou quaisquer outras vantagens seriam isentas de taxação.

VII — CONCLUSÕES

Considera-se, na atualidade, que, do ponto de vista do bem-estar social e como fonte de investimento, deve-se estimular a regulamentação e institucionalização dos fundos de pensão, merecendo, entretanto, ser estudados todos os aspectos sociais, econômicos e políticos, relacionados com o assunto, em seus mínimos detalhes, no sentido de que não sejam desvirtuadas suas principais operações e finalidades.

A composição da carteira de investimento com recursos financeiros destes fundos deve-se basear em cálculos atuariais corretos e viáveis, de maneira a assegurar aos seus associados a prestação de benefícios.

Para efeito de elegibilidade com relação aos incentivos fiscais deveria ser obedecido um conjunto mínimo de normas no sentido de se garantir, seja por contrato, associação etc., um programa contínuo e permanente. O plano deverá ser para benefício exclusivo dos empregados e seus principais dependentes beneficiários; não poderá, em hipótese alguma, haver má diversificação ou aplicação dos recursos do fundo a não ser aqueles reconhecidamente legais. Finalmente, o plano não poderá ser discriminatório, mas aberto a todos os empregados, sem limitações, bem como deverá prover um mínimo de determinados benefícios expressamente estatuídos. As isenções fiscais deveriam ser dirigidas mais para investimentos de longo prazo do que para transações em bolsa de curto prazo. Além disso, algumas questões de política governamental deveriam ser melhor examinadas como, por exemplo, em relação às aplicações desses fundos (direcionamento para investimentos sociais como letras imobiliárias), à forma e permissibilidade de aplicação a fim de se evitar práticas fraudulentas ou irregularidades por parte dos administradores.

Finalmente, o grau de desenvolvimento da economia, a natureza e a dimensão dos problemas brasileiros indicam que o projeto em estudo deverá certamente ser adaptado à realidade do País, incluindo inovações em relação aos modelos e métodos utilizados no exterior.

LANÇAMENTOS DA EDITORA DA FGV PARA O DESENVOLVIMENTO



ENSAIOS SELECIONADOS ***de Jacob Viner*** – Reúne trabalhos relativos à teoria, política e história econômicas, erudição e treinamento em pós-graduação e crítica bibliográfica.

TRANSFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ***de Raúl Prebisch*** – O Brasil conheceu Raúl Prebisch e pode agora conhecer sua obra. A Editora da FGV publicou o famoso Relatório Prebisch, apresentado ao BID. Uma das mais completas análises da situação econômica latino-americana e de suas viabilidades de desenvolvimento.





O ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL ***de Hugh Warren*** – Um estudo comparativo do ensino técnico e profissional em 10 países.

À venda nas livrarias

Pedidos para Praia de Botafogo, 188 CP 21120 – ZC-05

NOVO RIO CRÉDITO IMOBILIÁRIO S. A.

C.G.C.(M.F.) Nº 33.324.518/001 — INSCR. ESTADUAL Nº 289.540.00
CARTA PATENTE - BACEN Nº A-67/2039 — INSCR. NO B.N.H. Nº 26

SEDE: Rua do Carmo, 27 - 4º andar - RJ-GB. — AGÊNCIAS: Rua Visconde de Pirajá, 145-A - RJ-GB. — Av. 15 de Novembro, 675 - L. 4 - Petrópolis - RJ. — Av. Plínio Casado, 30-D - Duque de Caxias - RJ.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas.

Ao término de mais um exercício social, temos a satisfação de apresentar-lhes o Balanço e a Demonstração da Conta de "Lucros e Perdas", apurados em 31.12.73, cujos números por si só, evidenciam o êxito alcançado.

Não é demais, todavia, ressaltar o incremento verificado no período, em relação ao ano de 1972, o que bem caracteriza o gradativo desenvolvimento da empresa, denotando, por conseguinte, a crescente confiança com que temos sido distinguidos pelo público.

Assim, na área das aplicações ativas, realizamos novos financiamentos imobiliários que totalizaram Cr$ 181.000.000,00, contra Cr$ 120.000.000,00 efetivados em 1972, e isto com base, principalmente, nos recursos captados através de Letras Imobiliárias e Cadernetas de Poupança. Desta forma, vamos sobrepondo os resultados nem sempre tão auspiciosos que vinhamos obtendo em exercícios anteriores, quando, ainda, enfrentávamos as dificuldades naturais, sobejamente conhecidas, e pelas quais tiveram de atravessar, de início, todos aqueles que se integraram no Sistema Financeiro da Habitação, hoje já bem melhor delineado, face à orientação técnica, cada vez mais aprimorada, imprimida pelos órgãos competentes do Banco Nacional da Habitação.

O saldo da rubrica "Lucro do exercício a Distribuir", em 31.12.73, elevou-se para Cr$ 2.741.578,81 contra Cr$ 72.383,47 em 31.12.72, representando um acréscimo da ordem de 3.687,57%, e evidenciando um lucro líquido no período de Cr$ 2.669.195,34. Além disso, o aumento verificado nos financiamentos imobiliários possibilitou-nos, também, elevar o resultado diferido para Cr$ 8.380.791,74, representando esse acréscimo 298,69% em relação ao ano de 1972, o que nos assegura substancial receita líquida a ser apropriada em exercícios futuros, de acordo com a legislação específica do BNH.

Relevante também foi o acréscimo de nossos depósitos em Cadernetas de Poupança, que atingiram a cifra de Cr$ 51.178.291,82 em 31.12.73 contra Cr$ 12.797.377,22, em 31.12.72, o que representa uma elevação de 270,93%, e isto com apenas duas lojas de captação — Matriz e Agência "Petrópolis".

Vale registrar que em 31.01.74 inauguramos a agência de "Duque de Caxias", e em 07.02.74, vamos inaugurar a agência de Ipanema, e já temos programada para este semestre, a instalação de dependências na Tijuca, Nova Iguaçu e Madureira, todas já autorizadas pelas autoridades competentes.

Essa ampliação de nossas atividades, obviamente, nos levou a adotar medidas capazes de proporcionar um crescimento harmônico da Empresa. Assim, criamos um setor especializado em nosso quadro, constituído por técnicos, objetivando a racionalização dos serviços, bem como a implantação em sistemas de processamento de dados, possibilitando, por conseguinte, a par de maior segurança, melhor produtividade.

Concomitantemente, uma vez que nossas atuais instalações não mais atendem às necessidades, efetuamos em 1973, a compra de um terreno à Rua da Assembléia, esquina da Rua do Carmo, para construção da sede própria, o que, por outro lado, aumenta de muito o patrimônio da Empresa.

É de se ressaltar, quanto ao nosso patrimônio líquido, a sua progressiva valorização: em 31.12.72 seu valor era de Cr$ 14.863.732,33, e em 31.12.73, atingia o valor de Cr$ 24.268.127,99, correspondendo a um acréscimo de 63,28%. A relação entre o patrimônio líquido e o capital, que era de 1,24 em 31.12.72 passou a ser de 2,02 em 31.12.73.

Relativamente ao capital social da empresa, podemos informar a V.Sªs que, em cumprimento ao disposto na A.G.E. realizada em setembro de 1973, foi efetivado em janeiro último, o aumento do capital social de Cr$ 12.000.000,00 para Cr$ 20.000.000,00.

Nesta oportunidade, com referência ao lucro líquido apurado, lembramos a V.Sªs deliberarem sobre sua destinação. Permitimo-nos, entretanto, sugerir seja o mesmo transferido para o próximo exercício.

Finalmente, cabe-nos agradecer o apoio obtido das autoridades do Banco Nacional da Habitação, notadamente, da Superintendência de Agentes Financeiros, dos que conosco trabalham e muito especialmente dos milhares de depositantes em Cadernetas de Poupança e aplicadores em Letras Imobiliárias.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1974. — (Ass.) A Diretoria.

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ATIVO

DISPONÍVEL

Encaixe		
Caixa	327.904,54	
Depósitos em Bancos	14.231.213,93	
Subencaixe		
Letras Imobiliárias	200.000,00	14.759.118,47

PASSIVO

NÃO EXIGÍVEL

Capital Residentes no País	12.000.000,00	
Reserva Legal	552.237,55	
Fundo Amortização Ativo Fixo	311.887,90	
Outras Reservas e Fundos p/ Aumento de Capital	593.519,89	
Fundo de Previsão para Créditos Duvidosos	700.000,00	
Saldo à Disposição da Assembléia	2.741.578,81	16.899.224,15

REALIZAVEL		
Empr. à Ind. Constr. Civil	82.599.313,16	
Empr. p/ Casa Próp. - Aquisição	119.979.131,85	
Empr. Subprograma Recon	4.727.179,65	
Empr. p/ Casa Próp. - Construção	90.788,38	
Empr. p/ Casa Próp. - p/ Inquilino	2.341.482,60	
Empr. p/ Obras Correlatas	86.121.821,25	
Aplicações Diversas	73.935.345,75	369.795.062,64
IMOBILIZADO		
Bens Móveis de Uso	1.125.283,03	
Bens Imóveis de Uso	6.410.806,76	7.536.089,79
CONTAS DE RESULTADO		
Despesas Diferidas		
Gastos de Organização	67.802,00	
Outras Despesas Diferidas	11.537.172,44	11.604.974,44
SUBTOTAL		403.695.245,34
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Ações Caucionadas	300,00	
Valores em Garantia	279.900.123,17	
Depositários de Valores em Garantia, Cust. ou Cobrança	108.144.024,99	
Valores Emitidos	224.112.332,10	
Aberturas de Crédito	64.649.175,67	676.805.955,93
TOTAL DO ATIVO		1.080.501.201,27

EXIGIVEL		
Letras Imobiliárias Tipo C	212.182.500,00	
Tipo D (De Poupança)	5.343.532,10	
Depósitos do Público	51.178.291,82	
Banco Nacional da Habitação Empréstimos - Assistência Financeira	92.844.543,10	
Credores Diversos	2.470.681,69	
Provisões Diversas	1.955.211,97	
Outras Exigibilidades	835.494,33	366.810.255,01
CONTAS DE RESULTADO		
Rendas Diferidas		19.985.766,18
SUBTOTAL		403.695.245,34
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Diretores Garantia de Gestão	300,00	
Credores por Garantia ou Custódia	279.900.123,17	
Valores em Garantia, Custódia, Cobrança - Entregues	108.144.024,99	
Emissão de Valores	224.112.332,10	
Contratos de Aberturas de Crédito	64.649.175,67	676.805.955,93
TOTAL DO PASSIVO		1.080.501.201,27

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DÉBITOS		
Despesas Administrativas	3.672.116,98	
Despesas Patrimoniais	1.087.648,71	
Despesas de Oper. Passivas	32.203.157,46	36.962.923,15
Reserva Legal		95.877,68
Saldo à Disposição da Assembléia		2.741.578,81
TOTAL DO DÉBITO		39.800.379,64

CRÉDITOS		
Saldo do Semestre Anterior		919.902,78
Renda de Disponibilidades	155.920,16	
Renda de Financiamentos Imobiliários inclusive Taxas de Abertura de Crédito	38.460.248,53	
Renda de Aplicações Diversas e Outras	146.103,23	
Renda de Serviços	52,57	
Rendas Eventuais	118.152,37	38.880.476,86
TOTAL DO CRÉDITO		39.800.379,64

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1973. — MARCOS TITO TAMOYO DA SILVA, Diretor-Presidente — EPAMINONDAS MOREIRA DO VALE, Diretor-Superintendente — WALTON LUIZ DAMIANI, Diretor — LUIZ EUGENIO TIGRE DE OLIVEIRA BORGES, Economista CREP nº 5313 — CPF nº 219430725-GB — GILSON COSTA, Contador CRC-GB nº 26175 — CPF nº 044.225.977.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da NOVO RIO-CRÉDITO IMOBILIÁRIO S.A., abaixo assinados, tendo examinado minuciosa e detidamente o inventário, o Balanço Geral e a respectiva Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, levantados em 31 de dezembro de 1973, e o Relatório da Diretoria, datado de 04 de fevereiro de 1974, declaram ter encontrado os mencionados documentos em perfeita ordem e correção, em seu confronto com a escrituração e comprovação contábeis e, assim, são de parecer que os mesmos merecem ser aprovados pela Assembléia Geral, sem restrições.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1974. — FERNANDO CÍCERO DA FRANCA VELLOSO — RAMON FERNANDEZ CONDE — HAMILTON FIRME MACIEL.

A reforma monetária internacional e a crise do Petróleo

A reunião de Roma iniciou-se sob os efeitos da crise do petróleo, com sérias ameaças de forte recessão a nível mundial, e de significativa elevação nos custos, provocada pelo aumento dos preços do petróleo.

Nos encontros de janeiro abandonou-se, finalmente, a idéia de um plano ambicioso para imediata e compreensiva reforma do sistema monetário. Os representantes do Grupo dos Vinte, ao que se supõe, deverão dispersar-se na primavera depois de produzir seu esquema geral da reforma.

A intenção é de, a partir deste ponto, deixar-se o sistema evoluir gradualmente sem forçar grande mudança institucional imposta de cima.

Por outro lado, parece haver boas perspectivas de um acordo próximo sobre nova avaliação dos DES, inclusive porque se trata de providência das mais urgentes sob vários aspectos.

Mas os assuntos realmente de maior significado — dentre os cogitados nos encontros de Roma — foram os referentes às alternativas para enfrentar a crise do petróleo, a saber, o plano de Mr. Witteveen de canalização dos recursos árabes sob os auspícios do FMI para financiamento dos deficits de pagamentos decorrentes dos novos preços do óleo bruto, além do próprio problema de aceleração da utilização prática dos DES; cujo primeiro passo seria, sem dúvida, sua reavaliação adequada.

CRISE DO PETRÓLEO E FINANCIAMENTO DOS BALANÇOS DE PAGAMENTO

Os efeitos dessa crise sobre o balanço de pagamentos e crescimento dos países consumidores do produto são evidentes, mas despontam divergências quanto aos montantes do deficit que esses países deverão suportar. Calcula-se que esse valor esteja compreendido entre US$ 60 e 70 bilhões, o que deverá constituir-se no aumento das reservas dos países produtores de petróleo em conjunto.

Na verdade, a maior parte desses recursos deverá fluir para o mercado internacional, uma vez que é claro que aquelas nações não terão capacidade de absorver integralmente tais fundos.

A maior parcela deverá ser canalizada para o mercado de euromoedas onde se encontra atualmente aplicada grande parte das reservas disponíveis dos países árabes. O que se espera é que os países industrializados, e com deficits nas suas transações correntes, recorram a esses fundos a fim de corrigir seus desequilíbrios. O problema a ser evitado reside na possibilidade de uma competição entre os ditos países na captação dos recursos de que necessitam. Nestas condições seria adequado um trabalho de coordenação a fim de garantir que os recursos fossem distribuídos de maneira racional. Com efeito, parece estar havendo, pelo menos em princípio, acordo em sentido amplo quanto a uma estratégia conjunta para enfrentar aquela sobrecarga.

De outro lado, há a idéia de dividir esse custo de forma razoavelmente eqüitativa, no sentido de que países como os Estados Unidos e Alemanha Ocidental aceitem redução de seus superavits nos "demais itens", de forma que outros países como a Inglaterra e a Itália, que enfrentam deficits tanto em petróleo como nos "demais itens", possam auferir rendimentos adicionais que lhes permitam enfrentar os preços do óleo cru, sem incorrer em restrições comerciais que acabariam prejudicando o próprio desenvolvimento do comércio internacional, benéfico a todos.

O governo francês, no entanto, abrindo profunda brecha nos ideais de união econômica mais íntima da Comunidade Econômica Européia, passo intermediário para uma futura e sonhada integração política, resolveu não correr os riscos implícitos em aguardar um pouco mais pelos resultados práticos dos acordos sobre a divisão eqüitativa da carga imposta pelos preços do petróleo, assim como sobre os esquemas de financiamento para a energia, principalmente o acordo de Mr. Witteveen, que prevê participação ativa do FMI no processo de canalização dos recursos para aquele fim, e permitiu a flutuação do franco!

Embora discutível, o **rationale** da posição francesa é de que é preferível a ação imediata a uma onerosa e fútil defesa de taxa de câmbio insustentável, principalmente à face da posição reservada da Alemanha e dos Estados Unidos no tocante ao suporte que forneceriam a esse tipo de financiamento dos novos altos níveis de preços do petróleo. O ponto frágil desse tipo de argumentação reside no próprio exame dos números. Um total de aproximadamente US$ 16 bilhões seria disponível, em reservas e linhas de crédito, comparativamente a uma perspectiva de deficit da ordem de US$ 4 bilhões. Assim, não fica suficientemente clara a posição das autoridades francesas que não puderam, ao menos, aguardar a reunião da OCDE, marcada para 13 de fevereiro, quando o problema de repartição da sobrecarga derivada dos preços do petróleo seria discutido em maior profundidade.

Se é verdade que houve amplo acordo, pelo menos em princípio, quanto àquele processo de distribuição da carga global, o problema propriamente do financiamento dos deficits decorrentes dos novos preços do petróleo

abriu uma discussão de ordem técnica que colocou, de um lado, Estados Unidos e Alemanha, e, de outro, os demais países.

A tese americana e alemã é que o financiamento dos atuais níveis de preços do petróleo implicaria um comprometimento muito alto de recursos reais dos países importadores, o que inclusive poderia envolver riscos desaconselháveis.

De mais a mais, dever-se-ia permitir que o mecanismo de mercado funcionasse um pouco, o que atuaria no sentido de reduzir aqueles preços. Esta idéia deve partir do reconhecimento de que enquanto a oferta de óleo bruto encontrava-se 5% abaixo do normal, em janeiro, a demanda estava 10% abaixo, apenas pelo efeito da elevação do preço.

Dessa forma, americanos e alemães resumiriam suas posições nos seguintes pontos:
a) que se deixasse transcorrer certo lapso de tempo para poder formar uma idéia mais razoável do volume de financiamento necessário;
b) de qualquer maneira, o financiamento aos atuais níveis de preços seria considerado impossível.

A contra-argumentação dos demais países se baseia no raciocínio de que não se financiando os atuais padrões de preços, provável e possivelmente se estaria levando os países industrializados, grandes importadores de óleo, a uma situação de tal pressão no balanço de pagamentos, que eles acabariam por agir de modo análogo à França, e assim, o fantasma da recessão poderia transformar-se numa realidade palpável. É verdade que os preços cairiam, dizem eles, mas de forma muito onerosa para as nações consumidoras de petróleo.

Desse modo, o aspecto importante seria o de contornar a possível incompatibilidade entre as diversas políticas nacionais, de forma que se evitassem os efeitos depressivos sobre o crescimento dos países e sobre o comércio mundial.

O PLANO WITTEVEEN

Dentro dessa perspectiva, o plano de financiamento dos deficits dos países consumidores de petróleo proposto pelo FMI é de grande importância. Na verdade, o Fundo seria fonte suplementar aos canais de crédito existentes, aos quais os países consumidores deverão acorrer.

O plano prevê que os recursos seriam obtidos mediante empréstimos captados diretamente pelo Fundo junto a países produtores de petróleo e mesmo junto a países importadores em boa situação de liquidez, como os Estados Unidos.

Utilizar-se-iam para financiar deficits resultantes das importações de petróleo durante vários anos, com os valores do financiamento diminuídos a partir do primeiro ano, quando seria maior a proporção do deficit coberta pelo financiamento. Por outro lado, esses financiamentos seriam condicionados às providências que os países tomadores deveriam adotar com vistas ao ajustamento do seu balanço de pagamentos, como a política cambial, incentivos às entradas de capitais etc.

As taxas de juros deveriam ser equivalentes às vigorantes no mercado, a fim de se evitar a idéia da competitividade com outras fontes existentes. Dar-se-á atenção especial ao problema da liquidez global afetada pela elevação dos preços do petróleo, que deverá ser acompanhada de perto, a fim de se evitarem oscilações bruscas nos seus níveis.

A proposta do Fundo parece ter encontrado ampla receptividade na reunião de Roma, embora a princípio se caracterizassem opiniões favoráveis e desfavoráveis, sem nenhum sentido global de avaliação da viabilidade do plano. Ficou também acertado que os empréstimos concedidos ao Fundo pelos países produtores de petróleo seriam garantidos pela emissão de novos DES.

OS NOVOS DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE (DES)

Conforme se assinalou, a elevação dos preços do petróleo gerará um excedente de recursos em mãos árabes que deverá ser aplicado de alguma forma no mercado internacional. De parte do Fundo Monetário, Mr. Witteveen já está procurando esquematizar um plano no sentido de canalizar parte daqueles fundos por intermédio daquela instituição, como ação de sentido complementar à atuação do mercado de euromoedas, que se vem evidenciando pelas visitas de diversos banqueiros aos países do Oriente Médio.

Tanto para o FMI como para o mercado de euromoedas, entretanto, está tornando-se urgente a instituição de uma unidade monetária internacional, que possa desempenhar adequadamente a função de reserva de valor e de numerário do sistema, fornecendo, portanto, proteção contra a inflação e tendo ampla aceitação no mercado financeiro internacional. Nesta unidade, por exemplo, seriam denominadas não só as eurobrigações, como também os euro-depósitos e euro-empréstimos.

As diferentes moedas nacionais, de emissão das economias de maior projeção mundial, já não oferecem nenhuma garantia contra a inflação, além de deixarem os detentores de títulos financeiros nelas denominados à mercê de qualquer ação política do país emissor. Por outro lado, as unidades compostas baseadas em cestas de moedas nacionais, tipo **European Unit of Account**, espalhando o risco entre diversas moedas, talvez oferecessem proteção contra a inflação se esta estivesse atacando apenas um ou alguns dos principais países industrializados, sem afetar a totalidade. Como a inflação mundial, no entanto, está manifestando-se em todos, uma unidade monetária internacional lastreada em cestas de moedas também não oferece garantias contra a elevação generalizada dos preços.

Dessa forma surgem dois candidatos importantes ao lugar. De um lado, o ouro que, segundo a opinião de vários observadores, poderia desempenhar aquelas funções. A oposição ao ouro, contudo, é bastante ampla e forte, e os seus inconvenientes, ao que parece, acabariam por superar seus benefícios, tornando, na atual conjuntura, difícil o seu processo de adoção. O candidato óbvio que restaria nessas condições, seriam os novos DES do Fundo Monetário.

Estes provavelmente viriam com outro nome, teriam seu valor reciclado e passariam a se lastrear em uma cesta de mercadorias, e não de moedas, para que pudessem, efetivamente, dar proteção aos seus detentores contra o processo inflacionário.

Daí porque se espera que em breve o Grupo dos Vinte produza esse tipo de unidade monetária, agora, mais do que nunca, de importância fundamental para o desenvolvimento econômico mundial. Se falhar, a comunidade financeira internacional então terá que colocar em funcionamento alguma coisa desse tipo. Até lá, ela deverá procurar ampliar e flexibilizar a área de atuação das "Unidades Compostas" lastreadas em cestas de moedas.



COMBATA-OS LENDO



comunicação em prosa moderna

de Othon Moacyr Garcia

Que ensina a escrever com clareza, precisão e coerência.

Procure nas livrarias ou peça diretamente pelo reembolso postal à Fundação Getulio Vargas, Serviço de Publicações, Caixa Postal 21.120 ZC-05, Rio, GB

Arábia Saudita efeitos do petróleo

Nestes três últimos anos, o rápido crescimento na produção de petróleo refletiu-se na situação econômica e financeira da Arábia Saudita.

Já no fim do primeiro semestre de 1973, a produção e a exportação de petróleo mostravam aumento de 7,5 milhões de barris por dia, mais do dobro da taxa de crescimento verificada em 1970. No período de 1970 a 1972, a renda gerada pelo petróleo cresceu em uma taxa anual de 43%, após uma década de crescimento apenas moderado. O produto interno bruto, conseqüentemente, cresceu quase 16% a.a., no período 1971/1972. A renda proveniente po petróleo representa 90% da receita orçamentária e 95% dos ganhos do comércio exterior. Mesmo com o crescimento das suas despesas orçamentárias, aplicadas, principalmente, no desenvolvimento interno e aumento das transferências a outros países da região, foram registrados substanciais superavits nas contas fiscais e externas.

Tendo começado a exploração do petróleo em 1923, sua comercialização na Arábia Saudita só foi iniciada em 1938. Mais tarde foi organizada a Arabian Oil Company (Aramco) para produzir e exportar o petróleo desse país, que além de ser a principal produtora do país, é a maior produtora e exportadora de petróleo do mundo. Operam no país, além da Aramco, duas outras concessionárias.

As reservas comprovadas de petróleo continuam a aumentar. Mesmo com a rápida expansão da produção, o crescimento destas reservas tem crescido a uma taxa maior que a da produção. No período 1962/1972 a Aramco produziu 10,9 bilhões de barris. Durante o mesmo período, as reservas comprovadas aumentaram em quase 60 bilhões de barris; elas são estimadas em quase 40% da reserva total do Oriente Médio e cerca de 25% das reservas mundiais.

Nos últimos três anos, as receitas do governo oriundas do petróleo elevaram-se acentuadamente. A razão principal foi a majoração das taxas de impostos e a elevação dos preços do petróleo bruto após o Acordo de Teerã, em 14 de fevereiro de 1971. Além disso, como os preços são fixados em termos de dólares americanos, os países

Contas fiscais da Arábia Saudita

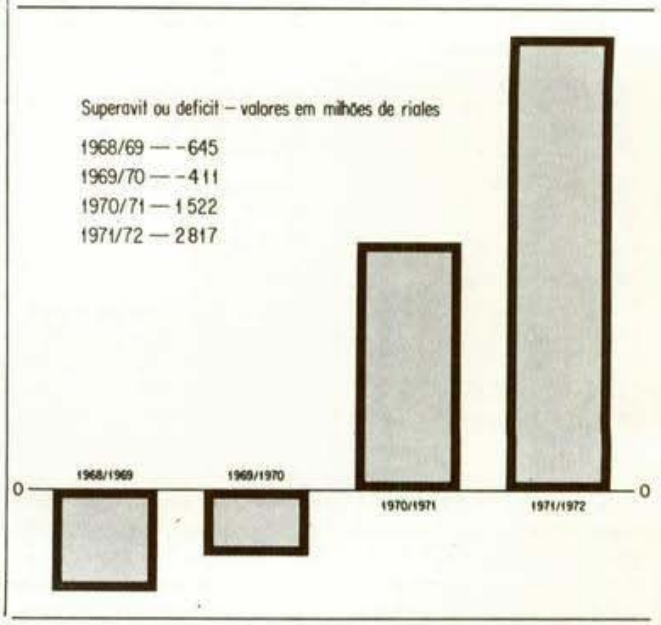


Tabela I — Contas fiscais da Arábia Saudita — milhões de *riales*

Ano fiscal	1968-69	1969-70	1970-71	1971-72
A. Receitas	4 957	5 668	7 940	11 120
B. Despesas	5 602	6 079	6 418	8 303
Corrente	3 080	3 254	3 483	4 263
Desenvolvimento	1 860	2 163	2 273	3 378
Ajuda aos Países Árabes	662	662	662	662
C. Superavit ou deficit (A — B)	—645	—411	1 522	2 817
D. Variação líquida nos depósitos do Governo (diminuição —)	—632	212	1 560	3 108

Fonte: Saudi Arabian Monetary and International Financial Statistcis.

Tabela II — Fatores que afetam variações na liquidez privada da Arábia Saudita — milhões de *riales*

Variação em	1968	1969	1970	1971	1972	Quatro meses 1972	Quatro meses 1973
Moeda ou quase-moeda	382	164	179	442	1 456	417	486
Moeda	283	122	80	246	1 127	313	391
Quase-moeda	99	42	99	196	329	104	95
Ativos líquidos externos	—303	—302	602	3 045	5 786	1 425	2 060
Ativos líquidos internos	684	466	—422	—2 607	—4 329	—1 005	—1 618
Direitos sobre o setor privado	154	227	97	106	7	—59	13
Depósitos do Governo (líquido)	653	568	—315	—2 336	—4 626	—1 381	—2 110
Outros itens (líquido)	—123	—329	—204	—377	290	435	479
Variações em %							
Moeda	14,7	5,5	3,4	10,2	42,5	11,8	10,4
Quase-moeda	19,8	7,0	13,4	26,5	35,1	11,1	7,5
Moeda ou quase-moeda	15,8	5,9	6,0	14,1	40,6	11,6	9,6
Direitos sobre o setor privado	12,5	16,4	6,0	6,2	0,4	—3,2	0,7

Fonte: Saudi Arabian Monetary Agency and International Financial Statistics.

Tabela III — Ativos externos da Agência Monetária da Arábia Saudita e o sistema bancário — milhões de *riales*

Discriminação	1968	1969	1970	1971	1972	Abril 1973
Total	866	800	900	1 575	2 878	3 337
Agência Monetária da Arábia Saudita	845	762	837	1 507	2 645	3 182
Reservas oficiais	662	607	662	1 325	2 433	2 867
Ouro	(119)	(119)	(119)	(108)	(108)	(108)
Tranche-ouro no FMI	(23)	(23)	(23)	(34)	(34)	(34)
Divisa externa	(520)	(465)	(520)	(1 172)	(2 280)	(2 714)
Investimentos	183	155	175	182	212	315
Bancos comerciais (líquido)	21	38	63	79	244	166
Ativos	61	80	99	142	294	212
Exigibilidade	40	42	36	63	50	46

Fonte: Saudi Arabian Monetary Agency and International Financial Statistics.

produtores conseguiram, pelo Acordo de Genebra, assinado em 20 de janeiro de 1971, reajuste no montante correspondente à desvalorização do dólar. Em 1.º de junho de 1973 foi concluído acordo suplementar, com validade a partir de 1.º de abril de 1973, que detalhava o procedimento a ser seguido nas futuras variações de preços, devidas às flutuações nas taxas de câmbio das principais moedas.

Após estes acordos, o preço do petróleo bruto subiu mais de 70%, passando de US$ 1,80 para US$ 3,07 por barril. As receitas do governo cresceram em mais de 95%, passando de US$ 0,90 para US$ 1,76 por barril. No fim de 1972, as receitas do governo oriundas do petróleo tinham quase triplicado, chegando à cifra de US$ 2,8 bilhões. Para 1973, estimava-se que essas receitas atingiriam US$ 5 bilhões.

Com o mundo cada vez mais carente de petróleo, os preços continuaram a subir. Em 16 de outubro de 1973, seis países produtores anunciaram considerável aumento nos preços, passando agora a ser vendido a US$ 3,65 por barril. A receita do governo aumentou para US$ 3,03 por barril. Ainda em outubro, a Arábia Saudita e outros membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OAPEC) instituíram limitações quanto aos níveis de produção e destino das exportações do produto. Estas medidas foram tomadas

por motivos outros que não os econômicos. Em dezembro de 1973 eram anunciados os novos preços que vigorariam a partir de 1.º de janeiro de 1974. O barril passaria a custar US$ 11,65 e a receita do governo subiria para US$ 7 por barril.

Em dezembro de 1972, a Arábia Saudita assinara o Acordo de Participação Geral, que lhe possibilitou a aquisição de 25% das ações da Aramco, e aumentou a sua fatia no mercado de petróleo, através da Petromin, agência do governo para o petróleo e minerais.

As receitas do petróleo tornaram-se a principal fonte de recursos para a industrialização da Arábia Saudita.

A capacidade de refinação dobrou em relação ao ano de 1966. Uma nova refinaria está sendo construída em Riyadh e a Jeddah está aumentando sua capacidade de produção para atender a demanda interna crescente de produtos refinados. Uma grande fábrica, que começou a sua produção em 1969, exportou 75 mil toneladas de uréia e amônia em 1972. A Petromin deu início, ainda, à construção de uma fábrica de lubrificantes e outra de ácido sulfúrico. Em Jeddah, estuda-se a ampliação da usina de aço com capacidade de 45 mil toneladas. Além disso, a Petromin criou subsidiárias para a construção marítima, embarque de óleo cru e exploração mineral. Para se ter uma idéia do rápido crescimento industrial e comercial do país, basta dizer que o consumo de eletricidade mais do que dobrou no qüinqüênio 1968/1972.

Com o crescimento acelerado dos recursos oriundos do petróleo, as receitas orçamentárias excederam as despesas e transferências em 1,5 bilhões de **riales,** que cresceu para 3 bilhões em 1971/1972 e no período 1972/1973 estima-se que este superavit dobre, em relação ao período precedente.

Muito embora as despesas correntes constituam o grosso da despesa orçamentária, as de desenvolvimento aumentaram 12 vezes entre 1963/1964 e 1971/1972, isto é, 0,3 bilhão para 3,4 bilhões de **riales.** Desde 1970/1971 as despesas de desenvolvimento são feitas de acordo com o primeiro plano qüinqüenal. Este plano tem por objetivo acelerar o desenvolvimento dos recursos humanos e diversificar a estrutura da produção, de modo que diminua a dependência do país quanto à produção de petróleo.

O sistema bancário da Arábia Saudita é composto da Agência Monetária da Arábia Saudita (SAMA, o banco central), 13 bancos comerciais e 2 bancos especializados (que são de propriedade do governo). O Banco Agrícola foi criado em 1963. Para fornecer crédito subsidiado às pessoas de recursos limitados, está sendo criado o Banco Saudita de Crédito e Assistência. O SAMA tem essencialmente as funções de banco central e pratica uma política monetária neutra, no sentido de permitir que a demanda privada de crédito encontre o seu próprio nível. Por outro lado, o SAMA tem praticado rígida supervisão nos bancos, de modo que se garantam práticas bancárias saudáveis.

As atividades dos bancos comerciais têm crescido rapidamente nos últimos anos. Os ativos e as exigibilidades dos bancos passaram de 1,5 bilhão de **riales,** no fim de 1965, para 4,4 bilhões no final de abril de 1973. O grande crescimento das despesas do governo e o crescimento das rendas privadas provocaram grande impacto nas operações bancárias na Arábia Saudita.

Durante a década 1961/1970, o balanço de pagamentos da Arábia Saudita registrou pequenos superavits, exceto durante os anos de 1968 e 1969 quando ocorreram deficits. Desde então, acentuada mudança tem-se verificado na posição dos pagamentos externos. Em 1971, o superavit no balanço de pagamentos elevou-se a mais de 800 milhões de **riales** sendo que em 1972 esse saldo foi ainda maior. Embora as despesas de importação tenham aumentado 43% durante o período 1971/1972, o valor das exportações de petróleo cresceu 125% durante o mesmo período. Com o crescimento acelerado das receitas de petróleo, o balanço de pagamentos da Arábia Saudita deverá continuar registrando grandes superavits.

Em janeiro de 1960, a Arábia Saudita abolia todas as restrições de importação e de pagamentos e em 22 de março de 1961 aceitou a obrigação do artigo VIII, seções 2, 3 e 4 do **Fund Agreement.** Não há restrições nas transações de câmbio para fins correntes e/ou de capital para residentes e não-residentes.

BANCO DE INVESTIMENTO CREDIBANCO S.A.

Carta Patente n.º A-67/173, de 14-12-67 — C.G.C. 33.461.468

CONTROLE ACIONÁRIO: GRUPO MARCELLINO MARTINS
PARTICIPAÇÕES: BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S. A.
CRÉDIT LYONNAIS E IRVING TRUST COMPANY

CAPITAL E RESERVAS: CR$ 77.729.504,59

Conselho de Administração: Presidente — Marcellino Martins dos Santos F.º; Vice-Presidentes — Floriano Peçanha dos Santos, João Pedro Gouvêa Vieira e Jean Antoine Marcel Naville. **Conselheiro:** Ialdy Reis dos Santos.

Diretoria Executiva: Superintendente — Jean Marie Monteil; **Executivos** — Mario Cesar Campanella, François Xavier Savina e Michel Robert Joseph Sagot.

Conselho Técnico Consultivo: Presidente — Octavio Gouvêa de Bulhões. **Conselheiros:** Mário Henrique Simonsen, José Luiz Bulhões Pedreira Netto, Lucas Lopes, Theophilo de Andrade Lyra e Américo Oswaldo Campiglia.

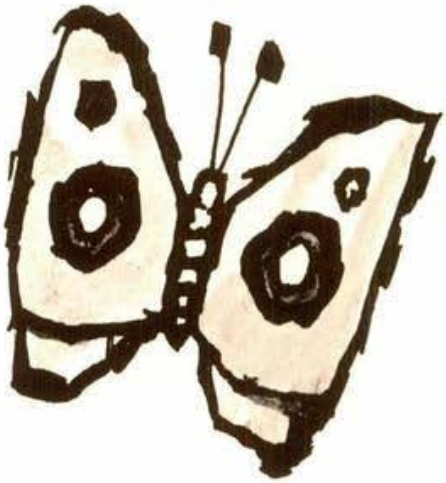
Conselho Fiscal: Benjamin David Sion, Nelson Brant Maciel e Oswald Guarita Valente Doce.

MATRIZ: RIO DE JANEIRO - GB - Rua Visc. Inhaúma, 38 - 8.º - Tels.: 243-7824; 243-7953 e 223-5514.

FILIAIS: **São Paulo** - Rua 3 de Dezembro, 17 - **Salvador** (BAHIA) - Rua Miguel Calmon, 37, s/409 - **Curitiba** (PR) - Rua Marechal Deodoro, 26 - **Belo Horizonte** (MG) - Rua Bahia, 1 261 - **Porto Alegre** (RS) - Rua Siqueira Campos, 1 177 - 4.º and., s/2.

Arte, educação e ciências num mundo sem fronteiras

Nas páginas de
O Correio da Unesco
editado em português pela
Fundação Getulio Vargas
assinatura ou venda avulsa
Praia de Botafogo, 188
Tel.: 266-1512 R. 110
ou nas boas livrarias





Euromoeda – expansão sem precedentes em 1973

As cifras reputadas de excelente qualificação para os mercados de euromoedas são originárias do Bank for International Settlements, só disponíveis, no entanto, ao final de abril de cada ano. Informações anteriores a essa data provêm de instituições financeiras operadoras nc mercado e de revistas européias especializadas. O Banco Mundial — que tem mostrado acentuado interesse pelos mercados financeiros internacionais, como provam suas recentes críticas ao endividamento de países subdesenvolvidos nesse mercado, segundo expresso no último relatório da Corporação Financeira Internacional — apresentou recentemente suas cifras, baseadas em informações dadas ao público, de empréstimos efetivados em euromoedas em 1973: US$ 22,9 bilhões, nas operações a médio prazo.

Enquanto isso, o Rothschilds Intercontinental Bank, um dos mais importantes operadores do mercado, divulgou como total de eurocréditos, dados a conhecimento público a médio prazo, em 1973, a cifra de US$ 16 bilhões, enquanto que em 1972 teria sido de US$ 6 bilhões. Segundo o Rothschilds a melhor estimativa dos créditos concedidos, mas não divulgados, seria a de US$ 4-9 bilhões, o que colocaria o total geral de eurocréditos na faixa de US$ 20-25 bilhões. As cifras do Banco Mundial não são coincidentes, portanto, com as do Rothschilds, sendo as primeiras sensivelmente superiores às do segundo, de vez que a comparação é efetuada somente à custa de informações dadas a público. De qualquer forma, combinando as duas fontes, chega-se à conclusão de que o total de eurocréditos — publicitados ou não — efetuados em 1973, situou-se na faixa de US$ 20-32 bilhões, com aumento de mais de 200% em relação ao volume do ano anterior. Observe-se que tais cifras referem-se a volume de empréstimos novos, quer dizer, de fluxos financeiros e não de saldos.

Os dados do Banco Mundial indicam que o prazo médio dos eurocréditos alargou-se sensivelmente em 1973. Assim, 10,1% das operações tiveram prazo de pagamento inferior a cinco anos; 62,5% situaram-se na faixa de 6 a 10 anos e 18,2% — num total de US$ 4,2 bilhões — apresentaram prazos acima de 10 anos. O percentual de prazos desconhecidos foi apenas de 9,2%, indicando que a praxe nos anúncios de eurocréditos é a da especificação de prazo. Em termos de moeda, a quase-totalidade dos eurocréditos concentrou-se em dólares norte-americanos — com 97,0% do total — e o restante em libras esterlinas, com 2,1%.

Apesar da forte publicidade — um tanto escandalosa, inclusive — de que os maiores tomadores de eurocréditos seriam os países subdesenvolvidos, os dados do Banco Mundial revelam que apenas 35,9% dos empréstimos foram destinados a esses países, enquanto os desenvolvidos respondiam por 35,9% e os socialistas com 5,9% do total de US$ 22,9 bilhões de empréstimos em 1973. Não se verificou assim nenhuma modificação de monta no tocante aos anos anteriores: em 1971, por exemplo, os países subdesenvolvidos conseguiram 35,8% do total de US$ 4 120 milhões de eurocréditos aprovados, proporção que foi mantida em 1972. A tendência em 1973 parece ter sido no sentido de manter as proporções dos anos anteriores, processando-se eventuais acréscimos relativos para os países socialistas, eufemisticamente chamados nas estatísticas oficiais de "países de economia centralmente planificada", que de US$ 371 milhões em 1972 passaram para US$ 1 355 milhões em 1973.

Taxas do eurodólar — % a.a.

Data	À vista	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	5 anos
1969						
Mar. 27	10 3/8	—	8 3/8		8 3/16	—
Jun. 26	9 7/8	11 1/4	11 3/16	11	10 7/16	—
Set. 25	9 1/4	10 5/8	10 7/8	11 3/8	11 1/8	—
Dez. 25	9 1/4	12 9/16	11 7/16	10 13/1	10 7/16	—
1970						
Mar. 26	8 1/6	8 5/8	8 1/2	8 1/2	8 1/2	—
Jun. 25	8 7/8	9 3/16	9 3/10	9 1/4	9 1/4	—
Set. 24	7 7/8	8 1/16	8 1/16	8 7/16	8 7/16	—
Dez. 31	5 7/8	6 1/4	6 1/2	6 3/3	6 7/8	—
1971						
Mar. 25	5 1/4	5 3/16	5 1/4	5 13/16	6 1/4	—
Jun. 24	4 3/4	6 9/16	6 13/16	7 1/3	7 7/16	—
Set. 30	5	6 7/8	7 5/8	7 5/8	7 11/10	—
Dez. 30	5 5/8	5 3/4	5 13/16	6	6 1/8	—
1972						
Mar. 30	3 3/4	5	5 1/2	5 15/16	6 3/8	—
Jun. 29	3 3/4	4 11/16	5 1/4	5 11/17	6 1/16	—
Set. 28	4 1/2	5 1/16	5 15/16	6 1/8	6 3/8	—
Dez. 28	5	5 3/4	5 13/16	6 3/16	6 1/4	—
1973						
Jan. 25	6	6 5/16	6 3/8	6 5/8	6 11/16	—
Fev. 22	7 1/2	8 3/16	8	8	7 3/4	—
Mar. 29	7 5/8	8 3/8	8 9/16	8 5/8	8 1/2	—
Abr. 26	7	8 1/8	8 5/16	8 1/2	8 3/8	—
Mai. 31	7	8 7/16	3 1/2	8 3/4	8 11/16	—
Jun. 28	8	8 15/16	9 1/16	9 1/8	8 15/16	—
Jul. 26	10	11 1/8	11 1/8	11 1/8	10	—
Ago. 30	10 1/2	11 1/2	11 9/16	11 9/16	10 3/4	—
Set. 27	9 3/4	10 7/16	10 7/16	10 3/8	9 13/16	9 3/8
Out. 25	9	9 3/4	9 1/2	9	8 11/16	8 7/8
Nov. 15	9	9 5/8	9 15/16	9 1/2	9	9
Dez. 27	9	11 1/16	11 1/8	10 13/16	9 15/16	9 15/16
1974						
Jan. 31	9	9 5/8	9 11/16	9 1/2	9 5/16	9 1/8
Fev. 26	8 1/2	8 5/8	8 11/16	8 11/16	8 9/16	8 7/16

Fontes: *Euro-Money* e *Financial Times*.

Dentre os tomadores dos países desenvolvidos — num total de US$ 13 356 milhões — quase US$ 6 bilhões foram para entidades governamentais do Reino Unido e da Itália, distribuídos em igual proporção entre esses dois países. No caso inglês, os recursos captados no mercado de eurodólar serviram basicamente para o financiamento do déficit do balanço de pagamentos em conta-corrente, que foi bem próximo dos US$ 3 bilhões de captação em eurodólares. Observe-se que somente a partir de 1973 é que o governo inglês permitiu que entidades públicas descentralizadas — como por exemplo, o Conselho Britânico de Eletricidade, que captou no eurodólar US$ 1 bilhão em 1973 — tivessem acesso ao mercado externo.

A situação inglesa apresentou-se, assim, delicada em 1973 e as perspectivas para 1974 não são satisfatórias. Especula-se que o Banco da Inglaterra será obrigado a requerer aumento de suas linhas de crédito a curto prazo em Nova Iorque de US$ 2 bilhões para US$ 3 bilhões, ao mesmo tempo em que irá sacar possivelmente US$ 3 bilhões no FMI.

A Inglaterra tem acordo com os países componentes do grupo da libra esterlina de pagar — em libras — quaisquer perdas devidas a desvalorização desta moeda em relação ao dólar. Esse acordo deverá terminar ao final de março e custou aos cofres ingleses a bagatela de US$ 320 milhões somente em 1973, de vez que a desvalorização efetiva média da libra de fevereiro de 1974 a agosto de 1970 foi de 17%.

As perspectivas italianas são no entanto bem mais favoráveis, mormente em virtude do relacionamento favorável que a ENI — empresa estatal de petróleo — sempre manteve com os árabes, combinado com os fortes acréscimos previstos na produção interna de gás.

As expectativas futuras sobre o eurodólar resumem-se principalmente no comportamento dos árabes e no mercado de capitais norte-americano. Com efeito, apesar de tudo, a confiança árabe nos EUA continua acentuada. Assim, na última semana de janeiro eles depositaram US$ 1 bilhão a prazo fixo em Nova Iorque, enquanto que na primeira semana de fevereiro voltaram a fazer depósito de US$ 500 milhões, confirmando sua preferência pelo mercado norte-americano em detrimento do mais arriscado mercado de euromoedas. É claro que sempre existirão alguns países árabes mais avançados, em termos de risco, que continuarão a dar preferência ao mer-

cado de eurodólar em relação a Nova Iorque ou a operações com ouro.

A oferta de recursos financeiros para o mercado em Nova Iorque diminuirá sensivelmente a demanda que os bancos norte-americanos fazem ao eurodólar. Calcula-se que em 1971, os bancos norte-americanos captaram naquele mercado US$ 2 bilhões para serem reinvestidos nos EUA, enquanto que em 1973 apenas captaram US$ 900 milhões, que serão sensivelmente reduzidos em 1974, à medida que fundos financeiros sejam atraídos para os EUA pela supressão de impostos e tetos sobre operações com o exterior.

O comportamento francês é sintomático. Ainda em janeiro os franceses fizeram a maior operação individual jamais realizada no mercado de eurodólar — no total de US$ 1,5 bilhão — e já na última semana de fevereiro captavam graças a empréstimo direto, não registrado junto à Securities Echange Commission, de US$ 75 milhões, à taxa próxima de 8,75% ao ano. Essa operação é a primeira realizada por um governo estrangeiro com bancos privados norte-americanos e só se tornou possível, conforme analisado em CONJUNTURA ECONÔMICA de janeiro de 1974, pela abolição quase que total dos controles sobre a captação e aplicação de recursos no mercado de capitais dos EUA. De fato, a posição norte-americana jamais pareceu tão forte: a desvalorização efetiva do dólar — ponderada pelo comércio internacional dos EUA — foi somente de 2% quando se compara a posição de final de fevereiro de 1974 com dezembro de 1971 — tendo chegado a uma desvalorização efetiva de 10% em julho de 1973. O balanço de pagamentos dos EUA em conta-corrente apresentou um superavit de US$ 1 bilhão em 1973, contra o deficit de US$ 8 bilhões no ano anterior.

O mais importante é que o vulto dos recursos financeiros associado ao aumento do preço de petróleo só pode ser aplicado em mercado gigantesco. O eurodólar simplesmente não terá reduzido suas fontes árabes, mas necessariamente exportará parte dos recursos ociosos para Nova Iorque, único mercado com volume de operações capaz de abrigar os bilhões de dólares adicionais provenientes do aumento do petróleo.

Países subdesenvolvidos, no entanto, terão que continuar a se agarrar ao eurodólar, posto que as fontes clássicas multinacionais — tipo BID e Banco Mundial — são moderadas em volume de empréstimos e rigorosas em exigir obediência muitas vezes não satisfatória do ponto de vista individual. Os norte-americanos parecem não estar satisfeitos com a manutenção da condição de emprestadores aos organismos internacionais. Ainda recentemente, a Câmara de Representantes dos EUA recusou — por 248 contra 155 votos — a proposta do presidente daquele país no sentido de uma contribuição de US$ 1,5 bilhão a favor da Internacional Development Agency (IDA), do Banco Mundial.

A atual posição do legislativo norte-americano não foi muito bem recebida pelo Banco Mundial, tendo seu presidente especificado que os EUA são apenas o décimo quarto dos 16 países mais importantes em termos de fornecedores de ajuda externa ao mundo, frisando ainda que os Estados Unidos, em relação à sua renda nacional, apresentaram, em 1973, apenas 10% da contribuição realizada há 25 anos atrás. Em seguida observou que a contribuição norte-americana para o capital da IDA fora recentemente reduzida de 40 para 33% do total, substituída que foi por contribuições da Alemanha Ocidental e do Japão. O mais importante, em termos de IDA — que faz empréstimos sem juros a países menos desenvolvidos, de baixo nível de renda **per capita**, entre os quais não se inclui o Brasil — é que a posição norte-americana poderá levar outros países doadores a agir da mesma forma, pondo em risco o aumento de capital de US$ 4,5 bilhões planejado pelo Banco Mundial.

EUROBRIGAÇÕES

Em 1973, lançaram-se apenas US$ 3 513 milhões de eurobrigações (bônus), implicando decréscimo de 30% em relação ao ano anterior. A principal razão do decréscimo foi o nível acelerado da inflação nos principais países industriais — com a decorrente falta de confiança nas principais moedas — e o nível excessivo das taxas de juros do mercado, que não incentivaram os tomadores de crédito a efetuarem lançamentos de títulos.

A mais importante moeda de lançamento de eurobrigações continuou sendo o dólar com 56% do total, apresentando redução no tocante ao ano anterior quando 60% do valor dos lançamentos foram efetuados nessa moeda. A segunda moeda em importância foi o marco alemão, responsável por 29% dos lançamentos em 1973 contra 24% no ano anterior. As diversas unidades monetárias contábeis responderam por 5% e os 10% restantes dos lançamentos efetuados ficaram por conta de outras moedas.

Observou-se, em 1973, sensível estreitamento do mercado, devido a fortes competições dos mercados de capitais nacionais e as restrições para a compra de eurobrigações na Europa, principalmente na Itália. Apenas 21% dos lançamentos foram destinados a empresas norte-americanas, em comparação com 35% no ano anterior. Em contrapartida, as empresas européias aumentaram sua participação nos lançamentos: de 40%, em 1972, para 61% em 1973.

Talvez o mais significativo aspecto da deterioração das eurobrigações tenha sido o quase-desaparecimento do mercado secundário de tais títulos, de vez que o volume reduzido de transações levou diversas instituições financeiras a procederem ao fechamento de suas carteiras especializadas. Se 1974 não for um ano propício para os bônus é de se prever que tais títulos desapareçam definitivamente dos mercados de capitais internacionais, uma vez que simplesmente não haverá mercado secundário de espécie alguma, o que implicará a destruição do mercado primário.

FEIRA INGLESA VIRÁ EM AGOSTO

A maior promoção inglesa fora da Europa este ano será a Feira da Indústria Britânica, montada no Parque Anhembi, em São Paulo, entre 23 de agosto e 1º de setembro próximos. Brevemente o Consulado Britânico (Av. Paulista, 1938 — 17º; 01310 — São Paulo — SP) distribuirá, entre os associados do Sindicato, maiores informações sobre essa feira.

O Consulado coloca-se também à disposição, para orientar empresários brasileiros interessados em representações comerciais, licenciamento de *know how*, na aquisição de equipamentos e mercadorias inglesas etc.

PRODUÇÃO DE VEICULOS CRESCEU 20,78%

Em 1973 foram produzidos 729 135 veículos, segundo informações distribuídas dia 21 de janeiro pela Anfavea — Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Esse número excedeu em 20,78% os 603 648 veículos fabricados em 1972, quando se superou em 18,17% a produção de 1971.

Agenda internacional – fevereiro de 1974

A ALTA espetacular do preço do ouro o enfraquecimento do dólar norte-americano, as eleições na Inglaterra, as reuniões dos países consumidores de petróleo em Washington e a conferência dos chanceleres americanos em Tlatelolco, no México, foram os principais acontecimentos na área político-econômica que marcaram este segundo mês do ano.

Em fevereiro a cotação do ouro nos mercados europeus bateu sucessivamente vários recordes. Em Londres, a onça de ouro chegou a quase US$ 180 no fim de fevereiro, comparado com os US$ 140 no início do mês. Várias razões, como a desconfiança nas principais moedas internacionais devido à tendência inflacionária, rumores de que as nações do Mercado Comum Europeu elevariam o preço oficial do metal que atualmente é de US$ 42,22 a onça (o que equivaleria a uma desvalorização de suas moedas, violando normas do FMI), boatos de que os países árabes iriam investir maciçamente no ouro, são apontadas para explicar esta grande alta.

Além disso, a produção da África do Sul, de onde provém a maior parte do ouro do mundo, tem diminuído nos últimos anos devido ao esgotamento dos veios de minério, havendo ainda ultimamente incidentes entre mineiros de diferentes tribos que perturbam a produção das minas sul-africanas. Entretanto, a oferta de ouro nos mercados é tão pequena que a venda rápida de alguns milhões de dólares poderia acarretar baixa na cotação do metal.

A desconfiança no sistema monetário mundial também tem elevado a cotação de outras matérias-primas como a prata, o estanho e o cobre.

Quanto ao dólar norte-americano, cuja queda foi constante conquanto lenta em fevereiro, observadores atribuem o fato à redução dos juros primários nos Estados Unidos, eliminação de limitações para investimentos no estrangeiro e redução dos preços de petróleo mais favorável às divisas européias que ao dólar.

ORIENTE MÉDIO — PRODUTORES ÁRABES ESTUDAM NOVO SISTEMA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS

NO dia 1.º de fevereiro, os países árabes produtores de petróleo encerraram em Viena conferência de cinco dias na qual debateram os princípios do novo sistema de fixação de preços a longo prazo que forneça garantias contra a inflação e as flutuações monetárias. Segundo observadores, os países produtores pretendem criar um sistema que vincule os preços do petróleo ao custo dos bens manufaturados no Ocidente, justificando os aumentos verificados ultimamente como meio de manter o preço do petróleo ao nível dos custos dos manufaturados que eles compram às principais nações consumidoras do Ocidente.

Os Chefes de Estado da Argélia, Arábia Saudita, Egito e Síria iniciaram no dia 13, em Argel, reunião de cúpula a fim de debater a revisão do embargo do petróleo contra os Estados Unidos e um acordo sírio-israelense para a separação de forças na região de Golan. A realização desta reunião provocou o adiamento, por tempo indeterminado, da conferência que os ministros do petróleo dos países árabes realizariam dia 14 em Trípoli para tratar da política petrolífera e do embargo contra os Estados Unidos.

Abdul Emir Kubbah, principal porta-voz da OPEP, em meados de fevereiro, considerou "lamentáveis" os resultados da conferência dos países consumidores em Washington, pois suas resoluções evidenciaram propósitos de levar a "uma confrontação com os produtores", classificando a conferência como uma "tentativa dos Estados Unidos de institucionalizar a cooperação com os consumidores, a fim de organizarem uma frente contra os países produtores de petróleo."

No dia 16, os chanceleres do Egito Ismail Fahmy e da Arábia Saudita Omar Sakkaf levaram ao Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger propostas concretas do Presidente da Síria, Hafez Al Assad, para a separação das tropas sírias e israelenses em Golan. Segundo anunciou a imprensa dos países árabes, será imprescindível que as auotridades norte-americanas preparem o terreno para a retirada das forças israelenses de todos os territórios árabes ocupados antes e depois da guerra de junho de 1967, a fim de ser obtida a suspensão do embargo aos Estados Unidos.

Uma lista contendo o nome de 65 prisioneiros de guerra israelenses em poder da Síria foi entregue a Henry Kissinger no dia 27. Na ocasião, a Síria concordou em que representantes da Cruz Vermelha Internacional visitassem esses prisioneiros a partir do dia 1.º de março. Observadores consideraram tal acontecimento decisivo para o acordo de separação das tropas Sírias e israelenses na região de Golan.

As forças israelenses abandonaram no dia 4 estreito corredor no deserto na margem ocidental do Canal de Suez. Esta foi a segunda fase da retirada israelense das terras egípicias ocupadas em outubro do ano passado.

No início do mês, o Ministro das Finanças de Israel, Pinhas Sapir, declarou na reunião semanal do Conselho de Ministros que o deficit do comércio exterior israelense em 1973 foi de US$ 2,5 bilhões, prevendo-se elevação desta cifra em 1974. O orçamento para 1974/1975 será de US$ 8,4 bilhões, quantia superior às possibilidades econômicas do país. Estritas medidas de austeridade para todos os ministérios foram anunciadas.

AMÉRICA LATINA — DIÁLOGO EM TLATELOLCO

DIA 1.º a Venezuela declarou que não aumentará o preço do seu petróleo em fevereiro, permanecendo o barril a US$ 14,08. Acrescentou, contudo, que inexiste qualquer política de congelar os preços por período determinado. Dia 8, o embaixador venezuelano, Alfredo Baldoh Casanova, comunicou ao Chanceler Gib-

son Barboza que o seu país aumentará de 15 para 20 mil barris diários o atual fornecimento de petróleo ao Brasil, atendendo em parte à solicitação brasileira de receber 25 mil barris diários.

Anunciou-se que a Venezuela aumentará os preços dos derivados daquele produto em US$ 7, objetivando elevar o preço do barril para US$ 14. Informou ainda o Ministério das Minas e Petróleo que todas as companhias petrolíferas que operam na Venezuela já estão a par do aumento, cuja primeira parcela vigora a partir de 9 de fevereiro com efeito retroativo a partir de 1.º de janeiro.

Ao reclamar, dia 22, em documento apresentado à Conferência dos Chanceleres americanos em Tlatelolco, a necessidade de os preços do petróleo e outras matérias-primas alcançarem níveis compatíveis com o bem-estar dos países que os produzem, a Venezuela procurou atrair para si a liderança dos países em desenvolvimento produtores de petróleo.

O Presidente da Junta Militar Chilena, General Augusto Pinochet, declarou no dia 2 que "o Chile está praticamente na bancarrota, mas existe possibilidade de que com os esforços patrióticos de todos os chilenos a nação possa escalar desta angustiante situação econômica" e que o antigo governo deixou dívidas externas de US$ 4 bilhões e 570 milhões, afirmando que a Junta não cogita em lançar-se na emissão incontida de papel-moeda.

Dia 19, o ministro da economia do Chile informou que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedeu ao país empréstimo preliminar de US$ 171 milhões a serem aplicados em eletrificação, reflorestamento e instrução agrícola. Além do empréstimo do BID, o país foi beneficiado por empréstimo do FMI no valor de US$ 95 milhões e do Banco Mundial superior a US$ 13 milhões.

O Ministro das Minas e Petróleo da Colômbia, Gerardo Silva Valderrama, no início do mês, reafirmou seu apoio a um acordo com o Brasil para a exploração das minas de carvão colombiano para o mercado brasileiro. O plano carbonífero foi explicado nos seguintes termos pelo Ministro: "Buscamos a assinatura de um convênio misto entre o Brasil e a Colômbia para estudar detalhadamente várias zonas carboníferas do país, com o objetivo de estruturar um projeto que permita ao país a criação da infra-estrutura necessária para incorporar este importante recurso natural aos mercados internacionais, com benefícios incalculáveis para a economia nacional".

Discordando da redação do orçamento nacional, o Ministro da Fazenda do Uruguai, Manuel Pazos, renunciou em fevereiro a seu cargo e, de acordo com observadores, isto poderá marcar o início de de nova política econômica uruguaia, já que o país atravessa fase de descontrolada inflação, deterioração do nível de vida dos trabalhadores e êxodo de habitantes que foram para o exterior em busca de melhores condições de trabalho.

No dia 12, em Buenos Aires, reuniram-se o Presidente uruguaio, Juan Maria Bordaberry e Juan Perón, a fim de tratar da ratificação do tratado sobre limites no Rio da Prata, assinado em Montevidéu, em novembro do ano passado. Os dois Chefes de Estado trataram também de assuntos econômicos.

A Argentina suspendeu, no dia 15, as negociações sobre a venda de trigo ao Brasil, depois que dois delegados brasileiros solicitaram uma pausa para considerar as condições de preço, volume de embarque e outras questões apresentadas pelos argentinos. De acordo com o que se informou, a Argentina propôs ao Brasil cancelar o acordo osbre o trigo celebrado em 1973, alegando que este ano somente poderá entregar 300 mil toneladas do cereal, mas a preço internacional, contrariando assim a tradição de fixar preços mais baixos para o Brasil.

O Peru assinou dia 19 convênio com os Estados Unidos, pelo qual pagará US$ 150 milhões a diversas empresas norte-americanas nacionalizadas pelo atual governo. Serão reembolsados diretamente às empresas um total de US$ 74 milhões, sendo os outros 76 milhões depositados no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para pagamento de outras empresas também nacionalizadas cujos casos aguardam pronunciamento da justiça peruana.

Objetivando o estabelecimento de novo diálogo entre a América Latina e os Estados Unidos, os chanceleres latino-americanos iniciaram no dia 18 a primeira fase da Conferência de Tlatelolco, na cidade do México.

No dia 21, o Secretário de Estado norte-americano prometeu, durante a Conferência, a colaboração do seu país em todos os níveis e propôs a criação de procedimentos de modo a permitir a resolução dos conflitos entre os governos latino-americanos e as empresas norte-americanas.

Ainda na Conferência, Henry Kissinger afirmou que deseja ajustar a posição dos Estados Unidos às aspirações dos latino-americanos nas negociações sobre a reforma do comércio mundial. Declarou ainda que "os Estados Unidos agirão guiados pelos seguintes princípios: não imporemos nossas preferências políticas; não interviremos nos assuntos internos dos países; procuraremos uma livre associação de povos independentes".

EUROPA — GRÃ-BRETANHA CONVOCA ELEIÇÕES GERAIS

No início do mês, o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Edward Heath, convocou eleições gerais para o dia 28 de fevereiro, objetivando o apoio popular para tirar o país da crise econômica em que se encontra. Ao convocar eleições, Heath solicitou aos mineiros de carvão que adiassem sua greve marcada para dia 9.

A convocação de leições gerais provocou alta na Bolsa de Valores londrina, mas no mercado monetário a libra esterlina baixou de US$ 2,23 para 2,21.

O Sindicato dos Mineiros de Carvão rejeitou dia 8 o apelo do Primeiro-Ministro britânico Edward Heath para adiar a greve geral marcada para começar à meia-noite do dia 9. Foi, então, iniciada a greve geral por aumento de salários na base de 30 a 35%, num clima de incerteza e sob ameaça de caos econômico. Alguns observadores prevêem que, sem carvão, a economia do país enfrentará falências de empresas e o governo terá de reduzir de 3 para 2, ou talvez 1 dia a semana de trabalho.

No dia 8, o Partido Trabalhista divulgou manifesto solicitando o reexame do ingresso do país no Mercado Comum Europeu.

No dia 28, o eleitorado britânico compareceu em massa às urnas. Esta foi uma das eleições mais movimentadas dos últimos 20 anos, com um comparecimento em massa dos votantes.

O Papa Paulo VI entrevistou-se no dia 21 com o Ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Andrei Gromyko, com quem tratou da situação no Oriente Médio, distenção na Europa, relações entre o Vaticano e o Kremlin e o problema de Jerusalém.

Na Alemanha Ocidental, motoristas do serviço de transportes públicos e técnicos de ópera e teatro estatais entraram em greve no dia 9, na primeira fase de uma paralisação geral dos funcionários públicos do país, em apoio a exigências de aumento salarial de 15%. No dia 12, a greve ampliou-se com a adesão dos empregados dos correios e dos portos. Neste mesmo dia os empregados dos serviços públicos aceitaram a contraproposta do governo de aumento salarial de 11%, encerrando a greve. Aos trabalhadores com salários mais modestos foi assegurado aumento mínimo de 170 marcos.

Na Itália, uma greve de oito horas paralisou dia 7 Milão e outros centros industriais italianos. Concomitantemente, os Partidos de Coalizão governamental de Centro-Esquerda conseguiram superar crise ministerial e aprovar programa econômico de emergência destinado a combater os efeitos da escassez de combustível na economia do país, a inflação, estimular a produção e reduzir as importações.

No final do mês, o Ministro do Tesouro italiano, o republicano Ugo La Malfa, renunciou. Segundo observadores, sua decisão poderá acarretar a queda do Gabimete de Coalizão do Premier Mariano Rumor, em conseqüência de uma divergência com o titular da Pasta de Orçamento, o socialista Antonio Grolitti, sobre as condições de um empréstimo de US$ 1 bilhão e 200 milhões do FMI para apoio à lira e reativação da economia do país.

Dia 23 divulgou-se que a Líbia garantiu o abastecimento de petróleo à Itália em troca de tecnologia industrial por meio de acordo firmado durante entrevistas mantidas entre o Primeiro-Ministro líbio, Abdel Salam Jalloud, e o Presidente do Conselho de Ministros e o Chanceler da Itália.

França e Irã, dia 9, subscreveram um acordo do comércio e cooperação no valor de US$ 6 bilhões, pelo qual a França se comprometeu a construir uma séria de usinas atômicas em território iraniano no valor de US$ 1 bilhão e 200 milhões. O acordo inclui também a concretização de vários outros projetos no valor de US$ 5 bilhões.

O governo francês recebeu da Líbia proposta para um acordo de fornecimento de petróleo em troca da construção de reatores nucleares para fins pacíficos. A proposta foi formulada pelo Primeiro-Ministro líbio, Abdal Salam Jalloud, por ocasião de sua visita oficial à França no dia 15. O acordo foi assinado no dia 19.

Segundo analistas, tais acordos fazem parte da política francesa de acordos bilaterais com os países produtores de petróleo, distinguindo-se assim dos outros países consumidores europeus, que estão seguindo a orientação norte-americana.

ESTADOS UNIDOS — CONFERÊNCIA DOS CONSUMIDORES DE PETRÓLEO EM WASHINGTON

No início do mês, em mensagem dirigida ao Congresso, o Presidente Richard Nixon declarou que o crescimento da economia norte-americana será nulo no primeiro semestre deste ano mas que, em fase posterior, reiniciar-se-á a expansão num ritmo superior a 5%. Admitindo que a economia está mergulhada numa espiral inflacionária, o Presidente solicitou paciência aos consumiodres, afirmando que para "corrigir uma poderosa tendência que há muito vem-se manifestando", requer tempo.

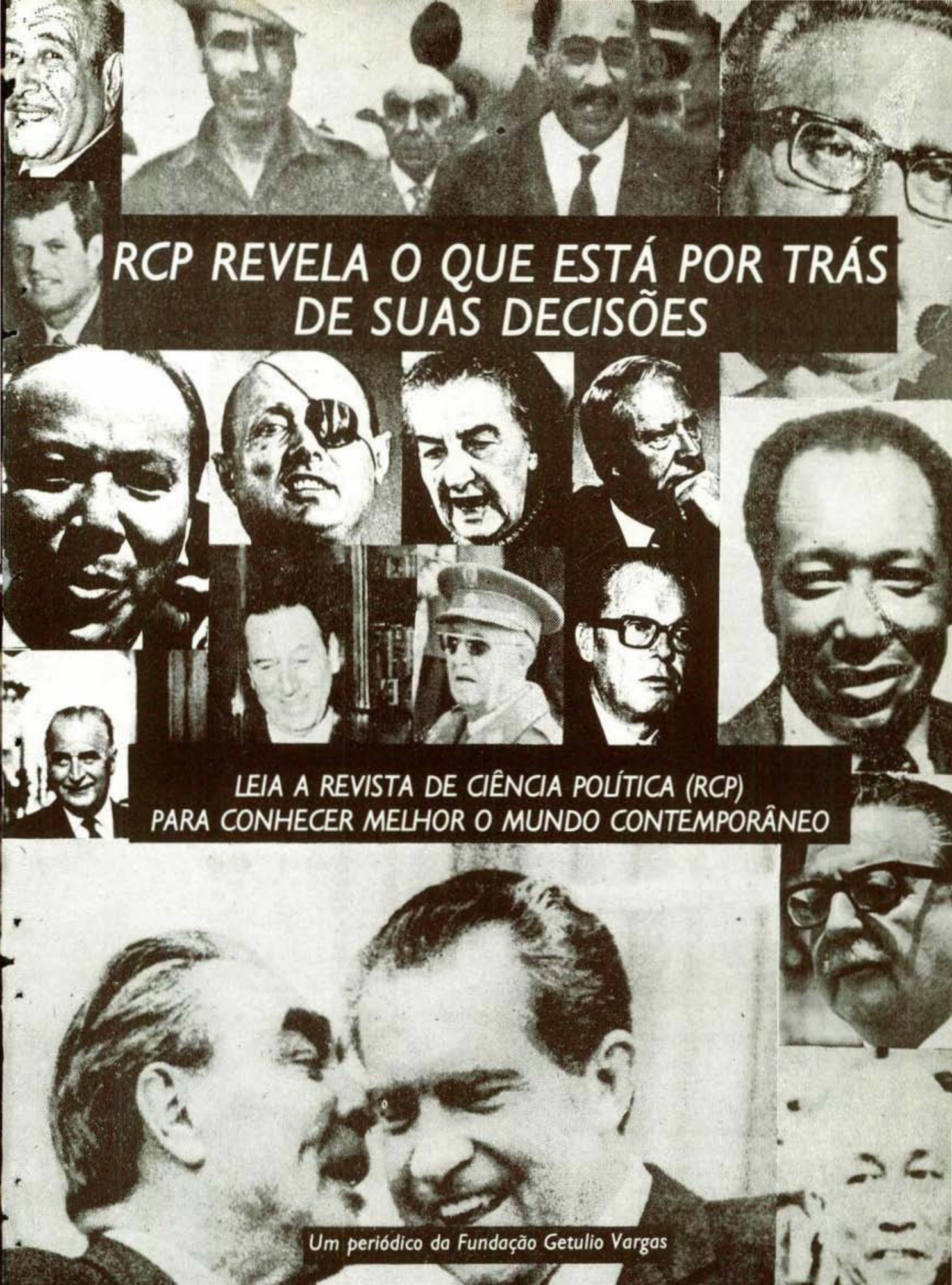
Dia 4, no orçamento submetido ao Congresso para o ano fiscal 1974-75, Nixon propôs investimentos de US$ 10 bilhões nos próximos 5 anos, a fim de que seja obtida a auto-suficiência do país no campo da energia.

De 11 a 13 de fevereiro, os ministros de 13 países consumidores de petróleo estiveram reunidos em Washington. A França opôs-se à decisão da maioria dos países participantes da conferência de apoiar a proposta norte-americana de uma ação coordenada para enfrentar a escassez de petróleo e os aumentos de preços.

No dia 13, após várias tentativas de se chegar a um acordo com aprovação da França, os 13 países consumidores de petróleo divulgaram um comunicado que se destina a preparar o mais rápido possível uma reunião com os países em desenvolvimento e em seguida uma conferência com os produtores. Na ocasião, o chanceler francês Michel Jobert assinou o comunicado final, mas manteve a divergência quanto à organização do grupo coordenador e outros itens do documento.

A França anunciou oficialmente a 21 de fevereiro que não comparecerá à reunião dos países consumidores marcada para os dias 25 e 26 em Washington. Tal reunião foi convocada pelo governo norte-americano, a fim de criar um comitê de coordenação destinado a unificar a política energética das nações participantes da Conferência de Washington. A decisão francesa foi acompanhada pelo MCE como organismo, devido à cláusula de unanimidade nas decisões sobre a participação da organização.

Reuniram-se em Washington, 12 países no dia 25, na Segunda Conferência sobre energia, para estudar as formas de coordenar a ação dos países consumidores de petróleo tendo em vista uma próxima reunião com os produtores. Não se chegou a nenhum acordo entretanto, tendo sido marcado novo encontro para os dias 13 e 14 de março em Bruxelas. Na ocasião, a França declarou que não participou da reunião porque seu governo é contrário a qualquer iniciativa unilateral dos consumidores, defende a convocação de uma conferência de produtores e consumidores sob a égide das Nações Unidas e insiste no princípio das negociações bilaterais entre as nações.



RCP REVELA O QUE ESTÁ POR TRÁS DE SUAS DECISÕES

LEIA A REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA (RCP)
PARA CONHECER MELHOR O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Um periódico da Fundação Getulio Vargas

Sobre a ideologia do lazer

"Deixamos a era da máquina e entramos na da química. Agora é possível fazer quase tudo com qualquer coisa, na quantidade desejada e em qualquer lugar... Há uma abundância universal, automática e quase mágica de lazer, sendo difícil avaliar o efeito de tudo isto na humanidade, nas instituições e nas relações internacionais. As pessoas tendem a se tornar uniformizadas, estereotipadas, guiadas pelo grupo, suscetíveis de manipulação em massa e de arregimentação. A sociedade está sendo dirigida para um lazer caracterizado pelo espectadorismo passivo e satisfações obtidas sem esforço por consumidores... O lazer e a recreação são vistos como comodidades que se compram e não como experiências a viver. Agimos como se o modo de comprar mais lazer fosse **trabalhar mais.** A forma de se ocupar o lazer está-se transformando em critério importante de **status social"** (Howard, Donald. History of recreation. In Williams, Wayne R. **Recreation places.** New York, Reinhold, 1958. p. 32).

Esta citação é quase uma perfeita síntese da média corrente de opiniões relativas ao fenômeno do lazer nas sociedades de grande índice de industrialização. A análise crítica de suas afirmações poderá, entretanto, conduzir a matizes em geral pouco observados ou a uma suspeita de inadequabilidade à realidade brasileira. Assim, quando se afirma que "Agora é possível fazer quase tudo com qualquer coisa, na quantidade desejada e em qualquer lugar..." passa-se a idéia de uma universalidade do saber tecnológico, de um acerto permanente de seus frutos e de uma ubiqüidade de seus benefícios. Na realidade, se se pode considerar que o progresso científico e tecnológico é um bem comum à humanidade, não se pode esquecer que a apropriação deste progresso depende de fatores econômico-sociais e culturais específicos para cada região e, mesmo, para cada país (para não falar das diferenças inter-regionais de cada nação). Assim, se este saber é universal, suas implicações não o são, já que atuam em meios específicos e em situações **históricas** determinadas que regulam sua eficácia. Quando se fala em **sociedades industriais** supõe-se um feixe de fatores articulados (índice de industrialização, expansão do setor de serviços etc.) que caracterizariam determinadas formações econômico-sociais. Mas se a relativa similitude de tais fatores permite a comparação de diversas sociedades, perdem-se as diferenças, as disparidades entre cada uma delas; as distâncias que as separam. A mesma generalidade um tanto oca parece ocorrer em muitos estudos relativos ao avanço tecnológico. Por muito tempo considerou-se que todo e qualquer progresso obtido no saber científico representava automaticamente uma etapa a mais alcançada pela humanidade, no caminho de sua plena realização. Este pensamento, paradoxalmente **mágico**, fetichista, impediu — e ainda impede — que se tenha uma visão menos ingênua da ciência e de seus efeitos concretos. Apenas há pouco tempo, discute-se com mais empenho questões relativas ao equilíbrio ecológico e, com mais seriedade, aquelas que tocam à própria sobrevivência da espécie... E tais discussões deixaram claro que as nossas formas de controle e ataque à natureza transformaram-se rapidamente em formas de irremediável extermínio vegetal e animal, de desequilíbrio ambiental, de autodestruição humana — que só novas formas de saber poderão corrigir...

Não se pode confundir esta visão crítica — que agora toma corpo — com proposições românticas de "volta à natureza" que só fazem retardar o combate às formas predatórias de exploração econômica e, no máximo, são

soluções individuais e não podem ser estendidas às grandes massas.

A tecnologia e a ciência muitas vezes são **neutras**, tudo dependendo dos grupos sociais que as manipulam e da destinação social que lhes é dada. Não são "boas" ou "más" de antemão; são, antes, potenciais a serem — ou não — acionados.

É essa posição de aplauso cego a qualquer coisa que se assemelhe a progresso tecnológico que ajudou fortemente à formação da ideia de uma quase-universal sociedade industrializada, como sinônimo de bem-estar social generalizado. Assim, onde houvesse alto índice de industrialização (= elevada sofisticação científico-tecnológica) haveria acentuado grau de felicidade social. O grande risco que se corre ao assumir tal posição é que se tende a esquecer não só as diferenças **sociais** internas da extensão dos benefícios mas, também, o preço pago pelas áreas não industrializadas para que determinados setores das chamadas sociedades industriais tenham pleno gozo dos mesmos.

A proposição avanço tecnológico = avanço-social generalizado tem, pois, que ser vista mais de perto e com gume crítico mais afiado se se quiser ter uma visão menos otimista do que vem sendo chamada de Segunda ou Terceira Revolução Industrial.

Um dos corolários mais freqüentemente enunciados após a afirmação de uma mítica Revolução Industrial Universal está contido no trecho de Donald Howard: "Há uma abundância universal, automática e quase mágica de lazer, sendo difícil avaliar o efeito de tudo isto na humanidade, nas instituições e nas relações internacionais." Supõe-se, então, progressivo (ou já total) **Império do lazer** como reflexo imediato do desenvolvimento tecnológico. Será esta uma verdade tão simples? Ao se considerar lazer como sinônimo de tudo aquilo que se faz fora do tempo de trabalho, algumas questões podem ser levantadas a respeito da posição do Howard. Se se aceita que progresso tecnológico é igual a diminuição das horas de trabalho será difícil explicar algumas situações críticas não raras em áreas de forte industrialização ou em processo de industrialização acelerado: desemprego mais ou menos duradouro decorrente de automação crescente; ausência de mão-de-obra especializada; necessidade de se lançar mão de horas extras nos setores em expansão acelerada; expansão da economia do lazer, que ocupa em boa escala horas extras de mão-de-obra fundamentalmente ocupada em outras áreas etc. Os exemplos são dos mais simples mas servem, certamente, como indícios sérios da fragilidade da afirmação analisada. Provavelmente a proposição de Howard se enriqueceria significativamente se fosse invertida: ao invés de se indagar pelas conseqüências da "abundância universal do lazer", indagar-se-ia dos efeitos das instituições e das relações internacionais sobre o lazer. Ou seja, de que modos a correlação internacional de forças estabelece uma **geografia do lazer.**

A proposição seguinte de Howard é a de que "As pessoas tendem a se tornar uniformizadas, estereotipadas, guiadas pelo grupo, suscetíveis de manipulação em massa e de arregimentação. A sociedade está sendo dirigida para um lazer caracterizado pelo espectadorismo passivo e satisfações obtidas sem esforço por consumidores...". Será que a possível "uniformização" não virá, antes, do **trabalho** impessoal — e tão mais impessoal quanto mais avançado tecnologicamente? Impessoalidade que adviria da crescente distância que existiria entre a máquina e aquele que a manipula; entre a máquina, que para ser elaborada demanda um saber cada vez mais complexo de equipes superespecializadas de cientistas e tecnólogos, e seu solitário operador, que apesar de mais ou menos especializado tem uma relação muito menos **íntima** do que, por exemplo, o artesão com seus instrumentos? Mas, para não se ficar em setores tecnologicamente sofisticados: não será "uniformizador" o trabalho de um operário de uma arcaica fábrica de tecidos, operário que pode ficar anos e anos diante de um tear e cercado de outros teares fazendo a mesma operação sob o comando de outros tantos operários? Não é fácil perceber de que maneira o lazer é o culpado — ou o único culpado — pela homogeneização virtualmente progressiva no meio operário. Mas ainda que se aceite ser o lazer o grande responsável por essa homogeneização, é necessária uma análise mais detida do "espectadorismo passivo" que o caracterizaria. É óbvio dizer-se que há envolvimento crescente das sociedades complexas pelos meios de comunicação de massa; mas não que tal envolvimento leva a uma inexorável passividade do espectador. Em se aceitando a segunda assertiva aplaudir-se-ia uma visão nada lisonjeira da arte, que não passaria de um "divertimento" incapaz de suscitar uma opinião crítica da sociedade. Além disso, todas as formas de manifestação artística não veiculadas pelos meios de comunicação de massa estariam irremediavelmente esquecidas pela ótica do analista do lazer; como explicaria a manutenção, a transformação — e mesmo o crescimento — das formas populares de **produção** do lazer, onde há efetiva participação (consumo) dos produtores mesmos de tais manifestações (o Carnaval, por exemplo)?

A sociedade que mais consome os produtos dos meios de comunicação de massa não é homogênea. Pelo contrário, a norte-americana é a mais atingida por faccionalismos de todo tipo, de corte sociológico, étnico, cultural etc. O que conduz a uma introdução de nova variável no questionamento das afirmações de Howard: o grau de ingerência do político nas ofertas de lazer. Talvez o índice de **autoritarismo político** seja um fator fundamental na dormência cultural geradora da passividade e da homogeneização dos espectadores. Estes não teriam como se servir de propostas críticas mais exacerbadas, quer dos **mass media**, quer de formas anteriores de veiculação da informação e da arte que ficariam sob controle estatal demasiadamente rígido e nas mãos de grupos estritos.

Ainda que se supusesse pleno império das emissões dos meios de comunicação de massa como forma única de emprego do lazer, não se poderia esquecer que o consumo não é único, monolítico. O consumo é recortado sociológica e culturalmente; as apropriações das formas culturais oferecidas são múltiplas mesmo que as propostas sejam "únicas". A restrição da análise ao âmbito do que é oferecido leva a uma imposição aberrante e determinista que supõe um "papel em branco" onde se inscreveria tudo o que é dirigido ao lazer. O **show** de Liza Minelli não é a mesma coisa em Las Vegas e em Nilópolis... Uma análise dos produtos culturais deve considerar não apenas o produto tal como é oferecido mas, igualmente, a maneira como é produzido, suas formas de veiculação (distribuição) e seus âmbito (mercado) de consumo. Se não for assim a visão torna-se sectária e claudicante, pois não encara a totalidade do fenômeno

— ou melhor, toma uma das suas fatias pela totalidade. A humanidade estaria diante de uma espécie de "paraiso perdido" ou de "utopia falhada" onde, depois de ter sido atingido o não-trabalho (= paraiso), dele teria sido expulsa ao desfrutar de seu mais belo fruto — o lazer.

A parte mais feliz do trecho citado de Donald Howard é a que diz que "O lazer e a recreação são vistos como comodidades que se compram e não com experiências a viver". Na verdade, para muitos, o lazer transformou-se em mais um objeto — em mais uma mercadoria — que pode ser comprado no amplo supermercado das sociedades de consumo. Essa compra de objetos que ocuparão o lazer de cada um, se, em si, não é passível de recriminação, limita de certo modo o prazer do lazer que passa a ser **propriedade** de quem o comprou. Este tipo de fruição individualista tem como conseqüência o abandono, em muitos setores sociais, do sentido social, de integração humana que pode haver em atividades grupais exercidas fora do período de trabalho. Parece hoje difícil atingir-se razoável plenitude de experiência individual ou comunitária que não seja a proporcionada por aparelhos eletrônicos como a televisão, que insiste em se afastar das facilidades que tem para ser veículo de prazer estético e de enriquecimento intelectual. Uma política de lazer no Brasil teria certamente de observar esse desvio egocêntrico e mercantilista e buscar recuperar os espaços coletivos e suas formas de ocupação evitando manipulações grosseiras e predatórias de pessoas e de ambientes. Esta ainda ausente política nacional buscaria, portanto, uma efetiva participação das pessoas na produção do seu próprio lazer, que seria não um apático consumo mas uma forma de interação humana, de revivescência de tradições grupais adormecidas, de convívio harmonioso com o meio.

A armadilha mais comum em que caem os que consideram de maneira "mercantil" o lazer é a que faz com que as pessoas trabalhem mais para "comprar mais lazer"... Posição que recobre outra: o lazer é algo abençoado que só pode ser usufruído fora dos limites de horário e de ambiente de trabalho. O que revela não apenas ideologia crítica do trabalho mas, também, aponta para a necessidade de estudar as formas de inserção do lazer no período e no local de trabalho. Inserção que, se já existe, não vem sendo analisada em sua singularidade e intermitência.

A última idéia contida no período escolhido ("A forma de se ocupar o lazer está-se transformando em critério importante de **status social**") focaliza um dos pontos críticos do uso e da ideologia do lazer. Se o lazer é encarado como simples mercadoria, sua transformação em símbolo de **status** não é difícil. Assim, aquele que tiver o objeto mais sofisticado, mais caro, mais raro, mais "novo" ou o que visitar os "melhores" locais de férias hospedados nos "melhores" hotéis se diferenciará e se distanciará na escala social rumo a seus cumes mais elevados. Esta volúpia da aquisição de bens ligados ao lazer, na realidade, parece envolta em um mito que proporciona aos que nele acreditam a sensação de nivelamento social, que se conseguiria pela utilização ostentatória de tais bens (símbolos).

Por tudo isso acredita-se que uma visão crítica do fenômeno do lazer na sociedade contemporânea deve reconsiderar a idéia de que ele é um bem universalmente bem distribuído, de fácil obtenção, resultado inevitável da crescente sofisticação tecnológica e da expansão dos meios de comunicação de massa. Tal visão crítica certamente daria ao lazer a posição que pode ter como momento de interação humana ativa e participante e rejeitaria as tentativas para que se mantivesse egoisticamente imerso na impessoalidade e na abulia de um consumo quase sempre pretensioso mas, paradoxalmente, ingênuo em sua passividade.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

No Balanço do Banco Nacional da Habitação publicado por esta revista em fevereiro último, na página 185 (DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES OPERACIONAIS — COLUNA VARIAÇÕES PASSIVAS), onde se lê TRANSFERÊNCIAS CORRETAS leia-se TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.

No título da página 186, onde e lê «BNH — uma avaliação 1973» leia-se BNH — UMA AVALIAÇÃO DE 1973.

Na página 187 (ATUAÇÃO DO BNH EM NÚMEROS), onde se lê, no subtítulo, POSIÇÕES ACUMULADAS ATÉ 1-12-73, leia-se POSIÇÕES ACUMULADAS ATÉ 31-12-73.

Banco Nacional da Habitação

Balancete em 31-01-74

DÉBITO				CRÉDITO			
DISPONÍVEL				**NÃO EXIGÍVEL**			
Encaixe				Capital		2.750.000.000,00	
Caixa	2.253.739,42			Reservas		398.921.855,57	
Bancos	48.637.651,55	50.891.390,97		Fundos		455.951.810,45	
Subencaixe				Provisões		1.144.552.401,38	4.749.426.067,40
Letras do Tesouro Nacional		291.400.000,00	342.291.390,97	**EXIGÍVEL**			
REALIZÁVEL				Depósitos			
Devedores Diversos		50.460.125,37		De Ent. do Sistema	301.267.088,49		
Devedores p/Parc. de Capital a Realizar		14.208.642,38		Do FGTS	21.919.375.230,32		
Títulos e Valores Mobiliários		5.263.934.842,45		Outros Depósitos	114.947.387,58	22.335.589.706,39	
Financiamentos e Refinanciamentos		21.905.804.897,25		Credores p/ Financiamentos Externos - BID-AID		284.203.474,42	
Imóveis para Venda		98.162.801,14	27.332.571.308,59	Letras Imobiliárias do BNH		225.867.428,65	
IMOBILIZADO				Credores Diversos		10.583.363,86	22.856.243.973,32
Imóveis		146.428.943,66		**PENDENTE**			
Equipamentos e Instalações		17.360.251,85		Valores a Regularizar		159.487.357,49	
Material Permanente		10.248.952,18	174.038.147,69	Receitas Correntes		183.040.783,78	
PENDENTE				Receitas de Capital		1.031.951.142,13	1.374.479.283,40
Valores a Regularizar		808.273,88		Variações Patrimoniais Passivas			2.583.370.829,75
Existências em Almoxarifado		617.831,57		TOTAL DO PASSIVO			31.563.520.153,87
Despesas Correntes		46.107.838,04		Contas de Compensação Passivas			27.344.743.121,24
Despesas de Capital		1.140.637.029,81	1.188.170.973,30				58.908.263.275,11
Variações Patrimoniais Ativas			2.526.448.333,32				
TOTAL DO ATIVO			31.563.520.153,87				
Contas de Compensação Ativas			27.344.743.121,24				
			58.908.263.275,11				

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1974.

Presidente: RUBENS VAZ DA COSTA — Diretores: CLÁUDIO LUIZ PINTO, JOSÉ ROBERTO A. P. RÊGO MONTEIRO, JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA PENNA, ANTONIO JUAREZ FARIAS, ALBERTO CARLOS DE AZEVEDO KLUMB, RODRIGO HORÁCIO GARCIA DA COSTA.

LUIZ MARTINS DA ROCHA
Chefe do Departamento Financeiro e de Contabilidade
Contador - CRC-GB-1.421

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

ATUAÇÃO DO BNH NO MÊS DE JANEIRO

PROGRAMAS HABITACIONAIS — 5 676 FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

Neste primeiro mês do ano de 1974, concedeu o BNH 5 676 financiamentos habitacionais. Representam estes financiamentos um investimento global da ordem de Cr$ 609 milhões, para o qual o Sistema concorrerá com cerca de Cr$ 351 milhões. A parcela financiada pelo Banco é da ordem de Cr$ 186 milhões.

Essas habitações apresentam, em média, uma área de 155 m² e um valor unitário em torno de Cr$ 107 mil. Os valores médios por metro quadrado do empréstimo do BNH, do mútuo e do investimento global, situam-se, respectivamente, em cerca de 212, 400 e 693 cruzeiros.

No quadro n.º 1, os principais resultados dos financiamentos concedidos no mês estão discriminados pelos programas através dos quais o Banco atua no setor habitacional.

Os resultados apresentados nos Programas de Produção, Comercialização e Substituição serão analisados, detalhadamente, mais adiante.

QUADRO N.º 1

Programas		Valores globais (Cr$ 1 000,00)			Financiamentos Habitacionais	Valores unitários médios (Cr$)		
		Empréstimo do BNH	Financ. total do SFH (Mútuo)	Investimento		Empréstimo do BNH	Financ. total do SFH (Mútuo)	Investimento
Inversões no mercado habitacional	Produção, comerc. e substituição	50 307	56 112	62 561	1 451	34 671	38 671	43 116
	Estímulo ao SBPE	39 827	199 132	273 141	2 255	17 662	88 307	121 127
Operações complementares especiais (Subprograma RECON)		95 212	95 212	272 496	1 970	48 331	48 331	138 323
SUBTOTAL		185 346	350 456	608 198	5 676	32 654	61 743	107 153
Operações complementares habitacionais (Terrenos, Urbaniz., Eq Comunit.)		887	887	887	—	—	—	—
TOTAL		186 233	351 343	609 085	5 676	—	—	—

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62.

Os empréstimos concedidos pelo Banco, no âmbito do Programa de Estímulo ao SBPE, foram da ordem de Cr$ 40 milhões. O investimento global gerado, que é o valor previsto das 2 255 unidades financiadas, está estimado em Cr$ 273 milhões, sendo Cr$ 199 milhões financiados pelo Sistema.

O SFH concedeu, ainda, através do Subprograma RECON, 1 970 financiamentos destinados à construção, reforma ou ampliação de unidades residenciais, que representam um investimento previsto de Cr$ 272 milhões.

Com esses resultados, o total de empréstimos do BNH, concedidos por meio de convênios e contratos, em seus programas habitacionais, eleva-se, até o mês de janeiro, a cerca de Cr$ 22,3 bilhões, sendo de Cr$ 37,3 bilhões a parcela financiada pelo SFH, o que deverá gerar um investimento global avaliado em Cr$ 55,4 bilhões.

O quadro n.º 2 mostra a distribuição desses resultados acumulados pelos diversos programas habitacionais.

Como se vê, foram ainda concedidos financiamentos no valor de Cr$ 709 milhões que serão utilizados na aquisição de terrenos, nos quais serão futuramente financiados novos projetos, e, também, na implantação de equipamentos comunitários.

QUADRO N.º 2

Programação		Valores globais (Cr$ milhões)			Financiamentos Habitacionais	Valores unitários médios (Cr$)		
		Empréstimo do BNH	Financ. total do SFH (Mútuo)	Investimento		Empréstimo do BNH	Financ. total do SFH (Mútuo)	Investimento
Inversões no mercado habitacional	Produção, comerc. e substituição	12 989	13 858	17 221	570 763	22 757	24 280	30 170
	Estímulo ao SBPE	5 477	19 665	27 048	348 479	15 717	56 431	77 618
Operações complementares especiais (Subprograma RECON)		3 099	3 099	10 378	91 601	33 830	33 830	113 298
SUBTOTAL		21 565	36 622	54 647	1 010 843	21 334	36 229	54 061
Operações complementares habitacionais (Terrenos, Urbaniz., Eq. Comunit).		709	709	773	—	—	—	—
TOTAL		22 274	37 331	55 420	1 010 843	—	—	—

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62

PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

Nestes Programas, no mês de janeiro, foram efetuados 1 451 financiamentos habitacionais, através de COHABs, COOPERATIVAS e INICIADORES. O desempenho desses Agentes, em cada uma das faixas de financiamento, pode ser examinado no quadro n.º 3 através do número de financiamentos habitacionais concedidos.

QUADRO N.º 3

Programas	Agentes	COHABS	Cooperativas	Iniciadores	Total
Popular		—	—	—	—
Econômico		464	204	105	773
Médio		—	—	678	678
TOTAL		464	204	783	1 451

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O montante de empréstimos concedidos pelo BNH a seus agentes, em janeiro, para aplicação nos Programas de Desenvolvimento Urbano, ultrapassou Cr$ 3,8 milhões. O investimento global previsto a ser gerado por esses recursos deverá ser de cerca de Cr$ 7,8 milhões.

FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Por conta dos três convênios assinados pelo BNH para a constituição dos Fundos de Desenvolvimento Urbano, foram emprestados, neste mês de janeiro, ao Banco do Nordeste do Brasil, cerca de Cr$ 48 milhões. O montante desembolsado alcançou Cr$ 405 milhões, já tendo atingido 51,5% do valor previsto nos convênios.

No quadro n.º 4, estão detalhados o empréstimo do BNH, os desembolsos efetuados até o mês em análise e o que ainda resta por desembolsar.

SANEAMENTO

No mês de janeiro, foram celebrados, nos Subprogramas do FINANSA, 3 (três) convênios e vários contratos, nos quais o BNH comparece com empréstimos da ordem Cr$ 3,8 milhões. O total de financiamentos concedidos pelo SFS foi de Cr$ 7,4 bilhões, sendo o investimento global previsto em cerca de Cr$ 7,8 bilhões.

No quadro n.º 5 apresentamos esses resultados em pormenores.

Com esses resultados, o total de financiamentos concedidos pelo SFS atingiu, em janeiro, um montante de Cr$ 17,3 bilhões, dos quais Cr$ 9,4 bilhões foram empresta-

QUADRO N.º 4

Fundos de desenvolvimento urbano	Bco. da Amazônia			Bco. Nord. do Brasil			Banco do Brasil			Total		
	Valor	N.º módulos	%	Valor	N.º módulos	%	Valor	N.º módulos	%	Valor	N.º módulos	%
Empréstimo do BNH	60 645	10	100,0	241 860	40	100,0	483 720	80	100,0	786 045	130	100,0
Desembolsado até jan. 74	24 186	4	40,0	84 651	14	35,0	296 279	49	61,3	405 116	67	51,5
A desembolsar	36 279	6	60,0	157 209	26	65,0	187 441	31	38,7	380 929	63	48,5

Valores em Cr$ 1 000,00 corrigidos — UPC Cr$ = 80,62

dos pelo Banco. O investimento global previsto é da ordem de Cr$ 21,2 bilhões.

SUBPROGRAMA REFINAG

Foi celebrado, em janeiro, um convênio com o Banco do Estado de S. Paulo que beneficiará 571 municípios, visando o atendimento de 87% da população urbana do Estado até 1980. O BNH participará com cerca de Cr$ 1,7 bilhão e o investimento global previsto é da ordem de Cr$ 3,5 bilhões.

Neste mês, foram também assinados diversos contratos para a realização de obras nos sistemas de abastecimento d'água nos Estados de Amazonas, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Goiás, beneficiando 35 municípios. O total de empréstimos do BNH concedidos nestes contratos supera Cr$ 18 milhões e o investimento previsto atinge a Cr$ 42 milhões.

SUBPROGRAMA REFINESG

Também em janeiro foi celebrado convênio com o Banco do Estado de S. Paulo visando a execução de sistemas de esgotos sanitários nos 571 municípios beneficiados no convênio do REFINAG. Nele, o BNH participará com recursos da ordem de Cr$ 1,8 bilhão, sendo o investimento global previsto de Cr$ 3,8 bilhões.

QUADRO N.º 5

Subprograma	Município	UF	VE	FAE	MF	VM	VI	Popul. abast. (1 000 habits.) 1.º ano	Popul. abast. (1 000 habits.) Último ano	Volume (1 000 m³)
REFINAG (contratos)	12 Municípios	AM	2 145	2 146	1 431	4 292	5 723	15	28	46
	5 Municípios	AM	1 891	1 891	1 261	3 782	5 043	26	47	200
	7 Municípios	AM	2 666	2 666	1 777	5 332	7 109	303	310	908
	Amazonas		6 703	6 703	4 469	13 406	17 875	344	385	1 154
	Norte		6 703	6 703	4 469	13 406	17 875	344	385	1 154
	Recife	PE	8 572	8 572	—	17 144	17 144	133	286	2 512
	Pernambuco		8 572	8 572	—	17 144	17 144	133	286	2 512
	Salvador	BA	523	523	—	1 046	1 046	7	10	37
	Bahia		523	523	—	1 046	1 046	7	10	37
	Nordeste		9 095	9 095	—	18 190	18 190	140	296	2 549
	Vitória	ES	345	345	—	690	690	6	27	122
	Espírito Santo		345	345	—	690	690	6	27	122
	Sudeste		345	345	—	690	690	6	27	122
	7 Municípios	RS	941	941	627	1 882	2 509	62	62	355
	Rio Grande do Sul		941	941	627	1 882	2 509	62	62	355
	Sul		941	941	627	1 882	2 509	62	62	355
	Goiânia	GO	1 272	1 272	221	2 544	2 765	—	—	—
	Goiás		1 272	1 272	221	2 544	2 765	—	—	—
	C. Oeste		1 272	1 272	221	2 544	2 765	—	—	—
	Total REFINAG (CTN)		18 356	18 356	5 317	36 712	42 029	552	770	4 180
REFINAG (convênios)	São Paulo		1 743 891	1 743 891	—	3 487 782	3 487 782	—	—	—
	Sudeste		1 743 891	1 743 891	—	3 487 782	3 487 782	—	—	—
	Total REFINAG (CVN)		1 743 891	1 743 891	—	3 487 782	3 487 782	—	—	—
	Total geral (CTN — CVN)		1 762 247	1 762 247	5 317	3 524 494	3 529 811	552	770	4 180
FIDREN (contratos)	Vitória	ES	1 693	—	1 693	1 693	3 386	—	—	—
	Espírito Santo		1 693	—	1 693	1 693	3 386	—	—	—
	Sudeste		1 693	—	1 693	1 693	3 386	—	—	—
	Total FIDREN (CTN)		1 693	—	1 693	1 693	3 386	—	—	—
REFINESG (convênios)	Rio de Janeiro	GB	209 581	—	209 581	209 581	419 162	1 333	2 895	—
	Guanabara		209 581	—	209 581	209 581	419 162	1 333	2 895	—
	571 Municípios	SP	1 921 931	1 821 931	165 271	3 643 862	3 809 133	—	—	—
	São Paulo		1 821 931	1 821 931	165 271	3 643 862	3 809 133	—	—	—
	Sudeste		2 031 512	1 821 931	374 852	3 853 443	4 228 295	1 333	2 895	—
	Total REFINESG		2 031 512	1 821 931	374 852	3 853 443	4 228 295	1 333	2 895	—
	Total FINANSA		3 795 452	3 584 178	381 862	7 379 630	7 761 492	1 885	3 665	4 180

Valores em Cr$ 1 000,00 corrigidos — UPC = Cr$ 80,62

Foi ainda firmado convênio com o Banco do Estado da Guanabara, em que o BNH concederá empréstimos em torno de Cr$ 209 milhões e o investimento previsto é de cerca de Cr$ 419 milhões.

SUBPROGRAMA FIDREN

Neste Subprograma, foi firmado um contrato com o Banco do Estado do Espírito Santo objetivando a ampliação e melhoria do Sistema de Drenagem e Controle de inundações em Vitória. O BNH deverá desembolsar cerca de Cr$ 1,7 milhão e o investimento global está previsto em Cr$ 3,4 milhões.

OPERAÇÕES COMPLEMENTARES ESPECIAIS — FIMACO

No Programa FIMACO, onde não foi incluído o RECON (aparece no item Programas Habitacionais), concedeu o BNH, no mês de janeiro, empréstimos no valor de Cr$ 7 milhões, que deverá gerar um total de investimentos da ordem de Cr$ 9,5 milhões.

Os recursos destinados a este Programa atingiram, no referido mês, cerca de Cr$ 1,7 bilhão, estando o investimento global estimado em Cr$ 2,7 bilhões. A parcela financiada pelo SFH está em torno de 1,9 bilhão.

No quadro n.º 6, esses valores estão discriminados pelos três Subprogramas que vêm sendo executados.

QUADRO N.º 6

FIMACO — SUBPROGRAMAS	Valores acumulados (em Cr$ milhões) Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento global
REINVEST (Ativo Fixo)	1 339	1 541	2 302
REGIR (Capital de Giro)	265	266	365
UNDERWRITING	55	56	58
TOTAL	1 659	1 863	2 725

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62.

QUADRO N.º 7

Programas			Empréstimo do BNH Cr$ 1 000,00	%	Financiamento total do sistema (Mútuo) Cr$ 1 000,00	%	Investimento global Cr$ 1 000,00	%
Inversões no mercado habitacional	Produção, comerc. e substituição		50 307	1,2	56 112	0,7	62 561	0,7
	Estímulo ao SBPE		39 827	1,0	199 132	2,5	273 141	3,2
Desenvolvimento urbano	Saneamento (FINANSA)		3 795 452	94,0	7 379 630	94,5	7 761 492	92,0
	Fundos de desenvolvimento Urbano		48 372	1,7	60 465	0,8	60 465	0,7
Operações complem. habitacionais (Terrenos, Urbaniz. e Eq. Comunit.)			887	0,1	887	0,1	887	0,1
Operações complementares especiais	FIMACO	Subprograma RECON	95 212	2,3	95 212	1,2	272 496	3,1
		Outros subprogramas	7 085	0,2	7 515	0,1	9 521	0,1
	FIPLAN E INOCOOPs		173	0,1	173	0,1	216	0,1
TOTAL			4 037 315	100,0	7 799 126	100,0	8 440 779	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62.

QUADRO N.º 8

Programas			Empréstimo do BNH Cr$ milhões	%	Financiamento total do sistema (Mútuo) Cr$ milhões	%	Investimento global Cr$ milhões	%
Inversões no mercado habitacional	Produção, comerc. e substituição		12 989	37,9	13 858	23,8	17 220	21,3
	Estímulo ao SBPE		5 477	16,0	19 665	33,9	27 048	33,3
Desenvolvimento urbano	Saneamento (FINANSA)		9 454	27,6	17 342	29,8	21 197	26,2
	Fundos de desenvolvimento Urbano		786	2,3	1 523	2,6	1 523	1,9
Operações complem. habitacionais (Terrenos, Urbaniz. e Eq. Comunit.)			709	2,1	709	1,2	773	1,0
Operações complementares especiais	FIMACO	Subprograma RECON	3 072	9,0	3 072	5,3	10 318	12,7
		Outros subprogramas	1 659	4,8	1 863	3,2	2 725	3,4
	FIPLAN E INOCOOPs		110	0,3	110	0,2	127	0,2
TOTAL			34 256	100,0	58 142	100,0	80 931	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62.

FUNDO DE FINANCIAMENTO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO (FIPLAN)

Ao FIPLAN o BNH concedeu, no mês de janeiro, cerca de Cr$ 173 mil, beneficiando o Município de Novo Hamburgo (RS). Desta forma, os recursos cedidos pelo Banco ao referido Fundo elevaram-se a Cr$ 110 milhões.

RESULTADOS GLOBAIS — INVERSÕES NO MERCADO HABITACIONAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E COMPLEMENTARES

O total de empréstimos concedidos pelo BNH, em janeiro, foi de Cr$ 4,0 bilhões, que deram origem a financiamentos totais de cerca de Cr$ 7,8 bilhões. Esses recursos deverão gerar um investimento global da ordem de Cr$ 8,4 bilhões. No quadro n.º 7, esses resultados estão distribuídos pelos programas em que o Banco atuou no mês.

Observe-se que, no mês de janeiro, os financiamentos destinados ao Sistema Financeiro do Saneamento representaram 94% do total de empréstimos do Banco.

Com esses resultados, o total de empréstimos já concedidos pelo BNH através de seus diversos programas alcançou o montante de Cr$ 34,3 bilhões, tendo o investimento global atingido Cr$ 80,9 bilhões. O SFS e o SFH já concederam, em conjunto, financiamentos de cerca de Cr$ 58,1 bilhões. A distribuição desses valores pelos diversos programas do Banco é a apresentada no quadro n.º 8.

Considerados os resultados acumulados, 65% dos recursos contratados pelo BNH estão sendo utilizados no financiamento da produção e da comercialização de habitações e cerca de 30% tem por finalidade o Desenvolvimento Urbano (Saneamento e Fundos de Desenvolvimento Urbano). O restante destina-se ao FIMACO (exclusive RECON) e demais programas complementares.

RESULTADOS REGIONAIS

O quadro n.º 9 apresenta a distribuição regional dos financiamentos concedidos em janeiro, independentemente dos programas em que o Banco tenha atuado.

Em virtude da excelente atuação do SFS, na região Sudeste foram aplicados 94% dos empréstimos do mês. Considerando esses resultados em relação às populações urbanas de cada Região, a situação passa a ser a apresentada no quadro n.º 10.

Os melhores resultados foram, pela razão já apresentada, também na Região Sudeste. Segue-se a Região Norte e, a seguir, com resultados relativamente equilibrados as Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Vejamos agora como se comportam os resultados acumulados, em termos absolutos, no que diz respeito à distribuição regional. É o que mostra o quadro n.º 11.

Em termos acumulados, a Região Sudeste continua detendo a maior parcela de recursos. Entretanto, nos valores **per capita**, temos uma situação diversa, como se pode constatar no quadro n.º 12.

Considerando-se empréstimos do BNH, financiamento total do SFH e investimento global, a Região Centro-Oeste apresenta resultados superiores aos das demais regiões, que, por sinal, não mostram desníveis flagrantes no atendimento.

Para que se possa analisar os resultados obtidos apenas nos programas habitacionais, o quadro n.º 13 mostra o número de financiamentos habitacionais concedidos em cada região, em números absolutos e em relação às respectivas populações urbanas.

A Região Nordeste foi a mais favorecida com os resultados obtidos no setor habitacional, recebendo cerca de 26% do total dos financiamentos habitacionais concedidos no mês de janeiro. Na média **per capita**, no entanto, é a Região Centro-Oeste que se apresenta com superioridade, tanto nos resultados obtidos no mês quanto nos valores acumulados.

Resta ainda examinar os resultados obtidos em função do acréscimo populacional verificado em cada uma das regiões desde o início das operações do Banco. Com essa finalidade, foi elaborado o quadro n.º 14.

Relativamente ao acréscimo populacional, os resultados apresentam-se bastante equilibrados, com pequena vantagem da Região Sudeste.

Para o exame dos resultados específicos do setor habitacional, através do índice de atendimento à demanda, apresentamos o quadro n.º 15.

O atendimento médio nacional é da ordem de 32,3%, variando de 29 a 38%. Esses índices indicam um atendimento razoavelmente homogêneo quanto ao aspecto de distribuição regional.

QUADRO N.º 9

REGIÃO	Empréstimo do BNH		Financiamento total do SFH (Mútuo)		Investimento global	
	Cr$ 1 000,00	%	Cr$ 1 000,00	%	Cr$ 1 000,00	%
Norte	24 248	0,6	33 169	0,4	39 937	0,5
Nordeste	48 564	1,2	103 932	1,3	129 027	1,5
Sudeste	3 794 771	94,0	7 423 202	95,2	7 831 136	92,8
Sul	17 057	0,4	52 787	0,7	70 609	0,8
Centro-Oeste	10 542	0,3	31 810	0,4	41 302	0,5
A Discriminar	142 133	3,5	154 226	2,0	328 768	3,9
TOTAL	4 037 315	100,0	7 799 126	100,0	8 440 779	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62

QUADRO N.º 10

REGIÃO	População urbana (*) (1 000 hab.)	Valores em Cr$ por mil habitantes		
		Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento global
Norte	1 213	19 990	27 345	32 924
Nordeste	7 206	6 739	14 423	17 905
Sudeste	24 970	151 973	297 285	313 622
Sul	4 600	3 708	11 475	15 350
Centro-Oeste	1 605	6 568	19 819	25 733
BRASIL	39 594	110 968	196 977	213 183

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62
(*) Foram adotadas as populações dos municípios que, de acordo com o último censo, apresentam populações superiores a 50 mil habitantes.

QUADRO N.º 11

REGIÃO	Empréstimo do BNH		Financiamento total do SFH (Mútuo)		Investimento global	
	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%
Norte	773	2,3	1 297	2,2	1 694	2,1
Nordeste	4 985	14,5	8 192	14,1	9 911	12,2
Sudeste	20 635	60,2	37 281	64,1	52 866	65,3
Sul	3 679	10,7	5 943	10,2	8 085	10,0
Centro-Oeste	1 874	5,5	2 361	4,1	3 180	3,9
A Discriminar	2 337	6,8	3 094	5,3	5 255	6,5
TOTAL	34 283	100,0	58 168	100,0	80 991	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62

QUADRO N.º 12

REGIÃO	População urbana (1 000 hab.)	Valores em Cr$ por mil habitantes		
		Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento global
Norte	1 213	637	1 069	1 397
Nordeste	7 206	692	1 137	1 375
Sudeste	24 970	826	1 493	2 117
Sul	4 600	800	1 292	1 758
Centro-Oeste	1 605	1 168	1 471	1 981
BRASIL	39 594	866	1 469	2 046

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62

QUADRO N.º 13

REGIÃO	População urbana (1 000 hab.)	Financiamentos habitacionais concedidos			
		No mês de janeiro		Até 31 01 74	
		Absoluto	Por milhão de habit.	Absoluto	Por milhão de habit.
Norte	1 213	300	247	29 854	24 612
Nordeste	7 206	1 489	207	167 346	23 223
Sudeste	24 970	908	36	582 757	23 338
Sul	4 600	552	120	130 233	28 312
Centro-Oeste	1 605	487	303	63 106	39 318
A Discriminar	—	1 940	—	37 547	—
BRASIL	39 594	5 676	143	1 010 843	25 530

QUADRO N.º 14

REGIÕES	Acréscimo populacional (1 000 hab.)	Valores em Cr$ por habitante		
		Empréstimos do BNH	Financiamento total do SFH	Investimento global
Norte	460	1 680	2 820	3 683
Nordeste	2 579	1 933	3 176	3 843
Sudeste	9 422	2 190	3 957	5 611
Sul	1 707	2 155	3 482	4 736
Centro-Oeste	879	2 132	2 686	3 618
BRASIL	15 047	2 278	3 866	5 383

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 80,62

QUADRO N.º 15

REGIÕES	Financiamentos habitacionais concedidos pelo SFH até 31 01 74 (1 000 unidades) (a)	Demanda habitacional no período (1 000 unidades) (b)	a/b × 100
Norte	30	80	37,5
Nordeste	167	503	33,2
Sudeste	583	2 018	28,9
Sul	130	364	35,7
Centro-Oeste	63	169	37,3
A Discriminar	38	—	—
BRASIL	1 011	3 134	32,3

30.ª Sondagem conjuntural

resultados da indústria de transformação

RESULTADOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A 30.ª Sondagem Conjuntural junto à Indústria de Transformação foi realizada em janeiro de 1974 pelo Centro de Estudos Industriais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Os resultados aqui divulgados abrangem as respostas de 1 589 indústrias que, no ano de 1972, venderam 98,5 bilhões de cruzeiros e empregaram mais de um milhão de pessoas.

Os informantes indicaram a evolução observada no período outubro/dezembro de 1973, avaliaram alguns aspectos da conjuntura no início de janeiro e estimaram o comportamento provável de suas empresas e da Indústria de Transformação, como um todo, no 1.º trimestre do corrente ano. Informaram, também, como os programas de investimento para o ano de 1973, existentes no início daquele período, foram afetados pela evolução da conjuntura durante o ano.

RESULTADOS GLOBAIS

Durante todo o ano de 1973 a Indústria de Transformação continuou a observar crescimento da procura, tanto no mercado interno — que absorve a maior parte da produção nacional — quanto no externo — cuja importância aumenta a cada ano.

Esta evolução favorável estimulou novos aumentos da produção industrial, de forma que, em todos os trimestres do ano, as tendências de expansão superaram, por boa margem, as de redução. Como a Indústria de Transformação já vinha operando, em média, em níveis muito elevados, com grande número de empresas utilizando integralmnete sua capacidade de produção, o crescimento da demanda induziu novas ampliações das instalações e dos efetivos de mão-de-obra, em maior ou menor escala, em todos os gêneros industriais.

Assim, a quase totalidade das empresas informantes realizou algum investimento em sua capacidade de produção no ano passado; somente informantes responsáveis por 3% das vendas indicaram não ter investido no período. Na maioria dos casos, os investimentos efetivamente realizados em 1973 igualaram, ou até superaram, os níveis planejados para o ano, indicando que, de um modo geral, a evolução da conjuntura industrial no período foi considerada favorável. Estes investimentos, e sobretudo a manutenção ou superação dos níveis planejados, mostram que, apesar das limitações apontadas recentemente, as indústrias continuam otimistas em relação às perspectivas de longo prazo, esperando que prossiga a tendência de crescimento da economia nacional.

A curto prazo, entretanto, alguns problemas vêm impedindo que o crescimento da oferta de produtos industriais seja suficiente para atender à explosão da demanda. Este hiato é, em primeiro lugar, o resultado do próprio processo de prolongada expansão da economia nacional. O mercado brasileiro, apesar de suas dimensões continentais, era, até bem pouco tempo, muito restrito devido ao baixo nível de renda da população e às dificuldades de transporte e comunicações que mantinham a maior parte dos brasileiros fora da economia de mercado. Contudo, na medida em que o produto nacional cresce, e o faz a taxas cada vez maiores, o mercado vai se dilatando, absorvendo gradualmente as populações antes marginalizadas e aumentando a capacidade de consumo efetivo daqueles que dele já participavam. O crescimento muito rápido da demanda nos últimos anos vem, portanto, pressionando cada vez mais a capacidade de produção da indústria e a disponibilidade de matérias-primas, componentes, material de embalagem e combustíveis.

A dificuldade de obter estes insumos — que a economia nacional não pode prover a curto prazo — no exterior é um segundo aspecto do problema. O crescimento das economias estrangeiras vem, também, provocando carência de insumos em escala internacional e, além disto, problemas de ordem política têm agravado esta situação.

O resultado é que a indústria nacional ou reduz o ritmo de aumento de sua produção ou tem que absorver elevações de custo, que alimentam, novamente, a tendência inflacionária. As duas alternativas têm coexistido nos últimos meses. De um lado, a redução dos volumes dos estoques a níveis considerados insuficientes na maioria dos gêneros industriais — informada pelas empresas que respondem à Sondagem — indica que o crescimento realizado foi inferior ao desejado. Além disto, foram registradas repetidas e generalizadas elevações dos preços de venda e, quando foram introduzidas na pesquisa perguntas relativas ao ritmo destes aumentos, verificou-se que os reajustamentos têm apresentado, na maioria dos casos, taxas crescentes.

Como era de se esperar, no leilão de fatores que vem sendo observado nos últimos meses, as empresas de maior porte levam vantagem. A divisão dos informantes da Sondagem em dois subgrupos — empresas com 250 ou mais empregados e empresas com menos de 250 — permite comparações que confirmam este fato. Assim, em janeiro de 1974, as fábricas maiores estavam utilizando, em média, 90% de sua capacidade, enquanto o grau de utilização era de 81% para as menores. Entre as firmas maiores, responsáveis por 40% das vendas informavam estar operando a plena capacidade, enquanto esta percentagem era apenas de 15% entre as menores. Escassez de matérias-primas ou componentes impedia aumentos da produção em empresas responsáveis por 20% das vendas das informantes com mais de 250 empregados, mas a percentagem era de 32% das vendas entre as empresas menores. Finalmente, as percentagens, ponderadas pelas vendas, das empresas que haviam majorado seus preços no 4.º trimestre eram de 68%, entre as informantes de maior porte, e de 54%, entre as menores.

Tudo isto mostra que, como sempre repetimos, a preponderância de empresas de maior porte no painel de informantes da Sondagem introduz certo viés nos resultados da pesquisa, fazendo-os refletir uma situação um pouco superior à realmente existente para o total das empresas do País. Todavia, a predominância das empresas grandes é mantida por razões de ordem prática e porque este desenho do painel atende a maior parte dos objetivos da pesquisa.

De qualquer forma, é indubitável que a evolução global da economia foi muito boa em 1973. Os problemas de escassez de matérias-primas e outros insumos podem ter reduzido um pouco o ritmo de expansão, mas, pelo menos até o fim do ano, parecem ter influído mais sobre os níveis dos preços do que sobre o volume da produção.

As perspectivas para o 1.º trimestre de 1974, embora fossem de evolução mais moderada, eram ainda satisfatórias, sobretudo quando se considera que a indústria estava operando praticamente a plena capacidade. Há, é claro, algumas nuvens no horizonte, que poderão se acentuar com a inevitável redução dos subsídios aos combustíveis e outros insumos importantes. A economia, entretanto, parece ter bastante força para manter uma evolução positiva, ainda que seja provável certo recrudescimento da inflação.

Tabela I — Brasil — Dados básicos das empresas que responderam à sondagem de janeiro

DISCRIMINAÇÃO	Número de empresas informantes em janeiro de 1974	Vendas dos informantes em 1973 (Cr$ 1 000)	Exportação dos informantes em 1973		Pessoal ocupado pelas empresas informantes (média em 1972)
			(Cr$ 1 000)	% Vendas*	
GERAL	1 589	98 500 669	4 983 099	5,1	1 073 212
Regiões:					
São Paulo	691	50 727 422	1 496 907	3,0	532 473
Guanabara	172	5 091 793	125 413	2,5	64 811
Minas Gerais	116	5 651 400	338 837	6,0	71 417
Sul	235	7 589 884	1 087 652	14,3	104 735
Nordeste	228	4 977 046	523 321	10,5	67 349
Setores:					
Bens de Consumo	493	28 773 773	1 637 535	5,7	308 354
Máquinas, Veículos e Acessórios	207	10 850 267	434 364	4,0	126 436
Material de Construção	134	6 056 706	68 901	1,1	85 561
Outros Consumos Intermediários	639	40 330 023	1 791 289	4,4	412 925
Gêneros:					
Produtos de Minerais-não-metálicos	101	3 794 152	40 286	1,1	65 443
Metalúrgica	216	13 183 901	531 384	4,0	183 320
Mecânica	154	6 596 457	266 042	4,0	85 201
Material Elétrico e de Comunicações	94	6 346 575	273 778	4,3	84 034
Material de Transporte	83	16 103 909	294 901	1,8	144 800
Mobiliário	49	556 371	16 872	3,0	13 067
Celulose, Papel e Papelão	70	2 838 762	91 816	3,2	37 635
Borracha	16	2 248 615	10 117	0,4	16 796
Couros e Peles	20	371 844	76 360	20,5	5 925
Química	137	16 536 501	1 040 703	6,3	79 194
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	56	2 478 480	24 030	1,0	22 836
Perfumaria, Sabões, Detergentes e Velas	29	1 607 420	11 987	0,7	11 846
Produtos de Matérias Plásticas	29	1 483 044	6 460	0,4	17 041
Indústria Têxtil	221	5 853 580	432 162	7,4	134 897
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	79	1 551 799	141 777	9,1	38 727
(Calçados)	(37)	(403 629)	(104 247)	(25,8)	(13 163)
Produtos Alimentares	178	12 626 962	1 619 620	12,8	89 415
Bebidas	35	1 788 163	676	0,0	22 921
Fumo	9	1 747 956	58 420	3,3	11 790
Empresas de produção diversificada	11	786 178	45 708	5,8	8 324

* Vide referências às exportações nas Notas Metodológicas.

Tabela II — Resultados para a indústria de transformação — percentagens ponderadas das respostas

Regiões:	Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Preços			Avaliação em	Nível da Procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	—	+	=	—	SE	+	=	—	+	=	—	+	=	—	+	=	—		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
Brasil																												
4.º trim. 1972	64	25	11	19	25	27	24*	57	31	12	39	59	2	38	54	8	49	49	2	Jan. 1973	25	65	10	4	52	15	24*	89
1.º trim. 1973	49	30	21	17	28	24	27*	40	36	24	33	65	2	34	60	6	62	37	1	Abr. 1973	33	62	5	3	50	15	27*	90
2.º trim. 1973	67	23	10	17	27	26	25*	60	28	12	34	65	1	43	51	6	57	42	1	Jul. 1973	49	48	3	2	47	21	25*	90
3.º trim. 1973	76	18	6	14	24	33	23*	61	27	12	38	60	2	46	50	4	63	37	0	Out. 1973	60	38	2	2	41	29	23*	90
4.º trim. 1973	71	21	8	18	23	30	22*	55	27	18	34	63	3	42	54	4	68	31	1	Jan. 1974	40	52	8	3	39	29	22*	90
Prev 1.º trim. 1973	40	39	21					37	45	18				34	59	7	68	31	1									
São Paulo																												
4.º trim. 1972	63	24	13	18	31	23	24*	61	27	12	42	57	1	42	54	4	48	51	1	Jan. 1973	20	71	9	4	53	14	24*	89
1.º trim. 1973	52	28	20	17	32	24	24*	42	37	21	38	61	1	41	54	5	64	35	1	Abr. 1973	28	67	5	3	51	18	24*	89
2.º trim. 1973	70	18	12	15	34	23	22*	61	26	13	34	65	1	48	47	5	61	38	1	Jul. 1973	48	49	3	2	46	25	22*	91
3.º trim. 1973	78	16	6	11	28	32	23*	65	27	8	40	59	1	50	47	3	61	39	0	Out. 1973	63	35	2	1	36	34	23*	91
4.º trim. 1973	71	22	7	18	26	27	21*	56	26	18	43	55	2	49	47	4	71	28	1	Jan. 1974	37	55	8	4	39	28	21*	90
Prev. 1.º trim. 1974	37	39	24					38	44	18				35	58	7	69	31	0									
Guanabara																												
4.º trim. 1972	54	37	8**	23	32	8	27*	60	35	5	26	67	7	29	51	20	29	70	1	Jan. 1973	12	65	22**	6	47	6	27*	80
1.º trim. 1973	46	26	28	25	15	20	36*	39	30	31	25	73	2	22	71	7	37	63	0	Abr. 1973	26	63	11	9	32	13	36*	84
2.º trim. 1973	61	29	9**	15	24	23	35*	58	31	11	37	61	2	28	59	13	53	47	0	Jul. 1973	38	54	8	2	41	19	35*	85
3.º trim. 1973	67	20	13	14	21	28	32*	55	28	17	20	78	2	31	63	6	48	52	0	Out. 1973	49	44	7	5	40	19	32*	85
4.º trim. 1973	81	13	6	18	21	22	35*	63	23	14	34	62	4	31	67	2	45	55	0	Jan. 1974	36	50	14	1	42	21	35*	82
Prev. 1.º trim. 1974	49	26	25					41	37	22				32	57	11	53	45	2									
Minas Gerais																												
4.º trim. 1972	77	14	9	18	14	19	48*	51	33	16	19	80	1	24	64	12	57	41	2	Jan. 1973	57	38	4**	4	40	6	48*	94
1.º trim. 1973	58	26	15**	9	22	15	52*	32	37	31	21	74	5	23	73	4	58	31	1	Abr. 1973	54	43	2**	2	37	7	52*	88
2.º trim. 1973	58	38	4	18	19	18	40*	55	38	7	15	84	1	37	60	3	49	50	1	Jul. 1973	52	43	5	2	45	10	40*	91
3.º trim. 1973	82	16	2	13	15	28	38*	57	28	15	36	56	8	34	62	4	77	23	0	Out. 1973	67	30	3	5	35	17	38*	89
4.º trim. 1973	54	38	6**	16	10	22	43*	34	40	26	15	85	0	30	65	5	73	24	3	Jan. 1974	54	40	5**	8	34	12	43*	90
Prev. 1.º trim. 1974	40	49	9**					53	33	14				27	71	2	69	27	4									
Região Sul																												
4.º trim. 1972	55	35	10	19	31	27	20*	56	33	11	28	68	4	38	53	9	47	49	4	Jan. 1973	19	66	15	7	56	13	20*	85
1.º trim. 1973	43	33	24	17	30	28	21*	36	32	32	23	69	8	34	55	11	62	37	1	Abr. 1973	39	52	8**	4	54	17	21*	87
2.º trim. 1973	60	26	13**	19	35	21	19*	55	30	15	32	61	7	48	48	4	55	42	3	Jul. 1973	56	28	13**	5	55	12	19*	88
3.º trim. 1973	75	21	4	18	30	23	23*	65	22	13	33	61	6	42	51	7	68	32	0	Out. 1973	58	37	5	2	48	20	23*	86
4.º trim. 1973	71	21	8	15	29	25	24*	53	26	21	29	66	5	43	50	7	63	34	3	Jan. 1974	39	47	13*	4	42	25	24*	83
Prev. 1.º trim. 1974	32	45	22					32	49	19				26	65	9	68	29	3									
Nordeste																												
4.º trim. 1972	44	32	24	21	23	28	17*	55	38	7	14	84	2	42	50	8	48	47	5	Jan. 1973	17	75	8	7	62	6	17*	83
1.º trim. 1973	34	30	35**	21	24	27	22*	29	31	40	20	73	7	23	65	12	60	34	6	Abr. 1973	26	65	8**	4	63	7	22*	83
2.º trim. 1973	63	30	7	14	15	44	20*	48	31	21	35	54	11	27	55	18	59	39	2	Jul. 1973	32	62	6	2	53	22	19*	78
3.º trim. 1973	65	27	8	12	29	28	18*	44	41	15	26	71	3	38	48	14	69	31	0	Out. 1973	52	42	6	2	52	20	18*	85
4.º trim. 1973	63	17	20	31	16	25	15*	66	24	10	23	75	2	39	54	7	67	30	3	Jan. 1974	36	54	9**	2	55	15	15*	86
Prev. 1.º trim. 1974	40	39	20**					39	42	19				24	67	9	60	34	6									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

Tabela III — Limitações à expansão da produção em janeiro-74 — percentagens ponderadas das respostas

DISCRIMINAÇÃO	Produção em Expansão.	Expansão impedida por:					Outros Fatores	Não Especificada
		Insuficiência da Procura	Operação à plena capacidade	Excassez de:				
				Capital de giro	Matérias-primas	Mão-de-obra		
GERAL	22	7	39	1	20	1	3	7
Regiões:								
São Paulo	26	6	35	1	19	1	4	8
Guanabara	45	11	14	1	17	1	4	7
Minas Gerais	12	3	66	2	7	0	2	8
Sul	18	13	20	2	22	3	11	11
Nordeste	17	11	34	4	18	0	5	11
Setores:								
Bens de Consumo	16	12	41	2	23	0	2	4
Máquinas, Veículos e Acessórios	32	2	40	0	18	1	0	7
Material de Construção	32	1	33	0	26	0	6	2
Outros Consumos Intermediários	19	4	47	1	16	1	6	6
Gêneros Industriais:								
Produtos de Minerais-não-metálicos	30	4	53	0	5	1	3	4
Metalúrgica	19	1	49	1	22	2	2	4
Mecânica	22	3	38	0	27	1	0	9
Material Elétrico e de Comunicações	53	1	19	0	22	1	0	4
Material de Transporte	29	4	58	1	4	1	0	3
Mobiliário	26	19	8	5	38	3	0	1
Celulose, Papel e Papelão	17	0	32	0	29	0	2	20
Borracha	63	0	31	0	1	0	1	4
Couros e Peles	1	83	0	2	1	0	0	13
Química	11	4	49	1	17	0	11	
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	36	27	16	0	15	0	1	5
Perfumaria, Sabões, Detergentes e Velas	39	0	12	0	48	0	0	1
Produtos de Matérias Plásticas	19	14	9	1	52	0	0	5
Indústria Têxtil	16	3	48	3	19	1	1	9
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	17	15	37	4	19	2	1	5
(Calçados)	(24)	(28)	(29)	(9)	(0)	(4)	(1)	(5)
Produtos Alimentares	14	8	22	3	36	0	7	10
Bebidas	4	6	77	0	5	1	0	7
Fumo	1	82	15	1	1	0	0	0

Tabela IV — Procura — percentagens ponderadas das respostas

DISCRIMINAÇÃO	Procura Interna*												Procura Externa**												Exp./Vendas***
	Obs. Janeiro 4.º Trim.			Nível em Janeiro				Prev. 1.º Trim.			Obs. Anual****				Obs. 4.º Trim.				Nível em Janeiro				Prev. 1.º Trim.				
	+	=	—	FO	NO	FR		+	=	—	+	=	—	NE	+	=	—	NE	FO	NO	FR	NE	+	=	—	NE	%
GERAL:	72	21	7	41	52	7		40	38	22	74	13	6	7	43	37	13	7	32	50	8	10	29	54	8	9	4,9
Regiões:																											
São Paulo	71	22	7	38	55	7		37	39	24	75	11	5	9	51	34	6	9	30	46	10	14	27	51	12	10	3,0
Guanabara	81	13	6	36	50	14		48	26	26	51	10	21	18	27	28	23	22	18	46	14	22	27	38	12	23	2,5
Minas Gerais	57	38	5	57	38	5		41	51	8	60	15	0	25	23	28	24	25	23	48	21	8	33	19	23	25	6,0
Sul	74	20	6	42	44	14		36	40	24	72	21	3	4	62	18	16	4	35	49	6	10	30	56	4	10	14,3
Nordeste	65	17	18	36	58	6		40	39	21	47	29	22	2	38	24	36	2	34	32	31	3	39	37	15	9	10,5
Setores:																											
Bens de Consumo	70	26	4	27	65	8		29	44	27	77	20	1	2	47	42	9	2	28	55	9	8	13	72	9	6	5,1
Máquinas, Veículos e Acessórios	65	21	14	42	51	7		47	28	25	64	21	13	2	59	26	12	3	12	52	7	29	30	60	6	4	3,3
Material de Construção	73	21	6	49	48	3		48	46	6	88	8	1	3	47	41	9	3	52	42	3	3	58	30	9	3	1,4
Outros Consumos Intermediários	74	17	9	50	46	4		49	32	19	77	7	11	5	37	38	20	5	30	53	14	3	25	58	9	8	5,7
Gêneros Industriais:																											
Produtos de Minerais-não-metálicos	66	31	3	43	51	6		27	62	11	90	1	8	1	66	32	1	1	82	10	8	0	22	69	8	1	2,2
Metalúrgica	71	22	7	78	19	3		61	32	7	74	2	7	17	28	44	11	17	49	40	9	2	30	38	13	19	4,2
Mecânica	75	19	6	45	43	12		33	34	33	64	21	13	2	50	36	12	2	17	76	3	4	27	66	2	5	3,2
Material Elétrico e de Comunicações	80	15	5	23	63	14		27	49	24	45	32	11	12	59	22	7	12	19	67	7	7	35	45	8	12	3,9
Material de Transporte	55	36	9	35	64	1		42	37	21	91	5	2	2	64	30	3	3	24	33	3	40	25	66	5	4	1,9
Mobiliário	87	13	0	17	65	18		19	52	29	100	0	0	0	95	3	2	0	36	61	3	0	39	58	3	0	4,3
Celulose, Papel e Papelão	81	14	5	61	37	2		60	36	4	94	1	5	0	98	2	0	0	94	0	6	0	99	1	0	0	3,3
Borracha	97	2	1	71	28	1		69	5	26	93	7	0	0	30	70	0	0	29	71	0	0	93	7	0	0	0,4
Couros e Peles	14	55	31	9	26	65		22	30	48	2	5	91	2	2	81	15	2	1	4	88	7	77	20	1	2	19,8
Química	75	12	13	32	64	4		44	30	26	87	3	9	1	36	42	21	1	17	78	4	1	15	75	3	7	6,8
Produtos, Farmacêuticos e Veterinários	61	31	8	7	70	23		36	38	26	60	0	1	39	35	26	1	38	25	35	1	39	0	43	18	39	0,5
Perfumaria, Sabões, Detergentes etc.	71	21	8	57	40	3		33	60	7	21	0	0	79	2	19	0	79	0	21	0	79	2	19	0	79	0,3
Produtos de Matérias Plásticas	95	4	1	55	39	6		44	21	35	91	2	0	7	53	2	38	7	34	59	0	7	71	22	0	7	0,4
Indústria Têxtil	61	29	10	36	55	9		33	39	28	93	5	0	2	38	35	25	2	28	53	10	9	27	59	12	2	7,5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	86	11	3	27	54	19		40	22	38	88	10	0	2	21	44	35	0	19	67	10	4	34	55	9	2	9,3
(Calçados)	(87	9	4)	(53	27	20)		(57	16	27)	(86	13	1	0)	(19	44	37	0)	(17	70	13	0)	(29	58	12	1)	(17,2)
Produtos Alimentares	73	19	8	31	65	4		42	40	18	67	27	4	2	44	40	14	2	29	47	17	7	8	74	12	6	11,1
Bebidas	100	0	0	63	35	2		30	65	5	7	93	0	0	7	93	0	0	7	93	0	0	100	0	0	0	0,0
Fumo	99	1	0	0	100	0		0	21	79	59	27	14	0	11	55	34	0	10	48	42	0	11	55	34	0	3,3

* — Procura Interna: Ponderada pelas vendas da empresa, no país, em 1972.

** — Procura Externa: Ponderada pelas exportações da empresa, em 1972.

*** — Vide referências às exportações, nas Notas Metodológicas.

**** — Para cada Sondagem, exportações nos últimos 12 meses, comparadas às dos 12 meses precedentes.

Tabela V — Variação dos preços de venda nas empresas informantes — percentagens ponderadas das respostas

DISCRIMINAÇÃO	Variação de preços observada no 4.º trim.			Aumentos observados no 4.º trim. comparados à evolução observada no 3.º trim.				Variação de preços prevista para o 1.º trim.			Aumentos previstos para o 1.º trim. comparados à evolução observada no 4.º trim.			
	+	=	—	aumento maior	aumento igual	aumento menor	sem resposta	+	=	—	aumento maior	aumento igual	aumento menor	sem resposta
GERAL	68	31	1	61	12	17	10	68	31	1	58	17	17	8
Regiões:														
São Paulo	71	28	1	62	9	21	8	69	31	0	50	19	21	10
Guanabara	45	55	0	82	9	6	3	53	45	2	78	13	3	6
Minas Gerais	73	24	3	47	31	6	16	69	27	4	50	17	5	28
Sul	63	34	3	73	11	6	10	68	29	3	55	21	16	8
Nordeste	67	30	3	57	10	13	20	60	34	6	70	13	5	12
Setores:														
Bens de Consumo	68	30	2	63	8	20	9	55	44	1	49	27	18	6
Máquinas, Veículos e Acessórios	66	34	0	73	11	8	8	69	31	0	50	17	25	8
Material de Construção	78	22	0	55	16	24	5	77	21	2	61	17	9	13
Outros Consumos Intermediarios	69	30	1	63	12	19	6	76	23	1	75	9	9	7
Gêneros Industriais:														
Produtos de Minerais-não-metálicos	70	30	0	62	11	21	6	86	14	0	70	14	9	7
Metalúrgica	82	18	0	41	26	28	5	82	18	0	60	14	5	21
Mecânica	54	46	0	59	19	10	12	69	31	0	68	12	9	11
Material Elétrico e de Comunicações	81	19	0	41	13	37	9	61	37	2	55	11	22	12
Material de Transporte	91	9	0	80	2	16	2	48	52	0	33	39	25	3
Mobiliário	84	16	0	61	18	11	10	72	28	0	41	8	36	15
Celulose, Papel e Papelão	92	8	0	57	7	32	4	83	17	0	64	26	10	0
Borracha	93	7	0	95	2	3	0	70	30	0	53	1	16	0
Couros e Peles	45	43	12	2	3	6	89	1	85	14	100	0	0	0
Química	52	45	3	87	2	7	4	87	11	2	93	3	2	2
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	16	84	0	82	14	0	4	69	31	0	95	1	2	2
Perfumaria, Sabões, Detergentes etc.	68	32	0	19	12	64	5	88	12	0	43	13	42	2
Produtos de Matérias Plásticas	71	29	0	81	1	3	15	73	27	0	69	6	24	1
Indústria Têxtil	79	20	1	67	15	8	10	66	33	1	43	31	21	5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	54	46	0	79	8	6	7	72	28	0	48	14	30	8
(Calçados)	(69	31	0)	(81)	(10)	(8)	(1)	(87	12	1)	(32)	(14)	(43)	(11)
Produtos Alimentares	51	43	6	40	15	23	22	40	56	4	42	9	35	14
Bebidas	98	2	0	98	0	0	2	73	27	0	9	90	0	1
Fumo	2	98	0	70	0	0	30	98	1	1	100	0	0	0

Tabela VI — Influência da evolução dos negócios durante o ano de 1973 sobre os *investimentos* programados pelas empresas informantes (percentagens ponderadas das respostas)

	A comparação dos planos, existentes no início de 1973, com os investimentos efetivamente realizados durante este ano, mostra que em empresas que:						Sem resposta
	Planejavam investir				Não planejavam investir		
	Os planos foram superados	Os planos foram realizados	Os planos foram reduzidos	Os planos foram totalmente cancelados	Não foram realizados investimentos	Foram realizados investimentos	
GERAL	25	43	15	1	2	2	12
Regiões:							
São Paulo	27	38	20	0	2	2	11
Guanabara	20	46	5	0	4	5	20
Minas Gerais	19	51	11	1	9	2	7
Sul	31	47	6	0	1	4	11
Nordeste	2?	48	10	1	8	1	9
Setores:							
Bens de Consumo	30	33	25	0	2	2	8
Máquinas, Veículos e Acessórios	29	45	10	0	0	4	12
Material de Construção	13	47	7	5	5	5	18
Outros Consumos Intermediários	26	40	19	0	3	1	11
Gêneros Industriais:							
Produtos de Minerais-não-metálicos	17	50	6	5	7	5	10
Metalúrgica	16	52	17	1	3	1	10
Mecânica	24	42	14	0	0	7	13
Material Elétrico e de Comunicações	28	44	10	0	1	3	14
Material de Transporte	23	39	32	0	0	0	6
Mobiliário	40	49	5	1	1	2	2
Celulose, Papel e Papelão	19	47	11	0	0	5	18
Borracha	2	63	1	0	0	0	34
Couros e Peles	60	25	6	0	0	9	0
Química	37	32	24	0	3	0	4
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	7	67	11	0	0	2	13
Perfumaria, Sabões, Detergentes, etc.	20	11	56	0	1	0	12
Produtos de Matérias Plásticas	14	60	10	0	5	0	11
Indústria Têxtil	24	45	14	1	4	0	12
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	15	56	7	1	2	3	16
(Calçados)	(37)	(43)	(4)	(0)	(1)	(3)	(12)
Produtos Alimentares	38	33	11	0	3	3	12
Bebidas	9	50	2	0	0	0	39
Fumo	78	21	0	0	0	1	0

RESULTADOS REGIONAIS

São Paulo

A Indústria de Transformação de São Paulo informou elevação dos níveis da produção e da procura global — considerada sempre forte — de seus produtos durante o ano de 1973.

A capacidade de produção da indústria deste estado foi amplamente utilizada, tendo sido registradas ampliações das instalações e absorção adicional de mão-de-obra durante o ano.

Em diversos gêneros industriais, porém, parte significativa dos informantes considerava a expansão da produção limitada por escassez de matérias-primas.

O volume dos estoques dos produtos fabricados em São Paulo apresentou sucessivos declínios, atingindo níveis considerados insuficientes por diversas empresas.

Os preços de venda experimentaram elevações durante todo o período em análise.

Prognosticaram os informantes que, no 1.º trimestre de 1974, os níveis da procura global, da produção e dos preços dos produtos da indústria paulista de transformação registrariam elevações e que este setor realizaria absorção de novos contingentes de mão-de-obra.

GUANABARA

A Indústria de Transformação da Guanabara indicou tendências divididas para a evolução da produção no 1.º trimestre de 1973. A partir de abril, entretanto, retomou a tendência de expansão generalizada.

No 4.º trimestre, estimulado por novas ampliações da procura, o volume da produção industrial continuou a crescer e foram observados, também, alguns acréscimos na capacidade instalada e nos contingentes de mão-de-obra. Contudo, o gênero **couros e peles**, que considerava fraca a procura por seus produtos, apenas manteve seus níveis de produção e as indústrias **têxtil** e **química** — esta prejudicada por um incêndio na refinaria de Manguinhos — embora sem problemas de procura, apresentaram evolução com tendências divididas no período.

No início de janeiro, o nível da procura global era julgado normal ou forte e, em algumas empresas, os estoques eram considerados insuficientes. A maioria dos informantes ainda estava expandindo sua produção, mas previa crescimento mais moderado para o 1.º trimestre de 1974. Havia alguma indicação de escassez de matérias-primas Em relação aos preços de venda, as expectativas eram de novos aumentos no período.

Minas Gerais

A indústria de transformação de Minas Gerais registrou, durante o ano de 1973, crescimento do volume da produção, estimulado pela ótima evolução da procura. Os informantes indicaram, também, ampliações dos efetivos de mão-de-obra e elevado grau médio de utilização da capacidade de produção. Não houve acumulação excessiva de estoques e os preços de venda apresentaram generalizados reajustes a cada trimestre do ano.

A partir do segundo semestre, contudo, certa escassez de matérias-primas começou a limitar a expansão da produção, principalmente nos gêneros **produtos alimentares, papel e papelão** e **mecânica.**

No 4.º trimestre, persistiu a tendência global de expansão das atividades, mas foram registradas algumas reduções da produção, que ocorreram de forma mais generalizada nas indústrias de **produtos alimentares** e **minerais-não-metálicos.** A **indústria metalúrgica** apresentou evolução dividida no período.

Em janeiro do corrente ano, a maior parte dos informantes de Minas Gerais considerava a procura forte e os níveis dos estoques de seus produtos normais. Os estoques de **produtos de minerais-não-metálicos,** porém, eram julgados excessivos e os de **produtos alimentares,** insuficientes.

As previsões para o 1.º trimestre eram de continuação do crescimento da procura e de manutenção, ou aumento, do volume da produção, apesar da persistência dos problemas de escassez de matérias-primas e do elevado grau médio de utilização dos equipamentos. A expectativa era, ainda, de novos aumentos dos preços de venda.

REGIÃO SUL

A Indústria de Transformação da **região sul** apresentou expansão de suas atividades durante todo o ano de 1973. As empresas informaram ter aumentado a produção no período e realizado algumas ampliações da capacidade instalada. O grau de utilização dos equipamentots manteve-se em níveis elevados e alguns gêneros operaram com insuficiência de estoques, devido, principalmente, à escassez de matérias-primas.

No 4.º trimestre de 1973, a Indústria de Transformação da região continuou expandindo a produção, embora os gêneros **celulose, papel e papelão, produtos de matérias plásticas** e **couros e peles** tenham observado redução. O fechamento de uma importante fábrica, devido a problemas relativos à poluição ambiental, diminuiu a produção de celulose; carência de matérias-primas prejudicou a evolução da indústria de **produtos plásticos;** insuficiência de procura era o problema do gênero **couros e peles.** Esta mesma indústria, no entanto, revelou ter ampilado sua capacidade de produção e absorvido maior contingente de mão-de-obra, no período, o que faz supor que esperava superar, dentro em breve, o problema de mercado para seus produtos.

Em janeiro de 1974, havia descontentamento com o nível da procura nas indústrias de **couros e peles** e **vestuário e artefatos de tecidos.** O nível de estoques era considerado excessivo para **couros e peles** e insuficiente nos gêneros **bebidas, metalúrgica** e **mecânica.** A maior parte dos informantes da região, contudo, considerava a situação normal.

Para o 1.º trimestre do ano, nenhum gênero previa queda na procura, enquanto, em referência à produção, **celulose e papel** e **couros e peles** estimavam estabilização e **produtos de matérias plásticas, vestuário e calçados** indicavam tendência de redução, predominando previsões de aumentos para os demais gêneros.

NORDESTE

A indústria **nordestina** de transformação informou elevação dos níveis da procura global e da produção de seus produtos, durante os três últimos trimestres de 1973, após ter consignado evolução não homogênea daqueles níveis no 1.º trimestre de 1973.

Este setor, embora tendo utilizado parte ponderável de sua capacidade instalada durante o período em exame, manteve uma margem de capacidade ociosa superior à

média registrada na atividade produtiva da indústria brasileira de transformação; revelou, também, alguma expansão da capacidade instalada e absorção de contingentes adicionais de mão-de-obra.

O nível dos estoques de seus produtos apresentou oscilação ao longo de 1973, tendo atingido níveis considerados insuficientes em meados do ano, devido, principalmente, à sazonalidade das matérias-primas empregadas. Os preços de seus produtos mantiveram-se em alta durante todo o período analisado.

Em janeiro do corrente ano, persistia certa insuficiência de matérias-primas e os informantes prognosticavam evolução mais moderada para a indústria regional durante o 1.º trimestre. Esperavam, entretanto, aumentos dos preços de venda, superiores aos observados no período anterior.

Tabela VII — Percentagens ponderadas das respostas segundo a utilização principal do produto

Indústrias de:	Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Preços			Avaliação em	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	—	+	=	—	SE	+	=	—	+	=	—	+	=	—	+	=	—		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
Bens de Consumo																												
4.º trim. 1972	77	16	7	23	22	27	23*	73	18	9	50	48	2	42	52	6	50	49	1	Jan. 1973	19	71	10	3	51	19	23*	88
1.º trim. 1973	38	40	22	20	20	33	25*	28	48	24	39	58	3	38	55	7	59	40	1	Abr. 1973	19	77	4	2	54	16	25*	87
2.º trim. 1973	61	22	17	22	27	24	24*	58	24	18	33	65	2	49	45	6	63	36	1	Jul. 1973	45	52	3	2	41	30	24*	88
3.º trim. 1973	75	19	6	17	23	33	22*	61	22	17	47	48	5	45	50	5	53	47	0	Out. 1973	64	34	2	1	37	35	22*	87
4.º trim. 1973	69	27	4	25	23	24	22*	58	16	26	45	51	4	54	41	5	68	30	2	Jan. 1974	28	64	8	5	31	34	22*	88
Prev. 1.º trim. 1974	28	46	26					31	47	22				35	55	10	55	44	1									
Máquinas, Veículos e Acessórios																												
4.º trim. 1972	50	35	15	30	17	17	33*	54	32	14	46	53	1	43	53	4	45	55	0	Jan. 1973	21	62	17	6	45	14	33*	89
1.º trim. 1973	56	30	14	15	12	13	45*	52	20	28	60	37	3	47	45	8	39	61	0	Abr. 1973	27	69	4	5	37	11	45*	90
2.º trim. 1973	73	21	6	10	10	30	45*	78	19	3	51	49	0	59	38	3	49	51	0	Jul. 1973	43	55	2	1	30	16	45*	90
3.º trim. 1973	70	19	11	27	16	11	38*	70	22	8	39	61	0	64	34	2	50	50	0	Out. 1973	58	40	2	3	35	21	38*	91
4.º trim. 1973	65	21	14	17	12	29	37*	51	26	23	55	44	1	48	48	4	66	34	0	Jan. 1974	41	51	7**	4	25	29	37*	91
Prev. 1.º trim. 1974	46	30	24					59	26	15				49	47	4	69	31	0									
Material para Construção																												
4.º trim. 1972	56	29	15	9	32	23	28*	53	32	15	29	71	0	30	63	7	59	38	3	Jan. 1973	31	63	66	4	39	21	28*	90
1.º trim. 1973	59	32	9	8	35	20	35*	51	34	15	39	59	2	36	61	3	67	33	0	Abr. 1973	43	51	6	3	40	21	35*	91
2.º trim. 1973	65	27	8	11	29	23	26*	61	29	10	29	70	1	37	57	6	68	31	1	Jul. 1973	54	41	5	2	46	21	26*	91
3.º trim. 1973	71	24	5	9	23	32	28*	58	32	10	22	76	2	34	63	3	73	27	0	Out. 1973	65	32	3	2	33	31	28*	92
4.º trim. 1973	73	21	6	7	27	34	23*	49	36	15	31	67	2	34	63	3	78	22	0	Jan. 1974	49	48	3	3	35	31	23*	90
Prev. 1.º trim. 1974	48	46	6					41	48	11				26	72	2	77	21	2									
Outros Consumos Intermediários																												
4.º trim. 1972	60	27	13	19	26	28	23*	51	37	12	41	58	1	32	57	11	51	47	2	Jan. 1973	32	63	5	4	55	14	23*	90
1.º trim. 1973	57	21	22	20	33	21	23*	47	28	25	33	66	1	32	63	5	70	29	1	Abr. 1973	43	54	3	4	51	15	23*	91
2.º trim. 1973	75	17	8	18	26	29	22*	63	26	11	36	63	1	42	53	5	57	42	1	Jul. 1973	55	42	2**	3	54	16	22*	92
3.º trim. 1973	80	16	4	13	24	38	21*	65	27	8	33	66	1	48	49	3	74	26	0	Out. 1973	60	38	2	3	43	28	21*	92
4.º trim. 1973	73	18	9	19	21	32	22*	57	28	15	27	71	2	36	60	4	69	30	1	Jan. 1974	50	46	4	1	43	28	22*	91
Prev. 1.º trim. 1974	48	34	18					37	44	19				30	64	6	76	23	1									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

RESULTADOS SEGUNDO A UTILIZAÇÃO PRINCIPAL DOS PRODUTOS

BENS DE CONSUMO FINAL

A maioria das empresas produtoras de bens de consumo, estimulada pela evolução muito favorável da procura, observou expansão da produção em 1973. Foram registrados, também, acréscimos nos efetivos de mão-de-obra e na capacidade instalada.

Os preços dos bens de consumo apresentaram elevações generalizadas a cada trimestre do ano e, pelo menos no segundo semestre — quando foi pesquisada a intensidade destas variações — as taxas foram crescentes.

Entretanto, a expansão da produção foi limitada por escassez de matérias-primas e componentes, sobretudo na segunda metade do ano. A indústria de **produtos alimentares** foi a mais prejudicada, apresentando, por conseguinte, a menor taxa de expansão da produção.

Em janeiro de 1974, bom número de empresas indicava não poder aumentar a produção devido a insuficiência de insumos; estes informantes operavam, principalmente, nos grupos **conservas de legumes e frutas, óleos comestíveis, abate e fabricação de conservas de carne** e, também, nas indústrias de **artefatos de papel para uso doméstico e pessoal, de sabões, de eletrodomésticos** e **de móveis.** Como, além desta limitação, grande parte das empresas já estava utilizando integralmente sua capacidade de produção, percentagem significativa dos informantes julgava os estoques de seus produtos insuficientes para a época do ano.

As previsões para o volume da produção, durante o 1.º trimestre, estavam, portanto, divididas, com expectativas de aumentos e reduções, embora normalmente seja observada, no período, certa retração da procura por bens de consumo.

BENS DE PRODUÇÃO

Máquinas, veículos e acessórios

O setor **bens de capital** informou elevação dos níveis de produção, da procura interna e da procura externa durante cada trimestre de 1973.

Nos últimos meses do ano, todavia, esta expansão foi menos generalizada, tendo algumas empresas — principalmente nos grupos **equipamentos para comunicações, máquinas para escritórios, equipamentos para instalações comerciais, movimentação e elevação de pessoas ou carga, máquinas motrizes e equipamentos de transmissão** e **veículos de carga** — registrado volume de produção inferior ao do trimestre precedente.

Ao longo do ano, o nível dos estoques de capital apresentou certa oscilação.

Este setor utilizou amplamente sua capacidade instalada, praticamente ao mesmo nível desta utilização no âmbito da indústria de transformação; registrou, também, significativa expansão daquela capacidade e absorção de novos contigentes de mão-de-obra.

Os preços de venda experimentaram elevações que, pelo menos na segunda metade do ano, apresentaram taxas crescentes.

Em janeiro do corrente ano, a procura por bens de capital era considerada forte ou normal e seus estoques julgados, em alguns casos, insuficientes. A disponibilidade de matérias-primas e componentes era apontada por algumas empresas como inadequada mas, apesar desta limitação e do elevado grau médio de utilização dos equipamentos, a maior parte dos informantes planejava aumentar o volume de produção e os efetivos de mão-de-obra no 1.º trimestre. Estes mesmos empresários mostravam-se, contudo, menos otimistas em relação à produção global da Indústria de Transformação, prevendo evolução dividida entre aumentos e reduções. Em relação aos preços de venda, porém, a expectativa era de elevações generalizadas, tanto no próprio setor, como no resto da indústria.

CONSUMOS INTERMEDIÁRIOS

Material de construção

O comportamento do setor **material de construção** caracterizou-se, no ano de 1973, por acentuada expansão das atividades, acompanhando os excelentes níveis da procura. Os preços de venda apresentaram, também, elevações generalizadas ao longo do período.

No 4.º trimestre, este setor continuou expandindo sua produção e, desta forma, apesar de algumas empresas terem ampliado suas instalações no período, o grau médio de utilização dos equipamentos permaneceu elevado. Houve, também, alguma absorção adicional de mão-de-obra.

Dois problemas eram, entretanto, apontados como fatores limitativos à expansão da produção de material de construção: a escassez de matérias-primas, nas indústrias **produtos de matérias-plásticas** e **metalurgia**, e o grau muito elevado de utilização da capacidade instalada, sobretudo no gênero **minerais não-metálicos.**

Assim, os informantes, com planos de produção divididos entre previsões de aumento e estabilidade, esperavam novos, e mais acentuados, aumentos nos preços de seus produtos durante o 1.º trimestre de 1974.

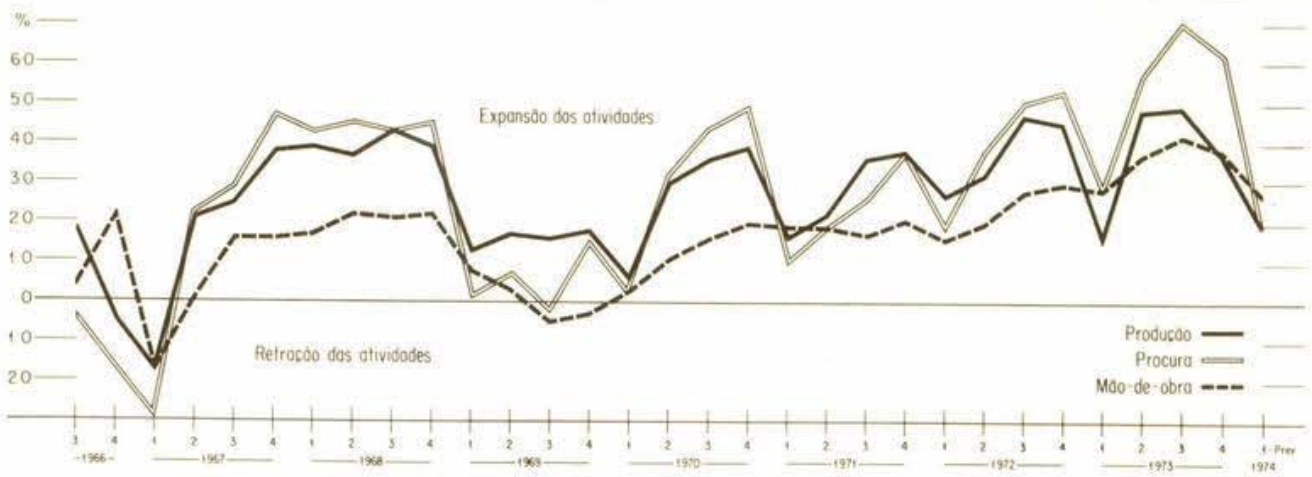
Outros consumos intermediários

O setor **produtos de consumo intermediário** apresentou desempenho bastante favorável em 1973. A procura por seus produtos expandiu-se, sendo acompanhada por aumentos da produção. Assim, o grau médio de utilização dos equipamentos manteve-se em níveis elevados, ao longo do período, apesar de ponderável parcela de informantes ter realizado ampliações na capacidade instalada.

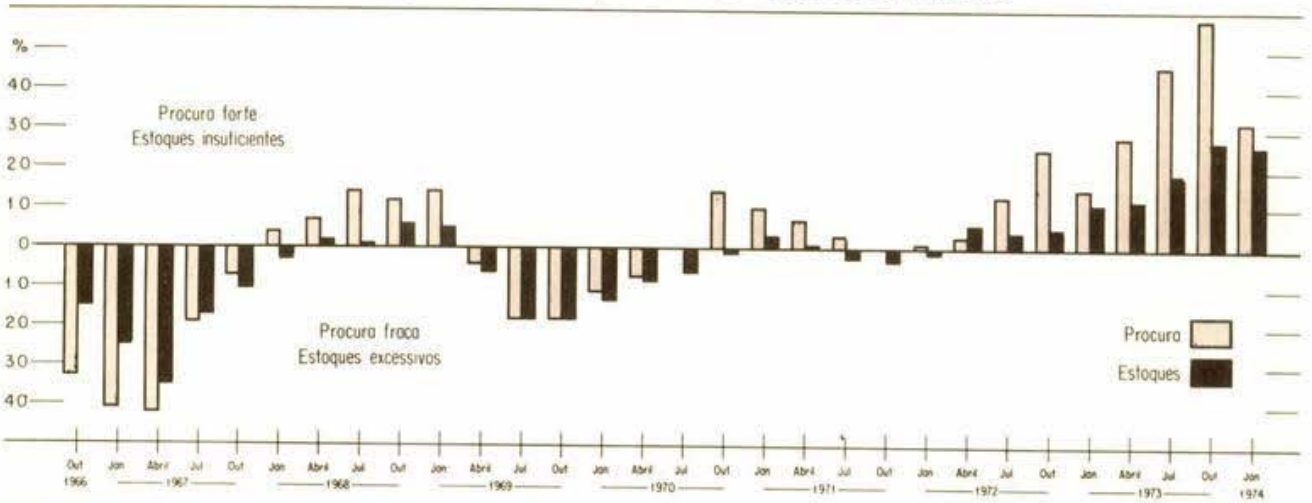
No início de janeiro, o nível da procura era considerado forte e algumas empresas continuavam aumentando sua produção, embora a escassez de matérias-primas tivesse se tornado importante limitação a esta expansão, principalmente entre as indústrias **petroquímica, de embalagens de todos os tipos, de tintas e vernizes, de óleos para uso industrial** e de **tecidos de fios sintéticos.** Somente na indústria de **couros e peles,** a expansão da produção era impedida por insuficiência de procura.

Para o 1.º trimestre de 1974, as previsões para o setor indicavam novas expansões da procura e da produção, com algum acréscimo da mão-de-obra.

Indústria de transformação – saldo das respostas – variações trimestrais



Níveis da procura e dos estoques – avaliação à época de cada inquérito



RESULTADOS PARA OS GÊNEROS INDUSTRIAIS

Minerais-não-metálicos

Tabela VIII — Produtos de minerais-não-metálicos — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	–	+	=	–	SE	+	=	–	+	=	–	+	=	–		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4. trim. 1972	51	36	13	20	28	28	13*	45	44	11	20	80	0	28	66	6	Janeiro 1973	25	66	9	7	48	21	13*	90
1.º trim. 1973	36	49	15	11	28	27	31*	26	57	17	29	71	0	33	64	3	Abril 1973	48	44	8	4	44	20	31*	93
2.º trim. 1973	67	29	4	11	24	34	24*	54	38	8	20	79	1	37	55	8	Julho 1973	50	47	3	3	44	26	23*	94
3.º trim. 1973	65	33	2	11	29	31	22*	51	44	5	19	81	0	35	61	4	Outubro 1973	59	38	3	6	35	30	22*	95
4.º trim. 1973	66	31	3	14	23	33	15*	40	50	10	16	83	1	28	69	3	Janeiro 1974	44	50	6	8	39	28	15*	95
Prev. 1.º trim./74	27	62	11					28	66	6				32	64	4									

* Vide referências dos Estoques nas Notas Metodológicas.

Os excelentes níveis atingidos pela procura, durante o ano de 1973, asseguraram à indústria de **minerais-não-metálicos** um desempenho bastante favorável. Apesar do grupo **produtos para uso doméstico** ter registrado redução da procura nos primeiros meses do ano, esta foi considerada de caráter sazonal pelos informantes. O ritmo imposto à produção pela expansão da procura induziu à utilização das ampliações da capacidade instalada efetuadas por algumas empresas.

No 4.º trimestre, com exceção do grupo **cimento** — que estabilizou o volume de sua produção — todos os outros indicaram continuação da tendência de expansão da procura e da produção. Entretanto, é possível que esses aumentos de produção fossem pouco intensos, pois a maioria dos informantes não registrou ampliação significativa das instalações no período e esta indústria já vinha operando, em média, praticamente à plena capacidade. Assim, a demanda continuou pressionando os pre-

ços de venda e os estoques, e, ainda, promoveu alguma absorção adicional de mão-de-obra.

No princípio de janeiro do corrente ano, o nível da procura era considerado normal pela maioria das empresas e os informantes planejavam, pelo menos, manter, no 1.º trimestre, os níveis de produção observados no final do ano. As previsões de evolução menos acentuada eram, provavelmente, resultantes da necessidade de ampliação da capacidade de produção instalada do gênero e justificavam os prognósticos de novos aumentos dos preços de venda, em sua maioria, superiores aos observados no último trimestre de 1973.

METALÚRGICA

Tabela IX — Metalúrgica — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre																Avaliação à época do inquérito									Utilização média da capacidade instalada
	Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época		Nível da procura global			Nível dos estoques				
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−			FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	66	21	13	5	18	19	54*	52	27	21	36	64	0	35	60	5	Janeiro	1973	61	34	5	1	36	6	54*	93
1. trim. 1973	72	18	10	5	26	11	55*	45	27	28	25	74	1	25	70	5	Abril	1973	66	32	2	1	27	14	55*	91
2.º trim. 1973	67	25	8	8	17	22	46*	60	24	16	21	78	1	43	56	1	Julho	1973	64	36	0	1	31	16	46*	93
3.º trim. 1973	79	19	2	4	15	32	45*	67	21	12	27	71	2	58	41	1	Outubro	1973	75	25	0	0	32	19	45*	93
4.º trim. 1973	69	23	7**	3	13	31	47*	48	29	23	22	76	2	43	54	3	Janeiro	1974	77	20	3	0	20	27	47*	92
Prev. 1.º trim./74	59	33	7**					49	31	20				34	62	4										

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

A **indústria metalúrgica** apresentou expansão da produção dos seus produtos ao longo de todo o ano. A utilização da capacidade instalada foi mantida em níveis elevados, mesmo com as ampliações registradas durante o período. Os efetivos de mão-de-obra foram, também, aumentados a cada trimestre.

O crescimento da procura, entretanto, parece ter sido superior ao aumento da produção, uma vez que os informantes registraram redução nos níveis dos estoques e repetidas, e generalizadas, elevações dos preços de venda.

No 4.º trimestre, prevaleceram as mesmas tendências, exceto no grupo **ferro e aço — formas primárias, semi-acabadas, laminados e arames,** cujas tendências de produção se apresentavam divididas, em parte devido a problemas de escassez de matérias-primas.

No início de janeiro, o nível da procura global revelava-se forte, com o gênero operando, em média, quase a plena capacidade. Os problemas decorrentes das dificuldades de obtenção de matérias-primas, todavia, tinham se acentuado, sendo o grupo **embalagens metálicas** o que mais se ressentia desta escassez.

As previsões para o 1.º trimestre do ano eram de expansão da produção para o gênero, de crescimento da procura global e dos efetivos de mão-de-obra e de novas elevações dos preços dos produtos fabricados. Apenas para o grupo **produtos metalúrgicos para uso doméstico,** os planos de produção apresentavam tendências divididas.

MECÂNICA

Tabela X — Mecânica — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre																Avaliação à época do inquérito									Utilização média da capacidade instalada
	Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época		Nível da procura global			Nível dos estoques				
	+	=	−	=	+	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−			FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	59	26	15	18	18	32	30*	57	27	16	42	57	1	45	49	6	Janeiro	1973	23	48	29	4	48	15	30*	89
1.º trim. 1973	36	26	38	17	19	16	46*	37	26	37	56	40	4	40	56	4	Abril	1973	24	71	5	3	32	17	46*	93
2.º trim. 1973	70	21	9	15	17	13	46*	73	21	6	57	43	0	57	37	6	Julho	1973	53	45	2	2	27	18	46*	92
3.º trim. 1973	76	19	5	26	21	9	31*	70	25	5	48	52	0	60	35	5	Outubro	1973	70	28	2	4	38	20	31*	92
4.º trim. 1973	75	19	6	17	18	23	33*	52	29	19	43	57	0	37	57	6	Janeiro	1974	44	44	12	0	40	17	33*	92
Prev. 1.º trim./74	33	35	32					59	25	16				42	53	5										

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A **indústria mecânica** informou tendências divididas para os níveis da produção, da procura interna e da procura externa de seus produtos durante o 1.º trimestre de 1973 e elevação significativa daqueles níveis durante o resto do ano; comportamento semelhante foi registrado, quase que generalizadamente, nos diversos grupos que integram este gênero industrial.

Elevado percentual da capacidade instalada da indústria foi utilizado durante o período, tendo-se registrado significativa expansão daquela capacidade, assim como do nível de absorção de mão-de-obra no setor, durante cada trimestre do ano.

Os informantes revelaram existir alguma insuficiência de estoques, principalmente no grupo produtor de

máquinas de costura, refrigeradores, máquinas de lavar e secar roupa para uso doméstico.

Os preços dos produtos da **indústria mecânica** registraram elevações em cada trimestre, que — pelo menos na segunda metade do ano — apresentaram taxas crescentes.

É, portanto, provável que o aumento da oferta tenha ficado aquém do crescimento da demanda de máquinas. Este hiato seria o resultado de duas limitações: a necessidade de ampliação das instalações e certa escassez de matérias-primas e componentes, que prejudicou sobretudo as fábricas de **máquinas motrizes e equipamentos para transmissão industrial** e de **máquinas agrícolas.**

Em relação ao 1.º trimestre de 1974, os informantes da **indústria mecânica**, embora esperassem evolução dividida para a demanda, indicaram planos bem generalizados de expansão de sua produção. Mostravam-se, entretanto, bem menos otimistas em relação à produção global da Indústria de Transformação e previam, até mesmo para as **máquinas e equipamentos**, aumentos de preços, em sua maioria, superiores aos observados no trimestre precedente.

MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES

Tabela XI — Material elétrico e de comunicações — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	—	+	=	—	SE	+	=	—	+	=	—	+	=	—		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	61	23	16	25	18	35	20*	75	17	1	56	43	1	51	48	1	Janeiro 1973	17	65	18	12	37	26	20*	87
1.º trim. 1973	48	22	30	23	28	26	21*	39	26	35	52	46	2	58	37	5	Abril 1973	24	72	4	7	55	14	21*	86
2.º trim. 1973	66	25	9	15	38	20	22*	70	26	4	59	41	0	60	39	1	Julho 1973	43	51	6	2	49	17	22*	88
3. trim. 1973	79	10	11	20	22	28	23*	81	16	3	58	41	1	65	35	0	Outubro 1973	57	41	2	0	32	39	23*	90
4.º trim. 1973	80	15	5	17	34	27	19*	64	23	13	61	33	6	64	36	0	Janeiro 1974	23	63	14	7	39	31	19*	89
Prev. 1.º trim./74	28	49	23					40	43	17				40	50	10									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria de **material elétrico e de comunicações** informou elevação dos níveis de produção, da procura interna e da procura externa de seus produtos, em cada trimestre de 1973. Comportamento semelhante observou-se quase que generalizadamente, nos diversos grupos deste gênero de indústria, notadamente após o 1.º trimestre do ano.

Durante o período em estudo, esta indústria experimentou declínio do volume de estoques de seus produtos e foram considerados insuficientes os níveis médios de estoques então atingidos; tal situação se configurou mais acentuadamente nos grupos **material elétrico (inclusive para veículos), lâmpadas, aparelhos elétricos para uso doméstico e pessoal** e **material eletrônico.**

Percentual elevado da capacidade instalada foi utilizado, tendo-se consignado expansão da capacidade instalada e do volume de absorção de mão-de-obra.

Em termos de magnitude da participação relativa do valor das exportações no total das vendas dos produtos deste gênero de indústria, destacou-se, em 1973, o grupo **material eletrônico.**

Os informantes prognosticavam que, no 1.º trimestre **trico e de comunicações** experimentaram elevações, que, pelo menos na segunda metade de 1973, apresentaram taxas crescentes.

Os informantes prognosticavam que, no 1.º trimestre de 1974, a procura deveria continuar em crescimento e planejavam aumentos de produção bastante generalizados no período, apesar da existência de problemas relativos à obtenção de matérias-primas e componentes. As expectativas eram, também, de alta dos preços de venda.

MATERIAL DE TRANSPORTE

Tabela XII — Material de transporte — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	—	+	=	—	SE	+	=	—	+	=	—	+	=	—		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	74	22	4	26	10	18	44*	75	20	5	79	21	0	57	43	0	Janeiro 1973	17	79	4	3	33	18	44*	94
1.º trim. 1973	48	50	2	7	10	29	43*	36	56	8	85	15	0	79	16	5	Abril 1973	21	77	2	1	36	18	43*	93
2.º trim. 1973	69	9	22	7	14	32	45*	73	17	10	34	66	0	83	16	1	Julho 1973	52	48	0	0	22	29	45*	94
3.º trim. 1973	77	18	5	17	18	19	45*	77	18	5	62	38	0	86	13	1	Outubro 1973	79	21	0	0	21	33	45*	94
4.º trim. 1973	55	36	9	27	4	22	44*	48	13	39	75	25	0	85	14	1	Janeiro 1974	34	64	1**	9	8	37	44*	95
Prev. 1.º trim./74	41	38	21					44	41	15				57	42	1									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

Os excelentes níveis da procura estimularam generalizados aumentos da produção de **material de transporte** nos três primeiros trimestres de 1973. No último, porém, foi registrada evolução mais moderada e alguns informantes antecipavam retração da procura para o 1.º trimestre. Note-se que a maior parte das empresas ainda observou crescimento da demanda no período outubro-dezembro, mas passou a considerar o nível desta normal, ao invés de forte como até outubro. Outra limitação — que não chegou a afetar os resultados da Sondagem, mas vem sendo amplamente divulgada — é a insuficiente disponibilidade de peças e componentes.

Assim, parcelas significativas dos grupos **veículos de carga e automóveis** diminuíram o volume de produção no 4.º trimestre. Estas reduções foram realizadas, em parte, através de férias coletivas e, portanto, enquanto em operação, as fábricas do gênero continuaram trabalhando quase a plena capacidade e até ampliaram suas instalações.

Os preços de venda de **material de transporte** apresentaram novos reajustes durante o 4.º trimestre e estes foram, em geral, superiores aos observados no período precedente.

Contudo, em vista da redução do ritmo de aumento, ou mesmo da diminuição, do volume da produção, os estoques — principalmente no grupo **veículos de carga** — baixaram a níveis considerados insuficientes em janeiro.

As perspectivas do gênero para o 1.º trimestre de 1974 estavam divididas. Algumas empresas esperavam expandir suas atividadse, mas eram bem generalizadas as previsões de estabilidade do volume da produção, tanto na própria indústria, quanto da Indústria de Transformação em geral. Esta expectativa pode resultar, em parte, da incerteza quanto à evolução da demanda por veículos, face à situação mundial do mercado de combustíveis. Entretanto, deve ser também influenciada pela quase inexistência de capacidade ociosa no gênero, pela falta de componentes e pelo menor número de dias de trabalho no primeiro trimestre do ano. A longo prazo, o clima ainda parece ser de otimismo, pois todas as empresas informantes realizaram investimentos em sua capacidade de produção durante 1973 — embora estes não atingissem, em alguns casos, os níveis planejados no início do ano — e generalizadas ampliações dos efetivos de mão-de-obra foram indicadas em todos os trimestres.

MOBILIÁRIO

Tabela XIII — Mobiliário — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre																Avaliação à época do inquérito									
	Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	76	22	2	15	30	18	25*	69	31	0	66	32	2	65	34	1	Janeiro 1973	9	75	16	3	53	16	25*	83
1.º trim. 1973	26	23	51	33	32	11	23*	28	30	42	41	54	5	22	76	2	Abril 1973	27	65	8	0	56	19	23*	83
2.º trim. 1973	58	38	4	23	38	7	27*	61	36	3	37	62	1	61	38	1	Julho 1973	32	67	1	0	55	13	27*	83
3.º trim. 1973	82	16	2	9	39	18	23*	77	20	3	41	59	0	52	48	0	Outubro 1973	61	39	0	0	43	22	23*	83
4.º trim. 1973	87	13	0	24	31	24	16*	70	25	5	38	58	4	45	50	5	Janeiro 1974	18	64	18	0	46	20	16*	87
Prev. 1.º trim./74	20	52	28					26	56	18				25	47	28									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria do **mobiliário** informou crescimento da produção e da procura global por seus produtos durante o ano de 1973, exceto no 1.º trimestre quando — como é habitual nesta época — boa parte dos informantes reduziu o ritmo de suas atividades, acompanhando a retração da demanda. Os estoques foram mantidos em níveis considerados normais pela maior parte das empresas, mas alguns fabricantes de móveis de madeira e estofados os julgavam insuficientes. Foram indicadas, também, ampliações nos efetivos de mão-de-obra e na capacidade instalada, sendo os investimentos realizados, em vários casos, superiores aos programados para o ano. O problema de escassez de matérias-primas, mencionado a partir de julho, foi se acentuando com o correr do ano. Assim, os aumentos de preços se tornaram mais generalizados, sobretudo no último trimestre.

Em janeiro, a procura era considerada predominantemente normal e a maioria das empresas informava estar operando em níveis elevados, mas ainda com alguma capacidade ociosa. Entretanto, provavelmente em decorrência da escassez de matérias-primas, os planos para o 1.º trimestre apresentavam tendências divididas para a produção e para a variação dos efetivos de mão-de-obra. A expectativa era, também, de novos aumentos dos preços de venda.

CELULOSE, PAPEL E PAPELÃO

Tabela XIV — Celulose, papel e papelão — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	=	+	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	46	40	14	5	24	9	57*	43	41	16	10	87	3	24	70	6	Janeiro 1973	20	75	5	1	33	2	57*	94
1.º trim. 1973	48	45	7	7	23	16	48*	44	48	8	12	87	1	26	70	4	Abril 1973	26	71	3	1	36	8	48*	95
2.º trim. 1973	81	14	5	8	19	18	50*	58	29	13	13	87	0	26	70	4	Julho 1973	56	44	0	0	38	4	50*	94
3.º trim. 1973	88	12	0	3	11	31	45*	52	41	7	10	87	3	27	70	3	Outubro 1973	80	20	0	4	22	26	45*	95
4. trim. 1973	81	14	5	4	8	27	50*	38	28	34	27	73	0	19	76	5	Janeiro 1974	62	36	2	0	13	28	50*	91
Prev. 1.º trim./74	61	35	4					38	56	6				19	76	5									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria de **celulose, papel e papelão**, embora já estivesse operando praticamente a plena capacidade, informou aumentos de produção generalizados no decorrer dos três primeiros trimestres de 1973, com uma procura global também crescente. O aumento da oferta dos produtos deste gênero, todavia, não deve ter sido muito grande, pois poucos informantes indicaram ampliações da capacidade de produção instalada.

No 4.º trimestre, face principalmente à escassez de matérias-primas, foi observada divisão de tendências quanto à evolução da produção, apesar da procura global continuar crescendo.

Durante o ano, houve um acréscimo relativo substancial das vendas do setor no mercado externo, comparativamente a 1972. Os preços se apresentaram em ascensão durante todo o período.

No início de janeiro do corrente ano, o nível da demanda era considerado forte, as empresas ainda operavam a elevados níveis de utilização de sua capacidade, mas acentuavam-se as dificuldades na obtenção de matérias-primas.

Assim, apesar dos esotques terem baixado a níveis julgados insuficientes e da previsão de novos acréscimos da procura global, empresas responsáveis pela maior parte das vendas dos informantes do gênero planejavam apenas manter os níveis de produção. Isto permite deduzir expectativas de que as limitações ao crescimento da produção seriam apenas parcialmente atenuadas.

BORRACHA

Tabela XV — Borracha — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	94	4	2	33	3	59	5	66	32	2	65	35	0	58	34	8	Janeiro 1973	8	92	0	0	64	31	5	95
1.º trim. 1973	95	3	2	1	35	59	4*	97	2	1	66	34	0	87	12	1	Abril 1973	63	36	1	0	37	28	4*	95
2.º trim. 1973	69	6	25	28	30	38	4*	97	2	1	91	9	0	91	9	0	Julho 1973	67	33	0	0	38	58	4	95
3.º trim. 1973	97	3	0	3	5	89	3	98	2	0	65	34	1	89	11	0	Outubro 1973	66	33	1	0	31	37	3*	96
4.º trim. 1973	97	2	1	2	32	63	3	97	2	1	34	65	1	66	34	0	Janeiro 1974	70	29	1	0	32	63	3*	96
Prev. 1.º trim./74	69	5	26					42	57	1				68	27	5									

Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Durante todo o ano de 1973, os informantes da **Indústria da Borracha** observaram expansão da procura e aumentaram a produção, através de sucessivas ampliações da capacidade instalada e dos efetivos de mão-de-obra. A expansão da produção, entretanto, parece ter sido menor do que o crescimento da demanda, uma vez que os estoques de produtos de borracha foram reduzidos a níveis considerados insuficientes. Os preços de venda, mantidos estáveis durante quase todo o ano, foram majorados no último trimestre.

Em janeiro de 1974, a procura era julgada forte e empresas responsáveis por dois terços das vendas dos informantes ainda estavam expandindo o volume de sua produção. Entretanto, provavelmente devido a escassez de matérias-primas derivadas do petróleo, as previsões para o 1.º trimestre eram de evolução mais moderada e de novos aumentos dos preços de venda.

COUROS E PELES

Tabela XVI — Couros e peles — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	21	53	21	3	63	11	17*	24	56	20	16	76	8	17	77	6	Janeiro 1973	14	70	16	1	69	12	17*	81
1.º trim. 1973	15	23	62	57	22	6	14*	24	59	17	17	83	0	10	88	2	Abril 1973	12	55	33	10	70	4	14*	84
2.º trim. 1973	24	24	52	66	15	3	13*	30	66	4	15	80	5	22	78	0	Julho 1973	6	36	58	49	26	7	13*	85
3.º trim. 1973	20	61	18**	56	25	5	11*	21	22	57	16	83	1	37	63	0	Outubro 1973	15	29	55**	42	39	6	11*	85
4.º trim. 1973	12	60	28	29	53	6	8*	6	79	15	21	73	6	22	78	0	Janeiro 1974	7	22	70**	64	22	2	8*	80
Prev. 1.º trim./74	33	28	39					32	55	13				1	93	6									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

A maioria das empresas informantes da indústria de **couros e peles** registrou retração da demanda durante o 1.º semestre de 1973 e manutenção destes níveis na segunda metade do ano. Entretanto, só durante o 3.º trimestre foram generalizadas as indicações de reduções do volume da produção, que — mesmo então — não devem ter sido muito grandes, pois não chegaram a modificar, significativamente, o grau médio de utilização dos equipamentos. No decorrer de 1973, houve alguma absorção adicional de mão-de-obra e firmas responsáveis por 94% das vendas dos informantes deste gênero indicaram ter atingido, ou superado, os níveis de investimentos programados para 1973.

Em janeiro do corrente ano, os empresários consideravam o nível dos estoques excessivo e o da procura fraco, sendo este último apontado como principal fator limitativo à expansão da produção.

Nesta época, as empresas estavam operando com maior margem de capacidade ociosa, mas as previsões para o 1.º trimestre de 1974 eram de aumento das atividades em algumas indústrias do gênero.

QUÍMICA

Tabela XVII — Química — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	61	24	15	27	33	33	4*	50	38	12	42	57	1	19	65	16	Janeiro 1973	27	70	3	2	70	21	4*	91
1.º trim. 1973	52	12	36	38	34	22	3*	49	14	37	35	64	1	29	61	10	Abril 1973	27	70	3	4	66	20	3*	92
2.º trim. 1973	86	10	4	30	29	35	3*	65	21	14	34	65	1	31	54	15	Julho 1973	48	49	1**	5	77	11	3*	93
3.º trim. 1973	81	14	5	18	31	43	1*	63	27	10	26	73	1	31	60	9	Outubro 1973	43	56	1	2	57	34	4*	95
4.º trim. 1973	72	14	14	40	23	31	4*	66	21	13	20	77	3	36	62	2	Janeiro 1974	31	65	4	0	63	29	4*	91
Prev. 1.º trim./74	43	33	24					31	42	27				22	70	8									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

A evolução da indústria química, em seu conjunto, apresentou saldo líquido bastante favorável em 1973. A expansão da procura permitiu que o gênero operasse em níveis elevados, ampliando seus efetivos de mão-de-obra e instalações. Mesmo assim, nem sempre chegou a atender integralmente os novos níveis da demanda e os preços de venda apresentaram generalizados reajustamentos a cada trimestre.

O grupo **combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo** expandiu a produção durante a maior parte do ano, em razão de uma demanda crescente por seus produtos. No 4.º trimestre, os estoques se elevaram consideravelmente em relação aos períodos anteriores, como decorrência da conjuntura internacional que fazia prever cortes na importação de petróleo. Assim, no início de janeiro, os níveis dos estoques eram considerados normais para a época e parcela ponderável dos informantes estava operando a plena capacidade. As expectativas, para o início de 1974, eram de prosseguimento do crescimento da demanda e de nova, e mais acentuada, elevação dos preços de venda. Os planos de produção, entretanto, apresentavam tendências divididas.

O grupo **óleos, gorduras e ceras de origem vegetal e animal** observou crescimento da demanda, interna e externa, por seus produtos durante o ano de 1973. O volume da produção, entretanto, não chegou a acompanhar integralmente esta expansão do mercado, uma vez que se achava limitado, principalmente, pela escassez de matérias-primas. Esta situação persistiu no último trimestre do ano, quando foi registrada generalizada redução do volume da produção. Assim, em janeiro de 1974, parte do grupo considerava insuficientes os estoques de seus

produtos. É interessante notar que, apesar disto, algumas empresas informaram redução dos preços de venda nos últimos meses do ano e esperavam nova queda para o início de 1974. As expectativas para o período janeiro-março eram de estabilização da procura e manutenção dos níveis de produção.

Os fabricantes de **resinas, fibras, fios artificiais e sintéticos e borracha** expandiram sua produção durante 1973. Estes aumentos, porém, parecem ter sido inferiores ao crescimento da procura global, pois foram registradas reduções dos estoques ao longo do período. No início de janeiro do corrente ano, o nível da procura era considerado forte e os estoques julgados insuficientes por ponderável parcela de informantes. A utilização média dos equipamentos situava-se em níveis elevados, mesmo após generalizadas ampliações da capacidade instalada do grupo. Contudo, havia se acentuado como fator condicionante da expansão da produção a insuficiente disponibilidade das matérias-primas.

As expectativas para o 1.º trimestre de 1974 eram de evolução mais moderada, tanto da procura quanto da produção.

O grupo **adubos, fertilizantes e corretivos do solo** aumentou sua produção no 4.º trimestre de 1973, como decorrência do crescimento da procura no período.

À época do inquérito, o nível de estoques era considerado insuficiente e um maior percentual de informantes apontava, como limitação à expansão da produção, a carência de matérias-primas. Parte do grupo considerava a procura fraca, mas esta avaliação poderia refletir, principalmente, a retração sazonal da procura, prevista para o 1.º trimestre de 1974. Os planos de produção para o período eram, também, de redução e, em janeiro, o grupo já estava operando ,em média, com certa capacidade ociosa.

O grupo **tintas e vernizes** realizou ampliações de suas instalações industriais e manteve o grau médio de utilização dos equipamentos em bons níveis em 1973. Registrou, também, aumento dos efetivos de mão-de-obra. Entretanto, esta expansão não parece ter sido suficiente para atender ao crescimento da procura, considerada forte por boa parte dos informantes. A principal limitação a um maior aumento do volume da produção foi, durante a maior parte do ano, a escassez de matérias-primas. Assim, os preços de venda apresentaram sucessivos, e generalizados, reajustes e os estoques cairam a níveis considerados insuficientes em janeiro de 1974.

Para o 1.º trimestre, os informantes esperavam evolução mais moderada da produção.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS

Tabela XVIII — Produtos farmacêuticos e veterinários — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	54	33	13	20	52	18	2*	55	36	9	31	69	0	32	64	4	Janeiro 1973	1	89	10	1	81	4	2*	83
1.º trim. 1973	53	26	21	27	37	29	3*	57	25	18	14	86	0	32	63	5	Abril 1973	16	81	3	0	79	8	3*	88
2.º trim. 1973	74	24	2	32	50	16	0*	78	20	2	22	77	1	36	63	1	Julho 1973	12	86	2	5	69	15	0*	88
3.º trim. 1973	63	16	21	38	40	15	1*	60	26	14	25	71	4	24	70	6	Outubro 1973	19	75	6	4	67	19	1*	85
4.º trim. 1973	61	31	8	35	40	23	1*	53	33	14	28	72	0	26	59	15	Janeiro 1974	7	70	23	0	74	9	1*	84
Prev. 1.º trim./74	36	38	26					40	42	18				34	55	11									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria de **produtos farmacêuticos e veterinários** apresentou um bom desempenho em 1973. O crescimento da procura estimulou aumentos generalizados na produção e algumas ampliações nos efetivos de mão-de-obra. A utilização média dos equipamentos permaneceu em níveis satisfatórios. A maior parte dos informantes investiu, em 1973, o montante programado no início do ano, não tendo sido muito generalizadas as ampliações da capacidade de produção registradas em cada trimestre.

Em janeiro ,a situação da indústria era satisfatória, com os estoques em níveis adequados, apesar de algumas empresas julgarem fraca a procura por seus produtos.

Para o 1.º trimestre, era prevista expansão mais moderada nas atividades do gênero, uma vez que algumas empresas indicavam estar limitadas pela escassez de matérias-primas e outras pelo nível da procura. A expectativa era de que a maior parte das empresas conseguiria autorização para aumentar os preços de seus produtos no período, após reajustamentos menos freqüentes do que os informados na maioria dos gêneros industriais durante o ano passado.

PERFUMARIA, SABÕES E VELAS

Tabela XIX — Perfumaria, sabões, detergentes, glicerinas e velas — **percentagens ponderadas das respostas**

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	72	11	16**	16	54	10	4*	70	12	18	72	28	0	29	64	7	Janeiro 1973	55	34	9**	5	72	14	4*	89
1.º trim. 1973	69	26	4**	43	22	13	17*	59	30	11	17	74	9	42	54	4	Abril 1973	18	79	2**	8	59	14	17*	89
2.º trim. 1973	35	56	8**	19	52	12	15*	35	56	9	26	73	1	52	37	11	Julho 1973	16	69	14**	0	27	57	15*	93
3.º trim. 1973	70	17	13	13	15	55	15*	36	58	6	37	60	3	38	62	0	Outubro 1973	41	58	1	0	24	59	15*	93
4.º trim. 1973	71	21	8	55	10	13	10*	67	20	13	84	15	1	22	73	5	Janeiro 1974	57	40	3	0	21	54	10*	90
Prev. 1.º trim. 74	33	60	7					72	19	9				67	27	6									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

Sem problemas de procura, a indústria de **perfumaria, sabões, detergentes e velas** apresentou evolução favorável durante o ano de 1973. As empresas informantes operaram em níveis elevados durante todo o período, embora a escassez de matérias-primas limitasse a expansão da produção, principalmente durante o 2.º e o 3.º trimestres. Desta forma, os estoques baixaram a níveis julgados insuficientes e foram registradas generalizadas elevações nos preços de venda.

Os investimentos programados para 1973 não chegaram a ser integralmente realizados em boa parte do gênero e somente no último trimestre do ano foram significativas as indicações de ampliações da capacidade instalada.

Em janeiro do corrente ano, persistia o problema de insuficiência de insumos, o que talvez explique certo pessimismo de boa parte dos informantes desta indústria a respeito das previsões para o volume da produção industrial do país no 1.º trimestre. Os planos para suas próprias empresas, contudo, eram de generalizada expansão das atividades, incluindo ampliações dos efetivos de mão-de-obra e indicando, portanto, expectativa de abrandamento do problema das matérias-primas.

PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS

Tabela XX — Produtos de matérias plásticas — **percentagens ponderadas das respostas**

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	62	37	1	5	49	12	24*	65	28	7	37	62	1	53	45	2	Janeiro 1973	14	80	6	1	57	1	24*	82
1.º trim. 1973	57	31	12	10	44	31	15	53	41	6	10	90	0	31	67	2	Abril 1973	33	65	2	0	66	18	15*	83
2.º trim. 1973	81	15	4	5	35	34	20*	75	21	4	51	44	5	32	68	0	Julho 1973	28	70	2	1	58	15	20*	85
3.º trim. 1973	79	20	1	8	52	16	22*	73	22	5	44	56	0	21	79	0	Outubro 1973	63	37	0	1	60	12	22*	86
4.º trim. 1973	95	4	1	12	8	49	26*	55	27	18	60	40	0	18	78	4	Janeiro 1974	55	39	6	0	45	28	26*	80
Prev. 1.º trim. 74	44	21	35					25	33	42				7	71	22									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Durante os três primeiros trimestres de 1973, a indústria de **produtos de matérias plásticas** indicou predominância das tendências de crescimento da produção, em resposta a um mercado que se mostrou em permanente expansão. Foram verificadas, também, algumas ampliações nos contingentes de mão-de-obra e na capacidade instalada, enquanto os estoques apresentavam certa redução.

Mantida a expansão da procura no último trimestre do ano, empresas responsáveis pela maior parte das vendas dos informantes da indústria de **produtos de matérias plásticas** revelaram, ainda, aumentos de produção. Os produtores de **material para construção**, entretanto, que desde a Sondagem anterior vinham apontando a escassez de matérias-primas como fator limitativo da expansão, indicaram redução da produção entre outubro e dezembro. Além disto, os acréscimos verificados na capacidade instalada do gênero não foram totalmente utilizados no período, caindo, em relação ao mês de outubro, o nível médio de utilização dos equipamentos dessa indústria.

Em janeiro do corrente ano, o nível da procura era considerado forte, mas a maioria dos informantes queixava-se da falta de matérias-primas.

Desta forma, as previsões para a produção no período janeiro-março apresentavam tendências divididas, mas, em relação aos preços de venda, os prognósticos eram de novos aumentos, em boa parte superiores aos observados no 4.º trimestre.

Tabela XXI — Indústria têxtil — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	54	34	12	13	19	40	24*	35	54	11	22	73	5	23	60	17	Janeiro 1973	27	54	19	15	43	9	24*	90
1.º trim. 1973	41	38	21	13	35	23	21*	29	59	12	24	75	1	23	70	7	Abril 1973	42	46	12	9	52	14	21*	93
2.º trim. 1973	68	23	9	8	34	30	22*	44	49	7	30	70	0	36	59	5	Julho 1973	57	37	6	2	55	16	22*	94
3.º trim. 1973	76	18	6	7	22	46	21*	53	43	4	39	60	1	38	57	5	Outubro 1973	70	27	3	4	44	27	21*	94
4.º trim. 1973	60	29	11	8	29	33	20*	43	48	9	26	71	3	25	69	6	Janeiro 1974	35	55	9**	3	55	19	20*	93
Prev. 1.º trim. 74	33	40	27					30	61	6				20	74	6									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

O gênero **têxtil** apresentou um saldo favorável de desempenho ao longo do ano passado, sendo que a tendência de expansão se generalizou a partir do 2.º trimestre. Grande parte dos informantes observou crescimento na demanda interna e externa, que induziu redução dos estoques . Algumas empresas indicaram ampliação da capacidade instalada, mas o gênero, mesmo assim, prosseguiu operando com pouca capacidade ociosa.

No 4.º trimestre houve absorção adicional de mão-de-obra e a produção continuou em expansão, que talvez tenha sido inferior ao crescimento da procura, devido a certa insuficiência de matérias-primas. Assim, os preços continuaram a apresentar crescimento, em vários casos superior ao observado no trimestre precedente.

No início de janeiro, o nível da procura era julgado normal e o grau médio de utilização dos equipamentos mantinha-se elevado. Acentuava-se, entretanto, como fator limitativo à expansão da produção, a escassez de matérias-primas, principalmente nas indústrias que utilizam insumos derivados de petróleo ou nafta.

As previsões para o 1.º trimestre estavam divididas em relação ao nível da procura, induzindo planos de moderada expansão do volume da produção e dos efetivos de mão-de-obra.

VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS

Tabela XXII — Vestuário, calçados e artefatos de tecidos — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	70	14	16	15	23	33	20*	56	37	7	57	39	4	69	29	2	Janeiro 1973	9	70	21	7	60	10	20*	88
1.º trim. 1973	32	29	39	8	25	36	28*	28	33	39	23	73	4	52	40	8	Abril 1973	16	66	18	2	61	5	28*	90
2.º trim. 1973	66	25	9	11	30	30	26*	64	27	9	49	49	2	55	33	9	Julho 1973	41	49	10	9	38	25	26*	91
3.º trim. 1973	82	14	4	7	45	22	24*	73	22	5	57	40	3	53	43	1	Outubro 1973	63	33	4	2	56	16	24*	93
4.º trim. 1973	80	14	6	14	35	26	22*	59	37	4	23	60	17	61	38	1	Janeiro 1974	26	56	18	0	53	23	22*	89
Prev. 1.º trim. 74	39	26	35					29	38	33				50	30	20									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria de **vestuário, calçados e artefatos de tecidos** apresentou durante o ano de 1973 desempenho muito favorável. Os investimentos planejados para o ano foram realizados integralmente na maior parte das empresas.

O grupo **calçados,** com a procura interna e externa em expansão, continuou aumentando sua produção. Seus efetivos de mão-de-obra foram, também, aumentados e o nível de utilização dos seus equipamentos permaneceu elevado, mesmo após algumas ampliações na capacidade instalada. Em janeiro, a situação do grupo era considerada boa e os estoques normais, mas previa-se, para o 1.º trimestre, certa diminuição da produção, acompanhando uma redução dos pedidos em carteira. Em relação aos preços, quase todos os informantes do grupo previam aumentos, mas, em alguns casos, menos intensos do que os observados no 4.º trimestre.

O grupo **confecções**, após retração da demanda e redução da produção no 1.º trimestre, apresentou generalizada expansão das atividades no resto do ano.

Nos últimos meses, porém, esta expansão estava limitada por escassez de matérias-primas e os estoques baixaram, em boa parte da indústria, a níveis julgados insuficientes. Durante o ano foram aumentados os efetivos de mão-de-obra e as empresas operaram, em média, a um bom nível de utilização de sua capacidade, mesmo tendo sido registradas ampliações das instalações.

As expectativas para o 1.º trimestre apresentavam tendências divididas, acompanhando a evolução mais fraca da demanda nesta época do ano. Para os preços de venda, porém, eram previstos acréscimos mais intensos do que os observados no 4.º trimestre.

PRODUTOS ALIMENTARES

Tabela XXIII — Produtos alimentares — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global +	=	−	Estoques +	=	−	SE	Produção +	=	−	Capacidade instalada +	=	−	Mão-de-obra +	=	−	Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global FO	NO	FR	Nível dos estoques EX	NO	IN	SE	Utilização média da capacidade instalada %
4.º trim. 1972	60	28	11**	19	39	22	11*	56	27	17	26	72	2	30	56	14	Janeiro 1973	14	79	6**	1	61	22	11*	82
1.º trim. 1973	46	36	17**	21	35	24	17*	41	34	25	15	81	4	12	76	12	Abril 1973	32	64	3**	1	60	15	17*	82
2.º trim. 1973	58	31	11	23	27	30	14*	50	25	25	24	71	5	30	58	12	Julho 1973	50	47	3	1	50	31	14*	81
3.º trim. 1973	76	21	3	12	24	44	10*	41	26	33	27	63	10	29	59	12	Outubro 1973	56	42	2	0	43	40	10*	76
4.º trim. 1973	70	21	9	19	29	30	9*	55	21	24	21	75	4	33	57	10	Janeiro 1974	31	62	6**	2	41	33	9*	82
Prev. 1.º trim. 74	38	44	17**					35	44	21				35	59	6									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

A indústria de **produtos alimentares** informou expansão da procura interna e externa de seus produtos ao longo de cada trimestre de 1973; tal evolução representou a tônica no conjunto dos grupos que constituem este gênero de indústria. Entretanto, limitados principalmente pela disponibilidade das matérias-primas, os diversos grupos apresentaram tendências de produção divididas, operando, em média, com ponderável margem de capacidade ociosa. Foram os grupos **moagem de trigo, fabricação de farinha e outros derivados** e **conservas alimentícias** os que operaram a níveis mais baixos de utilização de suas instalações. Ainda assim, o gênero consignou alguma expansão de sua capacidade instalada e do volume de absorção de mão-de-obra, ao longo de todo o ano, tendo boa parte dos investimentos realizados em 1973 superado os programas existentes para o período.

A não simultaneidade das safras e a forte pressão da demanda permitiram que a indústria de **produtos alimentares**, como um todo, registrasse variações líquidas positivas da produção em cada um dos trimestres. De qualquer forma, foi este o gênero que apresentou a menor taxa de expansão das atividades em 1973.

Esta dificuldade em acompanhar integralmente a expansão da demanda fez com que, durante todo o período em análise, esta indústria experimentasse declínio dos estoques de seus produtos, que atingiram níveis considerados insuficientes em quase todos os grupos, e registrasse elevações dos preços de venda. A introdução, no questionário da Sondagem, da pergunta relativa à intensidade dos aumentos demonstrou que, pelo menos nos dois últimos trimestres, estes apresentaram taxas crescentes.

Em janeiro de 1974, persistiam problemas de escassez de matérias-primas, bastante generalizados nos grupos **conservas alimentícias, óleos vegetais, abate e derivados de carne** (apesar de ter terminado o período de entressafra) e **moagem de trigo** e **fabricação de derivados.** Além disto, é conhecido o problema de insuficiência de embalagens, que vem prejudicando sobretudo a indústria de **óleos**. Em conseqüência, apenas empresas responsáveis por 14% das vendas dos informantes indicavam estar aumentando sua produção no momento da pesquisa e, embora a procura permanecesse boa e o volume dos estoques estivesse abaixo de seus níveis normais, os planos de produção para o 1.º trimestre estavam divididos, indicando evolução bastante moderada.

BEBIDAS

Tabela XXIV — Bebidas — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global +	=	−	Estoques +	=	−	SE	Produção +	=	−	Capacidade instalada +	=	−	Mão-de-obra +	=	−	Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global FO	NO	FR	Nível dos estoques EX	NO	IN	SE	Utilização média da capacidade instalada %
4.º trim. 1972	97	3	0	15	3	40	40*	97	3	0	47	53	0	44	56	0	Janeiro 1973	81	14	5	0	42	16	40*	94
1.º trim. 1973	20	69	11	43	6	5	46	20	70	10	1	94	5	15	83	2	Abril 1973	—	—	—	7	46	1	46	89
2.º trim. 1973	7	51	42	6	24	26	44	6	51	43	6	92	2	3	89	8	Julho 1973	12	80	8	0	39	16	44*	86
3.º trim. 1973	21	37	42	11	20	28	39*	30	28	42	27	73	0	7	93	0	Outubro 1973	15	73	12	0	36	20	39*	90
4.º trim. 1973	100	0	0	8	5	43	41*	96	1	3	22	77	1	61	38	1	Janeiro 1974	63	35	2	0	14	44	41*	94
Prev. 1.º trim. 74	30	65	5					20	78	2				12	85	3									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Acompanhando a oscilação sazonal da demanda, a produção dos grupos da indústria de **bebidas** flutuou ao longo do ano passado, apresentando evolução que pode ser considerada boa.

Com a confirmação das habituais expectativas favoráveis da demanda para o 4.º trimestre, a quase totalidade das empresas deste gênero registrou aumentos de produção no período. Foram, também, verificados incre-

mentos nos efetivos de mão-de-obra e as empresas utilizaram praticamente toda sua capacidade instalada, mesmo considerando algumas ampliações registradas no período. Ainda assim, parcela significativa dos informantes indicou redução dos estoques no período e, à época do inquérito, os julgava insuficientes. A procura era considerada forte em janeiro, exceto no grupo **bebidas alcoólicas**, que também se queixava de insuficiência de matérias-primas e reduzira consideravelmente o grau médio de utilização de sua capacidade instalada.

Com relação ao período janeiro-março de 1974, os empresários do gênero planejavam, pelo menos, manter os níveis de produção alcançados no final do ano. Previam, ainda, que os preços de venda dos seus produtos continuariam aumentando com intensidade semelhante à observada no 4.º trimestre.

FUMO

Tabela XXV — Fumo — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época		Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	=	+	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−			FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
4.º trim. 1972	90	5	5	97	1	1	0*	96	2	2	8	91	1	59	32	9	Janeiro	1973	2	97	1	2	95	1	0*	74
1.º trim. 1973	16	3	81	17	4	79	0	17	1	82	15	84	1	13	87	0	Abril	1973	2	98	0	0	99	1	0	77
2.º trim. 1973	98	2	0	92	6	1	0*	97	2	1	77	23	0	12	88	0	Julho	1973	81	19	0	0	94	1	0*	94
3.º trim. 1973	96	3	1	91	1	1	0*	98	1	1	98	1	1	15	84	1	Outubro	1973	83	16	1	0	97	1	0*	98
4.º trim. 1973	96	3	1	2	82	1	0*	98	1	1	97	3	0	66	30	4	Janeiro	1974	0	98	2	0	22	77	0*	79
Prev. 1.º trim. 74	0	22	78					0	20	80				58	35	7										

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Acompanhando a evolução negativa, indicada para o nível da procura, a produção de fumo foi reduzida no primeiro trimestre de 1973 mas, a partir de abril, apresentou generalizados aumentos. Os preços de venda, como normalmente ocorre, foram reajustados apenas no 1.º trimestre e os estoques foram mantidos em níveis considerados normais.

Os aumentos de produção foram suficientes para que, durante a maior parte do ano, a indústria de **fumo** operasse quase a plena capacidade, mesmo após sucessivas ampliações das instalações do gênero. Aliás, os investimentos realizados em 1973, superaram, na maior parte dos casos, os planos para o período.

Em janeiro de 1974, os estoques de fumo eram julgados insuficientes, embora os informantes indicassem expectativa de retração da demanda, em conseqüência do reajustamento anual dos preços de venda. Assim, os planos eram de redução do volume de produção no 1.º trimestre e o gênero já estava operando, em média, com alguma capacidade ociosa.

NOTAS METODOLÓGICAS

A Sondagem Conjuntural junto à Indústria de Transformação é realizada quatro vezes por ano, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. As empresas informam — a cada pesquisa — sobre a evolução dos negócios no **trimestre procedente**; sobre a situação na **data do inquérito**, indicando o nível da procura interna e externa, o volume dos estoques dos produtos por elas fabricados, o grau de utilização dos equipamentos e as limitações à expansão da produção; e, finalmente, sobre suas **previsões para os três meses seguintes**. Além disto, uma ou duas vezes por ano, são acrescentadas perguntas relativas aos investimentos nas indústrias informantes.

Para efeito de **ponderação das respostas**, as perguntas do questionário dividem-se em dois grupos. O primeiro abrange aquelas consideradas ao nível da empresa, que indagam sobre a evolução dos efetivos de mão-de-obra, sobre o grau de utilização dos equipamentos, sobre as limitações à expansão de sua produção, sobre os investimentos realizados ou planejados e, ainda, sobre suas expectativas em relação ao volume **total** da produção da indústria de transformação e ao nível **geral** de preços dos produtos industriais. O segundo grupo de perguntas refere-se a **cada** um dos principais produtos, ou grupos de produtos, da empresa e indaga sobre a evolução da produção, da procura interna e externa, dos perdidos em carteira, dos estoques dos produtos fabricados pela empresa e de seus preços de venda.

Para cada questionário, as respostas do primeiro grupo, consideradas ao **nível da empresa**, são ponderadas por suas vendas totais no ano anterior, exceto no caso das perguntas referentes à evolução dos efetivos de mão-de-obra. Estas são ponderadas pela **média** do pessoal empregado na empresa no ano anterior. As respostas do segundo grupo, consideradas ao **nível de cada produto da empresa**, recebem ponderação igual ao valor das vendas **do produto**, realizadas pela empresa no ano anterior. No caso específico da **demanda**, as respostas sobre a **procura interna** são ponderadas pelas vendas no país, as relativas à demanda externa pelo valor das exportações. A média ponderada destes dois resultados dá a evolução da **demanda global.**

As respostas de cada empresa, ponderadas na forma acima descrita, são então somadas para a obtenção de diversos agregados. Chega-se, assim, progressivamente, aos resultados para os diversos grupos e, pela agregação destes, aos gêneros industriais ou setores classificados segundo a utilização principal dos produtos. A etapa seguinte é a obtenção dos resultados para a Indústria de Transformação, que se atinge pela ponderação dos resultados de cada gênero industrial por sua participação no total do valor da Transformação Industrial (média dos três anos mais recentes divulgados pela Fundação IBGE). Este processo é repetido para o Brasil e para cada uma

das regiões analisadas em separado. Convém lembrar que as ponderações usadas para cada gênero diferem nas diversas regiões, dependendo da importância de cada um na estrutura da indústria local.

Apresentamos, portanto, os resultados tabulados segundo três critérios: **distribuição regional das respostas; classificação segundo a utilização principal dos produtos; classificação por gêneros industriais.** A primeira tabulação apresenta as respostas da Indústria de Transformação para o Brasil, os Estados de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais e para as regiões Sul e Nordeste. Em função de convênios entre o Instituto Brasileiro de Economia e o Banco do Nordeste, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e o Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, estas entidades elaboram relatórios específicos sobre a evolução da indústria em suas regiões. A segunda tabulação classifica os produtos, de acordo com sua utilização principal, em bens de consumo final ou bens de produção. O setor de bens de consumo final abrange os bens duráveis e não duráveis, incluindo, por exemplo, os veículos de passeio. O setor bens de produção é subdividido em bens de capital (máquinas, veículos e acessórios) e consumo intermediários. Nos últimos, destacamos os materiais de construção dos outros bens de consumo intermediário. A terceira tabulação acompanha a classificação industrial da Fundação IBGE.

Deve-se ressaltar que, nos resultados apresentados para cada pergunta, as percentagens mencionadas referem-se ao total das vendas (ou mão-de-obra empregada) dos informantes do grupo, ou gênero, que **responderam àquela pergunta** e não ao total dos informantes abrangidos pela sondagem. Assim, quando a percentagem de abstenção é alta, as respostas a esta pergunta não são divulgadas. Entretanto, em relação aos **estoques dos produtos fabricados pela empresa**, os informantes que não respondem são incluídos na alternativa **resposta não especificada.** Nestes casos, a soma das alternativas divulgadas na tabela é inferior a 100% — justamente pela percentagem de respostas não especificadas — e os resultados são assinalados com um asterisco. Nos resultados relativos à **demanda externa**, e em conseqüência, à **demanda global**, aparece, também, a notação resposta não especificada, que divulga a percenatgem das empresas que, tendo **exportado no ano anterior,** não responderam à pergunta ou indicaram não estar mais exportando. Convém destacar que as percentagens das exportações sobre as vendas totais, divulgadas para as regiões, os setores e os gêneros industriais, referem-se apenas às empresas que participam da Sondagem. Como estas são, de um modo geral, as maiores empresas em cada gênero industrial, responsáveis por grande parte das exportações brasileiras de manufaturados, estas percentagens tendem a superestimar a importância do mercado externo para a colocação da produção nacional. Ainda em relação à demanda internacional, não se pode evitar que a participação das empresas que estão iniciando, ou ampliando rapidamente, suas vendas ao exterior seja subestimada nos resultados, pois, como a ponderação é dada pelas exportações do ano anterior, suas respostas só são incluídas no segundo ano consecutivo de atuação no mercado internacional.

É importante destacar que as respostas à Sondagem são quantitativas apenas para o grau de utilização do equipamento instalado, pedidos em carteira e valor dos investimentos. Nos demais casos, as percentagens divulgadas indicam a distribuição das tendências observadas ou previstas, isto é, a percentagem ponderada das respostas de aumento, estabilidade e redução, **não havendo medida da intensidade** dessas tendências. Para o cálculo do **grau médio de utilização dos equipamentos,** considera-se que a empresa informante esteja operando no ponto médio da faixa de utilização indicada e pondera-se esta resposta pelo valor de suas vendas totais no ano anterior. As duas perguntas mais recentemente introduzidas na Sondagem Conjuntural são tentativas de contornar o aspecto qualitativo das respostas em relação à evolução dos preços de venda das empresas informantes. Nas épocas de inflação mais prolongada, não é tão importante indagar o sentido da evolução dos preços — já conhecido — mas determinar, tanto quanto possível, o ritmo desta evolução. Com esta finalidade, apareceram as perguntas relativas à comparação dos aumentos de preços observados, ou previstos, com os registrados no trimestre precedente.

As empresas que operam em mais de um gênero industrial são classificadas, evidentemente, naquele em que sua produção tem maior valor. Quando, entretanto, o valor de 50% do total das vendas não é atingido em nenhum gênero, a empresa é classificada como de **produção diversificada.** Uma empresa também será classificada desta forma quando seu produto principal, mesmo que represente mais de 50% do valor de sua produção total, não for pesquisado peal Sondagem (ex.: madeira, brinquedos, discos fonográficos etc.), mas seus produtos secundários forem suficientemente importantes para justificar sua inclusão na pesquisa.

Para construir os gráficos, subtraímos as tendências negativas das tendências positivas, obtendo assim o **saldo das respostas.** Desta forma, qualquer ponto acima do eixo horizontal representa predominância de tendências positivas. Quanto maior esta predominância, tanto mais o ponto se afasta do eixo. Os pontos abaixo do eixo, simetricamente, indicam predominância de tendências negativas. Assim, quando a curva apresenta inclinação negativa, mas se situa acima do eixo, a tendência representada é de redução do ritmo de crescimento e não de declínio da variável.

Notação utilizada nas tabelas

+	Aumento ou maior
=	Estabilidade ou igual
–	Queda ou menor
NE	Resposta não especificada
0	Valor inferior a 0,5%
–	Sem informação ou informações insuficientes
FO	Forte
NO	Normal
FR	Fraco
IN	Insuficiente
EX	Excessivo
SE	Trabalha normalmente sem estoques

EXAME DA EVOLUÇÃO TEMPORAL DO SISTEMA DE INDICADORES DA SONDAGEM CONJUNTURAL

Tendo-se por base informações concernentes à atividade produtora de empresas individuais e da própria indústria brasileira de transformação, e emergentes das sondagens conjunturais procedidas durante o ano de 1973, buscou-se identificar as associações subjacentes à distribuição conjunta de indicadores de expecattiva e de realização, contribuindo-se assim à configuração dos estados sucessivos da conjuntura dos negócios no âmbito da indústria brasileira de transformação.

Os seguintes indicadores conjunturais foram selecionados:

— ao nível da indústria de transformação

- produção ..... (previsão)
- preços dos produtos industriais ..... (previsão)

— ao nível das empresas industriais

- demanda global (interna e externa) .... (previsão)
- demanda global (interna e externa) .. (observação)
- demanda do mercado interno ..... (previsão)
- demanda do mercado interno ..... (observação)
- estoques de seus produtos ..... (observação)
- capacidade instalada ..... (observação)
- volume de emprego de mão-de-obra .... (previsão)
- volume de emprego de mão-de-obra .. (observação)
- produção ..... (previsão)
- produção ..... (observação)
- preços dos produtos industriais ..... (previsão)
- preços dos produtos industriais ..... (observação)

Os indicadores selecionados refletem o corportamento dos níveis das variáveis a que se referem (em alta, estável, em baixa), em cada trimestre, relativamente ao trimestre anterior.

Com base no método do fator-principal, realizou-se análise fatorial da distribuição conjunta dos indicadores selecionados, em cada trimestre de 1973, visando-se detectar interações de indicadores que traduzem características do estado dos negócios e o sentido dessas associações ou condicionamentos (positivo ou negativo).

A evolução dos estoques apresentou sempre cargas consideradas não significativas, tendo sido o indicador correspondente omitido nas tabelas apresentadas.

No primeiro e segundo trimestres do ano os indicadores de demanda global (previsão), demanda do mercado interno (previsão), produção da empresa industrial (previsão) e produção da indústria de transformação (previsão), revelaram comportamento positivamente associado.

Os indicadores de demanda global (observação), demanda do mercado interno (observação) e **produção da empresa industrial (observação)**, também revelaram associação positiva no primeiro trimestre.

Registre-se, ainda no primeiro trimestre, que as variações da capacidade instalada (observação) e do volume de emprego de mão-de-obra (previsão e observação) manifestaram associação positiva (reflexo do elevado nível de utilização da capacidade instalada do setor); estas associações foram preservadas durante o segundo trimestre, tendo-se-lhes associado também as **variações da produção das empresas industriais.**

No terceiro e quarto trimestres do ano os indicadores de demanda do mercado interno (previsão) e demanda global (previsão) (como as cargas do fator I traduzem), e demanda do mercado interno (observação) e demanda global (observação) (como revelam as cargas do fator II), comportaram-se positivamente associados.

Denote-se que, no terceiro e quarto períodos do ano, o indicador **variação da produção da empresa (observação)** passou a associar-se às variações conjuntas da produção da indústria de transformação (previsão), produção da empresa industrial (previsão), volume de emprego de mão-de-obra (previsão e observação) e capacidade instalada (observação).

Durante todos os trimestres do ano, os preços dos produtos da empresa industrial (previsão e observação) e os preços dos produtos da indústria de transformação (previsão) revelaram variações com associação positiva.

Tabela XXVI — Matriz de fator rotada — período: janeiro/março — 1973

Indicadores Econômicos	Matriz de Fator Rotada				Comunalidades
	F_I	F_{II}	F_{III}	F_{IV}	
1. Produção da Indústria de Transformação (previsão)	0,43	0,06	0,03	—0,30	0,278
2. Produção da Empresa (previsão)	0,58	0,10	—0,00	—0,49	0,588
3. Demanda do Mercado Interno (previsão)	0,97	0,12	0,07	—0,13	0,975
4. Demanda Global (previsão)	0,97	0,11	0,08	—0,13	0,972
5. Produção da Empresa (observação)	0,22	0,45	—0,03	—0,46	0,472
6. Demanda do Mercado Interno (observação)	0,26	0,91	0,07	—0,30	0,989
7. Demanda Global (observação)	0,27	0,91	0,07	—0,30	0,996
8. Preços dos Produtos da Indústria de Transformação (previsão)	0,02	0,05	0,48	—0,14	0,255
9. Preços dos Produtos da Empresa Industrial (previsão)	0,06	—0,02	0,76	0,01	0,584
10. Preços dos Produtos da Empresa Industrial (observação)	0,02	0,11	0,43	—0,02	0,198
11. Volume de Emprego de mão-de-obra (previsão)	0,32	—0,01	0,01	—0,64	0,521
12. Volume de Emprego de mão-de-obra (observação)	0,09	0,04	0,09	—0,55	0,324
13. Capacidade Instalada (observação)	0,04	0,13	0,08	—0,30	0,118

Tabela XXVII — Matriz de fator rotada — período: abril-junho — 1973

Indicadores Econômicos	Matriz de Fator Rotada				Comunalidades
	F_I	F_{II}	F_{III}	F_{IV}	
1. Produção da Indústria de Transformação (previsão)	0,25	—0,05	—0,28	0,13	0,164
2. Produção da Empresa (previsão)	0,47	—0,13	—0,54	—0,02	0,530
3. Demanda do Mercado Interno (previsão)	0,96	—0,17	—0,14	0,02	0,969
4. Demanda Global (previsão)	0,96	—0,18	—0,15	0,02	0,976
5. Produção da Empresa (observação)	0,15	—0,38	—0,55	—0,03	0,472
6. Demanda do Mercado Interno (observação)	0,22	—0,93	—0,24	0,11	0,972
7. Demanda Global (observação)	0,22	—0,93	—0,24	0,11	0,982
8. Preços dos Produtos da Indústria de Transformação (previsão)	0,01	0,01	—0,06	0,43	0,191
9. Preços dos Produtos da Empresa Industrial (previsão)	0,08	—0,01	—0,04	0,69	0,480
10. Preços dos Produtos da Empresa Industrial (observação)	—0,02	—0,16	0,00	0,49	0,266
11. Volume de Emprego de mão-de-obra (previsão)	0,16	0,04	—0,54	0,07	0,325
12. Volume de Emprego de mão-de-obra (observação)	0,02	—0,09	—0,59	0,01	0,351
13. Capacidade Instalada (observação)	0,04	—0,14	—0,52	0,04	0,295

Tabela XXVIII — Matriz de fator rotada — período: julho/setembro de 1973

Indicadores Econômicos	Matriz de Fator Rotada				Comunalidades
	F_I	F_{II}	F_{III}	F_{IV}	
1. Produção da Indústria de Transformação (previsão)	0,21	0,02	—0,38	0,12	0,217
2. Produção da empresa (previsão)	0,38	0,05	—0,56	—0,01	0,466
3. Demanda do mercado interno (previsão)	0,95	0,16	—0,19	0,09	0,974
4. Demanda global (previsão)	0,94	0,17	—0,20	0,10	0,969
5. Produção da empresa (observação)	0,05	0,37	—0,56	—0,06	0,459
6. Demanda do mercado interno (observação)	0,15	0,95	—0,15	0,10	0,960
7. Demanda Global (observação)	0,16	0,95	—0,17	0,11	0,969
8. Preços dos produtos da Indústria de Transformação (previsão)	0,06	—0,07	—0,13	0,59	0,377
9. Preços dos produtos da empresa industrial (previsão)	0,06	0,05	—0,06	0,68	0,475
10. Preços dos produtos da empresa industrial (observação)	—0,01	—0,09	0,00	0,46	0,224
11. Volume de emprego de mão-de-obra (previsão)	0,13	—0,02	—0,63	0,09	0,426
12. Volume de emprego de mão-de-obra (observação)	0,01	0,11	—0,61	0,09	0,392
13. Capacidade instalada (observação)	0,06	0,11	—0,50	—0,04	0,264

Tabela XXIX — Matriz de fator rotada — período: outubro/dezembro de 1973

Indicadores Econômicos	Matriz de Fator Rotada				Comunalidades
	F_I	F_{II}	F_{III}	F_{IV}	
1. Produção da Indústria de Transformação (previsão)	0,21	0,03	—0,42	—0,01	0,220
2. Produção da empresa (previsão)	0,37	—0,02	—0,65	—0,06	0,557
3. Demanda do mercado interno (previsão)	0,95	0,17	—0,14	0,11	0,955
4. Demanda global (previsão)	0,95	0,16	—0,15	0,13	0,963
5. Produção da empresa (observação)	0,05	0,28	—0,57	—0,08	0,415
6. Demanda do mercado interno (observação)	0,18	0,95	—0,16	0,08	0,960
7. Demanda global (observação)	0,18	0,94	—0,18	0,11	0,970
8. Preços dos produtos da Indústria de Transformação (previsão)	0,07	—0,01	—0,01	0,45	0,207
9. Preços dos produtos da empresa industrial (previsão)	0,06	0,06	—0,03	0,66	0,439
10. Preços dos produtos da empresa industrial (observação)	0,01	0,09	—0,07	0,51	0,278
11. Volume de emprego de mão-de-obra (previsão)	—0,12	—0,03	—0,60	0,16	0,407
12. Volume de emprego de mão-de-obra (observação)	—0,04	0,09	—0,54	0,14	0,319
13. Capacidade instalada (observação)	—0,02	0,06	—0,31	0,02	0,098

Tabela XXX — Matriz de fator rotada — distribuições dos indicadores (associações subjacentes) — 1973

Jan/mar.				Abr/jun.				Jul/set.				Out/dez.			
Fatores				Fatores				Fatores				Fatores			
I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
1	5	8	11	1	6	5	8	3	6	1	8	3	6	1	8
2	6	9	12	2	7	11	9	4	7	2	9	4	7	2	9
3	7	10	13	3	—	12	10	—	—	5	10	—	—	5	10
4	—	—	—	4	—	13	—	—	—	11	—	—	—	11	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12	—	—	—	12	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13	—	—	—	13	—

ele está sempre presente

por trás de nossos dados
números
pesquisas
índices
informações
análises

queremos para ele
uma sociedade mais racional
mais rica
mais feliz



Conjuntura Econômica e
Revista de Administração de Empresas
periódicos da Fundação Getúlio Vargas

Confira os Lucros.



Até dezembro de 1973 a SUDENE aprovou 1.534 projetos, com investimentos totais de Cr$ 25,5 bilhões, sendo 957 projetos industriais, 531 agropecuários e 46 nas áreas de hotéis, pesca e telecomunicação.

O lucro que a região nordestina está tendo com a aplicação racional dos recursos oriundos dos Incentivos Fiscais se apresenta em forma de mais empregos, maior aproveitamento dos recursos naturais, aumento da renda "per capita" e consequente ampliação do seu potencial como mercado consumidor.

Para você, investidor, este lucro é bem mais palpável. Uma grande parte das empresas da área da SUDENE já está funcionando em pleno regime. Seus produtos têm colocação certa nos mercados externo e interno. Duzentas delas já têm autorização para negociar suas ações. É um novo universo de oportunidades para serem exploradas com o seu investimento.

Aplique 50% do Imposto de Renda da sua Empresa na área da SUDENE.

Depois, confira os lucros.

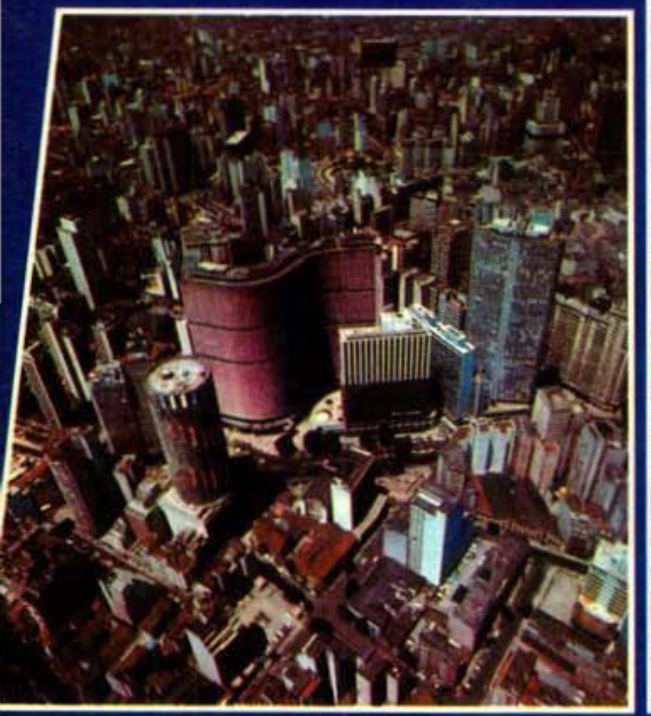
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE—SUDENE

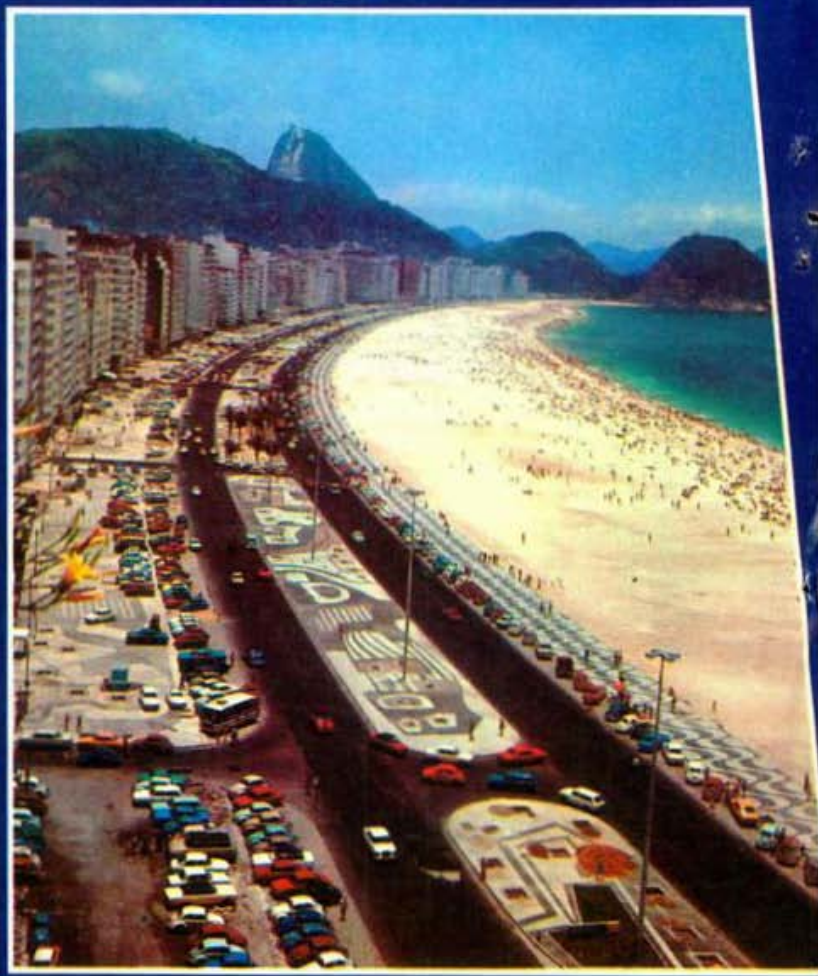
b:b *BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.*

GOVERNOS DOS ESTADOS DA ÁREA DA SUDENE



A DELFIN ESTÁ PRESENTE NO DESENVOLVIMENTO URBANO DAS MAIORES METRÓPOLES DA AMÉRICA LATINA





Já aplicamos dois bilhões de cruzeiros, financiando a construção e aquisição de casas, apartamentos, hospitais, consultórios, colégios, faculdades, supermercados, hotéis e salas de escritórios.

Sendo a maior sociedade de crédito imobiliário do país, a DELFIN obedece a um critério rigoroso de seletividade e somente financia empreendimentos localizados em áreas de ampla valorização e máxima liquidez, após uma análise da tradição, conceito e capacidade de realização da empresa construtora.

Aos compradores daquelas unidades, selecionados de acordo com a renda familiar e a ficha cadastral, a DELFIN possibilita financiamento por prazo de até 30 anos, cujo retorno é garantido por seguros diversos e pela hipoteca do imóvel financiado.

A DELFIN acompanha o desenvolvimento do Brasil, participando ativamente do programa habitacional do Governo Federal.

Caderneta de Poupança DELFIN

Garantia integral do Governo Federal

AGÊNCIAS EM SÃO PAULO

(CAPITAL):
Centro: Rua Dom José de Barros, 178
Bela Vista: Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2135
Ipiranga: Rua Greenfeld, 238
Paulista: Av. Paulista, 1159 – 17.º andar
Penha: Av. Penha de França, 456
Santana: Rua Voluntários da Pátria, 1921

(INTERIOR):
Mogi das Cruzes: Rua Dr. Deodato Wertheimer, 344
Piracicaba: Rua Governador Pedro Toledo, 884
Santo André: Rua Campos Salles, 242
São Bernardo: Rua João Baptista de Oliveira Lima, 148
São Caetano: Rua Manoel Coelho, 353
São José dos Campos: Rua Francisco Paes, 41
Sorocaba: Rua Dr. Braguinha, 141
Taubaté: Rua XV de Novembro, 665

AGÊNCIAS NO RIO

Catete: Largo do Machado, 2
Caxias (RJ): Av. Pres. Kennedy, 1398
Centro: Rua do Rosário, 84
Centro: Av. Rio Branco, 126-B
Centro: Av. Rio Branco, 151 – 17.º andar
Copacabana: Av. Copacabana, 919-A
Ilha do Governador: Estrada do Galeão, 2890
Ipanema: Rua Visconde de Pirajá, 444
Madureira: Estrada do Portela, 11-C
Niterói (RJ): Rua Benjamin Constant, 263
Tijuca: Rua Conde de Bonfim, 391-A